



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1353

Quinta-feira - 24 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2
Arroio Trinta	3
Biguaçu	3
Bom Jesus do Oeste	14
Bom Retiro	15
Braço do Trombudo	33
Caçador	49
Camboriú	55
Campos Novos	59
Canoinhas	59
Capinzal	60
Catanduvas	61
Chapadão do Lageado	93
Cocal do Sul	93
Concórdia	94
Cordilheira Alta	96
Coronel Freitas	98
Coronel Martins	99
Correia Pinto	101
Curitibanos	101
Ermo	101
Faxinal dos Guedes	102
Forquilha	102
Fraiburgo	103
Garopaba	296
Garuva	299
Gaspar	300
Governador Celso Ramos	303
Grão Pará	310
Herval d'Oeste	312
Imbituba	313
Iomerê	315
Ipumirim	316
Irineópolis	320
Itá	322
Itaiópolis	322
Itapoá	323
Joaçaba	326
José Boiteux	348
Lages	348
Lauro Muller	350
Lebon Regis	351
Leoberto Leal	355
Luzerna	356
Maíra	356
Maravilha	357
Marema	357
Massaranduba	358
Navegantes	358

Nova Trento	360
Orleans	361
Ouro Verde	361
Palhoça	362
Palmitos	381
Passo de Torres	381
Paulo Lopes	382
Pinheiro Preto	388
Pomerode	393
Porto Belo	394
Porto União	398
Presidente Castello Branco	399
Rio do Sul	400
Santa Terezinha do Progresso	405
São Bento do Sul	406
São Domingos	407
São João do Sul	409
São José	409
São Lourenço do Oeste	418
São Pedro de Alcântara	424
Schroeder	424
Timbé do Sul	430
Timbó	430
Três Barras	432
Tunápolis	432
Videira	432
Xavantina	435

Associações

AMMVI	435
GRANFPOLIS	436

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 110/2013

DECRETO N° 110/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0005.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.000,00

11.01.10.304.0005.2.026-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 3.000,00

11.01.10.304.0005.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0005.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.000,00

11.01.10.304.0005.2.026-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 22 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 197/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 197/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2013 - Pregão Presencial nº. 068/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DINASTIA DO SOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME; Objeto: aquisição parcelada de camisetas para distribuição em diversos eventos comemorativos do Município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 7.495,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais); Prazo: 01/10/2013 -30/09/2014.

Antônio Carlos, 01 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 198/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 198/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 11.350,00 (onze mil trezentos e cinquenta reais); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 201/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 201/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CENTERME-DI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 17.185,50 (dezessete mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 2013/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 213/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 10.273,00 (dez mil duzentos e setenta e três); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 203/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 203/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2013 - Pregão Presencial nº. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 13.977,40 (treze mil novecentos e setenta e sete reais e quarenta centavos); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 204/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°.: 204/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 086/2013 - Pregão Presencial n°. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 29.960,00 (vinte e nove mil novecentos e sessenta reais); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 206/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°.: 206/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 086/2013 - Pregão Presencial n°. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: LICIMED DIST. DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 21.687,00 (vinte e um mil seiscentos e oitenta e sete reais); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 209/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°.: 209/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 086/2013 - Pregão Presencial n°. 064/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 38.030,50 (trinta e oito mil trinta reais e cinquenta centavos); Prazo: 16/10/2013 - 15/10/2014.

Antônio Carlos, 16 de Outubro de 2013.
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto N° 1563, de 22 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 1563, de 22 de outubro de 2013.
Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 28 de outubro de 2013 (segunda-feira), nas repartições públicas municipais, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente decreto serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de outubro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 22 de outubro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria Mun. de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N° 173/2013

DECRETO N° 173/2013 DE: 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

23. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2301.08.244.0006.2061 Manutenção do Bolsa Família

8.000,00

ANULA:

3.3.90.00/0.6.37.000070 Outras Despesas Correntes 8.000,00

SUPLEMENTA:

4.4.90.00/0.6.37.000000 Investimentos 8.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria SMS N°. 08 de 03 de Outubro de 2013 - FMS

PORTARIA SMS n°. 08 de 03 de outubro de 2013

INSTITUI O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, e

Considerando a Portaria nº 399/GM, de 23 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde, no qual é definido o Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), seus objetivos e pontos prioritários de atuação;

Considerando a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde de ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;

Considerando a Portaria nº 1996/GM, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) voltada para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, de práticas pedagógicas e de organização dos serviços e representa um recurso estratégico para a gestão do trabalho, identificação de problemas e a construção de soluções;

Considerando a Portaria nº 154/GM, de 24 de janeiro de 2008, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) para atuarem em parceria com os profissionais da Estratégia de Saúde da família (ESF), compartilhando as práticas em saúde nos territórios e planejando as ações como educação continuada;

Considerando as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde; e

RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR o Núcleo de Educação Permanente com a finalidade de estabelecer diretrizes e estratégias para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu.

Art. 2º. O Núcleo de Educação Permanente será constituído pelos seguintes servidores:

- I - Heron Felício Pereira, médico, matrícula 7651;
- II - Iraci Anita Rocha, médica, matrícula, 8089;
- III - Barbara Cristine Manoel, enfermeira, matrícula 11706;
- IV - Francielly Márcia Souza de Andrade, enfermeira, matrícula 10864;
- V - Karine Stulp, enfermeira, matrícula 9543;
- VI - Orlando Rafael de Andrade, enfermeiro/técnico de enfermagem, matrícula 10664;
- VII - Aline Piacenski Arceno, enfermeira, matrícula 8027;
- VIII - Silvana Cesconetto da Silva Garcia, assistente social, matrícula 10139;
- IX - Cristiane Zimmermann Assunção, psicóloga, matrícula 9481;
- X - Rita de Cássia Verissimo, farmacêutica, matrícula 10958.

Parágrafo único. A coordenação do Núcleo de Educação Permanente será definida pelos integrantes do mesmo em sua primeira reunião ordinária.

Art. 3º. São atribuições do Núcleo de Educação Permanente:

I - construir coletivamente a Política de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando estudos do perfil e da capacidade de trabalho no município, as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde;

II - contribuir com a elaboração anual do cronograma de educação continuada para os servidores da Secretaria Municipal da Saúde

de todos os níveis de atenção, incluindo as áreas administrativas;

III - promover a qualificação profissional inter e intra-institucional fortalecendo as parcerias e cooperações técnicas existentes, projetando novos cenários de atuação profissional e discente.

IV - acompanhar, monitorar e avaliar as ações e estratégias de educação em saúde implementadas no município e macro região de saúde;

V - apoiar as Equipes de Saúde em seus processos de trabalho assistencial no monitoramento e avaliação das ações de saúde e de educação permanente;

VI - elaborar projetos a partir das necessidades do serviço e do planejamento participativo, promovendo espaços de discussão e de qualificação profissional contribuindo para alcance das metas institucionais.

VII - apoiar os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde, na proposição de intervenções, no planejamento e desenvolvimento de ações.

Art. 4º. Os integrantes do Núcleo de Educação Permanente terão 4 (quatro) horas semanais de atividades específicas relacionadas às atribuições definidas no art. 3º desta portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de outubro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

Portaria SMS N°. 09 de 10 de Outubro de 2013 - FMS

PORTARIA SMS nº. 09 de 10 de outubro de 2013

APROVA A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, e

Considerando a Portaria GM nº 699 de 30 de março de 2006 que regulamenta as diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão, especificamente nas responsabilidades dos gestores estaduais e municipais no que se refere à educação em saúde;

Considerando a Lei 8.080, Art.14, de 19 de setembro de 1990, quanto a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) de ordenar a formação de recursos humanos e incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº. 330, de 04 de novembro de 2003, que resolve aplicar os Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS - NOB/RH - SUS, como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria GM nº 1996 de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) voltada para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, práticas pedagógicas e organização dos serviços, representando um recurso estratégico para identificação de problemas, construção de soluções e gestão do trabalho;

Considerando a Portaria SMS n. 008/2013, que instituiu o Núcleo de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde nos termos constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de outubro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

ANEXO**POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE****CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES****CONCEITO**

A Educação Permanente em Saúde (EPS) refere-se à prática social fundamentada na concepção de educação como espaço de problematização, reflexão e diálogo.

A EPS está centrada na valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na articulação com a atenção à saúde, no enfoque multiprofissional e interdisciplinar, com estratégias de ensino contextualizadas, participativas e orientadas para a transformação das práticas profissionais.

A Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) opera de forma articulada e integrada aos órgãos públicos municipais, instituições privadas, educativas e sociedade civil organizada, em sinergia com outras políticas educacionais e contribuindo para o fortalecimento da gestão municipal da saúde e do SUS.

A PMEPS adotará o referencial do quadrilátero de formação para a área da saúde (ensino, gestão, atenção e controle social) a fim de construir e organizar uma educação responsável por processos interativos e de ação na realidade, para operar mudanças, mobilizar caminhos, convocar protagonismos e detectar a paisagem interativa e móvel de indivíduos, coletivos e instituições, como cenário de conhecimentos e invenções.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I - Ter enfoque humanista, democrático, participativo, crítico e inserido na realidade sanitária e dos serviços de saúde;

II - Valorizar o conhecimento como instrumento de qualificação da gestão, da assistência e da vigilância em saúde.

OBJETOS

I - Promoção da saúde e a defesa da vida;

II - Humanização;

III - Educação curricular e continuada;

IV - Educação popular em saúde;

VI - Tecnologias de informações e comunicações (TIC);

VII - Pesquisa e avaliação em saúde.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

I - Implementar a EPS com ênfase no aprimoramento das práticas profissionais para a melhoria da qualidade da atenção, da gestão e da participação social na saúde;

II - Desenvolver a EPS na perspectiva de compreensão do conceito ampliado do processo saúde/doença, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal da Saúde (SMS);

III - Promover a integração de saberes, intra e interinstitucionalmente, e a detecção de necessidades em EPS;

IV - Apoiar a formação, atualização, qualificação, participação, informação e intercâmbio de saberes dos profissionais que atuam na rede municipal de saúde;

V - Fomentar a pesquisa em saúde e sua divulgação.

CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES

I - Reconhecimento das especificidades locais para a elaboração e desenvolvimento da Educação Popular em Saúde;

II - Fortalecimento das redes de atenção à saúde (assistência e vigilância em saúde) integradas;

III - Adoção de estratégias inovadoras para a realização das ações de EPS;

IV - Desenvolvimento de estudos e pesquisas que favoreçam o aprimoramento e a qualificação das práticas em saúde;

V - Desenvolvimento de parcerias que propiciem ações em EPS de forma abrangente;

VI - Qualificação dos profissionais da SMS, ampliando conhecimentos e aumentando a eficácia dos serviços de saúde em benefício da população;

VII - Desenvolvimento de indicadores que possibilitem o monitoramento e avaliação das ações promovidas.

CAPÍTULO IV - DOS ESPAÇOS

A organização das atividades de EPS será realizada pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS) e pactuado entre as diversas instâncias da SMS.

São espaços definidos para EPS:

I - BASES - espaços que ocorrem nas unidades de saúde e sua área de abrangência;

II - NÚCLEOS - reuniões por categoria profissional, referente às especificidades das áreas profissionais;

III - CAMPOS - espaços específicos de qualificação;

IV - INTERSECÇÃO - espaços de intercâmbio de ações e práticas de conhecimento entre as unidades de saúde.

CAPÍTULO V - DA GESTÃO

A PMEPS permeará todos os âmbitos da SMS norteadas por um Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde (PAMEPS) e coordenada pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS).

O PAMEPS deverá ser elaborado interinstitucionalmente e pactuado entre as diversas esferas da SMS, baseado no diagnóstico situacional das necessidades em EPS e resultando em um cronograma de ações integradas.

São atribuições do NEPS:

I - Planejar, coordenar e monitorar a execução do PAMEPS;

II - Assessorar os gestores na discussão sobre EPS;

III - Estimular e apoiar a formação continuada e permanente dos trabalhadores de saúde;

IV - Promover a integração dos diferentes segmentos sociais por meio de projetos e pesquisas em EPS;

V - Elaborar e apoiar o desenvolvimento de projetos através de planejamento participativo;

VI - Monitorar e avaliar as ações e estratégias de EPS implantadas no município;

CAPÍTULO VI - DOS EIXOS

As estratégias de ação da EPS, integrando ensino, gestão, atenção e controle social, ocorrerão principalmente nos seguintes eixos:

I - SUS COMO ESCOLA (Integração Ensino-Serviço e sociedade)
SUS como Escola é o eixo das relações inter e intrainstitucionais da saúde e educação, que promove a integração ensino-pesquisa-extensão-serviço-comunidade e orienta as linhas de pesquisa em saúde no âmbito da SMS.

II - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Desenvolvimento Profissional é o eixo responsável por organizar, divulgar e monitorar o calendário anual de qualificação e formação

profissional, criando e mantendo um banco de dados dos profissionais capacitados, ordenando a participação em eventos e formulando propostas e estratégias pedagógicas, conforme o PAMEPS.

III - OBSERVATÓRIO EM SAÚDE

Observatório em Saúde é o eixo responsável pela transparência e acesso às informações sobre EPS em desenvolvimento no município de Biguaçu, possibilitando o monitoramento e avaliação. Agrega informações estratégicas, como projetos, pesquisas, estudos e ações, disponibilizando dados a toda sociedade civil.

CAPÍTULO VII - DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

I - O município de Biguaçu, por meio da SMS, deverá prever e prover recursos em suas leis orçamentárias para a execução da PMEPS;

II - Os recursos para a EPS poderão ser complementados por captação através de projetos específicos no ProjeSUS, CIES e outros;

III - Para a implementação da PMEPS a SMS poderá firmar convênios e parcerias.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Caberá a SMS:

I - Destinar os recursos humanos, financeiros e tecnológicos necessários para o funcionamento e consolidação da NEPS, incluindo a comunicação permanente entre os seus componentes, através de encontros presenciais e/ou meio eletrônico, e desenvolvimento do Observatório em Saúde.

II - Destinar estrutura física adequada para o trabalho do NEPS.

Leandro Adriano de Barros

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 140/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS PONTOS LÓGICOS TELEFÔNICOS E ELÉTRICOS (ATERRADOS), DA DIRETRAN, NA NOVA SEDE DA SEDUT.

EMPRESA CONTRATADA: PAEMI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EPP

VALOR: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.01.2.088.33.90.39.16.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade de instalar pontos lógicos, telefônicos e elétricos (aterrados), além da configuração da central telefônica da DIRETRAN, na nova sede da SEDUT (no antigo terminal urbano, na Rua Marechal Deodoro, imóvel próprio da PMB). Optou-se por processo de Dispensa de Licitação com fundamento no art. 24, II da lei 9.666/93:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 129/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA E EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE BIGUAÇU E CITRAN DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 7 novembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 7 novembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 22 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Número 10.192 /2013 - PP 101/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.192 /2013

PROCESSO: Pregão Presencial - PP 101/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO BÁSICO PARA ATENDIMENTO NOS POSTOS DE SAÚDE.

Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Valor: R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

Prazo de vigência: Da assinatura até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Número 10.193 /2013 - PP 99/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.193 /2013

PROCESSO: Pregão Presencial - PP 99/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, BEM COMO PARA O CASTRAMÓVEL E UPA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 15.347,70 (QUINZE MIL TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: Da assinatura até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Editais de Notificação e Penalidade de Infrações de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1297/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR3256	55902530D	6920/0	19/09/2013	233
BLJ4947	55902521D	6920/0	16/09/2013	233
BOY8688	55902456D	6920/0	19/08/2013	233
CMO4888	55902473D	6920/0	22/08/2013	233
EBX1225	55902415D	6920/0	08/08/2013	233
GTI7172	55902499D	6920/0	03/09/2013	233
HQR7868	55902533D	6920/0	20/09/2013	233
IJA3066	55902509D	6920/0	06/09/2013	233
LWT2011	55902471D	6920/0	19/08/2013	233
LWY9693	55902116D	5010/0	09/09/2013	162 * I
LYB3936	55902518D	6920/0	05/09/2013	233
MAX2473	55902549D	6920/0	17/09/2013	233
MBA8415	55900715D	5010/0	29/09/2013	162 * I
MBA8415	55900716D	5061/0	29/09/2013	163 c/c 162 * I
MBA8415	55902929D	6556/1	29/09/2013	230 * I
MBQ5509	55902492D	6920/0	03/09/2013	233
MBY1301	55902562D	6599/2	05/09/2013	230 * V
MCA2010	55901951D	5169/1	29/09/2013	165
MCA2010	55901952D	6912/0	29/09/2013	232
MCA2010	55901953D	6637/2	29/09/2013	230 * IX
MCA2010	55901954D	6670/0	29/09/2013	230 * XIII
MCM6064	55902522D	6920/0	13/09/2013	233
MDH3341	55901915D	5010/0	06/09/2013	162 * I
MDO9246	55902546D	6920/0	13/09/2013	233
MDV5865	55902842D	6610/2	28/08/2013	230 * VII
MFB7052	55903002D	5169/1	20/09/2013	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB0942	55902454D	6920/0	13/08/2013	233
MHD6283	55902477D	6920/0	26/08/2013	233
MHG4770	55902926D	5010/0	28/09/2013	162 * I
MHG4770	55902928D	6912/0	28/09/2013	232
MHW8945	54403209D	5045/0	17/09/2013	162 * V
MIB3862	55902506D	6920/0	09/09/2013	233
MIL4742	55902176D	6610/2	27/09/2013	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1298/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA2760	55901924D	5452/1	16/09/2013	181 * VIII
APF7710	55902121D	5185/1	09/09/2013	167
BNX6569	55901931D	5452/1	20/09/2013	181 * VIII
DAU5139	55902105D	5185/1	06/09/2013	167
DOD3964	55902294D	5452/3	30/09/2013	181 * VIII
EAV4285	55902279D	5525/0	25/09/2013	181 * XV
IDY1805	55901901D	5541/5	27/08/2013	181 * XVII
IDY1805	55902621D	5568/0	28/08/2013	181 * XIX
IFU0272	55902641D	5452/1	03/09/2013	181 * VIII
JUQ4448	55902644D	5541/4	03/09/2013	181 * XVII
LWW3300	55902847D	5541/1	05/09/2013	181 * XVII
LXF5879	55902153D	5452/3	04/09/2013	181 * VIII
LXT7439	55902725D	5452/3	05/09/2013	181 * VIII
MAY1395	55902122D	5185/1	09/09/2013	167
MBX8375	55902058D	5452/1	07/10/2013	181 * VIII
MBX8375	55902385D	5541/1	07/10/2013	181 * XVII
MCA2010	55901955D	5215/2	29/09/2013	170
MCB5674	55902726D	5541/4	05/09/2013	181 * XVII
MCP1864	55902300D	5541/4	02/10/2013	181 * XVII
MDE7025	55902564D	5541/1	10/09/2013	181 * XVII
MDM7606	55902735D	7048/1	27/09/2013	244 * II
MDO1802	55902734D	5541/1	27/09/2013	181 * XVII
MDT4925	55902282D	5452/1	27/09/2013	181 * VIII
MEO0758	55901906D	5452/1	30/08/2013	181 * VIII
MEY2699	55902278D	5452/1	25/09/2013	181 * VIII
MFQ5384	55902639D	5452/1	03/09/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB8908	55902645D	5541/4	03/09/2013	181 * XVII
MHF3389	55901913D	5460/0	04/09/2013	181 * IX
MHH9832	55902129D	5185/1	09/09/2013	167
MHN9282	55902272D	5452/1	25/09/2013	181 * VIII
MIH4907	55902056D	5525/0	02/10/2013	181 * XV
MIR4385	55901920D	5452/1	11/09/2013	181 * VIII
MJE3279	55902377D	5541/1	04/10/2013	181 * XVII
MJE3900	55902274D	5541/5	25/09/2013	181 * XVII
MJJ7631	55902273D	5380/0	25/09/2013	181 * I
MJZ7225	55902325D	5550/0	19/09/2013	181 * XVIII
MKC8196	55902251D	5380/0	24/09/2013	181 * I
MKE4107	55901798D	5541/4	26/08/2013	181 * XVII
MKW8942	55901903D	5541/5	27/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1299/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EAH8670	55901317D	6920/0	27/05/2013	R\$ 127,69	233
IMZ7478	55901359D	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
INQ2830	55901386D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
INS8616	55901360D	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
IOE4210	55901388D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
IOL0800	55901321D	6920/0	27/05/2013	R\$ 127,69	233
IOL7647	55901398D	6920/0	26/06/2013	R\$ 127,69	233
IOP2706	55901400D	6920/0	26/06/2013	R\$ 127,69	233
IOS0194	55901402D	6920/0	27/06/2013	R\$ 127,69	233
IOX7939	55901369D	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
IQI8966	55901389D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
IQU6628	55901338D	6920/0	06/06/2013	R\$ 127,69	233
IQW2431	55901397D	6920/0	26/06/2013	R\$ 127,69	233
IQX9996	55901368D	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
IQY2064	55901358D	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
IRF2434	55901337D	6920/0	06/06/2013	R\$ 127,69	233
IRG3625	55901361D	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
IRI9727	55901364D	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
IRW7569	55901401D	6920/0	27/06/2013	R\$ 127,69	233
ISG9029	55901328D	6920/0	04/06/2013	R\$ 127,69	233
ISJ0235	55901385D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
ISN8483	55901390D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
ISO0255	55901384D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
ISQ3968	55901323D	6920/0	27/05/2013	R\$ 127,69	233
ISR1828	55901340D	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
IST8686	55901387D	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ISU0327	55901341D	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
JAV1133	55901366D	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
JLW5575	55901404D	6920/0	01/07/2013	R\$ 127,69	233
JRD7574	55901405D	6920/0	01/07/2013	R\$ 127,69	233
MCH4115	55901362D	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
MED8304	55901373D	6920/0	24/06/2013	R\$ 127,69	233
MHA7179	55903108D	6637/2	24/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIT3778	55900475D	5010/0	10/08/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1300/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNO8844	55901749D	5452/1	27/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
HIF9680	55901756D	5797/0	28/05/2013	R\$ 191,53	191
LWR7604	55903390D	5452/1	07/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAK9576	55903386D	5452/3	07/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBE0266	55902805D	5452/1	18/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEF9921	55901755D	5541/4	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL5233	55902923D	5541/1	16/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFW9936	54400600D	5452/1	01/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MIX0042	55902889D	5541/6	05/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP4915	55900713D	5207/0	23/08/2013	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Lei Municipal N° 898/2013

LEI MUNICIPAL N.º 898/13, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC NO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMARIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais que a Lei confere FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Bom Jesus do Oeste/SC no Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 23 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Decreto Municipal N° 4457/2013

DECRETO N° 4457/13 DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 859/12 de 26.12.2012 (LOA) e 847/12 de 01.10.2012 (LDO).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 25.500,00 (Vinte e cinco mil e quinhentos reais).

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento de Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1842).
Valor R\$ 25.500,00 (Vinte e cinco mil e quinhentos reais).
Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2012, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 23 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria N° 244/13 de 22 de Outubro de 2013.

PORTARIA N° 244/13, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de outubro do ano 2013, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentuais abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Silvio Cesar Ceccon	349-2	8%
Lanoir Luiz Schmitt	58-2	8%
Valdecir Senger	345-0	10%
Jeferson Persch	425-1	2%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria N° 245/13 de 22 de Outubro de 2013.

PORTARIA N° 245/13, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
NOMEAR SERVIDOR EM SUBSTITUIÇÃO POR TEMPO DETERMINADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Senhor LUCAS KIST, portador do CIC sob. nº 569.504.709-91, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, para ocupar o cargo de Odontólogo, com carga horária de 30 Horas semanais, em SUBSTITUIÇÃO ao servidor Tarciz Luiz Gebert, matrícula nº 79-5 que está afastado por atestado médico, pelo período de 22 de outubro de 2013 a 23 dezembro de 2013, conforme art. 39 da Lei nº 542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria N° 246/13 de 22 de Outubro de 2013.

PORTARIA N° 246/13, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido o Servidor Municipal Sr. DONALDI MARCELO VARIANI, matrícula nº 413-8, portador do CIC sob. nº 007.543.699-00, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, ocupante do cargo de Operador, admitido em 02 de junho de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria N° 247/13 de 23 de Outubro de 2013

PORTARIA N° 247/13, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO A PROFESSORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Progressão Funcional por Tempo de Serviço para Professores da Rede Municipal de Ensino, a partir do mês de outubro do ano 2013, conforme art. 29 da Lei nº 754/10 (Plano Cargos e Salários do Magistério), sendo essa progressão com percentual de 1,2 %, conforme relação abaixo:

NOME	MATRICULA	ADMISSÃO
Solange Andréa Bonni Debastini	179-1	07/02/2002
Solange Andréa Bonni Debastini	391-3	02/03/2007
Sandra F. M. Steffler	180-5	07/02/2002
Eni R. Wesner	268-2	24/05/2004
Silvia Endler	344-1	01/02/2006
Silene Seeling Reinehr	40-0	01/02/1997
Marilei S. O. Horn	183-0	07/02/2002
Vera Lucia Cherizoli	392-1	02/03/2007

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Administrativo N° 72/2013

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 72/2013

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.- EPP

Licitação: PROCESSO LICITATORIO N° 1941/2013

Objeto: Fornecimento matérias, equipamentos e serviços em informática.

Valor: R\$ 43.614,60

Vigência: 30 de novembro de 2013.

Assinatura: 22 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Administrativo N° 73/2013

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 73/2013

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MONTECH INFORMATICA LTDA.- ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO N° 1941/2013

Objeto: Fornecimento de equipamentos de informática.

Valor: R\$ 2.036,50

Vigência: 30 de novembro de 2013.

Assinatura: 22 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

112.13 - Dec. Supl.Excesso Arrec.Conv.Pontes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto N.º 112/13 de 21 de outubro de 2013.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO (CONVÊNIO N° 2013TR2606 E N° 2013TR2615).

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

07.01- SEC. MUNIC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
26.782.0039.1005 - CONSTR.PONTES, BUEIROS E PONTILHÕES
4.0.00.00 - INVESTIMENTOS
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 1240000 (Transferência de Convênios - Outros)
2013TR2606 R\$ 88.145,84
Recurso 1240000 (Transferência de Convênios - Outros)
2013TR2615 R\$ 94.156,25
Total Geral da Suplementação R\$ 182.302,09

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o Convênio nº 2013TR2606 E nº 2013TR2615 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional São Joaquim e o município de Bom Retiro, fonte de Recurso 01.24 - Transferência de Convênio - Outros, receita: 24.72.05.0002 -- PONTE CANELEIRA - com objetivo de Construção de uma ponte sobre o Arroio do Jacinto, na localidade de Caneleira, e receita: 24.72.05.0003 -- PONTE CAMBARÁ - com objetivo de Construção de uma ponte sobre o Rio Soledade, na localidade de Cambará no município de Bom Retiro - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 21 de outubro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DÁRIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

113.13 - Dec. Regulamenta Uso Espaço Público II

Decreto Nº 113/13 de 22.10.13
REGULAMENTA O USO DO ESPAÇO PÚBLICO "ENCOSTO DOS BANCOS DA PRAÇA DORVALINO PHILIPPI" PARA DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS, CULTURAIS E NATURAIS DE BOM RETIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 7, XIX, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentado, através do presente decreto, o uso do espaço público "ENCOSTO DOS BANCOS DA PRAÇA DORVALINO PHILIPPI" para divulgação das potencialidades turísticas, culturais e naturais de Bom Retiro.

Art. 2º Os encostos dos bancos DA PRAÇA DORVALINO PHILIPPI passarão a ser utilizados como painéis fotográficos de divulgação dos pontos turísticos, elementos da cultura, bem como da natureza do Município.

Parágrafo único. As fotos utilizadas deverão ter autorização expressa dos autores e sua utilização deverá estar em conformidade com a Lei do Direito Autoral nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 3º A Divulgação se dará na forma de patrocínio, através de adesão da empresa, instituição, entidade ou pessoa física que colaborará com a divulgação das potencialidades do Município.

§ 1º- O colaborador recolherá a título de "patrocínio", junto ao

tesouro municipal, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º- Os valores arrecadados serão utilizados para custear os serviços de confecção e afixação de painel fotográfico, no qual deverá constar o Brasão do Município, legenda da imagem, divulgação do patrocinador e créditos ao autor da fotografia.

Art. 4º Havendo a necessidade de troca de painel fotográfico em decorrência de deterioração em face do tempo ou causada por terceiros o Município não será responsabilizado pela reposição, sendo necessário o patrocinador efetuar novo recolhimento.

Parágrafo Único. Caso o patrocinador desistir de renovar o painel, o espaço será cedido a outro interessado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 22 de outubro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Minuta Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 104/2013 Pregão Presencial 20/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Sandro Vilmar Pires ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e mobiliário para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas - PAR, incluindo prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia.
Valor Total: R\$ 64.615,51 (sessenta e quatro mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e um centavos).

Extrato Contrato 105/2013 Pregão Presencial 20/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Célia Regina Wambommel ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e mobiliário para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas - PAR, incluindo prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia.
Valor Total: R\$ 2.782,00 (dois mil setecentos e oitenta e dois reais)

Extrato Contrato 106/2013 Pregão Presencial 20/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Paulinéia Lottermann Reis ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e mobiliário para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas - PAR, incluindo prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia.
Valor Total: R\$ 17.336,00 (dezessete mil trezentos e trinta e seis reais)

Extrato Contrato 108/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Hospfar Indústria e Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento

especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais)

Extrato Contrato 109/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Aglon Comercio e Representações Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Extrato Contrato 110/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 65.265,92 (sessenta e cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Extrato Contrato 111/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: ANB Farma Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 14.646,00 (quatorze mil seiscentos e quarenta e seis reais)

Extrato Contrato 112/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 62.019,20 (sessenta e dois mil reais dezenove reais e vinte centavos)

Extrato Contrato 113/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 21.452,00 (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Extrato Contrato 114/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento

especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais)

Extrato Contrato 115/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Dimaci/MG Material Cirúrgico Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 13.839,60 (treze mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta reais)

Extrato Contrato 116/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 23.776,50 (vinte e três mil setecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 117/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 8.454,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais)

Extrato Contrato 118/2013 Pregão Presencial 12/2013(FMS)
Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência, relacionados.

Valor Total: R\$ 16.630,00 (dezesseis mil seiscentos e trinta reais)

Bom Retiro, 23 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito

1ª Retificação Processo Seletivo

EDITAL N.º 002/2013

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2013

ALBINO GONÇALVES PADILHA, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de 11 de novembro a 26 de novembro de 2013, as inscrições

para o provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário para atuar nas áreas educação infantil, séries iniciais, artes, educação física e educação especial no período do ano de 2014. E;

Considerando a necessidade de incluir neste processo seletivo o cargo de professor da educação especial torna público a 1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2013, que passam a ter a seguinte redação:

RETIFICAÇÃO DO ITEM 1.2 O presente processo seletivo será regido por este edital e destina-se ao provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário para atuar nas áreas educação infantil, séries iniciais, artes, educação física e educação especial no Ano Letivo de 2014.

RETIFICAÇÃO DO ITEM 3.6 - OS CARGOS, OBJETO DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO, E AS EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE SÃO DESCRITAS NA TABELA ABAIXO:

CARGO	ÁREA/DISCIPLINA	REQUISITOS E ESCOLARIDADE
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitado: Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia Educação Infantil, Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ANOS INICIAIS	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso de graduação em licenciatura plena em Educação Física. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em Educação Física.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ARTES	Habilitado: Diploma de conclusão de graduação em licenciatura plena em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais.
PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (*)	EDUCAÇÃO ESPECIAL Sala AEE (Atendimento Educacional Especializado)	Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial; Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial.
	INTÉRPRETE DE LIBRAS	Habilitado: Diploma superior em Libras ou Licenciatura Plena com Certificado PROLIBRAS/MEC Feneis nível superior e certificado de conclusão de curso de no mínimo 120 horas em libras.

(*) Trata-se de cadastro de reserva e será utilizado somente se houver aluno matriculado e frequentando a sala de aula e em caso de transferência do aluno, encerra-se o contrato.

RETIFICAÇÃO DO ITEM 7.15.1

7.15.1 As grades de respostas serão personalizadas, contendo duas partes, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas aleatoriamente aos candidatos de cada cargo no início da prova.

INCLUSÃO DO ITEM 7.15.1.1

7.15.1.1 Ao receber a grade de resposta o candidato assinará na parte superior ao lado onde consta o número que será a identificação do candidato, será este destacado logo abaixo conforme orientação dos fiscais e colocado em envelope separado e lacrado na presença dos candidatos. A abertura do envelope contendo a assinatura do candidato ocorrerá somente após a conferência de todos os gabaritos.

RETIFICAÇÃO DO ITEM 7.15.3

7.15.3 Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Simplificado de Seleção a que se refere, bem como o cargo, número da prova a ser incluída pelo candidato no recebimento da prova e na parte superior local para a assinatura do candidato, sendo que esta parte será destacada e colocada em envelope separado.

INCLUSÃO DO ITEM 7.15.5

7.15.5 A sessão pública para abertura do envelope contendo a grade de resposta será no dia 13/12/2013 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, mediante a presença da comissão de avaliação e dos interessados presentes. Somente após a conferência de todos os gabaritos será aberto o envelope que contém a lista de presença e o documento de identificação do candidato com o respectivo número o qual identifica a quem pertence o gabarito anteriormente conferido. Em caso de recursos a data poderá sofrer alteração.

RETIFICAÇÃO DO ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013.

ANEXO III

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS

OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS PROFESSORES

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual. 3. Ortografia oficial. 4. Acentuação gráfica. 5. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. 6. Emprego do sinal indicativo de crase. 7. Sintaxe da oração e do período. 8. Pontuação. 9. Concordância nominal e verbal. 10. Regência verbal e nominal. 11. Significação literal e contextual de vocábulos. 12. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. 13. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática

1. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. 2. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. 3. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. 4. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. 5. Média aritmética simples e ponderada. 6. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. 7. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. 8. Porcentagem; Juros. 9. Probabilidade. 10. Equações do 2º grau. 11. Medidas de tempo, comprimento, massa, área e capacidade. 12. Conversão de unidades; Progressões: aritméticas e geométricas. Análise combinatória: contagem e fatorial, permutação, arranjo, combinação, binômio de Newton e noções de probabilidade. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. 13. Funções: algébrica, logarítmica, exponencial e trigonométrica. 14. Geometria: sólidos, polígonos, círculos, proporcionalidade, congruência, semelhança, perímetro e área de figuras planas; Volumes; Triângulos: relações no triângulo retângulo. Geometria plana e espacial. 15. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. 16. Noções de Estatística: gráficos e tabelas, média, moda, mediana e desvio-padrão.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

1. Políticas públicas. 2. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. 3. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Bom Retiro. 4. Lei Orgânica do Município de Bom Retiro. 5. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Bom Retiro. 6. Plano de Cargos e Salários do Magistério.

ÁREA ESPECÍFICA: Séries Iniciais

- Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; - Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Educação e Didática e Prática de Ensino: Parâmetros Curriculares Nacionais; Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino; Projeto Político Pedagógico: reflexão e intervenção sobre práxis educativa; História da Educação Brasileira; Tendências Pedagógicas na Educação; Tecnologias educacionais no trabalho pedagógico; Concepções de Aprendizagem; As funções sociais da escola de hoje; Planejamento: concepções e metodologias; Currículo escolar; Repetência e evasão escolar; Avaliação escolar: concepções e desdobramentos pedagógicos; Interdisciplinaridade; 19. Temas transversais; Assuntos relacionados ao conteúdo.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Infantil

- Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil; Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos; Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar; Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro; Avaliação na educação infantil; O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais; O professor de educação infantil. Família e instituição; Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades; - Projetos de trabalho: concepção e perspectiva; Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil; Proposta Curricular do estado de Santa Catarina.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Física

Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;

Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; Concepção de área Cultura Corporal; Objetivos da área; História da Educação Física no Brasil - tendências pedagógicas; Organização didático-pedagógica do conhecimento; Jogo - Jogos de Interpretação, Jogos Tradicionais. Jogos Cooperativos, Jogos Pré-desportivos. Recreação. Educação em Saúde. Atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade. Prevenção, e minimização dos riscos psicossomatização. O autocuidado. Conceituação e estratégias de promoção do lazer: ampliar o sentimento de pertinência social, através de práticas corporais que visem a Educação Permanente. Noções de práticas corporais. Noções básicas de nutrição e saúde. Formas de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias do acompanhamento de casos. Utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social através de práticas corporais. Noções de fisiologia e neuropsicologia. Ciclo vital: da gênese à retro gênese psicomotora.

ÁREA ESPECÍFICA: Artes

Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;

Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; História da Arte: movimentos, artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Arte: linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: propostas metodológicas. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Especial

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente. Inclusão escolar de alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Tecnologia assistiva e suas modalidades com ênfase na comunicação alternativa.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Especial - Intérprete das Libras/ Instrutor das Libras

Fundamentos e princípios da educação inclusiva. Inclusão escolar de alunos surdos. Legislação educacional que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Lei Federal nº 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Histórico das línguas de sinais. Cultura e identidades surdas. Universais linguísticos e as línguas de sinais. Linguagem e cognição. Estrutura gramatical das Libras (fonologia, sintaxe, morfologia – incluindo uso de classificadores, semântico-pragmáticos).

RETIFICAÇÃO DO ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 01/2013.

ANEXO II (Ano Letivo 2014)

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO	Nº DE INSCRIÇÃO:
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 01/2013	
CARGO: PROFESSOR	() Educação Física () Educação Infantil () Séries Iniciais () Artes () Educação Especial () Educ./ Especial/libras
NOME DO (A) CANDIDATO (A):	
NOME DO PAI:	

NOME DA MÃE:			
DATA DE NASCIMENTO:			
/	() MASC		
SEXO:	() FEM	NATURAL DE:	U.F.
ESTADO CIVIL:	Nº DE FILHOS:	FONE:	
END. RESIDENCIAL:			
BAIRRO:	CIDADE:	U.F.	
RG.:	DATA DE EMISSÃO:	CPF:	
TÍTULO ELEITORAL:	ZONA:	SEÇÃO:	
DEFICIEN- () SIM			
TE: () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:		
ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:			

Instruções

Imprima ou copie o requerimento de inscrição; Preencha com atenção.

Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

- 1) Requerimento de inscrição;
- 2) Certificado (é aceito um único) de curso de pós-graduação.
- 3) Certidões e documentos comprobatórios do tempo de serviço e horas de aperfeiçoamento.
- 4) Declaração do candidato informando a existência ou não de vínculos com a administração pública direta e indireta.
- 5) Declaração de interesse trabalhar período especial janeiro/2014 – professor educação infantil – creche.
- 6) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição.
- 7) Requerimento para isenção de taxa de inscrição

REQUERIMENTO

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Lages, requerer o recebimento dos documentos abaixo relacionado que declaro ser cópia autêntica e de igual teor do documento original, do qual sou legítimo portador.

Estou ciente de que só será pontuado o título ou documento que atender às disposições das normas deste edital e que a constatação de qualquer divergência entre o original do documento e cópia apresentada implicará na exclusão do Processo Seletivo sem prejuízo das sanções legais.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO OU MESTRADO OU DOUTORADO
AVALIAÇÃO NÃO CUMULATIVA - SERÁ AVALIADA UM ÚNICO DIPLOMA

INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	DATA DE CONCLUSÃO	GRAU OBTIDO

DOCUMENTOS APRESENTADOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 e 2013)

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 e 2013)	PONTUAÇÃO
40 HORAS (0,10 pontos)	
41 A 80 HORAS (0,30 pontos)	
81 A 120 HORAS (0,50 pontos)	
Total provisório de pontos	

CERTIDÃO, DECLARAÇÃO OU CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO ATESTANDO TEMPO DE SERVIÇO.

1. TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

2. TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

3. TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

4. TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

5. TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

Na eventualidade de mais de 5 documentos, copiar tantas folhas quanto necessárias e anexar.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção N° 01/2013 e todas as

disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Edital 001/2013 e seus anexos consolidados com as alterações decorrentes desta Retificação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC, 22 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ELIZABETE WERLICH MATEUS
Responsável Sec. Mun. Educação

Editais Processo Seletivo Professores Consolidado

EDITAL Nº 01/2013

(Consolidado com a Retificação 01 ao Edital)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2013 PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANO LETIVO 2014

ALBINO GONÇALVES PADILHA, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de 11 de novembro a 26 de novembro de 2013, as inscrições para o provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário para atuar nas áreas educação infantil, séries iniciais, artes e educação física, no período do ano de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de 11 de novembro a 26 de novembro de 2013, as inscrições para o provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário para atuar nas áreas educação infantil, séries iniciais, artes, educação física e educação especial no período do ano de 2014.

Cadastro Reserva (Ano Letivo 2014)

1 – DAS VAGAS

1.1 As vagas a serem oferecidas para o presente Processo Seletivo serão para o Cadastro Reserva do período ano letivo de 2014.

1.2 O presente processo seletivo será regido por este edital e destina-se ao provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário para atuar nas áreas educação infantil, séries iniciais, artes e educação física Ano Letivo de 2014.

1.2 O presente processo seletivo será regido por este edital e destina-se ao provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário para atuar nas áreas educação infantil, séries iniciais, artes, educação física e educação especial no Ano Letivo de 2014.

1.3 As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade, obedecendo-se a ordem de classificação.

2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo Nº 01/2013 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1 O Edital na íntegra:

2.1.1 No mural de publicações da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, sito à Av. Major Generoso, 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina e na Câmara de Vereadores sito à Avenida 24 de outubro, 145, centro, Bom Retiro, Santa Catarina.

2.1.2 No site oficial do município: www.bomretiro.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município – DOM.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Avenida Major Generoso nº 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, do dia 11 de novembro a 26 de novembro de 2013.

3.2 Ao preencher e assinar a ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo correspondente, que deverá ser apresentado no ato da prova.

3.3 O candidato, cuja documentação não estiver completa, terá sua inscrição indeferida;

3.4 Após a data e horário fixados no item 3.1 não serão mais aceitas inscrições, sob qualquer condição.

3.5 Serão cobrados a título de taxa de inscrição o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

3.5.1 O candidato deverá efetuar o depósito em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) na conta corrente nº 202-X Agência 0901-6 do Banco do Brasil.

3.5.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

3.5.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez paga não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo ACT 2014.

3.6 - DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

3.6.1 O candidato amparado pela Lei nº. 10.567/97 (doadores de sangue) e pela Lei Nº 11.289/99 (hipossuficiente) interessados na isenção de pagamento da inscrição deverão entregar documento que comprovem: no caso de doador de sangue, documento expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de 11 de novembro de 2013. Para comprovação da condição de hipossuficiente deverá ser através da fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou pela declaração escrita de que se encontra desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho. (Anexo VIII deste Edital)

3.6.2 A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo seletivo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

3.5 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.5.1 São condições para a inscrição:

I. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais;

II. Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, (na data da posse);

III. Ter no mínimo Ensino médio, estar curando o ultimo ano do magistério ou estar cursando ensino Superior na área;

IV. Estar compatível para o exercício da função a que concorre;

3.5.2 Apresentar, no ato da inscrição, fotocópia dos seguintes documentos:

3.5.2.1 Carteira de identidade (cópia);

3.5.2.2 CPF (cópia);

3.5.2.3 Título de Eleitor (cópia);

3.5.2.4 Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia autenticada);

3.5.2.5 Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2012 e 2013 (cópia autenticada).

3.5.2.6 Atestado de tempo de serviço no magistério expresso por períodos de contratação, em anos, meses e dias, expedido por órgão competente, (considerados até 10/11/2013) (original ou cópia autenticada);

3.5.3 O professor não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, em decorrência de processo disciplinar.

3.6 – Os cargos, objeto do presente Processo Seletivo, e as exigências de escolaridade são descritas na tabela abaixo:

CARGO	ÁREA/DISCIPLINA	REQUISITOS E ESCOLARIDADE
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitado: Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia Educação Infantil, Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ANOS INICIAIS	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso de graduação em licenciatura plena e bacharel em Educação Física. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em Educação Física.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ARTES	Habilitado: Diploma de conclusão de graduação em licenciatura plena em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais. Não habilitado: a) Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais.

3.6 - Os cargos, objeto do presente processo seletivo, e as exigências de escolaridade são descritas na tabela abaixo:

CARGO	ÁREA/DISCIPLINA	REQUISITOS E ESCOLARIDADE
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitado: Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia Educação Infantil, Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ANOS INICIAIS	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso de graduação em licenciatura plena em Educação Física. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em Educação Física.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ARTES	Habilitado: Diploma de conclusão de graduação em licenciatura plena em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais.
PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (*)	EDUCAÇÃO ESPECIAL Sala AEE (Atendimento Educacional Especializado)	Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial; Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial.
	INTÉRPRETE DE LIBRAS	Habilitado: Diploma superior em Libras ou Licenciatura Plena com Certificado PROLIBRAS/MEC Foneis nível superior e certificado de conclusão de curso de no mínimo 120 horas em libras.

(*) Trata-se de cadastro de reserva e será utilizado somente se houver aluno matriculado e frequentando a sala de aula e em caso de transferência do aluno, encerra-se o contrato.

3.6.1 Os candidatos que não possuírem a escolaridade/ requisitos exigidos para habilitados, poderão inscrever-se no Processo Seletivo, na qualidade de não habilitados, de acordo com o item 3.6 deste edital.

3.6.2 O candidato poderá se inscrever em duas possibilidades para o caráter emergencial (férias dos professores da educação infantil mês de janeiro/2014) e em caráter temporário para os demais períodos do ano de 2014, nas diversas áreas.

3.6.3 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 Serão reservados cinco por cento (5%) das vagas oferecidas neste processo seletivo, aos portadores de necessidades especiais, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.2 O Candidato portador de necessidade especial deverá protocolar e entregar no ato da inscrição à Comissão do Processo Seletivo, requerimento de solicitação de enquadramento no item 4.1, indicando as condições especiais para realizar a prova escrita, cabendo à decisão de seu deferimento à referida Comissão. (Anexo I).

4.3 Os portadores de deficiência integrarão lista de chamada especial e será convocado para nomeação no mínimo 1 (um) candidato classificado na referida lista, a cada 20 (vinte) candidatos chamados pela classificação geral.

4.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal n. 3.298/99, na Lei Estadual n. 12.870/04 e suas alterações.

4.5 O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.6 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

5 – DA FUNÇÃO

5.1 O Professor será admitido em caráter temporário com atuação nas séries iniciais, educação física, artes e/ou educação infantil, durante o ano Letivo de 2014. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade, obedecendo-se a ordem de classificação em cada segmento.

5.2 Dentro de sua área/disciplina: planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

6 – DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO

6.1 O Processo Simplificado de Seleção será constituído de prova escrita, composta por 25 (vinte e cinco) questões, sendo 04 (quatro) de Língua Portuguesa, 03 (três) de Matemática, 03 (três) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos, de múltipla escolha (A, B, C e D) para todos os cargos, sendo de caráter classificatório e eliminatório.

6.1.1 As provas escritas para todos os cargos serão compostas de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com

04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	4	0,25	1,00
Matemática	3	0,25	0,75
Conhecimentos Gerais	3	0,25	0,75
Conhecimentos Específicos	15	0,30	4,50
TOTAL	25	---	7,00

6.2 A prova terá duração de 03(três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

6.3 Os conteúdos programáticos das provas escritas objetivas de múltipla escolha encontram-se no Anexo III deste Edital.

7. DAS PROVAS

7.1 As provas escritas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão, sito na Rua Anita Garibaldi - Bom Retiro, Santa Catarina, no dia 08 de dezembro de 2013, (domingo), com início às 09h00min e término às 12h00min.

7.2 O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade, cartão de inscrição e caneta esferográfica com material transparente com tinta azul ou preta.

7.2.1 O candidato só poderá ter consigo na sala de prova a ele determinada:

- a) Caderno de provas e cartão resposta;
- b) Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Documento de identificação e comprovante de inscrição.
- d) Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

7.3 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.4 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.5 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção. (Anexo I).

7.6 Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.7 O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta, deverá cobrir totalmente a letra e o espaço interno do quadrado.

7.8 Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 7.7 deste Edital.

7.8.1 O candidato será orientado pelo fiscal a preencher no campo observações no gabarito as questões que por ventura contenham rasuras e assinar ao lado juntamente com o fiscal, ficando ciente que as mesmas não serão computadas.

7.9 Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

7.10 Serão excluídos do Processo Simplificado de Seleção o candidato que durante a realização da prova:

7.10.1 Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Simplificado de Seleção.

7.10.2 Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

7.10.3 Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Simplificado de Seleção.

7.10.4 Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

7.10.5 Não assinar a Lista de Presença.

7.11 O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

7.12 O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

7.13 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Simplificado de Seleção nas dependências dos locais de aplicação da prova.

7.14 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.15 A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

7.15.1 As grades de respostas serão personalizadas, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas sequencialmente aos candidatos de cada cargo de acordo com a lista de homologação dos candidatos.

7.15.1 As grades de respostas serão personalizadas, contendo duas partes, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas aleatoriamente aos candidatos de cada cargo no início da prova.

7.15.1.1 Ao receber a grade de resposta o candidato assinará na parte superior ao lado onde consta o número que será a identificação do candidato, será este destacado logo abaixo conforme orientação dos fiscais e colocado em envelope separado e lacrado na presença dos candidatos. A abertura do envelope contendo a assinatura do candidato ocorrerá somente após a conferência de todos os gabaritos.

7.15.2 O número do caderno de provas deverá obrigatoriamente ser colocado na grade de resposta, e esta deverá ser conferida pelo fiscal no momento da entrega do mesmo pelo candidato.

7.15.3 Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Simplificado de Seleção a que se refere, bem como o nome do candidato, cargo, número da prova, campo para observação e local para assinatura do candidato.

7.15.3 Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Simplificado de Seleção a que se refere, bem como o cargo, número da prova a ser incluída pelo candidato no recebimento da prova e na parte superior local para a assinatura do candidato, sendo que esta parte será destacada e colocada em envelope separado.

7.15.4 A lista de presença após iniciada a realização da prova será envelopada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes e de imediato ser entregue a Comissão Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção nº 01/2013.

7.15.5 A sessão pública para abertura do envelope contendo a grade de resposta será no dia 13/12/2013 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, mediante a presença da comissão de avaliação e dos interessados presentes. Somente após a conferência de todos os gabaritos será aberto o envelope que contém a lista de presença e o documento de identificação

do candidato com o respectivo número o qual identifica a quem pertence o gabarito anteriormente conferido. Em caso de recursos a data poderá sofrer alteração.

7.16 Ao findar o tempo de duração para realização da prova será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

7.17 A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar as provas ou parte delas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.18 Em ocorrendo, a situação prevista no item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da mesma nos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

7.19 O candidato será obrigado à apresentação do cartão de inscrição e documento com foto para identificação. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

7.20 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo que se candidatou conferir o número da prova, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

7.21 O candidato deverá transcrever para o cartão resposta, utilizando caneta com material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

7.22 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

7.23 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.

7.24 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão respostas devidamente assinado e o caderno de provas.

7.24.1 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Prefeitura não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet no site: (<http://www.bomretiro.sc.gov.br>), até a data da divulgação do gabarito provisório.

7.24.1.1 Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos, ou seja, o mesmo deverá ser devolvido aos fiscais juntamente com o gabarito oficial.

7.24.2 Será fornecido ao final do caderno de provas gabarito rasquinho para que o candidato possa copiar seu gabarito para futura conferência.

7.24.3 A Prefeitura de Bom Retiro reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 O gabarito provisório será divulgado até um dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Processo Simplificado de Seleção publicada no diário oficial do município,

no mural oficial da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara de Vereadores e na internet, no site www.bomretiro.sc.gov.br

8.3 O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado ou datilografado, não sendo aceitos recursos "à mão livre", e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção, entregue e protocolado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, conforme o formulário do Anexo IV, contra:

8.3.1 A inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao Ato de publicação provisória da lista de inscritos, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

8.3.2 A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório que deverá ser formulado e protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

8.3.3 Os pontos obtidos na prova escrita e classificação, para revisão na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

8.4 A Comissão julgará o recurso no prazo máximo de 03 (três) dias úteis

8.4.1 Se da análise do recurso resultar:

a) na alteração de resposta de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente;

b) na anulação de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

9 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 7,00 (sete) pontos

9.2 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3,00 (Três) pontos.

9.3 A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente e resultará do somatório da nota da prova escrita e o somatório dos pontos decorrentes de Títulos, Pontuação por Tempo de Serviço e Horas de Aperfeiçoamento.

9.4 A classificação no Processo Simplificado de Seleção gera para o candidato apenas expectativas de direito à nomeação para a função, de acordo com as necessidades.

9.5 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

10 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

a) o mais idoso (Lei 10.741/2003, art.27, parágrafo único), para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais). Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

b) maior número de acertos na prova específica do cargo.

c) maior número de acertos na prova de português.

d) maior número de acertos na prova de matemática.

e) maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais.

11 – DOS TÍTULOS - TEMPO DE SERVIÇO E HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

11.1 Pontuação Decorrente da Contagem de Títulos:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	
-------------------------	--

Pós-Graduação na área da Educação	1,50 pontos
Diploma de Licenciatura Plena com Habilitação na Educação	1,20 pontos
Diploma de Habilitação para Magistério (Ensino Médio) e Atestado de Frequência Cursando Licenciatura Específica a partir da 5ª fase	1,00 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação a partir da 5ª fase	0,70 pontos
Diploma de Habilitação Magistério	0,30 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação até a 5ª fase	0,20 pontos

11.1.1 Os títulos de cursos não serão avaliados cumulativamente, sendo computado caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

11.2 Pontuação decorrente da contagem de Tempo de serviço obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo, computados para esta finalidade o tempo máximo de 09 anos e 01 dia:

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,10
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,20
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,30
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,40
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	0,50
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	0,60
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	0,70
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	0,80
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	0,90
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	1,00

11.3 Horas de aperfeiçoamento. A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
81 A 120 HORAS	0,50
41 A 80 HORAS	0,30
40 HORAS	0,10

11.3.1 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de 2012 e 2013. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

12 – DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

12.1 A divulgação das listagens de inscrição provisória dar-se-á no dia 27 de novembro de 2013 no mural da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara Municipal de Vereadores bem como no site da Prefeitura: www.bomretiro.sc.gov.br.

12.2 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação da lista de inscritos.

12.3 A divulgação das listagens de Classificação dar-se-á no dia 16/12/13.

12.4 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da publicação da classificação.

13 – DA ESCOLHA DE VAGAS

13.1 As vagas serão preenchidas, observando a ordem de classificação;

13.2 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

13.3 A escolha de vagas para Professor admitido em caráter temporário será para atuação no período letivo 2014 e conforme a necessidade da Secretaria de Educação.

13.4 A chamada, a escolha de vagas será efetuada em data a ser comunicada por edital, publicada no site www.bomretiro.sc.gov.br ou por telefone pela Secretaria de Educação, conforme a necessidade e surgimento de vagas.

13.5 O candidato que não puder se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas deverá comunicar através de documento devidamente assinado com os motivos da sua não apresentação para que não seja considerado desistente e eliminado deste Processo Seletivo.

13.6 O candidato, após escolher vaga deverá apresentar-se ao Diretor ou Coordenador da Escola onde irá atuar em data combinada no ato.

13.7 Para admissão, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados no Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Bom Retiro, na Av. Major Generoso, 19, Centro Bom Retiro - SC.

13.8 Em não havendo vaga, quando da primeira chamada, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte procederão à chamada, na medida da existência da vaga.

13.9 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro Temporário da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

13.10 A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, dentro do interesse e conveniência da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos, para área afim, sem prejuízo de classificação, caso não aceite.

13.11 O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

13.12 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, devidamente justificado, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.13 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga. Porém, em razão de esgotada a listagem de professores classificados, no processo seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, através da Secretaria de Educação aguardar a manifestação, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

13.14 A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer somente depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.15 As vagas para a 1ª chamada serão publicadas no site da Prefeitura www.bomretiro.sc.gov.br, no mural Público da Prefeitura, Câmara de Vereadores e Secretaria de Educação com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do dia de escolha.

14 - DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 9.3 deste Edital.

14.2 Requisitos para a contratação: o candidato deverá entregar, para a contratação:

a) Cédula de Identidade - RG (cópia).

b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).

c) CPF (cópia).

d) Título de Eleitor (cópia).

e) Comprovante da última votação (cópia).

f) PIS ou PASEP (cópia).

g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.

h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).

i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.

j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.

k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).

l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).

m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.

n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

14.3 Os documentos solicitados nos incisos "k", "l", e "m" do item anterior (14.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

14.4 Na hipótese de desistência do candidato, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga, sendo que caso o mesmo não se apresentar em 5 (cinco) dias, duas testemunhas assinarão pelo mesmo.

14.5 Aos candidatos aprovados, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, desde que haja compatibilidade de horário, e de acesso à Unidade Escolar, pela carga horária assim especificada: carga horária de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

14.6 A remuneração da área Educação Infantil, Educação física, artes e/ou Séries Iniciais terá como referência os níveis da Carreira do Magistério, Lei Complementar Nº 04/04 de 31 de Março de 2004, e alterações posteriores, proporcional à carga horária trabalhada, sendo para os habilitados na respectiva área equivalente ao piso Nacional do Magistério, tais como: O piso do Professor com carga horária semanal de 20 horas será de R\$ 790,82 (setecentos e noventa reais e oitenta e dois centavos); O piso do Professor com carga horária semanal de 30 horas será de R\$ 1.186,24 (hum mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos); O piso do Professor com carga horária semanal de 40 horas será de R\$ 1.581,65 (hum mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos reais).

15 – DA VALIDADE DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO

15.1 O prazo de validade do Processo Simplificado de Seleção ao qual se refere este Edital para o Ano Letivo de 2014.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Os efeitos legais deste Processo de Seleção entrarão em vigência o ano 2014.

16.2 O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, não terá direito à posse.

16.3 Será de responsabilidade do candidato o seu transporte, ao optar por vaga que exigirá a locomoção para a Escola que foi escolhida.

16.4 O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela Escola onde atua terá seu contrato de prestação de serviços

(Portaria) cancelado, mediante parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho, ou mediante procedimento administrativo específico instituído pela Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

16.5 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

16.5.1 Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

16.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, pela Comissão Especial do Processo Seletivo e procuradoria do Município.

17 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

17.1 O Regime Jurídico para contratação temporária será o estabelecido pela Lei Complementar Nº. 01/03 de 02 de dezembro de 2003 e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

Bom Retiro, 16 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

ELIZABETE WERLICH MATEUS

Responsável Sec. Mun. Educação

ANEXO III

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS

OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS PROFESSORES

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual. 3. Ortografia oficial. 4. Acentuação gráfica. 5. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. 6. Emprego do sinal indicativo de crase. 7. Sintaxe da oração e do período. 8. Pontuação. 9. Concordância nominal e verbal. 10. Regência verbal e nominal. 11. Significação literal e contextual de vocábulos. 12. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. 13. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática

1. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. 2. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. 3. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. 4. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. 5. Média aritmética simples e ponderada. 6. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. 7. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. 8. Porcentagem; Juros. 9. Probabilidade. 10. Equações do 2º grau. 11. Medidas de tempo, comprimento, massa, área e capacidade. 12. Conversão de unidades; Progressões: aritméticas e geométricas. Análise combinatória: contagem e fatorial, permutação, arranjo, combinação, binômio de Newton e noções de probabilidade. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. 13. Funções: algébrica, logarítmica, exponencial e trigonométrica. 14. Geometria: sólidos, polígonos, círculos, proporcionalidade, congruência, semelhança, perímetro e área de figuras planas; Volumes; Triângulos: relações no triângulo retângulo. Geometria plana e espacial. 15. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. 16. Noções de Estatística: gráficos e tabelas, média, moda, mediana e desvio-padrão.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

1. Políticas públicas. 2. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. 3. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Bom Retiro. 4. Lei Orgânica do Município de Bom Retiro. 5. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Bom Retiro

ÁREA ESPECÍFICA: Séries Iniciais

- Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; - Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Educação e Didática e Prática de Ensino: Parâmetros Curriculares Nacionais; Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino; Projeto Político Pedagógico: reflexão e intervenção sobre práxis educativa; História da Educação Brasileira; Tendências Pedagógicas na Educação; Tecnologias educacionais no trabalho pedagógico; Concepções de Aprendizagem; As funções sociais da escola de hoje; Planejamento: concepções e metodologias; Currículo escolar; Repetência e evasão escolar; Avaliação escolar: concepções e desdobramentos pedagógicos; Interdisciplinaridade; 19. Temas transversais; Assuntos relacionados ao conteúdo.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Infantil

- Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil; Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos; Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar; Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro; Avaliação na educação infantil; O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais; O professor de educação infantil. Família e instituição; Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades; - Projetos de trabalho: concepção e perspectiva; Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil; Proposta Curricular do estado de Santa Catarina.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Física

Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; Concepção de área Cultura Corporal; Objetivos da área; História da Educação Física no Brasil - tendências pedagógicas; Organização didático-pedagógica do conhecimento; Jogo - Jogos de Interpretação, Jogos Tradicionais. Jogos Cooperativos, Jogos Pré-desportivos. Recreação. Educação em Saúde. Atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade. Prevenção, e minimização dos riscos psicossomatização. O autocuidado. Conceituação e estratégias de promoção do lazer: ampliar o sentimento de pertinência social, através de práticas corporais que visem a Educação Permanente. Noções de práticas corporais. Noções básicas de nutrição e saúde. Formas de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias do acompanhamento de casos. Utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social através de práticas corporais. Noções de fisiologia e neuropsicologia. Ciclo vital: da gênese à retro gênese psicomotora.

ÁREA ESPECÍFICA: Artes

Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; História da Arte: movimentos, artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Arte: linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: propostas metodológicas. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual. 3. Ortografia oficial. 4. Acentuação gráfica. 5. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. 6. Emprego do sinal indicativo de crase. 7. Sintaxe da oração e do período. 8. Pontuação. 9. Concordância nominal e verbal. 10. Regência verbal e nominal. 11. Significação literal e contextual de vocábulos. 12. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. 13. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática

1. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. 2. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. 3. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. 4. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. 5. Média aritmética simples e ponderada. 6. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. 7. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. 8. Porcentagem; Juros. 9. Probabilidade. 10. Equações do 2º grau. 11. Medidas de tempo, comprimento, massa, área e capacidade. 12. Conversão de unidades; Progressões: aritméticas e geométricas. Análise combinatória: contagem e fatorial, permutação, arranjo, combinação, binômio de Newton e noções de probabilidade. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. 13. Funções: algébrica, logarítmica, exponencial e trigonométrica. 14. Geometria: sólidos, polígonos, círculos, proporcionalidade, congruência, semelhança, perímetro e área de figuras planas; Volumes; Triângulos: relações no triângulo retângulo. Geometria plana e espacial. 15. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. 16. Noções de Estatística: gráficos e tabelas, média, moda, mediana e desvio-padrão.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

1. Políticas públicas. 2. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. 3. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Bom Retiro. 4. Lei Orgânica do Município de Bom Retiro. 5. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Bom Retiro. 6. Plano de Cargos e Salários do Magistério.

ÁREA ESPECÍFICA: Séries Iniciais

- Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; - Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Educação e Didática e Prática de Ensino: Parâmetros Curriculares Nacionais; Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino; Projeto Político Pedagógico: reflexão e intervenção sobre práxis educativa; História da Educação Brasileira; Tendências Pedagógicas na Educação; Tecnologias educacionais no trabalho pedagógico; Concepções de Aprendizagem; As funções sociais da escola de hoje; Planejamento: concepções e metodologias; Currículo escolar; Repetência e evasão escolar; Avaliação escolar: concepções e desdobramentos pedagógicos; Interdisciplinaridade; 19. Temas transversais; Assuntos relacionados ao conteúdo.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Infantil

- Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil; Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos; Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar; Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro; Avaliação na educação infantil; O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais; O professor de educação infantil. Família e instituição; Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades; - Projetos de trabalho: concepção e perspectiva; Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil; Proposta Curricular do estado de Santa Catarina.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Física

Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; Concepção de área Cultura Corporal; Objetivos da área; História da Educação Física no Brasil - tendências pedagógicas; Organização didático-pedagógica do conhecimento; Jogo - Jogos de Interpretação, Jogos Tradicionais. Jogos Cooperativos, Jogos Pré-desportivos. Recreação. Educação em Saúde. Atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade. Prevenção, e minimização dos riscos psicossomatização. O autocuidado. Conceituação e estratégias de promoção do lazer: ampliar o sentimento de pertinência social, através de práticas corporais que visem a Educação Permanente. Noções de práticas corporais. Noções básicas de nutrição e saúde. Formas de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias do acompanhamento de casos. Utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social através de práticas corporais. Noções de fisiologia e neuropsicologia. Ciclo vital: da gênese à retro gênese psicomotora.

ÁREA ESPECÍFICA: Artes

Legislação e financiamento da educação brasileira: A educação na constituição brasileira;
Conteúdo e significados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sistema educacional brasileiro; O financiamento da educação brasileira; O FUNDEF e o FUNDEB; História da Arte: movimentos, artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Arte: linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: propostas metodológicas. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Especial

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente. Inclusão escolar de alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Tecnologia assistiva e suas modalidades com ênfase na comunicação alternativa.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Especial - Intérprete das Libras/ Instrutor das Libras

Fundamentos e princípios da educação inclusiva. Inclusão escolar de alunos surdos. Legislação educacional que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Lei Federal nº 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Histórico das línguas de sinais. Cultura e identidades surdas. Universais linguísticos e as línguas de sinais. Linguagem e cognição. Estrutura gramatical das Libras (fonologia, sintaxe, morfologia – incluindo uso de classificadores, semântico-pragmáticos).

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO
N° 01/2013

Nome do (a) candidato (a): Nº de Inscrição:

Cargo: Nº da Prova:

Esta Ficha de Inscrição deverá ser obrigatoriamente apresentada nos locais da realização da prova, juntamente com documento de identificação com foto. Conforme Edital.

Declaro que li todo o Edital e que concordo, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital, com as orientações disponíveis que regerão o presente Processo Seletivo, e com as decisões que possam ser tomadas nos casos omissos e não previstos neste Edital.

VIA DO CANDIDATO

BOM RETIRO, de de

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do recebedor / responsável
---------------------------------	---------------------------------------

ANEXO II (Ano Letivo 2014)

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO		Nº DE INSCRIÇÃO:	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 01/2013			
CARGO: PROFESSOR	() Artes () Educação Física () Educação Infantil Iniciais	() Séries	
NOME DO (A) CANDIDATO (A):			
NOME DO PAI:			
NOME DA MÃE:			
DATA DE NASCIMENTO:	/	() MASC SEXO: () FEM	NATURAL DE: U.F.
ESTADO CIVIL:	Nº DE FILHOS:	FONE:	
END. RESIDENCIAL:			

BAIRRO:	CIDADE:	U.F.
RG.:	DATA DE EMISSÃO:	CPF:
TÍTULO ELEITORAL:	ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIÊNCIA: () SIM () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:	
ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:		

Instruções

Imprima ou copie o requerimento de inscrição; Preencha com atenção.

Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

- 1) Requerimento de inscrição;
- 2) Certificado (é aceito um único) de curso de pós-graduação.
- 3) Certidões e documentos comprobatórios do tempo de serviço.
- 4) Declaração do candidato informando a existência ou não de vínculos com a administração pública direta e indireta.
- 5) Declaração de interesse trabalhar período especial janeiro/2014 – professor educação infantil – creche.
- 6) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição.
- 7) Requerimento para isenção de taxa de inscrição

REQUERIMENTO

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Lages, requerer o recebimento dos documentos abaixo relacionado que declaro ser cópia autêntica e de igual teor do documento original, do qual sou legítimo portador.

Estou ciente de que só será pontuado o título ou documento que atender às disposições das normas deste edital e que a constatação de qualquer divergência entre o original do documento e cópia apresentada implicará na exclusão do Processo Seletivo sem prejuízo das sanções legais.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO OU MESTRADO OU DOUTORADO
AVALIAÇÃO NÃO CUMULATIVA - SERÁ AVALIADA UM ÚNICO DIPLOMA

INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	DATA DE CONCLUSÃO	GRAU OBTIDO

CERTIDÃO, DECLARAÇÃO OU CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO ATESTANDO TEMPO DE SERVIÇO.

1.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS



2.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	
	ANOS	
	MESES	
	DIAS	

3.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	
	ANOS	
	MESES	
	DIAS	

4.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	
	ANOS	
	MESES	
	DIAS	

5.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	
	ANOS	
	MESES	
	DIAS	

Na eventualidade de mais de 5 documentos, copiar tantas folhas quanto necessárias e anexar.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 01/2013 e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de
Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO II (Ano Letivo 2014)

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO	Nº DE INSCRIÇÃO:
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 01/2013	
CARGO: PROFESSOR	() Educação Física () Educação Infantil () Séries Iniciais () Artes () Educação Especial () Educ./ Especial/libras
NOME DO (A) CANDIDATO (A):	
NOME DO PAI:	

NOME DA MÃE:

DATA DE NASCIMENTO:				
/		() MASC		
	SEXO: () FEM		NATURAL DE:	U.F.

ESTADO CIVIL: Nº DE FILHOS: FONE:

END. RESIDENCIAL:

BAIRRO: CIDADE: U.F.

RG.: DATA DE EMISSÃO: CPF:

TÍTULO ELEITORAL: ZONA: SEÇÃO:

() DEFICIÊNCIA () SIM () NÃO TIPO DE DEFICIÊNCIA:

ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:

Instruções

Imprima ou copie o requerimento de inscrição; Preencha com atenção.

Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

- 1) Requerimento de inscrição;
- 2) Certificado (é aceito um único) de curso de pós-graduação.
- 3) Certidões e documentos comprobatórios do tempo de serviço e horas de aperfeiçoamento.
- 4) Declaração do candidato informando a existência ou não de vínculos com a administração pública direta e indireta.
- 5) Declaração de interesse trabalhar período especial janeiro/2014 – professor educação infantil – creche.
- 6) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição.
- 7) Requerimento para isenção de taxa de inscrição

REQUERIMENTO

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Lages, requerer o recebimento dos documentos abaixo relacionado que declaro ser cópia autêntica e de igual teor do documento original, do qual sou legítimo portador.

Estou ciente de que só será pontuado o título ou documento que atender às disposições das normas deste edital e que a constatação de qualquer divergência entre o original do documento e cópia apresentada implicará na exclusão do Processo Seletivo sem prejuízo das sanções legais.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO OU MESTRADO OU DOUTORADO
AVALIAÇÃO NÃO CUMULATIVA - SERÁ AVALIADA UM ÚNICO DIPLOMA

INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	DATA DE CONCLUSÃO	GRAU OBTIDO



DOCUMENTOS APRESENTADOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 e 2013)

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 e 2013)	PONTUAÇÃO
40 HORAS (0,10 pontos)	
41 A 80 HORAS (0,30 pontos)	
81 A 120 HORAS (0,50 pontos)	
Total provisório de pontos	

CERTIDÃO, DECLARAÇÃO OU CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO ATESTANDO TEMPO DE SERVIÇO.

1.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

2.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

3.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

4.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

5.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
	ANOS
	MESES
	DIAS

Na eventualidade de mais de 5 documentos, copiar tantas folhas quanto necessárias e anexar.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente

conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção N° 01/2013 e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de
Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO N° 01/2013 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO - SC residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 4.2 do presente Edital:
(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada
Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial
Especificar: _____

3) () Leitura de Prova:

4) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2013.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO N° 01/2013 DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

NOME CANDIDATO: _____

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

() CONTRA a formulação das questões e quesitos.

() CONTRA a opção considerada como certa na prova.

() CONTRA o indeferimento da inscrição.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão: _____

Gabarito Oficial: _____

Resposta do Candidato: _____

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro. Uma via será devolvida com protocolo.

BOM RETIRO (SC), _____ de _____ de 2013.
Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR

Declaro para os devidos fins que exerço o cargo de professor na _____ (nome da instituição de ensino) no horário de _____ às _____ e de _____ às _____, totalizando a carga horária semanal de _____ horas.

(Local) _____, _____ de _____ de 2013.

(Nome/CPF)

Conforme a Constituição Federal é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado o limite do subsídio mensal, nos seguintes casos:

- a) dois cargos de professor;
- b) um cargo de professor com outro técnico ou científico; e
- c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Fundamento Legal: Inciso XVI, Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INTERESSE TRABALHAR PERÍODO ESPECIAL JANEIRO/2014 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins que, tenho interesse em trabalhar no mês de janeiro/2014 como professor da educação infantil, substituição férias professores efetivos, para tanto autorizo entrar também na lista especial.

Bom Retiro, _____ de _____ de _____.
Assinatura

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, declaro sob pena de responsabilidade, que não exerço cargo, emprego ou função atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Bom Retiro, _____ de _____ de _____.
ANEXO VIII

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo – Edital 001/2013 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho REQUERER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Desempregado

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público

- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

[] Doador de Sangue

- Em anexo apresento documento expedido por órgão oficial comprovando as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período dos últimos 12 meses.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

Bom Retiro, _____ de _____ de 2013

Assinatura do Declarante/Requerente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCEDIMENTOS PARA O EDITAL PROCESSO SELETIVO

ETAPAS	DESCRIMINAÇÃO	DATA
01	Ofício requerendo abertura do Processo Seletivo para Prefeito	15/10/13
02	Portaria do Prefeito nomeando a Comissão	16/10/13
03	Publicação do Edital	16/10/13
04	Inscrições	11 a 26/11/13
05	Ata da Comissão elaborando a Lista de Ins-critos	27/11/13
06	Publicação Provisória da Lista de Inscritos	27/11/13
07	Prazo de Recurso (Até às 17 horas do ultimo dia)	28/11 e 29/11/13
08	Decreto de Homologação definitiva dos Inscritos	02/12/13
09	Realização da Prova	08/12/13
10	Ata da Realização da Prova	08/12/13
11	Publicação do Gabarito Provisório	09/12/13
12	Período de Recurso (Até às 17 horas do ultimo dia)	11 e 12/12/13
13	Ata da Comissão elaborando a Classificação Provisória	13/12/13
14	Publicação da Classificação Provisória	16/12/13
15	Período de Recurso (Até às 17 horas do ultimo dia)	17 e 18/12/13
16	Ofício solicitando Homologação do Resultado Final para o Prefeito	20/12/13
17	Decreto para Resultado Final	20/12/13

Bom Retiro, 16 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

ELIZABETE WERLICH MATEUS

Responsável Sec. Mun. Educação

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços 25/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 Data do Registro: 24/10/2012 Válido até: 24/10/2013
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (2381)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NINHO	0	7,9707	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NIHNO	0	7,9807	2
2	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CARAVELAS	0	7,7329	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALTO ALEGRE	0	7,7446	2
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NESCAFÉ	0	7,5034	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELÉ	0	7,5147	2
4	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MELITTA	0	6,5615	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	3 CORAÇÕES	0	6,5714	2
5	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	AURORA	0	1,4880	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	1,4903	2
6	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,9362	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,9452	2
7	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,4296	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,4378	2
8	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,4296	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,4378	2
9	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,4296	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,4378	2
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,8996	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,9025	2
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,8996	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,9025	2
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,2320	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	2,2354	2
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,3164	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	3,3214	2
14	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,8363	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,8390	2
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
18	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
19	Chá em sachês, no sabor NOITE TRANQUILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7702)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,4932	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	2,4970	2
20	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,3903	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	2,3781	2
21	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ADOCIL	0	4,8598	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ZEROCAL	0	4,8671	2
22	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	5,6592	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	5,6677	2
23	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	19,9456	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	19,9758	2
24	VASSOURA NYLON (659)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,6417	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	7,6500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	7,6783	3
25	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	2,6642	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dalmata	0	2,6656	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LOG	0	2,6756	3
26	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	16,0606	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	16,0692	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COLONIAL	0	16,1295	3
27	LUSTRA MÓVEIS (200 ML) (1948)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,4550	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,4569	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	YPÊ	0	3,4698	3
28	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	3,3326	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,3344	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RAMAR	0	3,3469	3
29	RODO BORRACHA (1951)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,2960	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	7,2999	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	7,3273	3
30	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,4738	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,4757	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	3,4887	3
31	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	betanin	0	0,8473	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	esfrebom	0	0,8477	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TININDO	0	0,8509	3
32	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	1,7605	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vega steel	0	1,7614	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOMBRIL	0	1,7680	3
33	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,7563	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,7583	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VIDREX	0	3,7724	3
34	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	2,1935	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	fiat lux	0	2,1947	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GABOARDI	0	2,2029	3
35	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	limpa brasil	0	3,9069	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	3,9090	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	STARPLAST	0	3,9236	3
36	SACO LIXO DE 50LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	limpa brasil	0	4,2176	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	4,2198	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	STARPLAST	0	4,2356	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	limpa brasil	0	4,2458	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	4,2481	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	STARPLAST	0	4,2640	3
38	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	peroba	0	7,2113	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	peroba	0	7,2151	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	OLEO PEROB	0	7,2422	3
39	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany bril	0	1,2427	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	1,2433	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANI SOL	0	1,2480	3
40	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	7,3431	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	7,3470	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOB	0	7,3745	3
41	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,4132	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	5,4161	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	5,4364	3
42	Sabão em pó (pct 1kg) (7447)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,6862	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	5,6892	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHANTE	0	5,7105	3
43	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,6810	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	gota limpa	0	3,6829	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	3,6967	3
44	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,6998	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	3,7018	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	3,7156	3
45	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,3609	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,3627	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	3,3753	3
46	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	1,3180	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	1,3187	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	YPÊ	0	1,3236	3
47	Vassoura tipo escova c/cabo (7494)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	9,3107	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	9,3156	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	9,3505	3
48	Papel higiênico rolão, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jumbinho	0	4,0858	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jumbinho	0	4,0880	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BLUMY	0	4,1033	3
49	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	20,5230	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	max	0	20,5340	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SEQUINEL	0	20,6109	3
50	Álcool líquido - volume 92,8° - frasco de 1lt (7727)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	coperalcool	0	4,2835	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	araucaria	0	4,2858	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COOPERALCO	0	4,3018	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Luvas de borracha tamanho M (7728)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	4,4717	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	4,4741	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANRO	0	4,4909	3
52	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arquiplast	0	9,2918	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	arq plast	0	9,2968	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	METASUL	0	9,3316	3
53	Saponáceo de detergente cremoso com 300ml (8224)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,3232	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,3250	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FONT	0	3,3375	3
54	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	8,6611	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tubarão	0	8,6657	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	EMBRAS	0	8,6982	3
55	Cera em pasta vermelha - lata com 350g (7732)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	andreia	0	8,5293	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	8,5338	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	POLIFLOR	0	8,5658	3
56	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,9498	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	girando sol	0	5,9530	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	5,9753	3
57	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	2,8431	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	2,8446	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FLABOM	0	2,8553	3
58	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	2,2123	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	2,2135	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	2,2218	3
59	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	1,8640	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	1,8650	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	1,8720	3
60	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mastercopo	0	2,9466	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	liplast	0	2,9482	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TOTALPLAST	0	2,9593	3
61	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcabono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	7,6349	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	7,6390	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	7,6676	3
62	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	10,9958	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	11,0017	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	11,0429	3
63	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	7,0042	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	7,0079	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	7,0342	3
64	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	28,2050	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	28,2201	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	28,3258	3
65	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	18,6778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	18,6878	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	18,7578	3
66	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	53,0020	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	53,0304	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SONY	0	53,2291	3
67	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	21,0502	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	21,0614	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SONY	0	21,1404	3
68	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zig zag	0	18,7343	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	18,7443	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRALIMPIA	0	18,8146	3
69	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,0460	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	girando sol	0	5,0487	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	5,0676	3
70	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zig zag	0	60,7216	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	60,7542	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRALIMPIA	0	60,9818	3
71	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	45,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	185,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2012****PROCESSO N° 46/2012**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
(8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 24 de Outubro de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto N° 5.760 - Aprova Desmembramento de Terreno Urbano.

DECRETO n° 5.760, de 22 de outubro de 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal n° 6.766/79, Lei Estadual n° 6.063/82, Lei Complementar n° 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 8.026,80 m² (oito mil e vinte e seis metros e oitenta decímetros quadrados), objeto da matrícula n° 30.283, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Humberto Busato, nesta cidade, de propriedade de Fortt Caçador Construtora e Incorporadora Ltda, ficando após o desmembramento constituído de 3 lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Gleba "A" com 403,90 m2 (quatrocentos e três metros e noventa decímetros quadrados), confrontando: Norte, com a Gleba "B" deste projeto de desmembramento medindo 19,95 metros; Leste, com a Gleba "B" deste projeto de desmembramento medindo 22,49 metros; Oeste, com o imóvel constante na matrícula n° 11.499 medindo 18,00 metros; e Sul, com a Rua Humberto Busato medindo 20,45 metros.

II - Gleba "B" com 6.090,79 m2 (seis mil e noventa metros e setenta e nove decímetros quadrados), confrontando: Norte, em dois planos, sendo o primeiro plano com a Gleba "C" deste projeto de desmembramento medindo 33,02 metros e o segundo plano com Reinaldo João Farinon e Clarisete Rigo Farinon (área de posse) medindo 21,67 metros; Leste, em três planos, sendo o primeiro plano com Marcelo Antonio Dellai e Vanize Mazzurana (área de posse), Maria Salete Barbosa Vicente e Onerio Pedro Vicente (área de posse) e com a Rua Pedro Deboni medindo 59,68 metros, o segundo plano com a Rua Pascoal Cassol medindo 65,50 metros e o terceiro plano com Reinaldo João Farinon e Clarisete Rigo Farinon (área de posse) e com o imóvel constante na matrícula n° 4.109 medindo 42,84 metros; Oeste, em dois planos, sendo o primeiro com o imóvel constante na matrícula n° 11.499 medindo 128,94 metros e o segundo com a Gleba "A" deste projeto de desmembramento medindo 22,49 metros; e Sul, em três planos, sendo o primeiro com a Rua Humberto Busato medindo 17,57 metros, o segundo plano com a Rua Pedro Deboni medindo 13,22 metros e o terceiro com a Gleba "A" deste projeto de desmembramento medindo 19,95 metros.

III - Gleba "C" com 1.532,11 m2 (um mil quinhentos e trinta e dois metros e onze decímetros quadrados), confrontando: Norte, com o Rio do Peixe medindo 31,06 metros; Leste, com o imóvel constante da matrícula n° 4.109 e com a A.P.P do Loteamento Tarumã medindo 53,19 metros; Oeste, com o imóvel constante da matrícula n° 11.499 medindo 56,44 metros; e Sul, com a Gleba "B" deste projeto de desmembramento medindo 33,02 metros.

Art. 2º Fica doada para Prefeitura Municipal de Caçador a Gleba "A" descrita no inciso I do art. 1º deste decreto, com superfície de 403,90 m2 (quatrocentos e três metros e noventa decímetros quadrados) em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar n°

128, de 12/05/2008, e a Gleba "C" descrita no inciso III do art. 1º deste decreto, com superfície de 1.532,11 m2 (um mil quinhentos e trinta e dois metros e onze decímetros quadrados), como Área de Preservação Permanente.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 4º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso Alteração e Prorrogação de Prazo PR 64-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ALTERAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL: Pregão Presencial n° 64/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES ESCOLARES E BRINQUEDOS INFANTIS PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ALTERAÇÕES: inclusão das alíneas 'c' e 'd' no item 4.2 do Edital, sendo:

c) Prova de Registro e Regularidade da Empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. A empresa que for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, for registrada no CREA de origem, deverá apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/SC quando da assinatura do contrato, caso seja vencedora do processo licitatório (exceto itens 08, 09 e 10).

d) Prova de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior em engenharia mecânica devidamente registrado no CREA, esta prova se dará através de: a) Registro do profissional junto ao CREA, b) Prova de que o profissional faz parte do quadro permanente da empresa licitante (exceto itens 08, 09 e 10).

Observação I - A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, ao qual se refere esta alínea deverá ser realizada pela apresentação de cópia do contrato de trabalho do profissional, cópia do contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil, ou cópia do Contrato Social da empresa e que conste o profissional integrante da sociedade, além da devida Certidão de Registro no CREA como RT da licitante.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 07/11/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:10 Horas do Dia 07/11/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 22 de outubro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Compras Mês Setembro 2013 - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELVO BASQUERA	OXIGÊNIO MEDICINAL 01 M3	2042	6,000	81,0000	486,00
ADRIANA RIBAS	CONSULTA COM PSICOLOGA	1976	1,000	1.000,0000	1.000,00
ALAN ÍNDIO SERRANO	PALESTRA:	1990	1,000	1.500,0000	1.500,00
ALFREDO TARTAROTTI	ABERTURA GAVETA E FABRICAÇÃO DE CHAVE	2062	3,000	22,6667	68,00
ALFREDO TARTAROTTI	CADEADO E40	2062	5,000	15,6000	78,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE CODIFICADA	2062	1,000	70,0000	70,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE PARA CILINDRO	2062	10,000	27,8000	278,00
ALFREDO TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE II	2062	30,000	4,5000	135,00
ALFREDO TARTAROTTI	FECHADURA CILINDRICA	2062	1,000	70,0000	70,00
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ANEL DA PORTA- EQUIPTO VITALE	2056	2,000	46,1788	92,36
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ANEL DE SILICONE-EQUIP.-VITALE	2056	2,000	26,7058	53,41
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ANEL ORING	2056	12,000	1,5578	18,69
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	BOBIMA SOLENOIDE-EQUIP.-VITALE	2056	1,000	22,2548	22,25
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. DABIATLANTE	2056	2,000	15,5784	31,16
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. GNATUS	2056	2,000	15,5784	31,16
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. KAVO	2056	5,000	19,4730	97,37
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. ODONTOMEDIC	2056	3,000	15,5784	46,74
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. OLSEN	2056	2,000	40,6985	81,40
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CABEÇA COMPLETA PARA CONTRA ÂNGULO- EQUIP.-DABI	2056	6,000	83,4556	500,73
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CABO SILICONADO DE ALTA TEMPERATURA	2056	2,000	4,2284	8,46
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CHAVE DUAS INTENSIDADES	2056	2,000	10,0147	20,03
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CIRCUITO ELETRÔNICO-EQUIP.-VITALE	2056	2,000	127,9653	255,93
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. DABIATLANTE	2056	2,000	8,3456	16,69
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. GNATUS	2056	2,000	2,2255	4,45
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. KAVO	2056	2,000	5,0073	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. ODONTOMEDIC	2056	2,000	8,3456	16,69
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. OLSEN	2056	2,000	3,8946	7,79
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	CUBA DE ALUMÍNIO-EQUIP.-VITALE	2056	2,000	211,4209	422,84
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	DIAFRAGMA	2056	12,000	5,9253	71,10
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ESPELHO DO REFLETOR	2056	2,000	36,1641	72,33
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	LAMPADA 12V/55W	2056	5,000	5,0073	25,04
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	LAMPADA 24V/150W	2056	5,000	7,7892	38,95
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA CORRUGADA 1,1/2 -EQUIP-GNATUS	2056	3,000	3,3382	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA CORRUGADA 1.3/4 -EQUIP-OLSEN	2056	3,000	3,3382	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 -EQUIP-DABIATLANTE	2056	3,000	3,3382	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 -EQUIP-GNATUS	2056	3,000	3,3382	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA CORRUGADA 5/8 -EQUIP-KAVO	2056	3,000	3,3382	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA CRISTAL	2056	3,000	0,8346	2,50
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA PU 3,9 MM	2056	3,000	1,1127	3,34
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA SILICONADA DUPLA P/ PEDAL	2056	10,000	8,8940	88,94
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA SILICONADA P/ SUGADOR	2056	14,000	8,9019	124,63
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA SILICONADA-EQUIP.-VITALE	2056	4,000	46,7351	186,94

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA SPAGUETE	2056	2,000	1,2797	2,56
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANIPLO DA PORTA- EQUIPTO VITALE	2056	1,000	26,3442	26,34
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANOMETRO- EQUIP.-VITALE	2056	2,000	28,9313	57,86
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPA	2119	1,000	1.168,3786	1.168,38
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MICRO CHAVE	2056	2,000	6,9546	13,91
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PALHETAS DO SUPORTE- EQUIP.-DABIATLANTE	2056	12,000	1,6691	20,03
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PALHETAS DO SUPORTE- EQUIP.-GNATUS	2056	2,000	1,6691	3,34
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PALHETAS DO SUPORTE- EQUIP.-KAVO	2056	2,000	1,6691	3,34
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PALHETAS DO SUPORTE- EQUIP.-ODONTOMEDIC	2056	2,000	1,6691	3,34
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PALHETAS DO SUPORTE- EQUIP.-OLSEN	2056	4,000	1,6691	6,68
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PEDAL PROGRESIVO	2056	1,000	36,1641	36,16
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PENEIRA DO SUGADOR- EQUIP. -GNATUS	2056	3,000	7,7892	23,37
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PINO ANTI VACOU- EQUIP.-VITALE	2056	1,000	11,1274	11,13
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PINO DE SEGURANÇA- EQUIP.-VITALE	2056	5,000	7,7892	38,95
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PROTETOR DA REFLETOR- EQUIP- DABIATLANTE	2056	1,000	15,5784	15,58
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PROTETOR DA REFLETOR- EQUIP- GNATUS	2056	2,000	6,6764	13,35
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PROTETOR DA REFLETOR- EQUIP- KAVO	2056	2,000	15,5784	31,16
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PROTETOR DA REFLETOR- EQUIP- ODONTOMEDIK	2056	1,000	15,5784	15,58
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PROTETOR DA REFLETOR- EQUIP- OLSEN	2056	1,000	10,0147	10,01
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	REGISTRO	2056	2,000	10,0147	20,03
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	RESERVATORIO PET	2056	3,000	1,9473	5,84
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	RESISTÊNCIA 21L -EQUIP.-VITALE	2056	3,000	25,5931	76,78
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	RESISTÊNCIA- EQUIPTO VITALE	2056	1,000	25,5931	25,59
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO- EQUIP. DABIATLANTE	2056	8,000	22,2548	178,04
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO- EQUIP.DENTFLEX	2056	10,000	22,2548	222,55
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO- EQUIP.DENTSCLER	2056	2,000	22,2548	44,51
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO- EQUIP.DX	2056	3,000	22,2548	66,76
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO PARA TURBINA- EQUIP.DABIATLANTE	2056	15,000	22,2548	333,82
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO PARA TURBINA- EQUIP.DX	2056	2,000	22,2548	44,51
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO PARA TURBINA- EQUIP.KAVO	2056	3,000	22,2548	66,76
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SELO DE SEGURANÇA-EQUIP.-VITALE	2056	10,000	9,1801	91,80
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SENSOR-EQUIP.-VITALE	2056	1,000	23,3676	23,37
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- DABIATLANTE	2056	3,000	19,4730	58,42
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- GNATUS	2056	3,000	8,3456	25,04
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- KAVO	2056	2,000	19,4730	38,95
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- ODONTOMEDIC	2056	2,000	19,4730	38,95
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- OLSEN	2056	2,000	19,4730	38,95
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SUPORTE ESTRUDADO-EQUIP.-VITALE	2056	2,000	29,4877	58,98
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	TAMPA DE BOCAL PARA RESERVATORIO PET- EQUIP- DABIATLANTE	2056	2,000	17,8039	35,61
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	TAMPA DE BOCAL PARA RESERVATORIO PET- EQUIP- KAVO	2056	2,000	17,8039	35,61
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	TAMPA DE BOCAL PARA RESERVATORIO PET- EQUIP- OLSEN	2056	2,000	17,8039	35,61

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	TECLADO DE MEMBRANA-EQUIP.-VITALE	2056	1,000	18,0932	18,09
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	TERMOSTATO-EQUIP.-VITALE	2056	4,000	22,2548	89,02
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA COMPLETA- EQUIP.-VITALE	2056	1,000	60,0880	60,09
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE REDUÇÃO	2056	2,000	20,0293	40,06
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE SPRAY- EQUIP- DABIATLANTE	2056	1,000	21,1421	21,14
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE SPRAY- EQUIP- GNATUS	2056	2,000	15,0220	30,04
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE SPRAY- EQUIP- KAVO	2056	1,000	15,0220	15,02
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE SPRAY- EQUIP- ODONTOMEDIK	2056	1,000	15,0220	15,02
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE SPRAY- EQUIP- OLSEN	2056	2,000	25,0367	50,07
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DECONTROLE DE PRESSÃO-EQUIP.-STERMAX	2056	3,000	4,1728	12,52
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. DABIATLANTE	2056	2,000	19,4730	38,95
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. GNATUS	2056	2,000	13,3529	26,71
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. KAVO	2056	1,000	13,9093	13,91
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. ODONTOMEDIC	2056	2,000	23,9239	47,85
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. OLSEN	2056	1,000	23,9239	23,92
AUTO PEÇAS E CHAPEAÇÃO CAÇADOR	BARRA DE FERRO 1/4" 12 MT	2028	3,000	63,3333	190,00
AUTO PEÇAS E CHAPEAÇÃO CAÇADOR	CANTONEIRA DE FERRO	2028	4,000	56,2500	225,00
AUTO PEÇAS E CHAPEAÇÃO CAÇADOR	DOBRADIÇAS	2028	4,000	16,2500	65,00
AUTO PEÇAS E CHAPEAÇÃO CAÇADOR	FECHADURA	2028	1,000	50,0000	50,00
AUTO PEÇAS E CHAPEAÇÃO CAÇADOR	SERVIÇO DE SERRALHERIA	2027	3,000	283,3333	850,00
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANSPORTE TFD - MICRO ONIBUS	2063	2.003,604	2,4500	4.908,83
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANSPORTE TFD - MICRO ONIBUS	2073	12.265,000	2,4500	30.049,25
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL)	CAPA DE PROTEÇÃO MOTOR ELETRONICO	2069	1,000	85,0000	85,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL)	CONTROLE PORTAO	2069	1,000	25,0000	25,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL)	SERVIÇO DE CONserto PORTAO ELETRONICO	2070	1,000	50,0000	50,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	DISPENCER P SABONETEIRA	2039	45,000	15,5000	697,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	DISPENCER P/ COPO	2039	15,000	24,9000	373,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PLACAS DE ISOPOR 100X1,20CMX30MM	1974	14,000	13,9000	194,60
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	TNT, CORES A ESCOLHER	1974	50,000	0,7800	39,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	TOALHEIRO	2039	45,000	24,9000	1.120,50
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	CONDOMINIO	1991	1,000	201,0000	201,00
FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	CONDOMINIO	1975	1,000	580,0000	580,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA MANUTENÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	2004	1,000	105,0000	105,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA MANUTENÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	2004	1,000	380,0000	380,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA MANUTENÇÃO DE FOGÃO A GÁS	2004	1,000	93,5000	93,50
KLIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	PALESTRA:	2079	1,000	1.000,0000	1.000,00
MZ2 WEB DESIGN STUDIO LTDA-ME	SUPORTE PASTAS DA DENGUE 16,5CMX21,5CM UM LADO ADESIVADO/TRA	2051	300,000	5,7500	1.725,00
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A	SEGURO DE VEÍCULO	2025	1,000	643,8300	643,83
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	BOBINAS TERMICAS AMARELO 360MTS X57	2003	60,000	2,7500	165,00
RAFAEL DE LIMA TEIXEIRA	ABERTURA DE GAVETA	2100	2,000	25,0000	50,00
RAFAEL DE LIMA TEIXEIRA	CÓPIA DE CHAVE PARA CILINDRO	2100	3,000	15,2000	45,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RAFAEL DE LIMA TEIXEIRA	COPIA DE CHAVE YALE	2100	8,000	4,5000	36,00
RAFAEL DE LIMA TEIXEIRA	CÓPIA DE CHAVE YALE II	2100	15,000	6,0000	90,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANPORTE TFD COM VEÍCULO VAN	2118	3.907,636	1,6500	6.447,60
REUNIDAS TURISMO SA	TRANPORTE TFD COM VEÍCULO VAN	2148	1.060,000	1,6500	1.749,00
TAPECHAMA LTDA - ME	CAPACHO	2011	1,000	360,0000	360,00
TELECAL TEC. E INF. LTDA	NOBREAK COMPACT PLUS III (1200VA/2B.7AH/PRETO)	2044	1,000	550,0000	550,00
TELECAL TEC. E INF. LTDA	PLACA DE REDE	2052	1,000	1.200,0000	1.200,00
TELECAL TEC. E INF. LTDA	SERCIÇO DE SUPORTE TECNICO	2043	1,000	300,0000	300,00
Total Geral do Mês ---->					64.301,65

Contrato 82-2013 Saúde

Contrato 82/2013 FMS - prorrogação de prazo ao contrato N° 03/12 locação de imóvel para funcionamento da farmácia central, processo licitatório n° 01/2012 - DL n° 01/2012. Contratados: CARMEN LUCIA THOME FABIANI, VALDEMAR FABIANI, LISMARIA APARECIDA THOME EL WARD, MATTAR NAAMAN EL WARD, LOURDES MARLISE THOME BERTON, ONOFRE BERTON, MARLUSA HAIDE THOME ELIAS, EDUARDO FELÍCIO ELIAS, GIORGIA CATARINA THOME Prazo: 09/02/2014 Valor: R\$ 17.249,92.

Contrato 83-2013 Saúde

Contrato 83/2013 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa habilitada para construção/ampliação dos postos de saúde, processo licitatório n° 45/13, TP n° 02/13. Contratado: Construtora Edificação Ltda Me. Prazo: 240 dias. Valor: R\$ 900.133,19

Contrato 84-2013 Saúde

Contrato 84/2013 FMS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N° 65/13 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ADEQUAÇÃO DE ALA FÍSICA DO HOSPITAL JONAS RAMOS PARA INSTALAÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL. Processo licitatório n° 32/13, TP n° 01/13 Contratado: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME Prazo: 22/01/2014

1º Aditamento ao Termo de Convênio Que Entre Si Celebram o Município de Caçador e a Associação de Serviços Voluntários de Caçador

1º ADITAMENTO AO TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR - SC - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, OBJETIVANDO O APOIO À FISCALIZAÇÃO NO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO DE INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o número 83.074.032/0001-31, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, 195, na cidade de Caçador, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Caçador-SC, senhor GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Caçador, estado de Santa Catarina, inscrito sob o CPF 550.201.009-00, por intermédio do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Caçador - IPPUC, neste ato representado pelo seu presidente senhor DILSON EDGAR THOMÉ, doravante denominado de MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua General Sampaio, n° 200, inscrita no CNPJ sob o n° 082.798.653/0001-22, entidade sem fins lucrativos, especializado no combate de incêndios, pré-hospitalar, resgate veicular e outros sinistros que ocorrem em nossa comunidade, neste ato representado por seu presidente Senhor DIRCEU CAMATI, CPF n° 068.721.319-34, brasileiro, casado residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, estado de Santa Catarina, doravante denominado CONVENIADO, assinam o primeiro Aditivo ao Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A CLÁUSULA 5ª - DO PRAZO, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

()

Parágrafo Único. O prazo de vigência do presente convênio fica prorrogado por mais 12 (doze) meses iniciando-se em 10 de

setembro de 2.013”.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO DIRCEU CAMATI

Prefeito Municipal Presidente - Bombeiros Voluntários
Conveniado Conveniente

DILSON EDGAR THOMÉ

Presidente do IPPUC

Testemunhas:

01. Nome:

02. Nome

CPF:

CPF:

Edital de Notificação**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Por meio do presente EDITAL, com fundamento no disposto no art. 87, § 2º da Lei Municipal 54/83 (Código Tributário Municipal), NOTIFICAMOS o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), com processo de fiscalização em trâmite junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os quais não foram localizados nos endereços constantes dos autos e/ou recusou a assinar documento que lhe foi apresentado:

NOME CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	AUTOS AÇÃO FISCAL
ROBERTO CARLOS DA SILVA	134079031	PROTOCOLO Nº 11385/2013

O(s) contribuinte(s) acima fica(m) NOTIFICADO(S) do lançamento do ISSQN apurado na ação fiscal em referência, relativo ao exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, conforme notificação de débito nº 001006, de, 19/09/2013, no valor de R\$ 1.637,56 (Mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Fica cientificado que, na forma do Artigo 158, VI do Código Tributário Municipal, que lhe assiste o direito de interpor impugnação ao lançamento ou recolher o débito, devendo fazê-lo no prazo de 20 (vinte) dias da publicação presente notificação (art. 88 CTM). Depois de transcorrido o prazo acima, os referidos débitos serão encaminhados para execução fiscal, na forma da legislação vigente.

E, para que não seja alegado o desconhecimento por parte dos interessados, expedimos o presente EDITAL.

Caçador, 21 de outubro de 2013.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Sec.Adj.Ass.Fazenda

GECIONE CORREA GARCIA

Fiscal Tributalista – Matr.12.763

Edital de Notificação**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Por meio do presente EDITAL, com fundamento no disposto no art. 87, § 2º da Lei Municipal 54/83 (Código Tributário Municipal), NOTIFICAMOS o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), com processo de fiscalização em trâmite junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os quais não foram localizados nos endereços constantes dos autos e/ou recusou a assinar documento que lhe foi apresentado:



NOME CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	AUTOS AÇÃO FISCAL
ISANDIR TRENTIN	134077501	PROTOCOLO Nº 11166/2013

O(s) contribuinte(s) acima fica(m) NOTIFICADO(S) do lançamento do ISSQN apurado na ação fiscal em referência, relativo ao exercício de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, conforme notificação de débito nº 001005, de, 12/09/2013, no valor de R\$ 3.188,07 (três mil cento e oitenta e oito reais e sete centavos).

Em decorrência da ação fiscal acima mencionada, fica notificado o contribuinte da existência de ISSQN a vencer das competências de agosto/2013 a dezembro/2013, no valor total de R\$ 154,25 (cento e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Também, foi-lhe aplicada penalidade de multa, prevista no art. 52, XIV do Código Tributário Nacional, no valor de R\$ 1.443,83 (mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), conforme auto de infração nº 002703, de 12/09/2013.

Fica cientificado que, na forma do Artigo 158, VI do Código Tributário Municipal, assiste-lhe o direito de interpor impugnação ao lançamento ou recolher o débito, devendo fazê-lo no prazo de 20 (vinte) dias da publicação presente notificação (art. 88 CTM).

Depois de transcorrido o prazo acima, os referidos débitos serão encaminhados para execução fiscal, na forma da legislação vigente.

E, para que não seja alegado o desconhecimento por parte dos interessados, expedimos o presente EDITAL.

Caçador, 21 de outubro de 2013.
GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

GECIONE CORREA GARCIA
Fiscal Tributarista - Matr.12.763

Camboriú

PREFEITURA

CC 3/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº. 003/2013 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA URBANIZAÇÃO DE CALÇADA, COBERTURA HALL DE ENTRADA, MURO, PINTURA, GRADES E PORTÕES NO CEI RIO PEQUENO, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 25 (Vinte e Cinco) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 10,00 (DEZ REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 65/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO RECICLAVEL EM DIVERSAS RUAS, ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E CONDOMINIOS RESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº2320/2011 QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 05 (Cinco) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 66/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 06 (Seis) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Outubro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1079/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1079/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB0666	54623837E	5185/1	26/09/2013	167
BUN6013	54623840E	5185/1	26/09/2013	167
CFG1302	54623324E	5541/6	04/09/2013	181 * XVII
CRL5186	54623671E	5541/6	06/09/2013	181 * XVII
DHF9828	54623681E	5738/0	06/09/2013	186 * II
KJU1120	54623815E	5452/1	17/09/2013	181 * VIII
LZK4360	54623845E	5185/1	26/09/2013	167
MCM5767	54622747E	7366/2	16/08/2013	252 * VI
MCQ3747	54623963E	5185/1	25/09/2013	167
MCT7609	54622445E	5185/1	04/09/2013	167
MEM0756	54623015E	5738/0	16/08/2013	186 * II
MEP0339	54456443E	7056/1	23/09/2013	244 * III
MES6859	54623969E	5185/1	25/09/2013	167
MFR9096	55653471D	5835/0	17/09/2013	195
MFR9096	55653472D	6858/0	17/09/2013	231 * VII
MGZ4305	54623008E	5550/0	12/08/2013	181 * XVIII
MHE9959	54623961E	5185/1	25/09/2013	167
MIL2868	54622700E	5541/1	16/08/2013	181 * XVII
MJB7135	54623046E	7366/2	18/09/2013	252 * VI
MJO1937	54623818E	5541/6	18/09/2013	181 * XVII
MJT9684	54623555E	5509/0	25/09/2013	181 * XIII
MKW9074	54623410E	5835/0	18/09/2013	195
MKW9074	54623413E	7030/2	18/09/2013	244 * I
MKW9074	54623415E	5738/0	18/09/2013	186 * II
MLS5353	54623036E	5819/4	02/09/2013	193
MLS5353	54623037E	7030/2	02/09/2013	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMA6666	54623817E	5541/5	18/09/2013	181 * XVII
MMB7653	54622768E	6394/2	27/08/2013	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE OUTUBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1083/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1083/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARI4043	55653480D	5738/0	19/09/2013	186 * II
AUM1979	54623305E	5541/6	20/08/2013	181 * XVII
JYI6142	54623958E	5185/1	25/09/2013	167
LXG7880	54456890E	7030/2	25/08/2013	244 * I
LZY1509	54623029E	5665/0	27/08/2013	182 * X
MDV7593	54623515E	6050/1	27/08/2013	208
MEJ2059	54623239E	5185/1	26/08/2013	167
MIA7002	54623304E	5460/0	20/08/2013	181 * IX
MLB2104	54623032E	5665/0	29/08/2013	182 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.830/13 Decreta Ponto Facultativo o Dia 28 de Outubro - Dia do Servidor Público

DECRETO Nº 6.830/2013 DE 22/10/2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 28 DE OUTUBRO - DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 28/10/2013 (segunda-feira), dedicado ao "Dia do Servidor Público", na sede da Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento apenas a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Convocação de Leiloeiros Credenciados Para Sorteio

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONVOCAÇÃO DE LEILOEIROS CREDENCIADOS PARA SORTEIO

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados que está convocando os leiloeiros credenciados através do edital de Chamada Pública n.º 11/2013 até o dia 24/10/2013 a participarem do sorteio para escolha do Leiloeiro que conduzirá Leilão Público para venda de veículos, caminhões e máquinas inservíveis, mediante autorização Legislativa constante na Lei Municipal n.ºs 5.165/2013. O sorteio será público e será realizado às 11h00min do dia 25/10/2013, na Sala de Licitações da Prefeitura de Canoinhas, sito à rua Felipe Schmidt, 10, Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, com ou sem a presença dos Leiloeiros convocados. Informações pelo e-mail: licitação@pmc.sc.gov.br. ou fone (47) 3621 7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Inexigibilidade de Licitação N.º FMS 06/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n.º FMS 40/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 06/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: PENINHA S/S LTDA.

Objeto: Contratação de empresa para realização de exames excedentes da cota sus, na atenção básica, ao preço da tabela sia/sus. Valor: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil).

Vigência do Contrato até 16/10/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação de Inexigibilidade de Licitação N.º FMS 07/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n.º FMS 41/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 07/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: LABCENTER LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/C LTDA.

Objeto: Contratação de empresa para realização de exames excedentes da cota sus, na atenção básica, ao preço da tabela sia/sus. Valor: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil).

Vigência do Contrato até 16/10/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Edital de Pregão Presencial N.º PMC 69/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 143/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 69/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/11/2013, às 10h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE FARMACOS DESTINADOS AOS POLICIAIS DA CORPORAÇÃO DO 3º BATALHÃO DE POLICIAL MILITAR DE CANOINHAS QUE REALIZA O POLICIAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DESTA MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 08/11/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Errata

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0132/2013

Pregão Presencial N° 055/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de sistemas integrados de gestão pública, e serviços de informática para a Prefeitura e Fundos do Município de Capinzal e para a Câmara Municipal de Vereadores, com recursos próprios, prazo de 48 meses.

No aviso de licitação publicado na edição do dia 17/10/2013, onde se lê:

2.8 O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço. (Pág. 19)

Leia-se: O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

CAPINZAL, 22 de outubro de 2013.

ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

FMS - Processo Licitatório N° 37/2013 - Pregão Eletrônico N° 6/2013

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

POR FORÇA DO DECRETO MUNICIPAL 023/2009, HOUVE MUDANÇA NA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, VERIFIQUEM O ITEM 10.5 DO EDITAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 37/2013

Pregão Eletrônico N° 6/2013

OBJETO: Aquisição fracionada de medicamentos para a farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do município, durante o ano de 2013, recursos próprios e da atenção básica.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 06/11/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 24 de Outubro de 2013.

MARIA DAGMAR WOLFF SURDI

Pregoeira

PMC - Processo Licitatório N° 133/2013 - Pregão Presencial N° 56/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 133/2013

Pregão Presencial N° 56/2013

OBJETO: Aquisição de seguro total, seguro do casco, seguro contra terceiros, danos corporais e materiais, morte por pessoa e invalidez por pessoa, DMHR em máquinas retroescavadeira JCB 3C Plus da Secretaria de Infraestrutura, período de 1 ano, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 06/11/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 24 de Outubro de 2013.

ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

PMC - Processo Licitatório N° 134/2013 - Pregão Presencial N° 57/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 134/2013

Pregão Presencial N° 57/2013

OBJETO: Contratação de 100(cem) horas de serviços de manutenção da Patrula 12H/2013, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade com prévia aprovação do órgão/ entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 07/11/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 24 de Outubro de 2013.

ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

Classificação Final

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA

EDITAL N° 032/2013

ARTES		
ESCOLA	CH	CLASSIFICADO
CMEI Conquistando meu Espaço	20	Christiane Ramos

Termo de Convocação**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

PROCESSO SELETIVO EDITAL 004/2013

Nome: CLAUDIO MARINOSKI JUNIOR

Cargo: MOTORISTA

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCA-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item XII do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 004/2013 o (a) mesmo(a) deverá apresentar-se na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir desta publicação, cópia dos seguintes documentos:

a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;

b) Nível de escolaridade exigido para o cargo, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;

c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;

d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;

e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)

2. Cadastro de Pessoa Física

3. Certidão de Casamento

4. Certidão de Nascimento de Filhos

5. Carteira de Trabalho

6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do cargo, descrito no Anexo I deste Edital.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TICIANE PAULA H. DE L. DA GAMA

Diretora de Recursos Humanos

SIMAE

Portaria N ° 48/2013/SIMAE-Cao

PORTARIA N ° 048/2013/SIMAE-CAO, de 22 de outubro de 2013. Concede licença prêmio à Servidor que que especifica .

O COORDENADOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor Sidnei Penzo, ocupante do Cargo de Agente Administrativo II, padrão 05.16, nível 03, ref. D, referente período aquisitivo de 20.08.2002 a 18.08.2007, com gozo nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, e conversão de um terço do período em espécie no mês de novembro de 2013.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

DIONÍSIO ALZIR ROSSET

Coordenador Geral

Catanduvras

PREFEITURA

Decreto N° 1.937, de 15 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 1.937/2013 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre ao Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social, em favor da Manutenção das Atividades Sócios Geral, Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 4º, parágrafo único da Lei nº 2.386, de 5 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o Setor Contábil autorizado a reforçar o Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social (art. 4º, parágrafo único da Lei nº 2.386, de 5 de dezembro de 2012), em favor da Manutenção da Assistência Social Geral, Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para atender a seguinte programação:

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
	2077	Manutenção da Assistência Social Geral
		3190 – Despesas Correntes
	100	R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado a seguir:

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
	2077	Manutenção da Assistência Social Geral
		3390 – Outras Despesas Correntes
	100	R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvras, SC, 15 de Outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - 4º Bimestre de 2013

ANEXO 1 ANEXO 8
 ANEXO 2 ANEXO 11
 ANEXO 3 ANEXO 12
 ANEXO 4 ANEXO 13
 ANEXO 5 ANEXO 14
 ANEXO 6
 ANEXO 7

PÁGINA: 1 DE 4
 22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	25.900.000,00	25.900.000,00	3.448.211,94	13,31	14.745.824,50	56,93	11.154.175,50
Receitas Correntes	25.597.000,00	25.597.000,00	3.448.211,94	13,47	14.181.501,56	55,40	11.415.498,44
Receita Tributária	4.045.617,60	4.045.617,60	328.664,56	8,12	1.768.361,18	43,71	2.277.256,42
Impostos	2.627.000,00	2.627.000,00	291.611,59	11,10	1.409.906,55	53,67	1.217.093,45
Taxas	1.059.000,00	1.059.000,00	20.562,48	1,94	335.837,66	31,71	723.162,34
Contribuição de Melhoria	359.617,60	359.617,60	16.490,49	4,59	22.616,97	6,29	337.000,63
Receita De Contribuição s	463.000,00	463.000,00	69.880,59	15,09	303.923,90	65,64	159.076,10
Contribuição s Sociais	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
Contribuição s Economicas	460.000,00	460.000,00	69.880,59	15,19	303.923,90	66,07	156.076,10
Receita Patrimonial	88.000,00	88.000,00	16.386,04	18,62	90.221,99	102,53	-2.221,99
Receitas Imobiliarias	15.000,00	15.000,00	2.847,39	18,98	20.635,00	137,57	-5.635,00
Receitas De Valores Mobiliarios	73.000,00	73.000,00	13.538,65	18,55	69.586,99	95,32	3.413,01
Receita Agropecuária	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Receita Da Producao Vegetal	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Receita De Servicos	39.100,00	39.100,00	7.695,79	19,68	25.538,83	65,32	13.561,17
Transferencias Correntes	20.353.622,40	20.353.622,40	3.038.134,17	14,93	11.841.898,41	58,18	8.511.723,99
Transferencias Intergovernamentais	19.943.622,40	19.943.622,40	2.945.722,77	14,77	11.579.177,12	58,06	8.364.445,28
Transferencias De Convenios	410.000,00	410.000,00	92.411,40	22,54	262.721,29	64,08	147.278,71
Outras Receitas Correntes	606.660,00	606.660,00	-12.549,21	-2,07	151.557,25	24,98	455.102,75
Multas E Juros De Mora	219.190,00	219.190,00	5.674,19	2,59	30.850,06	14,07	188.339,94
Indenizac s E Restituic s	20.750,00	20.750,00	16.120,13	77,69	21.505,77	103,64	-755,77
Receita Da Dívida Ativa	355.920,00	355.920,00	1.009,43	0,28	73.612,59	20,68	282.307,41
Receitas Correntes Diversas	10.800,00	10.800,00	-35.352,96	-327,34	25.588,83	236,93	-14.788,83
Receitas De Capital	303.000,00	303.000,00	-	-	564.322,94	186,25	-261.322,94
Operac s De Credito	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00

PÁGINA: 2 DE 4
22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operac s De Credito Internas	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
Alienacao De Bens	51.000,00	51.000,00	-	-	20.000,00	39,22	31.000,00
Alienacao De Bens Moveis	50.000,00	50.000,00	-	-	20.000,00	40,00	30.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Transferencias De Capital	152.000,00	152.000,00	-	-	544.322,94	358,11	-392.322,94
Transferencias Intergovernamentais	-	-	-	-	5.544,00	-	-5.544,00
Transferências de Convênios	152.000,00	152.000,00	-	-	538.778,94	354,46	-386.778,94
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	25.900.000,00	25.900.000,00	3.448.211,94	13,31	14.745.824,50	56,93	11.154.175,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	25.900.000,00	25.900.000,00	3.448.211,94	13,31	14.745.824,50	56,93	11.154.175,50
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	25.900.000,00	25.900.000,00	3.448.211,94	13,31	14.745.824,50	56,93	11.154.175,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 4
22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO	CRÉDITOS	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A
	INICIAL	ADICIONAIS	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	LIQUIDAR
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	25.900.000,00	1.892.932,19	27.792.932,19	3.085.321,03	15.971.201,62	3.398.686,93	14.208.335,06	51,12	13.584.597,13
Despesas Correntes	22.542.500,00	1.140.828,80	23.683.328,80	2.935.194,94	14.555.510,27	3.218.133,41	12.906.483,18	54,50	10.776.845,62
Pessoal E Encargos Sociais	11.842.250,00	40.628,80	11.882.878,80	1.818.726,41	7.196.657,46	1.819.012,41	7.196.085,46	60,56	4.686.793,34
Juros E Encargos Da Dívida	320.000,00	-	320.000,00	51.130,25	203.324,61	51.130,25	203.324,61	63,54	116.675,39
Outras Despesas Correntes	10.380.250,00	1.100.200,00	11.480.450,00	1.065.338,28	7.155.528,20	1.347.990,75	5.507.073,11	47,97	5.973.376,89
Despesas De Capital	3.337.500,00	752.103,39	4.089.603,39	150.126,09	1.415.691,35	180.553,52	1.301.851,88	31,83	2.787.751,51
Investimentos	3.037.500,00	752.103,39	3.789.603,39	109.119,07	1.228.855,22	139.546,50	1.115.015,75	29,42	2.674.587,64
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	300.000,00	-	300.000,00	41.007,02	186.836,13	41.007,02	186.836,13	62,28	113.163,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	-	20.000,00	-	-	-	-	-	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	25.900.000,00	1.892.932,19	27.792.932,19	3.085.321,03	15.971.201,62	3.398.686,93	14.208.335,06	51,12	13.584.597,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	25.900.000,00	1.892.932,19	27.792.932,19	3.085.321,03	15.971.201,62	3.398.686,93	14.208.335,06	51,12	13.584.597,13
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	537.489,44	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	25.900.000,00	1.892.932,19	27.792.932,19	3.085.321,03	15.971.201,62	3.398.686,93	14.745.824,50	53,06	13.584.597,13

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 42m.

PÁGINA: 4 DE 4
22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 1
22/10/2013 15:36

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto/2013

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	51.000,00	20.000,00	31.000,00
Alienacao De Bens Moveis	50.000,00	20.000,00	30.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	1.000,00	-	1.000,00
TOTAL	51.000,00	20.000,00	31.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	-	-	20.000,00
Investimentos	20.000,00	-	-	20.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	20.000,00	-	-	20.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		20.000,00	20.000,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 51m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: 13.325 Contador



PÁGINA: 1 DE 3
22/10/2013 15:37

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.046.150,00	3.046.150,00	1.471.365,53	48,30
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	860.000,00	860.000,00	692.641,21	80,53
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	265.000,00	265.000,00	132.675,38	50,06
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.177.000,00	1.177.000,00	483.306,07	41,06
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	325.000,00	325.000,00	101.283,89	31,16
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.100,00	3.100,00	2.743,68	88,50
Dívida Ativa dos Impostos	265.550,00	265.550,00	49.609,79	18,68
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	150.500,00	150.500,00	9.105,51	6,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.688.528,00	18.688.528,00	9.849.034,93	52,70
Cota-Parte FPM	7.448.088,00	7.448.088,00	3.572.889,27	47,97
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	1.057,72	17,62
Cota-Parte IPVA	1.468.000,00	1.468.000,00	714.109,91	48,64
Cota-Parte ICMS	9.531.440,00	9.531.440,00	5.454.769,80	57,22
Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	80.555,98	44,75
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.000,00	55.000,00	25.652,25	46,64
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.000,00	55.000,00	25.652,25	46,64
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.734.678,00	21.734.678,00	11.320.400,46	52,08

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.292.300,00	4.292.300,00	3.076.807,95	71,68
Provenientes da União	1.092.300,00	1.092.300,00	880.230,95	80,58
Provenientes dos Estados	-	-	-	-
Provenientes de Outros Municípios	3.200.000,00	3.200.000,00	2.196.577,00	68,64
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.292.300,00	4.292.300,00	3.076.807,95	71,68

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	5.803.300,00	5.803.300,00	4.113.534,75	70,88	3.692.171,45	63,62
Pessoal e Encargos Sociais	3.727.000,00	3.727.000,00	2.339.255,38	62,76	2.339.255,38	62,76
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.076.300,00	2.076.300,00	1.774.279,37	85,45	1.352.916,07	65,16
DESPESAS DE CAPITAL	215.000,00	495.000,00	231.454,87	46,75	231.454,87	46,75
Investimentos	215.000,00	495.000,00	231.454,87	46,75	231.454,87	46,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.018.300,00	6.298.300,00	4.344.989,62	68,98	3.923.626,32	62,29



PÁGINA: 2 DE 3
22/10/2013 15:37

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.173.300,00	1.453.300,00	731.589,14	16,83	698.171,24	17,79
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	964.300,00	994.300,00	445.142,58	10,24	411.724,68	10,49
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	209.000,00	459.000,00	286.446,56	6,59	286.446,56	7,30
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.173.300,00	1.453.300,00	731.589,14	16,83	698.171,24	17,79

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.845.000,00	4.845.000,00	3.613.400,48	83,16	3.225.455,08	82,20
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	31,92
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII -15) / 100 X IIib]	1.915.411,75
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (não aplicado)
Total (VIII)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (não aplicado)
Total (IX)	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 3
22/10/2013 15:37

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

<u>DESPESAS COM SAÚDE</u> (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	5.987.300,00	6.267.300,00	4.329.464,39	99,64	3.908.101,09	99,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	31.000,00	31.000,00	15.525,23	0,36	15.525,23	0,40
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.018.300,00	6.298.300,00	4.344.989,62	100,00	3.923.626,32	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 52m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC- 13.325 / Contador

PÁGINA: 1 DE 1
22/10/2013 15:38

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuo Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2013

Lei nº 11.079, de 30.12.2004,arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c)=(a+b)
		No bimestre	Até o Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS(I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2014	EXERCÍCIO/ 2015	EXERCÍCIO/ 2016	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022
Do Ente Federado											
Das Estadais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RCL(%)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 53m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: 13.325 - Contador

PÁGINA: 1 DE 2
22/10/2013 15:43

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre		Até o bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		-		25.900.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		-		25.900.000,00	
Receitas Realizadas		3.448.211,94		14.745.824,50	
Déficit Orçamentário				-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-		0,00	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		25.900.000,00	
Créditos Adicionais		-		1.892.932,19	
Dotação Atualizada		-		27.792.932,19	
Despesas Empenhadas		3.085.321,03		15.971.201,62	
Despesas Liquidadas		3.398.686,93		14.208.335,06	
Superávit Orçamentário				537.489,44	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		3.085.321,03		15.971.201,62	
Despesas Liquidadas		3.398.686,93		14.208.335,06	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida				14.181.501,56	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-243.285,00		
Resultado Primário		0,00	838.063,19		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.500.091,44	0,00	1.215.239,14	284.852,30
Poder Executivo		1.500.091,44	0,00	1.215.239,14	284.852,30
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		11.002,11	0,00	10.000,00	1.002,11
Poder Executivo		11.002,11	0,00	10.000,00	1.002,11
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.511.093,55	0,00	1.225.239,14	285.854,41

PÁGINA: 2 DE 2
22/10/2013 15:43

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo XIV R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.934.775,25	25%	25,92
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	1.609.227,60	60%	73,26

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	100.000,00
Despesa de Capital Líquida	1.301.851,88	2.787.751,51

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	20.000,00	31.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	20.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.225.455,08		31,92

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 55m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 3
22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	25.900.000,00	27.792.932,19	3.085.321,03	15.971.201,62	3.398.686,93	14.208.335,06	100,00	51,12	13.584.597,13
Legislativa	1.040.000,00	2.040.000,00	73.488,40	418.372,75	72.838,40	417.722,75	2,94	20,48	1.622.277,25
Ação Legislativa	1.040.000,00	2.040.000,00	73.488,40	418.372,75	72.838,40	417.722,75	2,94	20,48	1.622.277,25
Administração	2.914.050,00	2.914.050,00	402.890,83	1.907.362,93	449.714,87	1.647.217,08	11,59	56,53	1.266.832,92
Administração Geral	2.701.050,00	2.701.050,00	381.432,34	1.797.637,56	425.877,07	1.546.528,00	10,88	57,26	1.154.522,00
Defesa Civil	213.000,00	213.000,00	21.458,49	109.725,37	23.837,80	100.689,08	0,71	47,27	112.310,92
Segurança Pública	113.000,00	113.000,00	7.365,23	79.178,14	7.711,89	76.810,62	0,54	67,97	36.189,38
Policiamento	113.000,00	113.000,00	7.365,23	79.178,14	7.711,89	76.810,62	0,54	67,97	36.189,38
Assistência Social	916.500,00	916.500,00	100.889,44	496.292,38	126.775,73	452.322,46	3,18	49,35	464.177,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.000,00	9.000,00	100,00	600,00	7,40	507,40	0,00	5,64	8.492,60
Assistência Comunitária	907.500,00	907.500,00	100.789,44	495.692,38	126.768,33	451.815,06	3,18	49,79	455.684,94
Saúde	6.018.300,00	6.298.300,00	853.781,26	4.344.989,62	970.332,85	3.923.626,32	27,62	62,30	2.374.673,68
Atenção Básica	5.987.300,00	6.267.300,00	844.053,37	4.329.464,39	960.604,96	3.908.101,09	27,51	62,36	2.359.198,91
Vigilância Sanitária	31.000,00	31.000,00	9.727,89	15.525,23	9.727,89	15.525,23	0,11	50,08	15.474,77
Trabalho	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
Fomento ao Trabalho	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
Educação	6.762.000,00	7.013.117,61	864.570,01	4.022.306,08	912.445,71	3.825.168,56	26,92	54,54	3.187.949,05
Alimentação e Nutrição	215.000,00	215.000,00	31.988,56	127.988,00	33.531,56	121.005,75	0,85	56,28	93.994,25
Ensino Fundamental	5.752.000,00	5.816.828,80	681.496,28	3.256.183,92	735.767,98	3.073.967,65	21,64	52,85	2.742.861,15
Ensino Superior	150.000,00	150.000,00	27.951,33	91.030,93	27.951,33	91.030,93	0,64	60,69	58.969,07
Educação Infantil	615.000,00	801.288,81	123.133,84	517.954,63	115.194,84	510.015,63	3,59	63,65	291.273,18
Educação de Jovens e Adultos	30.000,00	30.000,00	0,00	29.148,60	0,00	29.148,60	0,21	97,16	851,40
Cultura	549.150,00	549.150,00	7.731,32	149.340,74	18.287,43	115.728,21	0,81	21,07	433.421,79
Difusão Cultural	549.150,00	549.150,00	7.731,32	149.340,74	18.287,43	115.728,21	0,81	21,07	433.421,79
Urbanismo	926.000,00	1.027.993,68	62.503,65	695.840,96	99.097,12	536.246,88	3,77	52,16	491.746,80
Infra-Estrutura Urbana	426.000,00	527.993,68	18.316,82	384.741,57	45.060,85	292.879,89	2,06	55,47	235.113,79
Serviços Urbanos	500.000,00	500.000,00	44.186,83	311.099,39	54.036,27	243.366,99	1,71	48,67	256.633,01

PÁGINA: 2 DE 3
22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação	Dotação	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	%	(a-b)
		(a)				(b)	(b/Total b)	(b/a)	
Habituação	161.000,00	252.320,90	1.270,62	109.843,60	1.270,62	109.843,60	0,77	43,53	142.477,30
Habituação Urbana	161.000,00	252.320,90	1.270,62	109.843,60	1.270,62	109.843,60	0,77	43,53	142.477,30
Saneamento	740.000,00	740.000,00	16.172,00	505.634,30	77.680,83	373.741,19	2,63	50,51	366.258,81
Saneamento Básico Urbano	740.000,00	740.000,00	16.172,00	505.634,30	77.680,83	373.741,19	2,63	50,51	366.258,81
Agricultura	384.000,00	439.000,00	38.386,80	107.796,80	44.736,38	91.347,53	0,64	20,81	347.652,47
Extensão Rural	384.000,00	439.000,00	38.386,80	107.796,80	44.736,38	91.347,53	0,64	20,81	347.652,47
Organização Agrária	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00	0,11	100,00	0,00
Extensão Rural	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00	0,11	100,00	0,00
Comunicações	40.000,00	40.000,00	1.284,00	14.880,00	2.245,88	8.744,10	0,06	21,86	31.255,90
Telecomunicações	40.000,00	40.000,00	1.284,00	14.880,00	2.245,88	8.744,10	0,06	21,86	31.255,90
Transporte	3.620.000,00	3.620.000,00	430.727,20	2.165.442,80	384.314,17	1.705.000,63	12,00	47,10	1.914.999,37
Transporte Rodoviário	3.620.000,00	3.620.000,00	430.727,20	2.165.442,80	384.314,17	1.705.000,63	12,00	47,10	1.914.999,37
Desporto e Lazer	360.000,00	457.500,00	32.084,37	175.489,47	39.059,15	146.384,08	1,03	32,00	311.115,92
Desporto Comunitário	360.000,00	457.500,00	32.084,37	175.489,47	39.059,15	146.384,08	1,03	32,00	311.115,92
Encargos Especiais	1.260.000,00	1.260.000,00	192.175,90	762.431,05	192.175,90	762.431,05	5,37	60,51	497.568,95
Administração Geral	640.000,00	640.000,00	100.038,63	372.270,31	100.038,63	372.270,31	2,62	58,17	267.729,69
Serviço da Dívida Interna	620.000,00	620.000,00	92.137,27	390.160,74	92.137,27	390.160,74	2,75	62,93	229.839,26
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	25.900.000,00	27.792.932,19	3.085.321,03	15.971.201,62	3.398.686,93	14.208.335,06	100,00	51,12	13.584.597,13

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 44m.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

PÁGINA: 3 DE 3
22/10/2013 15:31

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	%	
						(b)	(b/Total b)	(b/a)	(a-b)
Prefeita Municipal		CRC 13.325 Contador							

PÁGINA: 1 DE 3
22/10/2013 15:32

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2012 a Agosto/2013

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2013
	Setembro/2012	Outubro/2012	Novembro/2012	Dezembro/2012	Janeiro/2013	Fevereiro/2013		
	Março/2013	Abril/2013	Maió/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-	-	1.741.789,41	2.150.421,27		
	2.442.402,75	1.745.895,14	2.100.278,73	2.020.302,79	2.033.159,87	1.917.056,93	16.151.306,89	29.334.705,60
Receita Tributária	-	-	-	-	84.192,21	141.032,60		
	826.034,34	143.116,17	163.075,60	82.245,70	44.938,56	283.726,00	1.768.361,18	4.045.617,60
IPTU	-	-	-	-	-	177,45		
	574.055,64	39.798,69	33.290,20	4.704,44	-	40.614,79	692.641,21	860.000,00
ISS	-	-	-	-	64.032,65	59.830,49		
	53.195,78	53.211,50	55.853,30	32.048,87	26.194,25	138.939,23	483.306,07	1.177.000,00
ITBI	-	-	-	-	7.081,87	9.589,90		
	16.847,17	11.575,00	10.814,69	18.823,89	-	57.942,86	132.675,38	265.000,00
IRRF	-	-	-	-	-	986,91		
	33.869,44	11.591,87	12.296,21	14.619,00	13.452,27	14.468,19	101.283,89	325.000,00
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	-	13.077,69	70.447,85		
	148.066,31	26.939,11	50.821,20	12.049,50	5.292,04	31.760,93	358.454,63	1.418.617,60
Receita De Contribuições	-	-	-	-	38.683,81	40.154,37		
	38.992,61	38.393,24	42.781,06	35.038,22	34.377,65	35.502,94	303.923,90	463.000,00
Receita Patrimonial	-	-	-	-	4.884,79	25.232,01		
	12.385,08	10.984,51	10.068,51	10.281,05	8.681,39	7.704,65	90.221,99	88.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	1.000,00
Receita De Serviços	-	-	-	-	1.508,51	3.337,72		
	3.914,12	3.771,61	5.311,08	-	3.868,65	3.827,14	25.538,83	39.100,00
Transferências Correntes	-	-	-	-	1.599.918,66	1.927.954,69		
	1.543.762,45	1.531.652,03	1.853.395,76	1.814.881,12	1.816.512,96	1.723.626,07	13.811.703,74	24.091.328,00
Cota-Parte do FPM	-	-	-	-	459.205,74	617.812,22		
	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	3.572.889,27	7.448.088,00
Cota-Parte do ICMS	-	-	-	-	688.843,37	619.238,17		

PÁGINA: 2 DE 3
22/10/2013 15:32

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2012 a Agosto/2013

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2013
	Setembro/2012	Outubro/2012	Novembro/2012	Dezembro/2012	Janeiro/2013	Fevereiro/2013		
	Março/2013	Abril/2013	Maió/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013		
	584.606,41	704.905,96	700.519,52	656.165,17	817.569,36	682.921,84	5.454.769,80	9.531.440,00
Cota-Parte do IPVA	-	-	-	-	32.821,88	63.203,73		
	116.574,88	96.686,74	92.919,10	82.521,58	123.549,40	105.832,60	714.109,91	1.468.000,00
Cota-Parte do ITR	-	-	-	-	62,35	13,76		
	144,66	-	538,50	249,91	-	48,54	1.057,72	6.000,00
Transferências da LC 87/1996	-	-	-	-	-	-		
	-	12.826,13	3.206,53	3.206,53	3.206,53	3.206,53	25.652,25	55.000,00
Transferências da LC 61/1989	-	-	-	-	12.195,58	9.364,14		
	8.266,51	8.275,06	10.192,69	10.615,96	10.456,98	11.189,06	80.555,98	180.000,00
Transferências do FUNDEB	-	-	-	-	275.059,89	247.229,51		
	234.735,78	273.777,36	293.254,74	324.941,58	263.349,92	284.228,22	2.196.577,00	3.200.000,00
Outras Transferências Correntes	-	-	-	-	131.729,85	371.093,16		
	243.620,25	53.400,43	204.198,21	279.515,45	272.464,95	210.069,51	1.766.091,81	2.202.800,00
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	12.601,43	12.709,88		
	17.314,15	17.977,58	25.646,72	77.856,70	124.780,66	-137.329,87	151.557,25	606.660,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	238.625,55	261.926,25		
	213.081,09	240.894,62	271.188,36	242.084,60	256.139,39	245.865,47	1.969.805,33	3.737.705,60
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	-	-	-	-	238.625,55	261.926,25		
	213.081,09	240.894,62	271.188,36	242.084,60	256.139,39	245.865,47	1.969.805,33	3.737.705,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	-	-	-	-	1.503.163,86	1.888.495,02		
	2.229.321,66	1.505.000,52	1.829.090,37	1.778.218,19	1.777.020,48	1.671.191,46	14.181.501,56	25.597.000,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 45m.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

PÁGINA: 3 DE 3
22/10/2013 15:32

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2012 a Agosto/2013

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total	Previsão
	Setembro/2012	Outubro/2012	Novembro/2012	Dezembro/2012	Janeiro/2013	Fevereiro/2013	(Últimos 12 Meses)	Atualizada 2013
	Março/2013	Abril/2013	Maió/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013		
Prefeita Municipal	CRC 13.325 Contador							

PÁGINA: 1 DE 3

22/10/2013 15:33

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)-DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-

PÁGINA: 2 DE 3

22/10/2013 15:33

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social

Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS DO RPPS	jul/13	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012



PÁGINA: 3 DE 3
22/10/2013 15:33

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 45m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 1
22/10/2013 15:33

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 30/Jun/2013	Em 31/Ago/2013
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	625.089,72	625.089,72	625.089,72
DEDUÇÕES(II)	13.612,25	144.262,54	256.897,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.513.341,46	2.582.213,03	2.413.971,44
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.499.729,21	2.437.950,49	2.157.074,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	611.477,47	480.827,18	368.192,47
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	611.477,47	480.827,18	368.192,47

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-112.634,71	-243.285,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 30/Jun/2013	Em 31/Ago/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 46m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PÁGINA: 1 DE 2
22/10/2013 15:34

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	25.524.000,00	3.434.673,29	14.111.914,57	-
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.045.617,60	328.664,56	1.768.361,18	-
IPTU	860.000,00	40.614,79	692.641,21	-
ISS	1.177.000,00	165.133,48	483.306,07	-
ITBI	265.000,00	57.942,86	132.675,38	-
IRRF	325.000,00	27.920,46	101.283,89	-
Outras Receitas Tributárias	1.418.617,60	37.052,97	358.454,63	-
Receita de Contribuição	463.000,00	69.880,59	303.923,90	-
Receita Previdenciária	3.000,00	-	-	-
Outras Contribuições	460.000,00	69.880,59	303.923,90	-
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	2.847,39	20.635,00	-
Receita Patrimonial	88.000,00	16.386,04	90.221,99	-
(-)Aplicações Financeiras	73.000,00	13.538,65	69.586,99	-
Transferências Correntes	20.353.622,40	3.038.134,17	11.841.898,41	-
FPM	5.958.470,40	601.636,53	2.858.311,64	-
ICMS	7.625.152,00	1.200.393,14	4.363.816,57	-
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	6.770.000,00	1.236.104,50	4.619.770,20	-
Demais Receitas Correntes	646.760,00	-4.853,42	177.096,08	-
Dívida Ativa	355.920,00	1.009,43	73.612,59	-
Diversas Receitas Correntes	290.840,00	-5.862,85	103.483,49	-
RECEITAS DE CAPITAL(II)	303.000,00	-	564.322,94	-
Operações de Crédito(III)	100.000,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	51.000,00	-	20.000,00	-
Transferências de Capital	152.000,00	-	544.322,94	-
Convênios	152.000,00	-	538.778,94	-
Outras Transferências de Capital	-	-	5.544,00	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	152.000,00	-	544.322,94	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	25.676.000,00	3.434.673,29	14.656.237,51	-

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
DESPESAS CORRENTES(VIII)	23.683.328,80	3.218.133,41	12.906.483,18	-



PÁGINA: 2 DE 2
22/10/2013 15:34

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
Pessoal e Encargos Sociais	11.882.878,80	1.819.012,41	7.196.085,46	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	320.000,00	51.130,25	203.324,61	-
Outras Despesas Correntes	11.480.450,00	1.347.990,75	5.507.073,11	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	23.363.328,80	3.167.003,16	12.703.158,57	-
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	4.089.603,39	180.553,52	1.301.851,88	-
Investimentos	3.789.603,39	139.546,50	1.115.015,75	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	300.000,00	41.007,02	186.836,13	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	3.789.603,39	139.546,50	1.115.015,75	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	20.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	27.172.932,19	3.306.549,66	13.818.174,32	-
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-1.496.932,19	128.123,63	838.063,19	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O			-	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 47m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador



PÁGINA: 1 DE 1
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)											
EXECUTIVO											
GABINETE PREFEITO E VICE	21,00	5.126,50	5.126,50	-	21,00	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.800,00	160.790,21	159.245,71	-	3.344,50	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	67,48	372.112,05	365.278,88	-	6.900,65	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	-	381.223,00	381.223,00	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	-	1.229,94	500,00	-	729,94	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	-	140.299,46	140.299,46	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE	260,52	-	-	-	260,52	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saude de Catanduvas	46,45	-	-	-	46,45	7,61	-	-	-	-	7,61
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	-	260.737,55	112.580,50	-	148.157,05	-	319,50	-	-	-	319,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	-	176.243,48	50.851,29	-	125.392,19	-	10.675,00	10.000,00	10.000,00	-	675,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUN	-	133,80	133,80	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	2.195,45	1.497.895,99	1.215.239,14	-	284.852,30	7,61	10.994,50	10.000,00	10.000,00	-	1.002,11
LEGISLATIVO											
Órgão não cadastrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	2.195,45	1.497.895,99	1.215.239,14	-	284.852,30	7,61	10.994,50	10.000,00	10.000,00	-	1.002,11

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 48m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	3.046.150,00	3.046.150,00	293.132,70	1.471.365,53	48,30
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.263.550,00	1.263.550,00	41.958,37	746.782,97	59,10
1.1.1-IPTU	860.000,00	860.000,00	40.614,79	692.641,21	80,54
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	1.207,08	2.278,45	75,95
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	250.550,00	250.550,00	165,69	42.786,99	17,08
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	10,75	9.116,26	6,08
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	39,94	39,94	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	265.000,00	265.000,00	57.942,86	132.675,38	50,07
1.2.1-ITBI	265.000,00	265.000,00	57.942,86	132.675,38	50,07
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.192.600,00	1.192.600,00	165.311,01	490.623,29	41,14
1.3.1-ISS	1.177.000,00	1.177.000,00	165.133,48	483.306,07	41,06
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100,00	100,00	250,63	567,52	567,52
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	-	6.822,80	45,49
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	-	-	-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	73,10	73,10	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	325.000,00	325.000,00	27.920,46	101.283,89	31,16
1.4.1-IRRF	325.000,00	325.000,00	27.920,46	101.283,89	31,16
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

PÁGINA: 2 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.688.528,00	18.688.528,00	2.510.026,43	9.849.034,93	52,70
2.1-Cota-Parte FPM	7.448.088,00	7.448.088,00	752.045,59	3.572.889,27	47,97
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.448.088,00	7.448.088,00	752.045,59	3.572.889,27	47,97
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS	9.531.440,00	9.531.440,00	1.500.491,20	5.454.769,80	57,23
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	55.000,00	55.000,00	6.413,06	25.652,25	46,64
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	21.646,04	80.555,98	44,75
2.5-Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	48,54	1.057,72	17,63
2.6-Cota-Parte IPVA	1.468.000,00	1.468.000,00	229.382,00	714.109,91	48,65
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	21.734.678,00	21.734.678,00	2.803.159,13	11.320.400,46	52,08

PÁGINA: 3 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	-	-	
5.1 - Transferências do Salário-Educação	-	-	-	-	
5.2 - Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	-	-	-	-	

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.737.705,60	3.737.705,60	502.004,86	1.969.805,33	52,70
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.489.617,60	1.489.617,60	150.409,06	714.577,63	47,97
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.906.288,00	1.906.288,00	300.098,06	1.090.953,23	57,23
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	11.000,00	11.000,00	1.282,60	5.130,42	46,64
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	36.000,00	36.000,00	4.329,21	16.111,21	44,75
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	1.200,00	1.200,00	9,70	211,53	17,63
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	293.600,00	293.600,00	45.876,23	142.821,31	48,64
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	547.578,14	2.196.577,00	68,64
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	547.578,14	2.196.577,00	68,64
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) ¹	-537.705,60	-537.705,60	45.573,28	226.771,67	-42,17

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PÁGINA: 4 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.912.000,00	2.973.128,80	415.540,15	1.609.227,60	54,13
13.1-Com Educação Infantil	400.000,00	400.000,00	94.028,11	398.935,44	99,73
13.2-Com Ensino Fundamental	2.512.000,00	2.573.128,80	321.512,04	1.210.292,16	47,04
14-OUTRAS DESPESAS	298.000,00	334.000,00	54.941,08	264.495,27	79,19
14.1-Com Educação Infantil	55.000,00	87.300,00	21.166,73	21.166,73	24,25
14.2-Com Ensino Fundamental	243.000,00	246.700,00	33.774,35	243.328,54	98,63
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	3.210.000,00	3.307.128,80	470.481,23	1.873.722,87	56,66

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-18)/(11)x100)%	73,26

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²	

PÁGINA: 5 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.433.669,50	5.433.669,50	700.789,78	2.830.100,12	52,08

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	605.000,00	637.300,00	115.194,84	420.102,17	65,92
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	455.000,00	487.300,00	115.194,84	420.102,17	86,21
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	150.000,00	150.000,00	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	5.152.000,00	5.216.828,80	648.474,06	2.741.444,75	52,55
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.755.000,00	2.819.828,80	355.286,39	1.453.620,70	51,55
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.397.000,00	2.397.000,00	293.187,67	1.287.824,05	53,73
25-ENSINO MÉDIO	30.000,00	30.000,00	-	29.148,60	97,16
26-ENSINO SUPERIOR	150.000,00	150.000,00	27.951,33	91.030,93	60,69
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	5.937.000,00	6.034.128,80	791.620,23	3.281.726,45	54,39

PÁGINA: 6 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	226.771,67
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	226.771,67
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	2.934.775,25
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	25,92

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	280.000,00	280.000,00	33.438,97	163.146,53	58,27
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	445.000,00	598.988,81	87.386,51	380.295,58	63,49
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	825.000,00	978.988,81	120.825,48	543.442,11	55,51
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.762.000,00	7.013.117,61	912.445,71	3.825.168,56	54,54
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					

PÁGINA: 7 DE 7
22/10/2013 15:35

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2013/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.196.577,00	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.854.439,77	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	342.137,23	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 21/Out/2013, 13h e 49m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

DAVI PECINATO

CRC 13.325 Contador

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato de Edital de Processo Licitatório N° 81/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 81/2013

- PM

INEXIGIBILIDADE N° 02/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área da saúde, no período de 21 de outubro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. ESPECIALIDADE: Ginecologia/Obstetrícia. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 24 de outubro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 24 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Edital do Processo Licitatório N° 82/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 82/2013

- PM

PREGÃO PRESENCIAL N° 53/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 06 de novembro de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de leite, visando atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 24 de outubro de 2013.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Extrato do Termo de Convênio N. 06/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 06/2013

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

DO OBJETO: Celebrar parceria entre o CONVENIENTE e CONVENIADA, no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços às pessoas residentes ou domiciliadas no território do CONVENIENTE, que necessitem dos serviços médico-hospitalares de urgência e emergência, na especialidade de cirurgia geral de baixa e média complexidade, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

DO VALOR: R\$ 3.065,82 (três mil e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06 - SECRETARIA DA SAÚDE

01 - DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE

2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18 - 3.3.50.00.00.00.00.0101 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DA VIGÊNCIA: 01/10/2013 a 31/12/2013.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 264/2013

DECRETO LEGISLATIVO N° 264/2013, de 23/10/2013.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO PATAS E PEGADAS E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

VOLNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de convênio N° 08/2013, objetivando o repasse de valores financeiros para pagamento de despesas de custeio, na aquisição de ração, medicamentos, material de limpeza e castração dos animais.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de intenções, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 23 de outubro de 2013.

VOLNEI DA SILVA JOÃO GERALDO ECHELI

Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos vinte e três dias do mês de outubro de 2013.



Decreto Legislativo N° 265/2013

DECRETO LEGISLATIVO N°. 265/2013, de 23/10/2013.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE - AFASSIC E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

VOLNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de convênio N°. 09/2013, objetivando o repasse de valores financeiros para pagamento de despesas na manutenção da entidade.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de intenções, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 23 de outubro de 2013.

VOLNEI DA SILVA JOÃO
Presidente da CâmaraGERALDO ECHELI
1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos vinte e três dias do mês de outubro de 2013.

PREFEITURA**Decreto SAF/N°. 510/13**

DECRETO SAF/N°. 510/13, de 22 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - P.M.C.S, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 35, de 12 de setembro de 2011, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2011, de 25 de novembro de 2011, homologado através do Decreto nº 127/12, de 23 de fevereiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2011, de 25 de novembro de 2011, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- comprovação da idade mínima de 18 anos;
- prova de quitação das obrigações eleitorais;
- prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital (item 3.1);
- comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital (item 3.1);
- declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei

nº 8.112/1990;

g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;

h) declaração negativa de acumulação de cargo público;

i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;

j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO**Servente de Obras**

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
126	VITOR SILVEIRA	1º
007	ROBSON VIEIRA	2º

Motorista de Caminhão

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
335	PAULO SOARES	2º

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia**PREFEITURA****Extrato do Convênio N° 10/2013 - Fmc**

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 10/2013 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o senhor LADIR GUSTAVO HASSEMER, inscrito no CPF sob nº 425.428.559-00, Presidente da ASSOCIAÇÃO ORFEÔNICA ASCENSÃO.



OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade e aquisição de novos equipamentos.

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2013.

Extrato do Convênio N° 11/2013 - Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 11/2013 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob n°. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o senhor JEAN RUVIARO, inscrito no CPF sob n° 067.857.029-92, Presidente da ASSOCIAZIONE BELLUNESI NEL MONDO DI CONCORDIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo a difusão da cultura italiana no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2013.

Extrato do Convênio N° 12/2013 - Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 12/2013 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob n°. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o senhor EMÍDIO KIRTEN, inscrito no CPF sob n° 239.961.589-68, Presidente da ASSOCIAÇÃO ORFEÔNICA SANTA CECÍLIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade.

VALOR: R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2013.

Extrato do Convênio N° 13/2013 - Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 13/2013 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob n°. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o senhor JEAN PIERRE SCHNEIDER, inscrito no CPF sob n° 896.274.749-91, Presidente da ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO PARCERIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços objetivando o incentivo e a difusão da cultura da tradicionalista gaúcha, mediante a realização da Etapa Final do II Festival Fronteira da Canção.

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2013.

Extrato do Convênio N° 14/2013 - Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 14/2013 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob n°. 78.507.670/0001-96, representada pela sua Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN e o senhor IVAN JOSÉ ZOLET, inscrito no CPF sob n° 492.018.759-91, Presidente da ASSOCIAÇÃO CONCORDIENSE DE DANÇA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de viabilizar projeto da Entidade, a fim de estimular jovens e novas descobertas e desenvolvendo talentos através da dança, utilizando como base exclusivamente crianças que frequentam a SCAF - Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal, com idade entre 04 a 12 anos.

VALOR: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2013.

Extrato do Edital de Processo Seletivo Público N° 3/2013

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 3/2013

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por prova escrita e entrevista para os cargos de Técnico de Nível Superior e Técnico de Nível Médio, a serem contratados, por tempo determinado, para integrarem o Quadro de Pessoal da Equipe de Referência do Programa Municipal de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho, no Município de Concórdia, SC.

Das inscrições: estarão abertas no período de 29 de outubro a 13 de novembro de 2013, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, localizada na Rua Leonel Mosele, 285, Centro, Concórdia, SC.

Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas, para atuação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

- 1 (uma) vaga para Técnico de Nível Superior (escolaridade: Curso superior em Serviço Social, com registro no Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina - CRESS/SC);

- 1 (uma) vaga para Técnico de Nível Médio (escolaridade: Ensino Médio Completo).

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores, no mural da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e no site www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 21 de outubro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação - Ministério Cidades Rua Sao Sebastiao

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Rua São Sebastião - Bairro Frágiosos, provenientes do Contrato nº 77.9754/2012, no valor de R\$ 246.550,00 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

Concórdia SC, 21 de outubro de 2013.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO

Segundo Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março

de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 215.999,94 (duzentos e quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Concórdia SC, 21 de outubro de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1068/2013 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar Especial

LEI Nº1068/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água

Modalidade de Aplicação: 339000 - 53

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água

Modalidade de Aplicação: 339000 - 53

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021 - Manutenção das Ações do Esporte do Município

Modalidade de Aplicação: 33000 - 43

Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 5.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 58.141,00 (cinquenta e oito mil, cento e quarenta e um reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 28

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 58.141,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada as seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 30

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 54.850,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 31

Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 3.291,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 301.2505.2.045 - Manutenção Agentes Comunitária de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 31

Fonte de Recursos: 01.64 - R\$ 10.000,00

Art. 6º - Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 5º, será utilizado recursos do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária: Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria de Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 91

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios - FUNDAM R\$ 480.000,00.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 33

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios - FUNDAM R\$ 115.000,00.

Art. 8º - Para abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 7º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.

Fonte de recursos: 01.24 - Transferências de Convênios do Estado - FUNDAM - R\$ 595.000,00.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias: Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 82

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios - FUNDAM R\$ 278.000,00

Art. 10º - Para abertura de Crédito Adicional Especial de que trata o art. 9º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.

Fonte de recursos: 01.24 - Transferências de Convênios do Estado - FUNDAM - R\$ 278.000,00.

Art. 11º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 532.785,00 (quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 339000 - 89

Fonte de Recursos: 01.52 - Transferências de Convênios - R\$ 8.316,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 449000 - 90

Fonte de Recursos: 01.52 - Transferências de Convênios - R\$ 5.544,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 449000 - 51
Fonte de Recursos: 01.00 - Transferências de Convênios - Projeto Cidade Limpa R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 339000 - 50
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinário - R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.
Modalidade de Aplicação: 4490000 - 47
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinário - R\$ 65.000,00

Projeto/Atividade: 301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 339000 - 04
Fonte de Recursos: 01.02 - Ordinário - R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade: 301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 449000 - 32
Fonte de Recursos: Ordinário - R\$ 18.925,00

Art. 12º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto do artigo 11º, no valor de 532.785,00 (quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais) serão utilizados o provável excesso de arrecadação nas seguintes fontes e valores: Ordinários - R\$ 518.925,00 - Vinculados: R\$ 13.860,00 do orçamento vigente.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de outubro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 663/2013

DECRETO Nº 663/2013, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. SONIA FATIMA CENCI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 664/2013

DECRETO Nº 664/2013, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1068/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água
Modalidade de Aplicação: 339000 - 53
Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água
Modalidade de Aplicação: 339000 - 53
Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021 - Manutenção das Ações do Esporte do Município
Modalidade de Aplicação: 33000 - 43
Fonte de Recursos: 01.00 - R\$ 5.000,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 58.141,00 (cinquenta e oito mil, cento e quarenta e um reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 319000 - 28
Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 58.141,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada as seguintes dotações orçamentárias.
Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 339000 - 30
Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 54.850,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 449000 - 31
Fonte de Recursos: 02.00 - R\$ 3.291,00

Art. 5º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 301.2505.2.045 - Manutenção Agentes Comunitária de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 31
Fonte de Recursos: 01.64 - R\$ 10.000,00

Art. 6º - Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 5º, será utilizado recursos do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 7º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar no valor de R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria de Infraestrutura.
Modalidade de Aplicação: 449000 - 91
Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios - FUN-DAM R\$ 480.000,00.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.
Modalidade de Aplicação: 449000 - 33
Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios - FUN-DAM R\$ 115.000,00.

Art. 8º - Para abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 7º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.
Fonte de recursos: 01.24 - Transferências de Convênios do Estado - FUNDAM - R\$ 595.000,00.

Art. 9º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.
Modalidade de Aplicação: 449000 - 82
Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios - FUN-DAM R\$ 278.000,00

Art. 10º - Para abertura de Crédito Adicional Especial de que trata o art. 9º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.
Fonte de recursos: 01.24 - Transferências de Convênios do Estado - FUNDAM - R\$ 278.000,00.

Art. 11º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 532.785,00 (quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 339000 - 89
Fonte de Recursos: 01.52 - Transferências de Convênios - R\$ 8.316,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 449000 - 90
Fonte de Recursos: 01.52 - Transferências de Convênios - R\$ 5.544,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 449000 - 51
Fonte de Recursos: 01.00 - Transferências de Convênios - Projeto

Cidade Limpa R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 339000 - 50
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinário - R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.
Modalidade de Aplicação: 449000 - 47
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinário - R\$ 65.000,00

Projeto/Atividade: 301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 339000 - 04
Fonte de Recursos: 01.02 - Ordinário - R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade: 301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 449000 - 32
Fonte de Recursos: Ordinário - R\$ 18.925,00

Art. 12º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto do artigo 11º, no valor de 532.785,00 (quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais) serão utilizados o provável excesso de arrecadação nas seguintes fontes e valores: Ordinários - R\$ 518.925,00 - Vinculados: R\$ 13.860,00 do orçamento vigente.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de outubro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Coronel Freitas

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços N° 04/2013

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS
Ata de Registro de Preços N° 04/2013

Objeto: Registro de Preços - OXIGÊNIO MEDICINAL
Validade da Ata: 12 meses

A Prefeitura Municipal de Coronel Freitas através de seu Prefeito Municipal Sr. Mauri José Zucco, através de processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, resolve registrar os preços das seguintes empresas:

EMPRESA: AIR LIQUIDE LTDA.

Item	Valor	Classif.
01 - Oxigênio Gasoso Medicinal Cil 6 m³	25,00	1º
02 - Oxigênio Gasoso Medicinal Cil 1 m³	90,00	1º

Coronel Freitas - SC, 22 de Outubro 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Convênio 005/2013

CONVÊNIO Nº005 DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS.

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e treze, o Estado de Santa Catarina, através da SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rodovia Admar Gonzaga nº 1486, Bairro Itacorubi, CEP 88.034-001 Florianópolis, com fulcro no art. 44 da Lei 10.366/97, doravante denominada SECRETARIA, representada, neste ato, pelo seu Secretário, o Senhor JOÃO RODRIGUES, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade nº 4.559.044-3 SSP-SC e inscrito no CPF sob o nº 232.789.513-87, e o MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Porto Alegre, nº 47, inscrita no C.N.P.J. sob nº 95.993.093/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Dirceu Favretto, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 743.633.529-49, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica amparados pela Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 559/2011, com a interveniência da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubi, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor ENORI BARBIERI brasileiro, casado, médico veterinário, portador do CPF nº 114.341.041-68 e RG 4757098-9 SSP SC, residente e domiciliado Rua João Marçal, nº 203, Bairro Trindade, Florianópolis-SC e pelo Diretor Técnico, Senhor JOÃO MANOEL BAZETI MARQUES, brasileiro, casado, médico veterinário, portado do CPF nº 230.805.230-91, RG 703.482.155.8 SSP-RS, residente e domiciliado na Rua Visconde de Mauá, nº 1744, apto 204, Bairro Santo Antônio, Joinville-SC, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Execução do Convênio e da Designação do Funcionário

1. A Prefeitura Municipal se compromete a ceder funcionário público municipal integrante de seu quadro efetivo, com formação em

Técnico em Agropecuária, para a CIDASC, com o fim de exercer a função de Técnico em Agropecuária, sendo que desempenhará as seguintes atividades: bem como executar serviços de interesse da comunidade agropecuária do Município de Coronel Martins -SC, com o objetivo de assegurar ao Estado a condição de "livre de febre aftosa sem vacinação, elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais; dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária; orientar a execução do trabalho de campo na área de manejo e conservação do solo, adubação mineral e orgânica e auxiliar na elaboração de projetos respectivos; prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores; atender consultas feitas pelos agricultores; orientar a produção, administração e planejamento agropecuários; organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral; orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; prestar assistência e orientação aos programas de extensão rural; orientar trabalhos de conservação do solo; participar dos trabalhos de experimentação; participar de previsões de safras; prestar assistência no tocante ao crédito agrícola; orientar a produção de sementes e mudas; buscar novas alternativas; fomentar a organização dos agricultores nas mais diversas formas; prestar orientação técnica de forma coletiva; colaborar nos programas de educação, formação e profissionalização dos agricultores; executar outras tarefas semelhantes.

2. O funcionário prestará serviço no escritório local da CIDASC de Coronel Martins, sendo que o referido imóvel onde desenvolverá suas atividades será disponibilizado pela Prefeitura Municipal.

3. O funcionário cedido exercerá a função de Médico Veterinário.

4. A carga horária do servidor será compatível com a dos funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Prefeitura Municipal, sendo que o funcionário cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais, e desempenhará suas atividades das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

4. A frequência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de São Lourenço do Oeste e será mensalmente remetida à Prefeitura.

5. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência à PREFEITURA.

6. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas à PREFEITURA para as providências cabíveis.

7. O funcionário à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos a CIDASC e à Prefeitura.

8. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - Cláusula Terceira - Das Obrigações e Responsabilidades dos Parceiros - convenientes.

1 - Das obrigações da CIDASC:

1.1 Em relação aos servidores cedidos:

a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior a prevista junto à Prefeitura.

b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;

c) Estar ciente de que a PREFEITURA, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor as suas funções na Prefeitura, com a anuência da CIDASC;

d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de Paineiras ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;

e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor

cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

1.2 Em relação aos bens:

a) Caberá à CIDASC colocar a disposição do Município, um veículo placa MCD 4542, marca FIAT, modelo FIAT Uno Miller Smart fornecer, ano 2001, chassi 9BD15808814262210, cor branca, combustível a gasolina, que será utilizado exclusivamente para o cumprimento do objeto deste convênio.

2 - Das Obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos.
b) Responsabilizar-se pelas despesas de combustível, manutenção, e utilização do veículo ora cedido pela CIDASC.
c) Encaminhar à CIDASC a relação do servidor cedido, com declaração de que o mesmo ingressou no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal e o Decreto ou Portaria, autorizadores da cessão de funcionário público;
d) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.
e) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;
f) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra f do item 1.1 desta cláusula.

3- Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender/cumprir às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda;

CLÁUSULA QUARTA - Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicam os Senhores GüntherHalmann, Gerente Regional da ADR de São Lourenço do Oeste, e Aldevandro Ives Ribas, Coordenador da Área Animal, representantes da CIDASC e os Senhores Andrius Antonio May - Coordenador do Controle Interno e Belonir dos Santos - Técnico Agropecuário, representantes da Prefeitura Municipal, a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - Do Repasse de Recursos Financeiros

Não há repasse de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEXTA - Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta da Prefeitura Municipal, conforme item 2, letra "a", da cláusula terceiradeste instrumento.

As despesas de aperfeiçoamento ou treinamento profissional do servidor cedido, voltados às atividades desempenhadas na CIDASC, ficarão a cargo dessa Companhia.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Denúncia e da Rescisão

O presente convênio poderá ser unilateralmente denunciado

motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) no término do prazo ajustado se não houver interesse dos convenientes na continuidade do convênio ou decorrido o prazo de vigência do convênio, este não for prorrogado;
b) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

O presente convênio terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável por igual período, nos termos da Lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLAUSULA NONA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado no prazo de (cinco) dias, contado da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Coronel Martins, 09 de Agosto de 2013.
DIRCEU FAVRETTO JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Coronel Martins
Secretário de Estado da Agricultura e Pesca

ENORI BARBIERI JOÃO MANOEL BAZETI
Presidente da CIDASC Diretor Técnico da CIDASC

JULCEMAR COMACHIO
Assessor Jurídico da Prefeitura

TESTEMUNHAS:
NOME: GÜNTHERHALMANN NOME: ANDRIUS A. MAY
CPF:020.839.509-17 CPF: 032.599.049-21

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 005/2013

MÊS/ANO: AGOSTO/2013. NÚMERO CONVÊNIO: 005/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/07/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município,

sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: JULCEMAR COMACHIO

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 83.807.586/0001-28

CONVENIADA: SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA -
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC.

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 09/07/2013.

Correia Pinto

PREFEITURA

Extrato de Contrato - Processo 70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 455/2013

Processo Licitatório nº 70/2013 - PREGÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, CONFORME DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa: ECO SISTEMAS LTDA ME

CNPJ: 06.887.850/0001-30

Valor: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil setecentos reais)

Correia Pinto/SC, 30 de setembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Republicação Edital de Pregão Presencial N° 261/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 261/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA TESOUREIRO NACIONAL N.2750/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF E AUTORIZAÇÃO DO BADESC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibanos, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 06/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 06/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 22 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial N° 47/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de Mobiliários para Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais, conforme anexo I deste edital

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 06/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 06/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Outubro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 068, de 18 de Outubro de 2013.

DECRETO N.º 068, de 18 de outubro de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

27.812.0028.2.011 - Manutenção do Desporto Amador

3.3.90.00.00.00.00.0080 (44) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de outubro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Edital de Homologação das Inscrições do Concurso Público Edital 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES. EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 005/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Concurso Público Edital nº 005/2013, cuja relação segue abaixo: Art. 1º. - Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referente ao Concurso Público Edital nº 003/2013. Cargo - Médico N° da Inscrição Nome do(a) Candidato(a) RG Situação; 115567 ANALICE DE ROSSI CATTANI 2016769305 - RS DEFERIDA; 115671 CLEITON FRANCISCO PICCINI 5077700994 - RS DEFERIDA; 115025 EURICO GASPAR RÖRIG 1018657013 - RS DEFERIDA; 115673 MARCELA OLIVEIRA CAMPOS 4414889 - GO DEFERIDA; 114916 THAÍS CRISTINA BONETTI 97156697 - PR DEFERIDA. Total de deferidos: 005. Art. 2º. - As inscrições homologadas totalizam 05 (cinco), candidatos que se inscreveram durante o período destinado para as inscrições e preenchem os requisitos constantes no Edital de Concurso Público nº 005/2013 do Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC), sendo que a relação encontra-se em ordem alfabética por cargo. Art. 3º.- Entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC), em 21 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Edital de Homologação das Inscrições do Concurso Público Edital 006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES. EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA através do presente instrumento de homologação,

as inscrições do Concurso Público Edital nº 006/2013, cuja relação segue abaixo: Art. 1º. - Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referente ao Concurso Público Edital nº 006/2013. Cargo - Agente Comunitário de Saúde - Área 03 N° da Inscrição Nome do (a) Candidato(a) RG Situação. 114968 ELIANE WAEISS 5.540.341.7 - SC DEFERIDA; 115300 MARIA HELENA DREHMER 4.121.778-0 - SC DEFERIDA; 115712 MARILENE PRESTES 16960319 - SC DEFERIDA; 115695 NELOI DE MELLO PIOVESAN 5143695 - SC DEFERIDA; 115355 TAMIRES CARLA COMIN 5696.744 - SC DEFERIDA. Total de deferidos: 005. Art. 2º. Por este instrumento fica indeferida a seguinte inscrição, por não atender as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº. 006/2013, do Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC). Cargo - Agente Comunitário de Saúde - Área 03 N° da Inscrição Nome do(a) Candidato(a) RG Situação. 115773 ADRIANA APARECIDA TEIXEIRA 4164860 - SC INDEFERIDA Não efetuou o pagamento da taxa de inscrição; 115140 ELIZANGELA SANTIN BERTÉ 3208075 - SC INDEFERIDA Não efetuou o pagamento da taxa de inscrição; 115328 MAIKELI BRESSAN 55407951 - SC INDEFERIDA Não efetuou o pagamento da taxa de inscrição; 115410 WILLIAN CARLOS 11222333 - SC INDEFERIDA Não efetuou o pagamento da taxa de inscrição Total de indeferidos: 004. Art. 3º. - As inscrições homologadas totalizam 09 (nove), candidatos que se inscreveram durante o período destinado para as inscrições, das quais 05 (cinco) preenchem os requisitos constantes no Edital de Concurso Público nº 006/2013 do Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC), 04 (quatro) inscrições indeferidas por não preencherem aos requisitos exigidos no referido Edital, sendo que a relação encontra-se em ordem de inscrição por cargo. Art. 4º. - Os candidatos com inscrição indeferida poderão entrar em contato com a empresa pelo telefone (xx49) 3664-0540 nos dias 22 e 23 de outubro, ou ainda, através do e-mail contato@incapel.com.br. Se efetuou o pagamento até o prazo aceitável descrito no edital que rege o certame, deverá enviar comprovante de inscrição e de pagamento via fax-símile ou por e-mail. Art. 5º. - Entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC), em 21 de outubro de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF N°. 194/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 194/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ELEVADORES CASTELO LTDA

OBJETO - Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção corretiva e preventiva de elevador hidráulico em imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para doze meses.

VALOR - O valor mensal de R\$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove), num valor global de R\$ 4.624,00 (quatro mil seiscentos e vinte e quatro reais), que não sofrerá qualquer tipo de reajuste.

VIGÊNCIA - 31/12/2014

DOTAÇÃO - (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 135/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 09 de setembro de 2013.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 57/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 57/2013
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 179/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CEDRO - ESTRUTURA VIÁRIA LTDA.

DO OBJETO - execução de forma parcelada de revestimento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) em ruas, avenidas e demais logradouros públicos municipais de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo que independentemente de transcrição faz parte integrante deste termo contratual
DO PRAZO - O prazo de vencimento do contrato PMF 179/2011 fica prorrogado de 30/09/2013 para 31/01/2014.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de setembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 62/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 62/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 173/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CARDIAL STANDS LTDA

DO OBJETO - locação de estrutura completa para realização da VI Heimatfest, no município de Forquilha/SC, compreendendo pirâmides com estrutura metálica, box, banheiros químicos, conjuntos de mesas e cadeiras plásticas, para os dias 04 a 13 de outubro do ano corrente.,
DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditivo em R\$ 4.944,40 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos) ao contrato 173/PMF/2013 do seguinte item :

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
01	08	Unid	Banheiro Químico	s/m	394,80	3.158,40
02	10	Jogo	Mesa c/ 04 cadeiras	s/m	28,20	282,00
03	01	Unid	Tenda metálica 10x10	s/m	1.504,00	1.504,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 11 de outubro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2202/2013

LEI Nº 2202, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no

uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre as receitas;
- III - disposições sobre as despesas;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá adaptar a programação estabelecida para atendimento das circunstâncias emergenciais.

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º. A presente Lei estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual 2014/2017.

Art. 4º. Após o encaminhamento do Projeto de Lei do orçamento ao Poder Legislativo, os valores da receita estimada e da despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

Art. 5º. A lei orçamentária destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

Art. 6º. A lei orçamentária geral englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 7º. As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além dos índices estabelecidos no artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 8º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta LEI.

§ 1º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/00:

- I - Demonstrativo I: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI: Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a: Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Anexo I: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- XI - Anexo I.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- XII - Anexo II: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a: Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
XIV - Anexo III: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
XV - Anexo IV: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
XVI - Anexo V: Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
XVII - Anexo VI: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
XVIII - Anexo VII: Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

§ 2º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos da Lei 4320/64:

I - Anexo 1: Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
II - Anexo 2: Receita por Categoria Econômica;
III - Anexo 2.a: Natureza da Despesa por Categoria Econômica;
IV - Anexo 5: Funções e Subfunções de Governo;
V - Anexo 6: Programa de Trabalho de Governo;
VI - Anexo 7: Programa de Trabalho de Governo;
VII - Anexo 8: Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;
VIII - Anexo 9: Demonstrativos da Despesa por Órgãos e Funções.

§ 3º. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

CAPÍTULO II DA RECEITA

Art. 9º. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na Lei do Orçamento para o exercício de 2014 será de acordo com a Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos baseados nos 3 (três) últimos exercícios financeiros.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, projeto de lei dispondo sobre criação ou aumento de tributos.

Art. 11. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

Parágrafo único. As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2014, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 12. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita se destinará ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2014 e constará na lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada no orçamento.

Parágrafo único. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 13. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do Código Tributário Municipal e da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;
II - aplicação da correção monetária de acordo com os índices

oficiais;

III - ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá ser concedido de conformidade com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15. As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de Previdência Social.

CAPÍTULO III DAS DESPESAS

Art. 16. As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial em vigor.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º. As despesas com recursos de Convênios serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente LEI.

Art. 17. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

Art. 18. Na execução orçamentária do exercício de 2014, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão adotar o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o artigo 9º e inciso II, do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 20. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

§ 1º. As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º. Na repartição dos limites de gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, aplicar-se-á o disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º. As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores e/ou empregados públicos serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 21. Para o cumprimento do que determina o artigo 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2014, os Poderes Executivo e Legislativo poderão proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e

funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da Administração Municipal, através de lei específica.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Finanças, através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 23. A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

I - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2014, como reserva de contingência, o percentual de até 2% (dois por cento) do valor total da receita corrente líquida estimada, tanto para os órgãos da Administração Direta ou Indireta, de conformidade com o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

II - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2014, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Decreto, cujos excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

III - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

IV - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2014, autorização para utilização do superávit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto.

V - O Poder Executivo poderá incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio.

VI - Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 24. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei 11.494 de 20 de junho de 2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Art. 25. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2014, dotações orçamentárias próprias para a contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e do Salário Educação.

Art. 26. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar federal nº 141/2011.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária do Município.

I - ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

- 01-00 - Câmara Municipal de Vereadores
- 02-00 - Gabinete do Prefeito
- 03-00 - Procuradoria Geral do Município
- 04-00 - Controladoria Interna
- 05-00 - Secretaria de Administração e Planejamento
- 06-00 - Secretaria Municipal de Finanças
- 07-00 - Secretaria Municipal de Educação
- 08-00 - Secretaria Municipal de Saúde
- 09-00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- 10-00 - Secretaria de Infraestrutura
- 11-00 - Secretaria Municipal de Ação Social
- 12-00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- 13-00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
- 14-00 - Autarquia Municipal
- 99-00 - Reserva de Contingência

II - UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- 01-01 - Câmara Municipal de Vereadores
- 02-01 - Gabinete do Prefeito
- 02-02 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD
- 02-03 - Cultura
- 03-01 - Procuradoria Geral do Município
- 04-01 - Controladoria Interna
- 05-01 - Secretaria de Administração e Planejamento
- 05-02 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS
- 06-01 - Secretaria Municipal de Finanças
- 06-02 - Encargos Gerais do Município
- 07-01 - Educação Geral
- 08-01 - Fundo Municipal de Saúde
- 09-01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- 10-01 - Secretaria de Infraestrutura
- 10-02 - Segurança Pública
- 11-01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
- 11-02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA
- 12-01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- 13-01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
- 14-01 - Autarquia Municipal de Água e Saneamento de Fraiburgo
- 99-99 - Reserva de Contingência

III - FUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

IV - SUBFUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as Subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

V - PROGRAMA - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

VI - PROJETO - Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2014 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

VII - ATIVIDADE - As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2014, serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

Art. 28. O Poder Executivo poderá conceder subvenções e contribuições sociais para execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades, com transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, objetivando a execução de programas de trabalho, projetos, atividades e/ou eventos para Universidades, Fundações Educacionais ou Filantrópicas, Institutos Técnicos ou Científicos, Faculdades, Centros de formação, Escolas, ou qualquer outro ente da Administração Direta, Indireta ou fundacional, dos Governos do Estado e Federal, ou de iniciativa ou domínio privado, com objetivo de desenvolver atividades de aperfeiçoamento técnico-científico, social, cultural, beneficente, e outras que visem ou impliquem em benefício direto ou indireto da população, com a qual a Administração Pública municipal pactuar mediante a celebração de convênios homologados pelo Poder Legislativo.

Art. 29. As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 30. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 31. Para atendimento do § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 32. Para atendimento do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ao final de cada semestre, ser emitido e publicado o relatório de gestão fiscal.

Art. 33. Fica autorizada a baixa no setor tributário e cancelamento contábil, mediante processo administrativo fundamentado, a cobrança de dívida ativa lançada indevidamente.

Art. 34. O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.
Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 35. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá estabelecer o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 36. Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de 2/12 (dois doze avos) do total de cada dotação.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 23 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/1
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	75.250.000,00	DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.570.100,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.556.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	645.900,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.207.630,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.638.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.689.500,00	INVESTIMENTOS	10.666.070,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.786.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.148.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.148.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
Deficit	4.528.000,00		
Total	73.630.000,00	Total	73.630.000,00
		Deficit do orçamento corrente	4.528.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.528.000,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	103.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	425.000,00		
Total	4.528.000,00	Total	4.528.000,00

Resumo					
RECEITAS CORRENTES	69.102.000,00	93,85 %	DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00	81,98 %
RECEITAS DE CAPITAL	4.528.000,00	6,15 %	DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00	17,75 %
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,27 %
Total	73.630.000,00	100,00 %	Total	73.630.000,00	100,00 %

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO
 Controlador Interno

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
 Contadora

Página: 1/7
Data: 23/10/2013

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			65.158.700,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		8.267.300,00	
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		6.280.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	3.280.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.750.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	880.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	850.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	30.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	650.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.000.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.000.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.325.600,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.159.600,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	180.000,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	23.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	740.000,00		
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	500,00		
4.1.1.2.1.28.00.00.00.00	Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.100,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	95.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	28.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	92.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	166.000,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	63.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	103.000,00		
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	65.000,00		
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Embarque	20.000,00		
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	18.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		661.700,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	661.700,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		920.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		920.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		553.400,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		553.400,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	553.400,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	150.400,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	30.550,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	25.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fun	1.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.20.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	50,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	3.750,00		
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBT	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PVMC	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD-PBF	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBVII	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim.	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	50,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	16.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CO	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	2.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/7
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Civil	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Militar	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	8.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	403.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	403.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	400.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	100,00		
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	500,00		
4.1.3.2.5.02.99.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. FMDCA	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	200,00		
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	2.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		716.500,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	280.000,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	280.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	350.200,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	320.000,00		
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	200,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	15.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	86.300,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	4.000,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.000,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	1.300,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	80.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		53.004.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		52.821.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.826.500,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	14.650.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.600.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	14.000.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	600.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50.000,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	225.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	5.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	220.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	332.500,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PVMC	42.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	72.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	75.000,00		
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBVII	27.500,00		
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC-II	78.000,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transferências de Recursos FNAS - IGD-SUAS	17.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.489.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.700.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	497.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	270.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	77.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas FNDE - PNAEJA	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	242.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	180.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	12.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	50.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	50.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	50.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	70.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Demais Transf. da União	60.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	60.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	16.995.000,00		



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/7
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	16.630.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	220.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	365.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar Fundamen	340.000,00		
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos Estado - FMAS	10.000,00		
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - Custeio	15.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	18.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	18.000.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		158.000,00	
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	10.000,00		
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	8.000,00		
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		25.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.697.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		774.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	113.000,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	3.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	8.000,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	22.000,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	60.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	310.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	150.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	25.000,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	105.000,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	30.000,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	21.000,00		
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	20.000,00		
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	20.000,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00		
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Div. Ativa - FUNREBOM	1.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	330.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	300.000,00		
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		55.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	55.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	55.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMF	55.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		854.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributária	850.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	300.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	140.000,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	260.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	150.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	4.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	4.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	4.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	2.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	2.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		14.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	14.000,00		



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 4/7
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	2.000,00		
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	2.000,00		
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	10.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			4.098.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		4.000.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	4.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	4.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		93.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		60.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	60.000,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00		
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	10.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		33.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	33.000,00		
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	12.000,00		
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	21.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00		
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Investimentos	5.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-6.148.000,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-6.148.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-6.148.000,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.824.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.810.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.800.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-2.800.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	-10.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	-14.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.324.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.324.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-2.800.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-480.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-44.000,00		
Total das receitas:				63.108.700,00
Total por entidade:				63.108.700,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.762.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		46.500,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		46.500,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	46.500,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	46.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	46.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	7.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - DST/HIV/AIDS	500,00		
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Especificidades	800,00		
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00		



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 5/7
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.24.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMS - Gestão SUS	200,00		
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.38.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Vig. Prev. Violenc. Acid	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	10.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.685.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.685.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.372.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.372.000,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - PAB	800.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - Farmacia Basica	185.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Trasferencia de Recursos do SUS - PSF	555.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transferencia de Recursos do SUS - PACS	604.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Vig. Epidemiologica	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Vig. Sanitaria	15.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Saude Bucal	93.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transf. de Recursos do - SUS Especificidades	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.050.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - Qualificação	10.000,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Rec. do SUS - SAMU	150.000,00		
4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Prev. Violenc. Acid	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	420.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	313.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	313.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Rec. do Estado - Farmacia Basica	140.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	126.000,00		
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado DST/HIV/AIDS	30.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado - Diabetes	17.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		31.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		30.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	30.000,00		
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituicoes - FMS	30.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FMS	1.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			430.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		10.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		10.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	10.000,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	10.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		420.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		420.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	420.000,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	420.000,00		
4.2.4.2.1.01.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - UPA	420.000,00		

Total das receitas: 5.192.500,00
Total por entidade: 5.192.500,00

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			15.800,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.800,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		2.800,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.800,00		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	2.800,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		11.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		10.000,00	
4.1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	10.000,00		



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 6/7
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	10.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	2.000,00		
Total das receitas:				15.800,00
Total por entidade:				15.800,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.313.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.300.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.300.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.300.000,00		
4.1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	1.300.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		35.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		25.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	25.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		10.000,00	
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	10.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		3.922.000,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	7.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	7.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	7.000,00		
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	3.700.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	40.000,00		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Dest Final Resid Sólido	115.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	13.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	47.000,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	47.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		56.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		50.000,00	
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	50.000,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	50.000,00		
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF	50.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 7/7
Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	1.000,00		
Total das receitas:				5.313.000,00
Total por entidade:				5.313.000,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das receitas:				73.630.000,00
Total geral:				73.630.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno_____
ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 1/2
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			52.840.760,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		41.921.990,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		26.509.690,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	100.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.409.690,00		
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		600.000,00	
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	600.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.812.300,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	655.500,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	425.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	13.701.800,00		
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Co	30.000,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		10.718.770,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		8.318.770,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8.278.770,00		
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.400.000,00	
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.400.000,00		
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		200.000,00	
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00		
Total das despesas:				52.840.760,00
Total da entidade:				52.840.760,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			12.126.240,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		10.836.940,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.665.000,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	2.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.663.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.171.940,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	610.000,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	27.000,00		
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	400.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.134.940,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.289.300,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.289.300,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.287.300,00		
Total das despesas:				12.126.240,00
Total da entidade:				12.126.240,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			1.050.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		900.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		500.000,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	500.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		400.000,00	
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	400.000,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		150.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		150.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00		
Total das despesas:				1.050.000,00
Total da entidade:				1.050.000,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			5.313.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		4.575.000,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/2
 Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.420.000,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	20.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.400.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.155.000,00	
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00		
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.100.000,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		738.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		738.000,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	723.000,00		
Total das despesas:				5.313.000,00
Total da entidade:				5.313.000,00
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			2.300.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.130.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.461.610,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.461.610,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		668.390,00	
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	668.390,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		170.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		170.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	170.000,00		
Total das despesas:				2.300.000,00
Total da entidade:				2.300.000,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				73.630.000,00
Total geral:				73.630.000,00

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO
 Controlador Interno

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
 Contadora



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 1/1
Data: 23/10/2013**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	122 Administração Geral
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
18 Gestão Ambiental	544 Recursos Hídricos
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISES AMADEU PATRICIO
Controlador InternoISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		100.000,00	2.575.000,00	0,00	2.675.000,00
Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito		50.000,00	1.450.000,00	0,00	1.500.000,00
04	Administração	50.000,00	1.450.000,00		1.500.000,00
04.122	Administração Geral	50.000,00	1.450.000,00		1.500.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	1.450.000,00		1.500.000,00
04.122.0002.1.003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE	50.000,00			50.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.450.000,00		1.450.000,00
Unidade: 02.02 Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD		0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
04	Administração		30.000,00		30.000,00
04.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		30.000,00		30.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD		30.000,00		30.000,00
Unidade: 02.03 Cultura		50.000,00	1.095.000,00	0,00	1.145.000,00
13	Cultura	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392	Difusão Cultural	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392.0008.1.004	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS PARA ESPAÇOS CULTURAIS	50.000,00			50.000,00
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		745.000,00		745.000,00
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO		350.000,00		350.000,00
Órgão: 03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	830.000,00	0,00	830.000,00
Unidade: 03.01 Procuradoria Geral do Município		0,00	830.000,00	0,00	830.000,00
04	Administração		830.000,00		830.000,00
04.122	Administração Geral		830.000,00		830.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		830.000,00		830.000,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		830.000,00		830.000,00
Órgão: 04.00 CONTROLADORIA INTERNA		0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Unidade: 04.01 Controladoria Interna		0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
04	Administração		150.000,00		150.000,00
04.122	Administração Geral		150.000,00		150.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL		150.000,00		150.000,00
04.122.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL		150.000,00		150.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		91.000,00	2.117.000,00	0,00	2.208.000,00
Unidade: 05.01 Secretaria de Administração e Planejamento		50.000,00	2.077.000,00	0,00	2.127.000,00
04	Administração	50.000,00	2.077.000,00		2.127.000,00
04.122	Administração Geral	50.000,00	2.077.000,00		2.127.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	2.077.000,00		2.127.000,00
04.122.0002.1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	50.000,00			50.000,00
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.077.000,00		2.077.000,00
Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		41.000,00	40.000,00	0,00	81.000,00
16	Habitação	41.000,00	40.000,00		81.000,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00			10.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	10.000,00			10.000,00
16.481.0003.1.006	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	10.000,00			10.000,00
16.482	Habitação Urbana	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	31.000,00			31.000,00
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO		20.000,00		20.000,00
16.482.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS		20.000,00		20.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE FINANÇAS		50.000,00	1.180.000,00	4.550.000,00	5.780.000,00
Unidade: 06.01 Secretaria de Finanças		50.000,00	1.180.000,00	0,00	1.230.000,00
04	Administração	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123	Administração Financeira	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123.0004.1.008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS	50.000,00			50.000,00
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		1.180.000,00		1.180.000,00
Unidade: 06.02 Encargos Gerais		0,00	0,00	4.550.000,00	4.550.000,00
28	Encargos Especiais			4.550.000,00	4.550.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.550.000,00	1.550.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.550.000,00	1.550.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			1.550.000,00	1.550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		1.350.000,00	25.241.340,00	0,00	26.591.340,00
Unidade: 07.01 Educação Geral		1.350.000,00	25.241.340,00	0,00	26.591.340,00
12	Educação	1.280.000,00	25.241.340,00		26.521.340,00
12.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
12.122.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		30.000,00		30.000,00
12.122.0005.2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		30.000,00		30.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.535.800,00		1.535.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.535.800,00		1.535.800,00
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL		738.600,00		738.600,00
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL		771.100,00		771.100,00
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS		26.100,00		26.100,00
12.361	Ensino Fundamental	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIONAIS	850.000,00			850.000,00
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPORTIVO DO EI	150.000,00			150.000,00
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		12.488.190,00		12.488.190,00
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		1.924.200,00		1.924.200,00
12.362	Ensino Médio		350.000,00		350.000,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		350.000,00		350.000,00
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO		350.000,00		350.000,00
12.364	Ensino Superior		500.000,00		500.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		500.000,00		500.000,00
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR		500.000,00		500.000,00
12.365	Educação Infantil	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	180.000,00			180.000,00
12.365.0005.1.010	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00			40.000,00
12.365.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	60.000,00			60.000,00
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		8.390.050,00		8.390.050,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		23.100,00		23.100,00
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		23.100,00		23.100,00
13	Cultura	70.000,00			70.000,00
13.366	Educação de Jovens e Adultos	70.000,00			70.000,00
13.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	70.000,00			70.000,00
13.366.0005.1.014	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DO CEJA	70.000,00			70.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		250.000,00	1.930.000,00	0,00	2.180.000,00
Unidade: 09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		250.000,00	1.930.000,00	0,00	2.180.000,00
18	Gestão Ambiental	50.000,00	70.000,00		120.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		70.000,00		70.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		70.000,00		70.000,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS		70.000,00		70.000,00
18.544	Recursos Hídricos	50.000,00			50.000,00
18.544.0015	EXTENSÃO RURAL	50.000,00			50.000,00
18.544.0015.1.017	SISTEMA COMUNITÁRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MEIO RURAL	50.000,00			50.000,00
20	Agricultura	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606	Extensão Rural	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	200.000,00			200.000,00
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		1.080.000,00		1.080.000,00
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS		560.000,00		560.000,00
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA		100.000,00		100.000,00
20.606.0015.2.038	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS		60.000,00		60.000,00
20.606.0015.2.039	ABERTURA DE AÇUDES E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA		60.000,00		60.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		4.602.200,00	5.144.100,00	0,00	9.746.300,00
Unidade: 10.01 Secretaria de Infraestrutura		4.592.200,00	4.362.100,00	0,00	8.954.300,00
15	Urbanismo	4.592.200,00	3.922.000,00		8.514.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	4.300.000,00			4.300.000,00
15.451.0017.1.021	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA	10.000,00			10.000,00
15.451.0017.1.022	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL	10.000,00			10.000,00
15.451.0017.1.025	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	100.000,00			100.000,00
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		2.930.000,00		2.930.000,00
15.452	Serviços Urbanos	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	152.000,00			152.000,00
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		992.000,00		992.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	20.200,00			20.200,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	20.200,00			20.200,00
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	20.200,00			20.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		4.602.200,00	5.144.100,00	0,00	9.746.300,00
Unidade: 10.01 Secretaria de Infraestrutura		4.592.200,00	4.362.100,00	0,00	8.954.300,00
26	Transporte		440.100,00		440.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		440.100,00		440.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		440.100,00		440.100,00
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL		440.100,00		440.100,00
Unidade: 10.02 Segurança Pública		10.000,00	782.000,00	0,00	792.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	782.000,00		792.000,00
06.181	Policimento	10.000,00	451.000,00		461.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0017.1.024	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		451.000,00		451.000,00
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		431.000,00		431.000,00
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA		20.000,00		20.000,00
06.182	Defesa Civil		331.000,00		331.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		331.000,00		331.000,00
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUREBOM		331.000,00		331.000,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		266.670,00	1.493.450,00	0,00	1.760.120,00
Unidade: 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social		266.670,00	1.426.250,00	0,00	1.692.920,00
08	Assistência Social	266.670,00	1.426.250,00		1.692.920,00
08.244	Assistência Comunitária	266.670,00	1.426.250,00		1.692.920,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	266.670,00	900.250,00		1.166.920,00
08.244.0020.1.026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	50.000,00			50.000,00
08.244.0020.1.027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ASSISTENCIAIS	216.670,00			216.670,00
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		900.250,00		900.250,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		296.000,00		296.000,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS		296.000,00		296.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		230.000,00		230.000,00
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS		230.000,00		230.000,00
Unidade: 11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente		0,00	67.200,00	0,00	67.200,00
08	Assistência Social		67.200,00		67.200,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		67.200,00		67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		6.809.870,00	41.280.890,00	4.550.000,00	52.840.760,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		266.670,00	1.493.450,00	0,00	1.760.120,00
Unidade: 11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente		0,00	67.200,00	0,00	67.200,00
08	Assistência Social		67.200,00		67.200,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		67.200,00		67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		100.000,00	620.000,00	0,00	720.000,00
Unidade: 12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico		100.000,00	620.000,00	0,00	720.000,00
04	Administração		350.000,00		350.000,00
04.122	Administração Geral		350.000,00		350.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		350.000,00		350.000,00
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		350.000,00		350.000,00
22	Indústria	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661.0024.1.028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	50.000,00			50.000,00
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		90.000,00		90.000,00
23	Comércio e Serviços	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00			50.000,00
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	50.000,00			50.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		180.000,00		180.000,00
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO		100.000,00		100.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS		80.000,00		80.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	200.000,00
Unidade: 99.99 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	200.000,00
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DE SAÚDE		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
Unidade: 08.01 Fundo Municipal de Saúde		780.000,00	11.346.240,00	0,00	12.126.240,00
10	Saúde	780.000,00	11.346.240,00		12.126.240,00
10.301	Atenção Básica	780.000,00	8.139.240,00		8.919.240,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		8.114.040,00		8.114.040,00
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		3.954.740,00		3.954.740,00
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		2.499.800,00		2.499.800,00
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		781.500,00		781.500,00
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS		704.000,00		704.000,00
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB		174.000,00		174.000,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		25.200,00		25.200,00
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS		25.200,00		25.200,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	780.000,00			780.000,00
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	730.000,00			730.000,00
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	50.000,00			50.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00		2.201.000,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.201.000,00		2.201.000,00
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL		1.468.000,00		1.468.000,00
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU		262.000,00		262.000,00
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS		471.000,00		471.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00		694.500,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00		694.500,00
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00		694.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		132.000,00		132.000,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		132.000,00		132.000,00
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		132.000,00		132.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00		179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00		179.500,00
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		179.500,00		179.500,00
Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
Órgão: 13.00 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
Unidade: 13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
27	Desporto e Lazer	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS E DE LAZER	50.000,00			50.000,00
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	50.000,00			50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 8/8

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 8 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
Órgão: 13.00 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
Unidade: 13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		100.000,00	950.000,00	0,00	1.050.000,00
27	Desporto e Lazer	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		950.000,00		950.000,00
Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI		663.000,00	4.650.000,00	0,00	5.313.000,00
Órgão: 14.00 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		663.000,00	4.650.000,00	0,00	5.313.000,00
Unidade: 14.01 SANEFRAI		663.000,00	4.650.000,00	0,00	5.313.000,00
17	Saneamento	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	300.000,00			300.000,00
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	363.000,00			363.000,00
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO		3.450.000,00		3.450.000,00
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		1.200.000,00		1.200.000,00
Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		120.000,00	2.180.000,00	0,00	2.300.000,00
Órgão: 01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		120.000,00	2.180.000,00	0,00	2.300.000,00
Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Vereadores		120.000,00	2.180.000,00	0,00	2.300.000,00
01	Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00			80.000,00
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIVO	40.000,00			40.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.180.000,00		2.180.000,00
Total geral:					73.630.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4

Data: 23/10/2013

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	120.000,00	2.180.000,00		2.300.000,00
04	Administração	150.000,00	6.067.000,00		6.217.000,00
04.122	Administração Geral	100.000,00	4.887.000,00		4.987.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	4.537.000,00		4.637.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		350.000,00		350.000,00
04.123	Administração Financeira	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	50.000,00	1.180.000,00		1.230.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	782.000,00		792.000,00
06.181	Policimento	10.000,00	451.000,00		461.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00			10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		451.000,00		451.000,00
06.182	Defesa Civil		331.000,00		331.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		331.000,00		331.000,00
08	Assistência Social	266.670,00	1.493.450,00		1.760.120,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		67.200,00		67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		67.200,00		67.200,00
08.244	Assistência Comunitária	266.670,00	1.426.250,00		1.692.920,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	266.670,00	900.250,00		1.166.920,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		296.000,00		296.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS		230.000,00		230.000,00
10	Saúde	780.000,00	11.346.240,00		12.126.240,00
10.301	Atenção Básica	780.000,00	8.139.240,00		8.919.240,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		25.200,00		25.200,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	780.000,00			780.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		8.114.040,00		8.114.040,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00		2.201.000,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.201.000,00		2.201.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00		694.500,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00		694.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		132.000,00		132.000,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		132.000,00		132.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00		179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00		179.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/4

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	1.280.000,00	25.241.340,00		26.521.340,00
12.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
12.122.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		30.000,00		30.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.535.800,00		1.535.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		1.535.800,00		1.535.800,00
12.361	Ensino Fundamental	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.000.000,00	14.412.390,00		15.412.390,00
12.362	Ensino Médio		350.000,00		350.000,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO		350.000,00		350.000,00
12.364	Ensino Superior		500.000,00		500.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR		500.000,00		500.000,00
12.365	Educação Infantil	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	280.000,00	8.390.050,00		8.670.050,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		23.100,00		23.100,00
13	Cultura	120.000,00	1.095.000,00		1.215.000,00
13.366	Educação de Jovens e Adultos	70.000,00			70.000,00
13.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	70.000,00			70.000,00
13.392	Difusão Cultural	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	50.000,00	1.095.000,00		1.145.000,00
15	Urbanismo	4.592.200,00	3.922.000,00		8.514.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	4.420.000,00	2.930.000,00		7.350.000,00
15.452	Serviços Urbanos	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	152.000,00	992.000,00		1.144.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	20.200,00			20.200,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	20.200,00			20.200,00
16	Habitação	41.000,00	40.000,00		81.000,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00			10.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	10.000,00			10.000,00
16.482	Habitação Urbana	31.000,00	40.000,00		71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	31.000,00	40.000,00		71.000,00
17	Saneamento	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	663.000,00	4.650.000,00		5.313.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/4

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental	50.000,00	70.000,00		120.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		70.000,00		70.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL		70.000,00		70.000,00
18.544	Recursos Hídricos	50.000,00			50.000,00
18.544.0015	EXTENSÃO RURAL	50.000,00			50.000,00
20	Agricultura	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606	Extensão Rural	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	200.000,00	1.860.000,00		2.060.000,00
22	Indústria	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	90.000,00		140.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00	90.000,00		140.000,00
23	Comércio e Serviços	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	50.000,00	180.000,00		230.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00			50.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO		180.000,00		180.000,00
26	Transporte		440.100,00		440.100,00
26.782	Transporte Rodoviário		440.100,00		440.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS		440.100,00		440.100,00
27	Desporto e Lazer	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	100.000,00	950.000,00		1.050.000,00
28	Encargos Especiais			4.550.000,00	4.550.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.550.000,00	1.550.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			1.550.000,00	1.550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 4/4

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999	Reserva de Contingência				200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00
Total:		8.472.870,00	60.407.130,00	4.550.000,00	73.630.000,00
Total geral:		8.472.870,00	60.407.130,00	4.550.000,00	73.630.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno_____
ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/4

Data: 23/10/2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.300.000,00		2.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	2.300.000,00		2.300.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.300.000,00		2.300.000,00
04	Administração	6.125.000,00	92.000,00	6.217.000,00
04.122	Administração Geral	4.895.000,00	92.000,00	4.987.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.545.000,00	92.000,00	4.637.000,00
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	350.000,00		350.000,00
04.123	Administração Financeira	1.230.000,00		1.230.000,00
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	1.230.000,00		1.230.000,00
06	Segurança Pública	155.000,00	637.000,00	792.000,00
06.181	Policimento	155.000,00	306.000,00	461.000,00
06.181.0017	SERVIÇOS URBANOS	10.000,00		10.000,00
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	145.000,00	306.000,00	451.000,00
06.182	Defesa Civil		331.000,00	331.000,00
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA		331.000,00	331.000,00
08	Assistência Social	1.356.670,00	403.450,00	1.760.120,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	37.200,00	67.200,00
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	30.000,00	37.200,00	67.200,00
08.244	Assistência Comunitária	1.326.670,00	366.250,00	1.692.920,00
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.046.670,00	120.250,00	1.166.920,00
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	150.000,00	146.000,00	296.000,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	130.000,00	100.000,00	230.000,00
10	Saúde		12.126.240,00	12.126.240,00
10.301	Atenção Básica		8.919.240,00	8.919.240,00
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		25.200,00	25.200,00
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		780.000,00	780.000,00
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		8.114.040,00	8.114.040,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00	2.201.000,00
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.201.000,00	2.201.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00	694.500,00
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		694.500,00	694.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		132.000,00	132.000,00
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		132.000,00	132.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		179.500,00	179.500,00
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		179.500,00	179.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 2/4

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.868.600,00	24.652.740,00	26.521.340,00
12.122	Administração Geral	30.000,00		30.000,00
12.122.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	30.000,00		30.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.035.500,00	500.300,00	1.535.800,00
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.035.500,00	500.300,00	1.535.800,00
12.361	Ensino Fundamental		15.412.390,00	15.412.390,00
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		15.412.390,00	15.412.390,00
12.362	Ensino Médio	300.000,00	50.000,00	350.000,00
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	300.000,00	50.000,00	350.000,00
12.364	Ensino Superior	500.000,00		500.000,00
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	500.000,00		500.000,00
12.365	Educação Infantil		8.670.050,00	8.670.050,00
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		8.670.050,00	8.670.050,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	3.100,00	20.000,00	23.100,00
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	3.100,00	20.000,00	23.100,00
13	Cultura	1.145.000,00	70.000,00	1.215.000,00
13.366	Educação de Jovens e Adultos		70.000,00	70.000,00
13.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		70.000,00	70.000,00
13.392	Difusão Cultural	1.145.000,00		1.145.000,00
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	1.145.000,00		1.145.000,00
15	Urbanismo	3.592.200,00	4.922.000,00	8.514.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.350.000,00	4.000.000,00	7.350.000,00
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	3.350.000,00	4.000.000,00	7.350.000,00
15.452	Serviços Urbanos	222.000,00	922.000,00	1.144.000,00
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	222.000,00	922.000,00	1.144.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	20.200,00		20.200,00
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	20.200,00		20.200,00
16	Habitação	60.000,00	21.000,00	81.000,00
16.481	Habitação Rural	10.000,00		10.000,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR	10.000,00		10.000,00
16.482	Habitação Urbana	50.000,00	21.000,00	71.000,00
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	50.000,00	21.000,00	71.000,00
17	Saneamento	5.313.000,00		5.313.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	5.313.000,00		5.313.000,00
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	5.313.000,00		5.313.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 3/4

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	120.000,00		120.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	70.000,00		70.000,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL	70.000,00		70.000,00
18.544	Recursos Hídricos	50.000,00		50.000,00
18.544.0015	EXTENSÃO RURAL	50.000,00		50.000,00
20	Agricultura	2.060.000,00		2.060.000,00
20.606	Extensão Rural	2.060.000,00		2.060.000,00
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	2.060.000,00		2.060.000,00
22	Indústria	140.000,00		140.000,00
22.661	Promoção Industrial	140.000,00		140.000,00
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	140.000,00		140.000,00
23	Comércio e Serviços	230.000,00		230.000,00
23.695	Turismo	230.000,00		230.000,00
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50.000,00		50.000,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO	180.000,00		180.000,00
26	Transporte	430.000,00	10.100,00	440.100,00
26.782	Transporte Rodoviário	430.000,00	10.100,00	440.100,00
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS	430.000,00	10.100,00	440.100,00
27	Desporto e Lazer	1.050.000,00		1.050.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.050.000,00		1.050.000,00
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.050.000,00		1.050.000,00
28	Encargos Especiais	4.550.000,00		4.550.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00		3.000.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	3.000.000,00		3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.550.000,00		1.550.000,00
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.550.000,00		1.550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 4/4

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999	Reserva de Contingência			200.000,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			200.000,00
Total:		30.695.470,00	42.934.530,00	73.630.000,00
Total geral:		30.695.470,00	42.934.530,00	73.630.000,00

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno_____
ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	1.530.000,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	2.127.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	1.230.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792.000,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	6.217.000,00	0,00	792.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.521.340,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	1.760.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.760.120,00	0,00	0,00	0,00	26.521.340,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		1.145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	81.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	8.514.200,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1.215.000,00	0,00	8.514.200,00	81.000,00	0,00	120.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	2.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	140.000,00	230.000,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.060.000,00	0,00	140.000,00	230.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	4.550.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		0,00	440.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Total:		0,00	440.100,00	0,00	4.550.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOPágina: 6/30
Data: 23/10/2013**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		2.675.000,00					
03.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		830.000,00					
04.00 - CONTROLADORIA INTERNA		150.000,00					
05.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.208.000,00					
06.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS		5.780.000,00					
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		26.591.340,00					
09.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		2.180.000,00					
10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		9.746.300,00					
11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		1.760.120,00					
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		720.000,00					
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		200.000,00					
	Total:	52.840.760,00					

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 8/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	12.126.240,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	12.126.240,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 9/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 10/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 11/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 12/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE		12.126.240,00					
	Total:	12.126.240,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 13/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 14/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 15/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 16/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Página: 17/30

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 18/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão	Funções	TOTAL					
13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		1.050.000,00					
	Total:	1.050.000,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 19/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 20/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 21/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	5.313.000,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	5.313.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 22/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 23/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 24/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI

Órgão	Funções	TOTAL					
14.00 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO		5.313.000,00					
	Total:	5.313.000,00					

Estado de Santa Catarina

Página: 25/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 26/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 10 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 27/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina

Página: 28/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 29/30

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Data: 23/10/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Direitos da Criança e Adolescente	Reserva de Contingência
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 30/30

Data: 23/10/2013

Entidade: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão	Funções	TOTAL					
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		2.300.000,00					
	Total:	2.300.000,00					
	Total geral:	73.630.000,00					

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno_____
ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Fraiburgo****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/7

Data: 23/10/2013

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	69.256.700,00	71.785.600,00	74.209.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	65.158.700,00	68.183.300,00	70.810.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	8.267.300,00	8.580.040,00	8.979.500,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	6.280.000,00	6.510.000,00	6.742.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	3.280.000,00	3.410.000,00	3.542.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.750.000,00	1.820.000,00	1.900.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	880.000,00	911.000,00	942.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	850.000,00	880.000,00	910.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	30.000,00	31.000,00	32.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	650.000,00	679.000,00	700.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00.00 Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00 TAXAS	1.325.600,00	1.380.000,00	1.432.220,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.159.600,00	1.208.600,00	1.253.720,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	180.000,00	188.000,00	195.000,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	23.000,00	24.000,00	25.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	740.000,00	770.000,00	800.000,00
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00.00 Taxa de Apreensão e Depósito	500,00	500,00	520,00
4.1.1.2.1.28.00.00.00.00.00 Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.100,00	1.100,00	1.200,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	95.000,00	100.000,00	102.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	28.000,00	29.000,00	30.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	92.000,00	96.000,00	100.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	166.000,00	171.400,00	178.500,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	63.000,00	65.000,00	68.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	103.000,00	106.400,00	110.500,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00.00 Taxa de Expediente	65.000,00	67.000,00	70.000,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00.00 Taxa de Embarque	20.000,00	20.900,00	21.500,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	18.000,00	18.500,00	19.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	661.700,00	690.040,00	805.280,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	661.700,00	690.040,00	805.280,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PL	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	553.400,00	608.310,00	583.400,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	553.400,00	608.310,00	583.400,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	553.400,00	608.310,00	583.400,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	150.400,00	155.400,00	160.400,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	30.550,00	30.550,00	30.550,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundament	1.100,00	1.100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamer	1.100,00	1.100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	1.100,00	1.100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	1.100,00	1.100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.01.05.10.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fu	1.100,00	1.100,00	1.100,00
4.1.3.2.5.01.05.20.00.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	50,00	50,00	50,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00.00 Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	3.750,00	3.750,00	3.750,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBT	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PVMC	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PTMC	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - IGD-PBF	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBFI	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBVII	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00.00 Rec.Remun.Dep.Banc.Transf.Estado FEAS - Investim	100,00	100,00	100,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Fraiburgo
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/7
 Data: 23/10/2013

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec. Remun Dep Banc FMAS - FEAS	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec. Remun Dep Banc - FMAS - IGD SUAS	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.10.14.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc - FMAS - FEAS Custeio	50,00	50,00	50,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	16.000,00	16.000,00	16.000,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CC	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Civil	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia Militar	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	403.000,00	452.910,00	423.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	403.000,00	452.910,00	423.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	400.000,00	450.000,00	420.000,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	100,00	10,00	100,00
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empre:	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.02.99.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. FMDCA	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	716.500,00	741.600,00	766.300,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	280.000,00	290.000,00	300.000,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	280.000,00	290.000,00	300.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	350.200,00	361.200,00	372.200,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	15.000,00	15.500,00	16.000,00
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	320.000,00	330.000,00	340.000,00
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	200,00	200,00	200,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	15.000,00	15.500,00	16.000,00
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00	15.500,00	16.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	86.300,00	90.400,00	94.100,00
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	4.000,00	4.000,00	4.100,00
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.000,00	1.100,00	1.100,00
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	1.300,00	1.300,00	1.400,00
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	80.000,00	84.000,00	87.500,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.004.500,00	55.528.150,00	57.637.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	52.821.500,00	55.336.750,00	57.438.500,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.826.500,00	18.614.300,00	19.389.500,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	14.650.000,00	15.272.000,00	15.904.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.600.000,00	15.220.000,00	15.850.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	14.000.000,00	14.600.000,00	15.200.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. 1%	600.000,00	620.000,00	650.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50.000,00	52.000,00	54.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	225.000,00	255.200,00	265.500,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	220.000,00	250.000,00	260.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	332.500,00	347.000,00	360.500,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Trasnf. de Recursos do FNAS - PVMC	42.000,00	43.500,00	45.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Trasnf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00	22.000,00	23.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	72.000,00	75.000,00	78.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	75.000,00	78.000,00	81.000,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBVII	27.500,00	29.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC-II	78.000,00	81.500,00	85.000,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transferências de Recursos FNAS - IGD-SUAS	17.000,00	18.000,00	18.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.489.000,00	2.604.400,00	2.718.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.700.000,00	1.780.000,00	1.860.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	497.000,00	519.300,00	540.500,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	270.000,00	282.000,00	294.000,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	77.000,00	80.500,00	84.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Fraiburgo
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 3/7
 Data: 23/10/2013

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00	146.300,00	152.000,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas FNDE - PNAEJA	10.000,00	10.500,00	10.500,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	242.000,00	252.850,00	263.500,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	180.000,00	188.100,00	196.000,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	12.000,00	12.500,00	13.000,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	50.000,00	52.250,00	54.500,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	50.000,00	52.250,00	54.500,00
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	50.000,00	52.250,00	54.500,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	70.000,00	73.000,00	76.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Demais Transf. da União	60.000,00	62.700,00	65.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	60.000,00	62.700,00	65.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	16.995.000,00	17.722.450,00	18.449.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	16.630.000,00	17.340.450,00	18.050.500,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.000.000,00	14.600.000,00	15.200.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00	2.500.000,00	2.600.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	220.000,00	230.000,00	240.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	10.000,00	10.450,00	10.500,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	365.000,00	382.000,00	398.500,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar Fundamen	340.000,00	356.000,00	372.000,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos Estado - FMAS	10.000,00	10.500,00	10.500,00
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - Custeio	15.000,00	15.500,00	16.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	18.000.000,00	19.000.000,00	19.600.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	18.000.000,00	19.000.000,00	19.600.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	158.000,00	165.200,00	171.500,00
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	8.000,00	8.400,00	8.500,00
4.1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00	146.300,00	152.000,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	25.000,00	26.200,00	27.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.697.000,00	1.765.200,00	1.844.300,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	774.000,00	805.700,00	846.900,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	113.000,00	117.900,00	123.700,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	3.000,00	3.000,00	3.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	8.000,00	8.300,00	8.700,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	22.000,00	23.000,00	24.000,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	60.000,00	62.700,00	65.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00	20.900,00	22.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	310.000,00	322.300,00	339.500,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	150.000,00	155.000,00	160.000,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	25.000,00	26.000,00	27.000,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	105.000,00	110.000,00	120.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	30.000,00	31.300,00	32.500,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	21.000,00	22.000,00	23.700,00
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	20.000,00	20.900,00	22.500,00
4.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alieanção de Bens	20.000,00	20.900,00	22.500,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.100,00	1.200,00
4.1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Div. Ativa - FUNREBOM	1.000,00	1.100,00	1.200,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	330.000,00	343.500,00	360.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	300.000,00	313.500,00	330.000,00
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimonio Cultural e Históric	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00	5.000,00	5.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Fraiburgo****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/7

Data: 23/10/2013

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
4.1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	55.000,00	57.500,00	60.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	55.000,00	57.500,00	60.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	55.000,00	57.500,00	60.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF	55.000,00	57.500,00	60.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	854.000,00	887.500,00	922.200,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	850.000,00	883.500,00	918.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	300.000,00	310.000,00	320.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	140.000,00	145.000,00	150.000,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	260.000,00	272.000,00	284.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	150.000,00	156.500,00	164.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	4.000,00	4.000,00	4.200,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	4.000,00	4.000,00	4.200,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	4.000,00	4.000,00	4.200,00
4.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	2.000,00	2.000,00	2.100,00
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	2.000,00	2.000,00	2.100,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	14.000,00	14.500,00	15.200,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	14.000,00	14.500,00	15.200,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	2.000,00	2.000,00	2.100,00
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	2.000,00	2.000,00	2.100,00
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4.098.000,00	3.602.300,00	3.398.500,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	3.500.000,00	3.290.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.000.000,00	3.500.000,00	3.290.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	4.000.000,00	3.500.000,00	3.290.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	4.000.000,00	3.500.000,00	3.290.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	93.000,00	97.000,00	103.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	62.500,00	66.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	60.000,00	62.500,00	66.500,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00	52.000,00	54.500,00
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	10.000,00	10.500,00	12.000,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.000,00	34.500,00	36.500,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	33.000,00	34.500,00	36.500,00
4.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	12.000,00	12.500,00	13.500,00
4.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	21.000,00	22.000,00	23.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Investimentos	5.000,00	5.300,00	5.500,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.148.000,00)	(6.411.000,00)	(6.674.000,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.148.000,00)	(6.411.000,00)	(6.674.000,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(6.148.000,00)	(6.411.000,00)	(6.674.000,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(6.148.000,00)	(6.411.000,00)	(6.674.000,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(2.824.000,00)	(2.945.000,00)	(3.066.000,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(2.810.000,00)	(2.930.400,00)	(3.050.800,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(2.800.000,00)	(2.920.000,00)	(3.040.000,00)
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	(2.800.000,00)	(2.920.000,00)	(3.040.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	(10.000,00)	(10.400,00)	(10.800,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	(14.000,00)	(14.600,00)	(15.200,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(3.324.000,00)	(3.466.000,00)	(3.608.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(3.324.000,00)	(3.466.000,00)	(3.608.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	(2.800.000,00)	(2.920.000,00)	(3.040.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV,	(480.000,00)	(500.000,00)	(520.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp	(44.000,00)	(46.000,00)	(48.000,00)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Fraiburgo
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 5/7
 Data: 23/10/2013

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp	(44.000,00)	(46.000,00)	(48.000,00)
Total entidade:	63.108.700,00	65.374.600,00	67.535.000,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	5.192.500,00	4.971.950,00	5.182.800,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	4.762.500,00	4.961.450,00	5.170.800,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	46.500,00	46.800,00	47.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	46.500,00	46.800,00	47.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	46.500,00	46.800,00	47.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	46.500,00	46.800,00	47.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	46.500,00	46.800,00	47.000,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	7.000,00	7.300,00	7.500,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - DST/HIV/AIDS	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Especificidades	800,00	800,00	800,00
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.24.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. FMS - Gestão SUS	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.5.01.03.26.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.03.37.00.00 Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.03.38.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. - Vig. Prev. Violenc. Acid	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.40.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.685.000,00	4.882.100,00	5.089.700,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.685.000,00	4.882.100,00	5.089.700,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	4.372.000,00	4.555.000,00	4.749.200,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.372.000,00	4.555.000,00	4.749.200,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 Transferencia de Recursos do SUS - PAB	800.000,00	830.000,00	860.000,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 Transferencia de Recursos do SUS - Farmacia Basica	185.000,00	193.000,00	201.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 Transferencia de Recursos do SUS - PSF	555.000,00	580.000,00	606.100,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 Transferencia de Recursos do SUS - PACS	604.000,00	630.000,00	658.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 Transf. de Rec. do SUS - Vig. Epidemiologica	60.000,00	63.000,00	65.500,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 Transf. de Rec. do SUS - Vig. Sanitaria	15.000,00	15.500,00	18.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 Transf. de Rec. do SUS - Saude Bucal	93.000,00	97.000,00	101.100,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00 Transf. de Recursos do - SUS Especificidades	60.000,00	62.500,00	65.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00 Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.050.000,00	1.097.000,00	1.146.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00 Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00	350.000,00	365.500,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00 Transf. de Rec. do SUS - Qualificação	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00 Transf. de Rec. do SUS - SAMU	150.000,00	156.500,00	164.000,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00.00 Transf. Recursos do SUS - Vig. Prev. Violenc. Acid	30.000,00	31.000,00	33.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00 Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	420.000,00	439.000,00	455.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	313.000,00	327.100,00	340.500,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	313.000,00	327.100,00	340.500,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 Transf. de Rec. do Estado - Farmacia Basica	140.000,00	146.300,00	152.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00 Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	126.000,00	131.500,00	137.500,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado DST/HIV/AIDS	30.000,00	31.300,00	32.500,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado - Diabetes	17.000,00	18.000,00	18.500,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.000,00	32.550,00	34.100,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	31.500,00	33.000,00



Página: 6/7
Data: 23/10/2013

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Fraiburgo****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/7

Data: 23/10/2013

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			
4.1.3.2.5.02.99.08.00.00 Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	25.000,00	26.000,00	27.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00 Outras Receitas de Concessões e Permissões	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	3.922.000,00	4.081.800,00	4.241.400,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serviços Administrativos	7.000,00	7.300,00	7.500,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00 Outros Serviços Administrativos	7.000,00	7.300,00	7.500,00
4.1.6.0.0.13.99.02.00.00 Outros Serviços Administrativos - SF	7.000,00	7.300,00	7.500,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00 Serviços de Fornecimento de Água	3.700.000,00	3.850.000,00	4.000.000,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	40.000,00	41.500,00	43.000,00
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	115.000,00	120.000,00	125.400,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 Serviços de Religamento de Água	13.000,00	13.000,00	13.500,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços	47.000,00	50.000,00	52.000,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00 Outros Serviços - SF	47.000,00	50.000,00	52.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.000,00	58.650,00	61.600,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	50.000,00	52.300,00	55.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00 Multas de Outras Origens	50.000,00	52.300,00	55.000,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00 Outras Multas	50.000,00	52.300,00	55.000,00
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00 Outras Multas - SF	50.000,00	52.300,00	55.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 Outras Restituições - SF	5.000,00	5.300,00	5.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	1.050,00	1.100,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	1.000,00	1.050,00	1.100,00
4.1.9.9.0.99.10.00.00.00 Outras Receitas - SF	1.000,00	1.050,00	1.100,00
Total entidade:	5.313.000,00	5.526.950,00	5.741.000,00
Total geral:	73.630.000,00	75.890.000,00	78.476.000,00

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

RECEITAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2011	2012	VARIAÇÃO %	2013	VARIAÇÃO %	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %	2016	VARIAÇÃO %
IMPOSTOS	5.173.212,70	6.106.582,90	18,04	5.737.200,00	-6,05	6.280.000,00	9,46	6.510.000,00	3,66	6.742.000,00	3,56
TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	3.401.745,54	2.903.864,43	-14,64	3.020.800,00	4,03	3.290.100,00	8,91	3.422.940,00	4,04	3.640.500,00	6,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	805.901,40	842.074,05	4,49	903.000,00	7,24	920.000,00	1,88	960.000,00	4,35	1.000.000,00	4,17
RECEITA PATRIMONIAL	1.411.852,69	1.425.513,43	0,97	561.330,00	-60,62	645.900,00	15,07	703.110,00	8,86	680.400,00	-3,23
RECEITA DE SERVIÇOS	3.834.995,26	4.285.834,59	11,76	4.507.650,00	5,18	4.638.500,00	2,90	4.823.400,00	3,99	5.007.700,00	3,82
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	19.241.071,13	20.514.882,93	6,62	22.119.050,00	7,82	22.198.500,00	0,36	23.169.300,00	4,37	24.138.700,00	4,18
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	16.559.632,34	16.159.285,75	-2,42	16.038.750,00	-0,75	17.308.000,00	7,91	18.049.550,00	4,28	18.789.500,00	4,10
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	15.293.321,59	17.969.468,70	17,50	17.394.720,00	-3,20	18.183.000,00	4,53	19.191.400,00	5,55	19.798.500,00	3,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.462.205,49	3.320.577,10	127,09	1.731.120,00	-47,87	1.786.000,00	3,17	1.858.500,00	4,06	1.942.200,00	4,50
RECEITAS DE CAPITAL	6.986.408,10	9.691.436,07	38,72	199.500,00	-97,94	4.528.000,00	2169,67	3.612.800,00	-20,21	3.410.500,00	-5,60
DEDUÇÕES DA DA RECEITA	(5.741.868,40)	(5.812.252,70)	1,23	(6.063.120,00)	4,32	(6.148.000,00)	1,40	(6.411.000,00)	4,28	(6.674.000,00)	4,10
TOTAL	68.428.477,84	77.407.267,25	13,12	66.150.000,00	-14,54	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2011	2012	VARIAÇÃO %	2013	VARIAÇÃO %	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %	2016	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.883.907,67	32.719.258,72	17,34	34.419.123,60	5,20	36.556.300,00	6,21	38.698.260,00	5,86	40.031.220,00	3,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	122.960,09	305.595,15	148,53	500.000,00	63,62	600.000,00	20,00	625.000,00	4,17	647.000,00	3,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.831.755,27	25.934.674,25	8,82	22.488.136,40	-13,29	23.207.630,00	3,20	23.774.740,00	2,44	24.733.880,00	4,03
INVESTIMENTOS	14.717.957,76	18.307.554,97	24,39	6.372.740,00	-65,19	10.666.070,00	67,37	10.083.800,00	-5,46	10.258.900,00	1,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	972.208,28	833.662,78	-14,25	2.170.000,00	160,30	2.400.000,00	10,60	2.500.000,00	4,17	2.590.000,00	3,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00		200.000,00	0,00	208.200,00	4,10	215.000,00	3,27
TOTAL	67.528.789,07	78.100.745,87	15,66	66.150.000,00	-15,30	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

ANEXO III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	61.442.069,74	67.742.947,65	65.950.500,00	69.102.000,00	72.277.200,00	75.065.500,00
Receita Tributária	8.574.958,24	8.980.066,40	8.758.000,00	9.570.100,00	9.932.940,00	10.382.500,00
Receita de Contribuição	805.901,40	841.975,99	903.000,00	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00
Receita Patrimonial	1.411.852,69	1.418.185,15	561.330,00	645.900,00	703.110,00	680.400,00
Aplicações Financeiras (II)	1.398.023,98	850.344,66	554.030,00	625.900,00	682.110,00	658.400,00
Outras Receita Patrimoniais	13.828,71	567.840,49	7.300,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
Transferências Correntes	45.352.156,66	48.897.408,79	49.489.400,00	51.541.500,00	53.999.250,00	56.052.700,00
Demais Receitas Correntes	5.297.200,75	7.605.311,32	6.238.770,00	6.424.500,00	6.681.900,00	6.949.900,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	60.044.045,76	66.892.602,99	65.396.470,00	68.476.100,00	71.595.090,00	74.407.100,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	6.986.408,10	9.664.319,60	199.500,00	4.528.000,00	3.612.800,00	3.410.500,00
Operações de Crédito (V)	1.249.999,98	4.130.716,37	105.000,00	4.000.000,00	3.500.000,00	3.290.000,00
Amortização de Empréstimos (VI)			-			
Alienação de Ativos (VII)	104.282,42	265.056,80	94.500,00	103.000,00	107.500,00	115.000,00
Transferências de Capital	5.632.125,70	5.268.546,43	-	425.000,00	5.300,00	5.500,00
Outras Receitas de Capital						
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	5.632.125,70	5.268.546,43	-	425.000,00	5.300,00	5.500,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	65.676.171,46	72.161.149,42	65.396.470,00	68.901.100,00	71.600.390,00	74.412.600,00
DESPESAS CORRENTES (X)	51.838.623,03	58.959.528,12	57.407.260,00	60.363.930,00	63.098.000,00	65.412.100,00
Pessoal e Encargos Sociais	27.883.907,67	32.719.258,72	34.419.123,60	36.556.300,00	38.698.260,00	40.031.220,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	122.960,09	305.595,15	500.000,00	600.000,00	625.000,00	647.000,00
Outras Despesas Correntes	23.831.755,27	25.934.674,25	22.488.136,40	23.207.630,00	23.774.740,00	24.733.880,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	51.715.662,94	58.653.932,97	56.907.260,00	59.763.930,00	62.473.000,00	64.765.100,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	15.690.166,04	19.141.217,75	8.542.740,00	13.066.070,00	12.583.800,00	12.848.900,00
Investimentos	14.717.957,76	18.307.554,97	6.372.740,00	10.666.070,00	10.083.800,00	10.258.900,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida (XIV)	972.208,28	833.662,78	2.170.000,00	2.400.000,00	2.500.000,00	2.590.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	14.717.957,76	18.307.554,97	6.372.740,00	10.666.070,00	10.083.800,00	10.258.900,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)			200.000,00	200.000,00	208.200,00	215.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	66.433.620,70	76.961.487,94	63.480.000,00	70.630.000,00	72.765.000,00	75.239.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(757.449,24)	(4.800.338,52)	1.916.470,00	(1.728.900,00)	(1.164.610,00)	(826.400,00)

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	67.183.938,14	73.474.623,24	71.075.000,00	75.250.000,00	78.688.200,00	81.739.500,00
Receita Tributária	8.574.958,24	8.980.066,40	8.732.050,00	9.570.100,00	9.932.940,00	10.382.500,00
Receita de Contribuições	805.901,40	841.975,99	900.000,00	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00
Receita Patrimonial	1.411.852,69	1.418.185,15	765.200,00	645.900,00	703.110,00	680.400,00
Receita de Serviços	3.834.995,26	4.285.163,85	4.394.000,00	4.638.500,00	4.823.400,00	5.007.700,00
Transferencias Correntes	51.094.025,06	54.629.084,38	55.058.500,00	57.689.500,00	60.410.250,00	62.726.700,00
Outras Receitas Correntes	1.462.205,49	3.320.147,47	1.225.250,00	1.786.000,00	1.858.500,00	1.942.200,00
Deduções (II)	5.741.868,40	5.731.675,59	6.305.000,00	6.148.000,00	6.411.000,00	6.674.000,00
RCL - TOTAL = III (I-II)	61.442.069,74	67.742.947,65	64.770.000,00	69.102.000,00	72.277.200,00	75.065.500,00
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS						

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	(b)	©	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.370.119,12	4.667.172,71	3.805.000,00	5.500.000,00	7.200.000,00	10.000.000,00
Outras Dívidas	250.327,42	79.789,27	-	-	-	-
Contratual	1.119.791,70	4.587.383,44	3.805.000,00	5.500.000,00	7.200.000,00	10.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	11.773.696,58	7.556.398,95	4.500.000,00	3.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
Ativo Disponível	12.573.812,31	8.382.865,39	5.000.000,00	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	800.115,73	826.466,44	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(10.403.577,46)	(2.889.226,24)	(695.000,00)	2.000.000,00	2.700.000,00	5.500.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(10.403.577,46)	(2.889.226,24)	(695.000,00)	2.000.000,00	2.700.000,00	5.500.000,00
RESULTADO NOMINAL	Realizado 2011	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	(1.665.715,23)	7.514.351,22	2.194.226,24	2.695.000,00	700.000,00	2.800.000,00

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	73.630.000,00	69.718.776,63	34,656	75.890.000,00	68.261.352,24	32,721	78.476.000,00	67.142.967,01	31,027
Receitas Primárias (I)	68.901.100,00	65.241.075,66	32,430	71.600.390,00	64.402.944,29	30,871	74.412.600,00	63.666.378,85	29,421
Despesa Total	73.630.000,00	69.718.776,63	34,656	75.890.000,00	68.261.352,24	32,721	78.476.000,00	67.142.967,01	31,027
Despesas Primárias (II)	70.630.000,00	66.878.136,54	33,244	72.765.000,00	65.450.484,85	31,373	75.239.000,00	64.373.435,12	29,747
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.728.900,00)	(1.637.060,88)	-0,814	(1.164.610,00)	(1.047.540,56)	-0,502	(826.400,00)	(707.056,27)	-0,327
Resultado Nominal	2.695.000,00	2.551.841,68	1,268	700.000,00	629.634,29	0,302	2.800.000,00	2.395.640,80	1,107
Dívida Pública Consolidada	5.500.000,00	5.207.840,17	2,589	7.200.000,00	6.476.238,45	3,104	10.000.000,00	8.555.860,01	3,954
Dívida Consolidada Líquida	2.000.000,00	1.893.760,06	0,941	2.700.000,00	2.428.589,42	1,164	5.500.000,00	4.705.723,00	2,175

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

O cálculo das metas anuais foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
Inflação média (% anual)	5,61	5,27	5,13
PIB Estadual previsto	212.461.756,00	231.933.855,00	252.926.997,00
PIB Estadual previsto % anual	3,57	3,7	3,73

Nota: O PIB corresponde ao valor projetado na LDO 2014 do Estado de Santa Catarina

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Demonstrativo II

R\$ 1,00

LRF, art. 4o, § 2o, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor = (b-a) (c)	% (c/a) x 100
Receita Total	68.000.000,00	38,1793	77.407.267,25	43,4611	9.407.267,25	13,83
Receitas Primárias (I)	64.015.800,00	35,9424	72.161.149,42	40,5157	8.145.349,42	12,72
Despesa Total	68.000.000,00	38,1793	78.100.745,87	43,8505	10.100.745,87	14,85
Despesas Primárias (II)	67.120.000,00	37,6852	76.961.487,94	43,2109	9.841.487,94	14,66
Resultado Primário (III) = (I - II)	(3.104.200,00)	(1,7429)	(4.800.338,52)	(2,6952)	(1.696.138,52)	54,64
Resultado Nominal	9.500.000,00	5,3339	7.514.351,22	4,2190	(1.985.648,78)	(20,90)
Dívida Pública Consolidada	15.000.000,00	8,4219	4.667.172,71	2,6204	(10.332.827,29)	(68,89)
Dívida Consolidada Líquida	13.500.000,00	7,5797	(2.889.226,24)	(1,6222)	(16.389.226,24)	(121,40)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PIB Estadual

2012

178.106.837,00

O PIB corresponde ao valor utilizado na LDO 2014 do Estado de Santa Catarina.

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	58.710.000,00	68.000.000,00	15,82	66.150.000,00	-2,72	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41
Receitas Primárias (I)	52.462.930,00	64.015.800,00	22,02	65.396.470,00	2,16	68.901.100,00	5,36	71.600.390,00	3,92	74.412.600,00	3,93
Despesa Total	58.710.000,00	68.000.000,00	15,82	66.150.000,00	-2,72	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41
Despesas Primárias (II)	57.110.000,00	67.120.000,00	17,53	63.480.000,00	-5,42	70.630.000,00	11,26	72.765.000,00	3,02	75.239.000,00	3,40
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.647.070,00)	(3.104.200,00)	-33,20	1.916.470,00	-161,74	(1.728.900,00)	-190,21	(1.164.610,00)	-32,64	(826.400,00)	-29,04
Resultado Nominal	5.980.000,00	9.500.000,00	58,86	(3.625.000,00)	-138,16	2.695.000,00	-174,34	700.000,00	-74,03	2.800.000,00	300,00
Dívida Pública Consolidada	8.030.000,00	15.000.000,00	86,80	3.700.000,00	-75,33	5.500.000,00	48,65	7.200.000,00	30,91	10.000.000,00	38,89
Dívida Consolidada Líquida	5.030.000,00	13.500.000,00	168,39	(300.000,00)	-102,22	2.000.000,00	-766,67	2.700.000,00	35,00	5.500.000,00	103,70

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	65.736.492,65	71.937.200,00	9,43	66.150.000,00	-8,04	69.718.776,63	5,39	68.261.352,24	-2,09	67.142.967,01	-1,64
Receitas Primárias (I)	58.741.764,81	67.722.314,82	15,29	65.396.470,00	-3,43	65.241.075,66	-0,24	64.402.944,29	-1,28	63.666.378,85	-1,14
Despesa Total	65.736.492,65	71.937.200,00	9,43	66.150.000,00	-8,04	69.718.776,63	5,39	68.261.352,24	-2,09	67.142.967,01	-1,64
Despesas Primárias (II)	63.945.002,47	71.006.248,00	11,04	63.480.000,00	-10,60	66.878.136,54	5,35	65.450.484,85	-2,13	64.373.435,12	-1,65
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.203.237,66)	(3.283.933,18)	-36,89	1.916.470,00	-158,36	(1.637.060,88)	-185,42	(1.047.540,56)	-36,01	(707.056,27)	-32,50
Resultado Nominal	6.695.694,53	10.050.050,00	50,10	(3.625.000,00)	-136,07	2.551.841,68	-170,40	629.634,29	-75,33	2.395.640,80	280,48
Dívida Pública Consolidada	8.991.041,32	15.868.500,00	76,49	3.700.000,00	-76,68	5.207.840,17	40,75	6.476.238,45	24,36	8.555.860,01	32,11
Dívida Consolidada Líquida	5.631.997,24	14.281.650,00	153,58	(300.000,00)	-102,10	1.893.760,06	-731,25	2.428.589,42	28,24	4.705.723,00	93,76

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Índices de Inflação					
2011	2012	2013	2014	2015	2016
6,500	5,840	5,790	5,610	5,270	5,130
1,1197	1,0579	0	1,0561	1,1118	1,1688
		1			

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrativo IV

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	130.030.214,72	99,75	52.886.348,75	94,54	42.100.985,33	95,26
Reservas	327.422,25	0,25	3.053.142,88	5,46	2.096.231,71	4,74
Resultado Acumulado	-		-		-	
TOTAL	130.357.636,97	100,00	55.939.491,63	100,00	44.197.217,04	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-		-		-	
TOTAL	-		-		-	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

OBS: Em 2012 foi realizado a reavaliação dos bens patrimoniais.

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS****Demonstrativo V**

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	265.056,80	107.199,36	77.674,09
Alienação de Bens Móveis	31.694,40	-	69.949,00
Alienação de Bens Imóveis	233.362,40	107.199,36	7.725,09
Outras Receitas Relativas a Alienação	-	-	-
Saldo Inicial	91.391,75	16.338,25	122.469,72

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	121.869,03	32.145,86	183.805,56
DESPESAS DE CAPITAL	121.869,03	32.145,86	183.805,56
Investimentos	121.869,03	32.145,86	183.805,56
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			-
Regime Geral de Previdência Social			-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2012	2011	2010
VALOR (III)	234.579,52	91.391,75	16.338,25

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**Demonstrativo VI**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2010	2011	2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE:			

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Demonstrativo V la

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE:

Nota: O Município de Fraiburgo participa do Regime Geral de Previdência

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Demonstrativo VII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	Desconto Parcela Única	Municipes	378.000,00	408.300,00	440.900,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IPTU	Isenções	Municipes	21.600,00	234.000,00	25.200,00	
ISS	Desconto Parcela Única	Municipes	27.000,00	29.200,00	31.500,00	
ISS	Isenções	Municipes	25.000,00	27.000,00	29.200,00	
Contribuição de Melhoria	Desconto Parcela Única	Municipes	108.000,00	116.700,00	126.000,00	
Contribuição de Melhoria Multas e Juros da Dívida Ativa	Isenções	Municipes	324.000,00	350.000,00	378.000,00	
	Isenções	Municipes	100.200,00	105.300,00	110.200,00	
COSIP	Desconto Parcela Única	Municipes	16.200,00	17.500,00	19.000,00	
Taxas	Isenções	Municipes	8.000,00	8.700,00	9.400,00	
TOTAL			1.000.000,00	1.288.000,00	1.160.000,00	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO****Demonstrativo VIII**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Transferencias do FUNDEB	500.000,00
Transferências ao Fundo Municipal de Saúde	1.200.000,00
Outras Transferências	120.000,00
Aumento da Receita Municipal	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.820.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	600.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.420.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.420.000,00
Novas DOCC	2.420.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Fraiburgo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/2

Data: 23/10/2013

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
DESPESA (I)	52.840.760,00	54.659.414,00	56.314.106,00
DESPESAS CORRENTES	41.921.990,00	43.866.814,00	45.474.506,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.509.690,00	28.256.954,00	29.182.356,00
Transferências à Consórcios Públicos	100.000,00	103.700,00	108.000,00
Aplicacoes Diretas	26.409.690,00	28.153.254,00	29.074.356,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	600.000,00	625.000,00	647.000,00
Aplicacoes Diretas	600.000,00	625.000,00	647.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.812.300,00	14.984.860,00	15.645.150,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	655.500,00	681.600,00	704.500,00
Transferências a Consórcios Públicos	425.000,00	441.300,00	457.500,00
Aplicacoes Diretas	13.701.800,00	13.830.760,00	14.451.150,00
Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Co	30.000,00	31.200,00	32.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.718.770,00	10.584.400,00	10.624.600,00
INVESTIMENTOS	8.318.770,00	8.084.400,00	8.034.600,00
Transferências a Consórcios Públicos	40.000,00	41.700,00	44.000,00
Aplicacoes Diretas	8.278.770,00	8.042.700,00	7.990.600,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.400.000,00	2.500.000,00	2.590.000,00
Aplicacoes Diretas	2.400.000,00	2.500.000,00	2.590.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	208.200,00	215.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	208.200,00	215.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	208.200,00	215.000,00
Total da entidade:	52.840.760,00	54.659.414,00	56.314.106,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO			
DESPESA (I)	12.126.240,00	12.192.636,00	12.690.894,00
DESPESAS CORRENTES	10.836.940,00	11.260.236,00	11.691.594,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.665.000,00	6.890.000,00	7.113.600,00
Transferências à Consórcios Públicos	2.000,00	2.500,00	3.000,00
Aplicacoes Diretas	6.663.000,00	6.887.500,00	7.110.600,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.171.940,00	4.370.236,00	4.577.994,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	610.000,00	645.000,00	690.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	27.000,00	33.500,00	40.000,00
Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	400.000,00	440.000,00	480.000,00
Aplicacoes Diretas	3.134.940,00	3.251.736,00	3.367.994,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.289.300,00	932.400,00	999.300,00
INVESTIMENTOS	1.289.300,00	932.400,00	999.300,00
Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00	2.500,00	3.000,00
Aplicacoes Diretas	1.287.300,00	929.900,00	996.300,00
Total da entidade:	12.126.240,00	12.192.636,00	12.690.894,00
8 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME			
DESPESA (I)	1.050.000,00	1.115.000,00	1.180.000,00
DESPESAS CORRENTES	900.000,00	950.000,00	1.000.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	500.000,00	530.000,00	560.000,00
Aplicacoes Diretas	500.000,00	530.000,00	560.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.000,00	420.000,00	440.000,00
Aplicacoes Diretas	400.000,00	420.000,00	440.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00	165.000,00	180.000,00
INVESTIMENTOS	150.000,00	165.000,00	180.000,00
Aplicacoes Diretas	150.000,00	165.000,00	180.000,00
Total da entidade:	1.050.000,00	1.115.000,00	1.180.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Fraiburgo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/2

Data: 23/10/2013

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
9 - AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO SANEFRAI			
DESPESA (I)	5.313.000,00	5.526.950,00	5.741.000,00
DESPESAS CORRENTES	4.575.000,00	4.714.950,00	4.856.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.420.000,00	1.472.000,00	1.533.000,00
Transferencias a Consórcios Públicos	20.000,00	22.000,00	33.000,00
Aplicacoes Diretas	1.400.000,00	1.450.000,00	1.500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.155.000,00	3.242.950,00	3.323.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00	17.000,00	23.000,00
Transferencias a Consórcios Públicos	40.000,00	50.000,00	50.000,00
Aplicacoes Diretas	3.100.000,00	3.175.950,00	3.250.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	738.000,00	812.000,00	885.000,00
INVESTIMENTOS	738.000,00	812.000,00	885.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00	17.000,00	10.000,00
Aplicacoes Diretas	723.000,00	795.000,00	875.000,00
Total da entidade:	5.313.000,00	5.526.950,00	5.741.000,00
10 - CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO			
DESPESA (I)	2.300.000,00	2.396.000,00	2.550.000,00
DESPESAS CORRENTES	2.130.000,00	2.306.000,00	2.390.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.461.610,00	1.549.306,00	1.642.264,00
Aplicacoes Diretas	1.461.610,00	1.549.306,00	1.642.264,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	668.390,00	756.694,00	747.736,00
Aplicacoes Diretas	668.390,00	756.694,00	747.736,00
DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00	90.000,00	160.000,00
INVESTIMENTOS	170.000,00	90.000,00	160.000,00
Aplicacoes Diretas	170.000,00	90.000,00	160.000,00
Total da entidade:	2.300.000,00	2.396.000,00	2.550.000,00
Total geral:	73.630.000,00	75.890.000,00	78.476.000,00

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2011	2012	VARIAÇÃO %	2013	VARIAÇÃO %	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %	2016	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.883.907,67	32.719.258,72	17,34	34.419.123,60	5,20	36.556.300,00	6,21	38.698.260,00	5,86	40.031.220,00	3,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	122.960,09	305.595,15	148,53	500.000,00	63,62	600.000,00	20,00	625.000,00	4,17	647.000,00	3,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.831.755,27	25.934.674,25	8,82	22.488.136,40	-13,29	23.207.630,00	3,20	23.774.740,00	2,44	24.733.880,00	4,03
INVESTIMENTOS	14.717.957,76	18.307.554,97	24,39	6.372.740,00	-65,19	10.666.070,00	67,37	10.083.800,00	-5,46	10.258.900,00	1,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	972.208,28	833.662,78	-14,25	2.170.000,00	160,30	2.400.000,00	10,60	2.500.000,00	4,17	2.590.000,00	3,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				200.000,00		200.000,00	0,00	208.200,00	4,10	215.000,00	3,27
TOTAL	67.528.789,07	78.100.745,87	15,66	66.150.000,00	-15,30	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

ANEXO III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	61.442.069,74	67.742.947,65	65.950.500,00	69.102.000,00	72.277.200,00	75.065.500,00
Receita Tributária	8.574.958,24	8.980.066,40	8.758.000,00	9.570.100,00	9.932.940,00	10.382.500,00
Receita de Contribuição	805.901,40	841.975,99	903.000,00	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00
Receita Patrimonial	1.411.852,69	1.418.185,15	561.330,00	645.900,00	703.110,00	680.400,00
Aplicações Financeiras (II)	1.398.023,98	850.344,66	554.030,00	625.900,00	682.110,00	658.400,00
Outras Receita Patrimoniais	13.828,71	567.840,49	7.300,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
Transferências Correntes	45.352.156,66	48.897.408,79	49.489.400,00	51.541.500,00	53.999.250,00	56.052.700,00
Demais Receitas Correntes	5.297.200,75	7.605.311,32	6.238.770,00	6.424.500,00	6.681.900,00	6.949.900,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	60.044.045,76	66.892.602,99	65.396.470,00	68.476.100,00	71.595.090,00	74.407.100,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	6.986.408,10	9.664.319,60	199.500,00	4.528.000,00	3.612.800,00	3.410.500,00
Operações de Crédito (V)	1.249.999,98	4.130.716,37	105.000,00	4.000.000,00	3.500.000,00	3.290.000,00
Amortização de Empréstimos (VI)			-			
Alienação de Ativos (VII)	104.282,42	265.056,80	94.500,00	103.000,00	107.500,00	115.000,00
Transferências de Capital	5.632.125,70	5.268.546,43	-	425.000,00	5.300,00	5.500,00
Outras Receitas de Capital						
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	5.632.125,70	5.268.546,43	-	425.000,00	5.300,00	5.500,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	65.676.171,46	72.161.149,42	65.396.470,00	68.901.100,00	71.600.390,00	74.412.600,00
DESPESAS CORRENTES (X)	51.838.623,03	58.959.528,12	57.407.260,00	60.363.930,00	63.098.000,00	65.412.100,00
Pessoal e Encargos Sociais	27.883.907,67	32.719.258,72	34.419.123,60	36.556.300,00	38.698.260,00	40.031.220,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	122.960,09	305.595,15	500.000,00	600.000,00	625.000,00	647.000,00
Outras Despesas Correntes	23.831.755,27	25.934.674,25	22.488.136,40	23.207.630,00	23.774.740,00	24.733.880,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	51.715.662,94	58.653.932,97	56.907.260,00	59.763.930,00	62.473.000,00	64.765.100,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	15.690.166,04	19.141.217,75	8.542.740,00	13.066.070,00	12.583.800,00	12.848.900,00
Investimentos	14.717.957,76	18.307.554,97	6.372.740,00	10.666.070,00	10.083.800,00	10.258.900,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida (XIV)	972.208,28	833.662,78	2.170.000,00	2.400.000,00	2.500.000,00	2.590.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	14.717.957,76	18.307.554,97	6.372.740,00	10.666.070,00	10.083.800,00	10.258.900,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)			200.000,00	200.000,00	208.200,00	215.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	66.433.620,70	76.961.487,94	63.480.000,00	70.630.000,00	72.765.000,00	75.239.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(757.449,24)	(4.800.338,52)	1.916.470,00	(1.728.900,00)	(1.164.610,00)	(826.400,00)

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	(b)	©	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.370.119,12	4.667.172,71	3.805.000,00	5.500.000,00	7.200.000,00	10.000.000,00
Outras Dívidas	250.327,42	79.789,27	-	-	-	-
Contratual	1.119.791,70	4.587.383,44	3.805.000,00	5.500.000,00	7.200.000,00	10.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	11.773.696,58	7.556.398,95	4.500.000,00	3.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
Ativo Disponível	12.573.812,31	8.382.865,39	5.000.000,00	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	800.115,73	826.466,44	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(10.403.577,46)	(2.889.226,24)	(695.000,00)	2.000.000,00	2.700.000,00	5.500.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(10.403.577,46)	(2.889.226,24)	(695.000,00)	2.000.000,00	2.700.000,00	5.500.000,00
RESULTADO NOMINAL	Realizado 2011	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	(1.665.715,23)	7.514.351,22	2.194.226,24	2.695.000,00	700.000,00	2.800.000,00

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Fraiburgo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Página: 1/1

Data: 23/10/2013

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.370.119,12	4.667.172,71	3.805.000,00	5.500.000,00	7.200.000,00	10.000.000,00
Outras dívidas	250.327,42	79.789,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	1.119.791,70	4.587.383,44	3.805.000,00	5.500.000,00	7.200.000,00	10.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	11.773.696,58	7.556.398,95	4.500.000,00	3.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
Ativo disponível	12.573.812,31	8.382.865,39	5.000.000,00	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
(-) Restos a pagar processados	800.115,73	826.466,44	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
DCL (III) = (I - II)	(10.403.577,46)	(2.889.226,24)	(695.000,00)	2.000.000,00	2.700.000,00	5.500.000,00

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora

MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	67.183.938,14	73.474.623,24	71.075.000,00	75.250.000,00	78.688.200,00	81.739.500,00
Receita Tributária	8.574.958,24	8.980.066,40	8.732.050,00	9.570.100,00	9.932.940,00	10.382.500,00
Receita de Contribuições	805.901,40	841.975,99	900.000,00	920.000,00	960.000,00	1.000.000,00
Receita Patrimonial	1.411.852,69	1.418.185,15	765.200,00	645.900,00	703.110,00	680.400,00
Receita de Serviços	3.834.995,26	4.285.163,85	4.394.000,00	4.638.500,00	4.823.400,00	5.007.700,00
Transferencias Correntes	51.094.025,06	54.629.084,38	55.058.500,00	57.689.500,00	60.410.250,00	62.726.700,00
Outras Receitas Correntes	1.462.205,49	3.320.147,47	1.225.250,00	1.786.000,00	1.858.500,00	1.942.200,00
Deduções (II)	5.741.868,40	5.731.675,59	6.305.000,00	6.148.000,00	6.411.000,00	6.674.000,00
RCL - TOTAL = III (I-II)	61.442.069,74	67.742.947,65	64.770.000,00	69.102.000,00	72.277.200,00	75.065.500,00
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS						

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

Página: 1/1
Data: 23/10/2013

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Outros Passivos Contingentes	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência.	50.000,00
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência.	50.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistencia a Epidemias, Enchentes e outras situações de calamidade pública	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência.	100.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	200.000,00	TOTAL	200.000,00

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal_____
MOISES AMADEU PATRICIO
Controlador Interno_____
ISABEL C. BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	73.630.000,00	69.718.776,63	34,656	75.890.000,00	68.261.352,24	32,721	78.476.000,00	67.142.967,01	31,027
Receitas Primárias (I)	68.901.100,00	65.241.075,66	32,430	71.600.390,00	64.402.944,29	30,871	74.412.600,00	63.666.378,85	29,421
Despesa Total	73.630.000,00	69.718.776,63	34,656	75.890.000,00	68.261.352,24	32,721	78.476.000,00	67.142.967,01	31,027
Despesas Primárias (II)	70.630.000,00	66.878.136,54	33,244	72.765.000,00	65.450.484,85	31,373	75.239.000,00	64.373.435,12	29,747
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.728.900,00)	(1.637.060,88)	-0,814	(1.164.610,00)	(1.047.540,56)	-0,502	(826.400,00)	(707.056,27)	-0,327
Resultado Nominal	2.695.000,00	2.551.841,68	1,268	700.000,00	629.634,29	0,302	2.800.000,00	2.395.640,80	1,107
Dívida Pública Consolidada	5.500.000,00	5.207.840,17	2,589	7.200.000,00	6.476.238,45	3,104	10.000.000,00	8.555.860,01	3,954
Dívida Consolidada Líquida	2.000.000,00	1.893.760,06	0,941	2.700.000,00	2.428.589,42	1,164	5.500.000,00	4.705.723,00	2,175

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

O cálculo das metas anuais foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
Inflação média (% anual)	5,61	5,27	5,13
PIB Estadual previsto	212.461.756,00	231.933.855,00	252.926.997,00
PIB Estadual previsto % anual	3,57	3,7	3,73

Nota: O PIB corresponde ao valor projetado na LDO 2014 do Estado de Santa Catarina

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Demonstrativo II

R\$ 1,00

LRF, art. 4o, § 2o, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor = (b-a) (c)	% (c/a) x 100
Receita Total	68.000.000,00	38,1793	77.407.267,25	43,4611	9.407.267,25	13,83
Receitas Primárias (I)	64.015.800,00	35,9424	72.161.149,42	40,5157	8.145.349,42	12,72
Despesa Total	68.000.000,00	38,1793	78.100.745,87	43,8505	10.100.745,87	14,85
Despesas Primárias (II)	67.120.000,00	37,6852	76.961.487,94	43,2109	9.841.487,94	14,66
Resultado Primário (III) = (I - II)	(3.104.200,00)	(1,7429)	(4.800.338,52)	(2,6952)	(1.696.138,52)	54,64
Resultado Nominal	9.500.000,00	5,3339	7.514.351,22	4,2190	(1.985.648,78)	(20,90)
Dívida Pública Consolidada	15.000.000,00	8,4219	4.667.172,71	2,6204	(10.332.827,29)	(68,89)
Dívida Consolidada Líquida	13.500.000,00	7,5797	(2.889.226,24)	(1,6222)	(16.389.226,24)	(121,40)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PIB Estadual

2012

178.106.837,00

O PIB corresponde ao valor utilizado na LDO 2014 do Estado de Santa Catarina.

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	58.710.000,00	68.000.000,00	15,82	66.150.000,00	-2,72	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41
Receitas Primárias (I)	52.462.930,00	64.015.800,00	22,02	65.396.470,00	2,16	68.901.100,00	5,36	71.600.390,00	3,92	74.412.600,00	3,93
Despesa Total	58.710.000,00	68.000.000,00	15,82	66.150.000,00	-2,72	73.630.000,00	11,31	75.890.000,00	3,07	78.476.000,00	3,41
Despesas Primárias (II)	57.110.000,00	67.120.000,00	17,53	63.480.000,00	-5,42	70.630.000,00	11,26	72.765.000,00	3,02	75.239.000,00	3,40
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.647.070,00)	(3.104.200,00)	-33,20	1.916.470,00	-161,74	(1.728.900,00)	-190,21	(1.164.610,00)	-32,64	(826.400,00)	-29,04
Resultado Nominal	5.980.000,00	9.500.000,00	58,86	(3.625.000,00)	-138,16	2.695.000,00	-174,34	700.000,00	-74,03	2.800.000,00	300,00
Dívida Pública Consolidada	8.030.000,00	15.000.000,00	86,80	3.700.000,00	-75,33	5.500.000,00	48,65	7.200.000,00	30,91	10.000.000,00	38,89
Dívida Consolidada Líquida	5.030.000,00	13.500.000,00	168,39	(300.000,00)	-102,22	2.000.000,00	-766,67	2.700.000,00	35,00	5.500.000,00	103,70

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	65.736.492,65	71.937.200,00	9,43	66.150.000,00	-8,04	69.718.776,63	5,39	68.261.352,24	-2,09	67.142.967,01	-1,64
Receitas Primárias (I)	58.741.764,81	67.722.314,82	15,29	65.396.470,00	-3,43	65.241.075,66	-0,24	64.402.944,29	-1,28	63.666.378,85	-1,14
Despesa Total	65.736.492,65	71.937.200,00	9,43	66.150.000,00	-8,04	69.718.776,63	5,39	68.261.352,24	-2,09	67.142.967,01	-1,64
Despesas Primárias (II)	63.945.002,47	71.006.248,00	11,04	63.480.000,00	-10,60	66.878.136,54	5,35	65.450.484,85	-2,13	64.373.435,12	-1,65
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.203.237,66)	(3.283.933,18)	-36,89	1.916.470,00	-158,36	(1.637.060,88)	-185,42	(1.047.540,56)	-36,01	(707.056,27)	-32,50
Resultado Nominal	6.695.694,53	10.050.050,00	50,10	(3.625.000,00)	-136,07	2.551.841,68	-170,40	629.634,29	-75,33	2.395.640,80	280,48
Dívida Pública Consolidada	8.991.041,32	15.868.500,00	76,49	3.700.000,00	-76,68	5.207.840,17	40,75	6.476.238,45	24,36	8.555.860,01	32,11
Dívida Consolidada Líquida	5.631.997,24	14.281.650,00	153,58	(300.000,00)	-102,10	1.893.760,06	-731,25	2.428.589,42	28,24	4.705.723,00	93,76

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Índices de Inflação					
2011	2012	2013	2014	2015	2016
6,500	5,840	5,790	5,610	5,270	5,130
1,1197	1,0579	0	1,0561	1,1118	1,1688
		1			

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrativo IV

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	130.030.214,72	99,75	52.886.348,75	94,54	42.100.985,33	95,26
Reservas	327.422,25	0,25	3.053.142,88	5,46	2.096.231,71	4,74
Resultado Acumulado	-		-		-	
TOTAL	130.357.636,97	100,00	55.939.491,63	100,00	44.197.217,04	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-		-		-	
TOTAL	-		-		-	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

OBS: Em 2012 foi realizado a reavaliação dos bens patrimoniais.

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS****Demonstrativo V**

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	265.056,80	107.199,36	77.674,09
Alienação de Bens Móveis	31.694,40	-	69.949,00
Alienação de Bens Imóveis	233.362,40	107.199,36	7.725,09
Outras Receitas Relativas a Alienação	-	-	-
Saldo Inicial	91.391,75	16.338,25	122.469,72

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	121.869,03	32.145,86	183.805,56
DESPESAS DE CAPITAL	121.869,03	32.145,86	183.805,56
Investimentos	121.869,03	32.145,86	183.805,56
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			-
Regime Geral de Previdência Social			-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2012	2011	2010
VALOR (III)	234.579,52	91.391,75	16.338,25

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**Demonstrativo VI**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2010	2011	2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE:			

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Demonstrativo V la

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE:

Nota: O Município de Fraiburgo participa do Regime Geral de Previdência

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Demonstrativo VII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	Desconto Parcela Única	Municipes	378.000,00	408.300,00	440.900,00	As renúncias foram consideradas na estimativa de receita da LDO, na forma do art. 12, e não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IPTU	Isenções	Municipes	21.600,00	234.000,00	25.200,00	
ISS	Desconto Parcela Única	Municipes	27.000,00	29.200,00	31.500,00	
ISS	Isenções	Municipes	25.000,00	27.000,00	29.200,00	
Contribuição de Melhoria	Desconto Parcela Única	Municipes	108.000,00	116.700,00	126.000,00	
Contribuição de Melhoria Multas e Juros da Dívida Ativa	Isenções	Municipes	324.000,00	350.000,00	378.000,00	
	Isenções	Municipes	100.200,00	105.300,00	110.200,00	
COSIP	Desconto Parcela Única	Municipes	16.200,00	17.500,00	19.000,00	
Taxas	Isenções	Municipes	8.000,00	8.700,00	9.400,00	
TOTAL			1.000.000,00	1.288.000,00	1.160.000,00	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO****Demonstrativo VIII**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Transferencias do FUNDEB	500.000,00
Transferências ao Fundo Municipal de Saúde	1.200.000,00
Outras Transferências	120.000,00
Aumento da Receita Municipal	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.820.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	600.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.420.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.420.000,00
Novas DOCC	2.420.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Fraiburgo, 23 de Outubro de 2013

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador InternoISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC 021.357/O-9

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	11	P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LEGISLATIVO	Móveis e Equipamentos (1)	80,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Equipar a sede do Legislativo. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	11	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO	Veiculo (1)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

Elaborar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento da Câmara Municipal de Fraiburgo; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição; incentivar a participação popular; desenvolver ações para a manutenção das atividades legislativas; e atuar de forma integrada com o Poder Executivo.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções: legislativas, de fiscalização financeira, controle externo do executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	11	A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Manutenção (Ano)	4,000	2.180.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer as funções legislativas, de fiscalização, controle externo do executivo realizando sessões ordinárias e extraordinárias, e atribuições que lhe são próprias atinentes à sua gestão. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.461.610,00	0,00	1.461.610,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	668.390,00	0,00	668.390,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			2.180.000,00	0,00	2.180.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE	Veiculo (1)	0,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	2 A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (Ano)	4,000	1.450.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das atividades inerentes ao gabinete do prefeito, vice-prefeito, assessoria e aos demais órgãos integrantes. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.450.000,00	0,00	1.450.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD	Manutenção (Ano)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Promover e implementar ações direcionadas à formulação da política do sistema municipal de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0209 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0210 - Multas Relativas ao Meio Ambie	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0211 - Multa Relativo a Defesa de Port	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0212 - Multas Relativas Interesse de H	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0213 - Multas Relativas ao Interesse d	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0214 - Multas Relativo a Outros Interes	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	30.000,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	2 A	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO	Eventos Realizados (EV)	20,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Ofertar eventos culturais, esportivos e de lazer□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 8/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS PARA ESPAÇOS CULTURAIS	Área Construída (M²)	2000,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar o Centro Cultural do município. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 9/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Cultura	02.03
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	0008

Objetivo do programa:

Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento cultural da comunidade fraiburguense.

Justificativa do programa:

A história de uma comunidade deve ser preservada e enriquecida com atividades culturais nas mais diversas esferas como: encontros com escritores, danças típicas, peças teatrais, shows entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	2	A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Manutenção (Ano)	4,000	745.000,00

II - Descrição das Ações

Atendimento da comunidade fraiburguense com atividades culturais□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			745.000,00	0,00	745.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 10/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	Procuradoria Geral do Município	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	2 A	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	Manutenção (Ano)	4,000	830.000,00

II - Descrição das Ações

Exercer o controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal. Representar judicial e extrajudicialmente o Município na defesa dos interesses da municipalidade. ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	780.000,00	0,00	780.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			830.000,00	0,00	830.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 11/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	CONTROLADORIA INTERNA	04.00
Unidade:	Controladoria Interna	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	2 A	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	Manutenção (Ano)	4,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

O sistema de controle interno do visa à avaliação das ações governamentais e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e pa

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 12/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Veiculo (1)	0,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 13/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Secretaria de Administração e Planejamento	05.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais. Primar pelo cumprimento dos princípios Constitucionais e legais nos atos administrativos. Executar o Plano de Governo e às prioridades estabelecidas no mesmo.

Justificativa do programa:

A administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, através deste programa são desenvolvidas as ações de Manutenção do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Procuradoria do Município, que atendem as reivindicações e avaliam os resultados dos serviços públicos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	Manutenção (Ano)	4,000	2.077.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas a administração do Município□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	180.000,00	0,00	180.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0292 - Alienação Outros Programas	0,00	62.000,00	62.000,00
Total:			2.015.000,00	62.000,00	2.077.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 14/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Rural	481
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	2 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	Casas (1)	20,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 15/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	2 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	Casas (1)	120,000	31.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação visa a implantação de loteamentos e habitações populares para melhorar a qualidade de vida das populações, assim como, possibilitar novas unidades habitacionais.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0289 - Alienação - FMHIS	0,00	21.000,00	21.000,00
Total:			10.000,00	21.000,00	31.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 16/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	2 A	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS	Imóveis Regularizados (IM)	500,000	20.000,00

II - Descrição das AçõesRegularizar os imóveis e loteamentos do Município. ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 17/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.02
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional municipal, atendendo as famílias que não possuem casa própria.

Justificativa do programa:

Considerando-se que a habitação é um dos principais fatores para o ser humano ter qualidade de vida, além de ser um direito estabelecido na Constituição Federal em Fraiburgo existem um déficit habitacional na ordem de 2300 unidades conforme levantamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	2 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	Manutenção (Ano)	4,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações relacionadas ao programa de habitação popular. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 18/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Secretaria de Finanças	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, compras, licitações, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS	Veiculo (1)	0,000	50.000,00

II - Descrição das AçõesManutenção e melhoria da frota de veículos. ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 19/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Secretaria de Finanças	06.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	GESTÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

Desenvolver ações orçamentárias e financeiras do município, visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos e atingimento dos índices estabelecidos na legislação.

Justificativa do programa:

Gerenciamento das ações da Secretaria de Finanças envolvendo as áreas de tributação, cadastro imobiliário, compras, licitações, contabilização e tesouraria.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	2	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	Manutenção (Ano)	4,000	1.180.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações orçamentárias e financeiras visando ao lançamento, e arrecadação da receita, realização da despesa, contabilização e produção de relatórios gerenciais, controlar os limites de gasto

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			1.180.000,00	0,00	1.180.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 20/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.100	2	O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	Parcela Paga (PCL)	48,000	3.000.000,00

II - Descrição das AçõesPagamento da Dívida Fundada Interna e Encargos Financeiros. ☐ ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
Total:			3.000.000,00	0,00	3.000.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 21/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS	06.00
Unidade:	Encargos Gerais	06.02
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Administrar a dívida pública, sua contratação e liquidação, acompanhar a requisição de pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Neste programa as ações a serem desenvolvidas são com referência ao controle da dívida e de precatórios.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.200	2	O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Processo Pago (Prc)	80,000	1.550.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento de precatórios oriundos de condenações judiciais.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Total:			1.550.000,00	0,00	1.550.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 22/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Manutenção (Ano)	4,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Atender as ações complementares da Secretaria Municipal de Educação. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 23/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	2	A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	Merenda (1)	200,000	26.100,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	11.100,00	11.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			15.000,00	11.100,00	26.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 24/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	2 A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	Merenda (1)	960000,000	771.100,00

II - Descrição das AçõesFornecimento de refeições para alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0302 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	271.100,00	271.100,00
Total:			500.000,00	271.100,00	771.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 25/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	2	A	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Merenda (1)	2000000,000	738.600,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de refeições para alunos da educação infantil□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	380.000,00	0,00	380.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0306 - Transferência do FNDE - PNAP	0,00	78.100,00	78.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0307 - Transferência do FNDE - PNAE	0,00	140.000,00	140.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0308 - Transf. de Instituições Privadas	140.500,00	0,00	140.500,00
Total:			520.500,00	218.100,00	738.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 26/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Quilometro Rodado (3)	3520000,000	1.924.200,00

II - Descrição das Ações

Ofertar transporte escolar para os alunos da Educação Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	220.000,00	220.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	920.000,00	920.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303 - Transferência do FNDE - PNATI	0,00	181.100,00	181.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0310 - Transporte Escolar do Estado -	0,00	341.100,00	341.100,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0313 - Transferência do FNDE - PNATI	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	1.924.200,00	1.924.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 27/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	2 P	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS ESPORTIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Área Construída (M²)	800,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, reformar e equipar as quadras e/ou ginásios esportivos das unidades escolares de Ensino Fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Saláric	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	150.000,00	150.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 28/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS EDUCACIONAIS	Área Construída (M²)	1800,000	850.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar as unidades escolares de Ensino Fundamental. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	250.000,00	250.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	400.000,00	400.000,00
Total:			0,00	850.000,00	850.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 29/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	2	A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (Ano)	4,000	12.488.190,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental ☐ ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	1.583.190,00	1.583.190,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	7.250.000,00	7.250.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	800.000,00	800.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	60.000,00	60.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	35.000,00	35.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387 - Alienação - Educação	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	12.488.190,00	12.488.190,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 30/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	ENSINO MÉDIO	0006

Objetivo do programa:

Articular a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Médio

Justificativa do programa:

Sabendo da importância da conclusão do Ensino Médio, o município vem contribuir para o transporte dos alunos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	Quilometro Rodado (3)	3520000,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuir para a manutenção do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0312 - Transferência do FNDE - PNATI	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			300.000,00	50.000,00	350.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 31/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0007

Objetivo do programa:

Contribuir com a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Superior e articular estratégias para a expansão de cursos superiores no Município.

Justificativa do programa:

Os cursos oferecidos em Fraiburgo não suprem as necessidades da comunidade, fazendo com que os universitários se desloquem para outros municípios, surgindo assim a necessidade de auxílio ao transporte acadêmico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	2 A	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	Quilometro Rodado (3)	800000,000	500.000,00

II - Descrição das Ações

Auxiliar financeiramente no deslocamento de acadêmicos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
Total:			500.000,00	0,00	500.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 32/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	Veiculo (1)	3,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir meios de transporte para o atendimento do Ensino Fundamental□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	60.000,00	60.000,00
Total:			0,00	60.000,00	60.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 33/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	2	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	Veiculo (1)	0,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Adquirir meios de transporte para o atendimento da Educação Infantil ☐

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	40.000,00	40.000,00
Total:			0,00	40.000,00	40.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 34/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	Área Construída (M²)	3150,000	180.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar os Centros de Educação Infantil□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	80.000,00	80.000,00
Total:			0,00	180.000,00	180.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 35/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	2	A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (Ano)	4,000	8.390.050,00

II - Descrição das Ações

Atendimento das crianças de 0 a 5 anos.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	750.000,00	750.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0322 - FUNDEB 60%	0,00	5.420.000,00	5.420.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0316 - Transferência do FNDE - Apoio	0,00	50.050,00	50.050,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	700.000,00	700.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0301 - Transferência do FNDE - Salário	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	8.390.050,00	8.390.050,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 36/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	2 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Manutenção (Ano)	4,000	23.100,00

II - Descrição das Ações

Atendimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0305 - Transf. de Instituições Privadas	3.100,00	0,00	3.100,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			3.100,00	20.000,00	23.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 37/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07.00
Unidade:	Educação Geral	07.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO BÁSICA	0005

Objetivo do programa:

Proporcionar meios para desenvolver a capacidade física, psicológica, intelectual e social do educando, iniciando na educação infantil até o término do Ensino Fundamental.

Justificativa do programa:

Considerando que cada criança possui um potencial próprio a ser desenvolvido surge a necessidade da construção de princípios básicos para a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DO CEJA	Área Construída (M²)	2000,000	70.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar, reformar e equipar o Centro de Educação de Jovens e Adultos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Impostos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0323 - FUNDEB 40%	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	70.000,00	70.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 38/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	4 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	Pessoas Atendidas (PS)	34000,000	174.000,00

II - Descrição das Ações

Atuar em parceria com a ESF para promoção da saúde bucal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - §	0,00	90.000,00	90.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0409 - Transf. Recursos SUS União - §	0,00	4.000,00	4.000,00
Total:			0,00	174.000,00	174.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 39/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	4 A	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS	Famílias Visitadas (FML)	368000,000	704.000,00

II - Descrição das Ações

Atuar como elo entre os serviços de saúde e população das áreas de abrangência da ESF/EACS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0406 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	109.000,00	109.000,00
Total:			0,00	704.000,00	704.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 40/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	4 A	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Pessoas Atendidas (PS)	126000,000	781.500,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações e serviços da Atenção Básica para atendimento às famílias das áreas de abrangência da ESF.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0405 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	56.500,00	56.500,00
Total:			0,00	781.500,00	781.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 41/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	4	A	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	Pessoas Atendidas (PS)	76000,000	2.499.800,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento das ações e serviços da Atenção Básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMA	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMA	0,00	173.000,00	173.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0403 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	57.000,00	57.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0415 - Transf. Recursos do SUS - Corr	0,00	60.800,00	60.800,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0416 - Transferências de Recursos do	0,00	29.000,00	29.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0432 - Transf. Recursos do SUS - PMA	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	2.499.800,00	2.499.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 42/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	ATENÇÃO BÁSICA	0009

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS municipal, tendo como eixo estruturante a Estratégia de Saúde da Família

Justificativa do programa:

Dos níveis de atenção à saúde, a atenção básica constitui-se na principal responsabilidade da gestão municipal, justificando-se todo e qualquer investimento destinado a implementação e/ou aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, dos serviços através delas disponibilizados, bem como dos profissionais que nela atuam. Atualmente estão implantadas no Município de Fraiburgo: 06 Equipes de Saúde da Família, 03 Equipes de Saúde Bucal e 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A cobertura pela ESF no Município é de 67,58%

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	4 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção (Ano)	4,000	3.954.740,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde .

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.800.000,00	2.800.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	598.740,00	598.740,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	2.000,00	2.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	3.954.740,00	3.954.740,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 43/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	GESTÃO DO SUS	0012

Objetivo do programa:

Aprimorar a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços públicos, através da qualificação dos servidores e atuação de forma integrada com as áreas afins e o controle social.

Justificativa do programa:

A boa gestão dos recursos e serviços públicos é a base para a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Há necessidade de investimento constante nesta área afim de qualificar a gestão e o controle social principalmente na qualificação dos profissionais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	4 A	GESTÃO DO SUS	Manutenção (Ano)	4,000	25.200,00

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de ações de qualificação para a gestão, Conselho Municipal de Saúde e profissionais de saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0420 - Transf. Recursos SUS União - C	0,00	10.200,00	10.200,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	25.200,00	25.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 44/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O Investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	4	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	Veiculo (UN)	3,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	50.000,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 45/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	0014

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública no âmbito da saúde, de forma a potencializar o conjunto de recursos disponíveis na prestação de serviços, otimizando e ampliando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

O Investimento é necessário para fortalecer a capacidade de gestão, podendo ser investimento na estrutura física e/ou tecnológica, que resultará em melhores condições para trabalhadores e pacientes e, consequentemente, em mais e melhores serviços.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	4	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	Área Construída (M²)	2300,000	730.000,00

II - Descrição das Ações

Melhoria da estrutura física das Unidades de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	300.000,00	300.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0430 - Transf. Recursos do SUS - UPA	0,00	420.000,00	420.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0488 - Alienação - Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	730.000,00	730.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 46/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	4 A	MANUTENÇÃO DO CAPS	Pessoas Atendidas (PS)	8800,000	471.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	71.000,00	71.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0419 - Transf. de Recursos do SUS - C	0,00	20.000,00	20.000,00
Total:			0,00	471.000,00	471.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 47/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	4 A	MANUTENÇÃO DO SAMU	Pessoas Atendidas (PS)	3800,000	262.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAN	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAN	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0422 - Transf. Recursos do SUS - SAN	0,00	12.000,00	12.000,00
Total:			0,00	262.000,00	262.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 48/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0010

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada, ampliando a rede de serviços de apoio à atenção básica e ampliando/adequando a estrutura física e tecnológica.

Justificativa do programa:

Em parceria com o Estado e a União, o Município também é responsável pela atenção especializada, dando suporte à atenção básica a fim de garantir a integralidade da atenção à saúde. São disponibilizados pelo Município os seguintes serviços especializados: Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia, CAPS, SAMU, além de serviços comprados pelo CIS-AMARP e credenciados com o Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	4 A	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	Pessoas Atendidas (PS)	228400,000	1.468.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações e serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públic	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	683.000,00	683.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0418 - Transf. Recursos do SUS - MAC	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			0,00	1.468.000,00	1.468.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 49/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0011

Objetivo do programa:

Reorganizar e qualificar a assistência farmacêutica, otimizando o processo de disponibilização de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Justificativa do programa:

A assistência farmacêutica atua de forma complementar, através do suporte à atenção básica e a média e alta complexidade, sendo considerada uma das áreas mais onerosas do sistema de saúde público, que requer constante reorganização e controle, a fim de otimizar esta área da assistência. Existe no Município 01 Farmácia Central e 05 Postos de Dispensação de Medicamentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	4 A	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Pessoas Atendidas (PS)	351000,000	694.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0404 - Transf. Recursos SUS União - F	0,00	186.500,00	186.500,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0413 - Transferências de Recursos do	0,00	141.000,00	141.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0423 - Transf. Recursos SUS Estado -	0,00	17.000,00	17.000,00
Total:			0,00	694.500,00	694.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 50/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	4	A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção (Ano)	4,000	132.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0425 - Transf. Recursos do SUS - Vig.	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	4.000,00	4.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0425 - Transf. Recursos do SUS - Vig.	0,00	6.000,00	6.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0408 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	4.000,00	4.000,00
Total:			0,00	132.000,00	132.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 51/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	08.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	08.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0013

Objetivo do programa:

Ampliar as ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito municipal e adequar o ambiente de trabalho, de acordo com as normas vigentes, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental.

Justificativa do programa:

A vigilância em saúde, com suas vertentes: Epidemiológica, Entomológica, Sanitária e Ambiental, é responsável pelo acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, justificando-se a necessidade de constante aprimoramento de suas ações.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	4	A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Pessoas Atendidas (PS)	104000,000	179.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Vigilância epidemiológica e Entomológica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0417 - Transferências de Recursos do	0,00	25.000,00	25.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0400 - Impostos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0407 - Transf. Recursos SUS União - \	0,00	34.000,00	34.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0417 - Transferências de Recursos do	0,00	5.500,00	5.500,00
Total:			0,00	179.500,00	179.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 52/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	GESTÃO AMBIENTAL	0016

Objetivo do programa:

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente em todo território do município com programas de preservação dos mananciais de água, de reflorestamento, preservação da mata nativa, conservação das encostas, margem dos rios, entre outros.

Justificativa do programa:

Compete ao Poder Público Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	2 A	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS	Manutenção (Ano)	4,000	70.000,00

II - Descrição das Ações

Execução de ações de preservação e conservação do meio ambiente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			70.000,00	0,00	70.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 53/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Recursos Hídricos	544
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	2 P	SISTEMA COMUNITÁRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MEIO RURAL	Sistemas Instalados (1)	5,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Perfuração de poços artesianos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 54/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	2 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Veiculo (1)	28,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Melhorar as patrulhas agrícolas mecanizadas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 55/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	2 A	ABERTURA DE AÇUDES E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	Açudes ou Reservatórios (1)	16,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Aumentar a capacidade de retenção de água para uso nas propriedades rurais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 56/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	2 A	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	Eventos (1)	12,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados a agropecuária □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 57/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	2 A	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	Propriedades Atendidas (PR)	1200,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Disponibilização de máquinas e equipamentos para as propriedades rurais. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 58/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	2 A	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	Propriedades Atendidas (PR)	1200,000	560.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio o desenvolvimento da propriedade familiar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			560.000,00	0,00	560.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 59/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0015

Objetivo do programa:

Promover a assistência técnica e extensão rural; proporcionar alternativas econômicas, produtivas, de abastecimento, preservação dos recursos naturais, incentivos a produção, disponibilização de tecnologias produtivas para os agricultores.

Justificativa do programa:

Alavancar o desenvolvimento econômico e social das propriedades familiares, incrementar o movimento econômico do Município e diminuir o êxodo rural.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	Manutenção (Ano)	4,000	1.080.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver de ações relacionadas ao atendimento do setor agropecuário

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Co	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.080.000,00	0,00	1.080.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 60/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE OBRAS DA INFRAESTRUTURA	Área Construída (M²)	311,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações públicas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 61/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	2 P	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL	Terreno (M²)	0,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de imóvel para construir cemitério municipal□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 62/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	2 P	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA	Área Construída (M²)	0,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Construir um local para realização de velórios. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 63/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	2 P	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	Área Pavimentada (KM²)	120000,000	4.300.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de ruas, avenidas, e logradouros públicos com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) ou pedras basálticas irregulares. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0290 - Operações de Crédito Interna	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Total:			300.000,00	4.000.000,00	4.300.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 64/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Manutenção (Ano)	4,000	2.930.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as obras públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração; Executar a construção e conservação de vias urbanas e estradas rurais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			2.930.000,00	0,00	2.930.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 65/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	2 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA	Veiculo (1)	4,000	152.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos e do parque de máquinas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	152.000,00	0,00	152.000,00
Total:			152.000,00	0,00	152.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 66/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	2 A	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	4,000	992.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e expansão do sistema de iluminação pública.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	260.000,00	260.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	512.000,00	512.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0217 - Contrib. Custeio Serviços Ilumin	0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			70.000,00	922.000,00	992.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 67/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	2 P	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	Terminais (1)	12,000	20.200,00

II - Descrição das Ações

Construir abrigos para passageiros do transporte coletivo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0208 - Rec. Concessão Transp. Coletiv	200,00	0,00	200,00
Total:			20.200,00	0,00	20.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 68/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Secretaria de Infraestrutura	10.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	0018

Objetivo do programa:

Garantir a trafegabilidade em qualquer época do ano e condições climáticas, e proporcionar aos usuários conforto e segurança.

Justificativa do programa:

Proporcionar condições de escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial, com boas condições de tráfego a qualquer tempo, possibilitando o desenvolvimento do Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	2 A	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	Manutenção (Ano)	4,000	440.100,00

II - Descrição das Ações

Executar a construção, recuperação e conservação das estradas do interior do município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0216 - CIDE	0,00	10.100,00	10.100,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			430.000,00	10.100,00	440.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 69/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policiamiento	181
Programa:	SERVIÇOS URBANOS	0017

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de infraestrutura urbana visando a melhoria do visual da cidade e oferecer melhores condições de tráfego de veículos e pedestres, bem como a manutenção e a conservação de bens de uso comum do povo.

Justificativa do programa:

Necessidade de pavimentação e recuperação de ruas e avenidas, conservação de passeios, praças, obras públicas e embelezamento urbano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.024	2	P	SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	Unidades Instaladas (1)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação de sinalização nas vias públicas.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 70/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Câmeras Instaladas (1)	10,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação e manutenção das câmaras de vigilância eletrônica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 71/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	2	A	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (Ano)	4,000	431.000,00

II - Descrição das Ações

Controle do trafego de veículos e de pessoas e proteção a cidadania.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201 - Radio Patrulha	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0202 - Multas de Trânsito	0,00	85.000,00	85.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	52.000,00	52.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Cívi	0,00	45.000,00	45.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	45.000,00	45.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207 - Policia Civil - Convênio SSP	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0201 - Radio Patrulha	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0203 - Multas de Trânsito - ORTFRAI	0,00	36.000,00	36.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0204 - Multas de Trânsito - Policia Cívi	0,00	21.500,00	21.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0205 - Multas de Trânsito - Policia Milit	0,00	21.500,00	21.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0207 - Policia Civil - Convênio SSP	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			125.000,00	306.000,00	431.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 72/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.00
Unidade:	Segurança Pública	10.02
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA PÚBLICA	0019

Objetivo do programa:

Manutenção da ordem pública, controle das infrações de trânsito, licenciamento de veículos, policiamento ostensivo, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Justificativa do programa:

Atendimento das necessidades de segurança de toda a nossa população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	2 A	MANUTENÇÃO DO FUREBOM	Manutenção (Ano)	4,000	331.000,00

II - Descrição das Ações

Execução das atividades de defesa civil.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	61.000,00	61.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0700 - Recursos - FUNREBOM	0,00	270.000,00	270.000,00
Total:			0,00	331.000,00	331.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 73/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.027	2 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ASSISTENCIAIS	Área Construida (M²)	450,000	216.670,00

II - Descrição das Ações

Estruturação das unidades de assistencia social.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	216.670,00	0,00	216.670,00
Total:			216.670,00	0,00	216.670,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 74/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.026	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	Veiculo (1)	3,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e melhoria da frota de veículos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 75/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0020

Objetivo do programa:

Atender a população garantindo os seus direitos em conformidade com a legislação vigente especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender a população em situação de vulnerabilidade social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (Ano)	4,000	900.250,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das ações de assistencia social e de alta complexidade. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517 - Transferências de Recursos do	0,00	9.000,00	9.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0512 - Tranf. de Recursos FEAS - Alta	0,00	15.050,00	15.050,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516 - Transferências de Recursos do	0,00	7.000,00	7.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0517 - Transferências de Recursos do	0,00	8.500,00	8.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0507 - Transferência de Recursos do F	0,00	12.500,00	12.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0513 - Tranf. de Recursos FEAS - Alta	0,00	5.100,00	5.100,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0516 - Transferências de Recursos do	0,00	3.100,00	3.100,00
Total:			780.000,00	120.250,00	900.250,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 76/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	0021

Objetivo do programa:

Atender e acompanhar a população em risco de vulnerabilidade social de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade evitando o rompimentos dos vinculos familiares e comunitários

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	2 A	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção (Ano)	4,000	296.000,00

II - Descrição das Ações

Acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade social. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504 - Transferência de Recursos do F	0,00	12.500,00	12.500,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0510 - Tranf. de Recursos FNAS - PBV	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0504 - Transferência de Recursos do F	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0509 - Transferência de Recursos do F	0,00	35.500,00	35.500,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0510 - Tranf. de Recursos FNAS - PBV	0,00	13.000,00	13.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			150.000,00	146.000,00	296.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 77/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistencia Social	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	0022

Objetivo do programa:

Atender individuos e familias com os direitos violados em atendimento a legislação em vigor especialmente a Lei Municipal 2191/2013.

Justificativa do programa:

Atender e acompanhar individuos vitimas de violências tais como crianças, adolescentes, deficientes, idosos e mulheres, maus tratos e negligências.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	2 A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Manutenção (Ano)	4,000	230.000,00

II - Descrição das Ações

Atender individuos e familias com os direitos violados□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0505 - Transferência de Recursos do F	0,00	21.500,00	21.500,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	24.000,00	24.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0511 - Transferência de Recursos do F	0,00	14.500,00	14.500,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			130.000,00	100.000,00	230.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 78/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	11.00
Unidade:	Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0023

Objetivo do programa:

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Justificativa do programa:

Atender em período integral crianças e adolescentes; vítimas de violências domésticas e em cumprimento de medidas socio-educativas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	2 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Manutenção (Ano)	4,000	67.200,00

II - Descrição das Ações

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	10.000,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0600 - Recursos - FMDCA	0,00	2.200,00	2.200,00
Total:			30.000,00	37.200,00	67.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 79/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	2 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Ano)	4,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Controlar e executar as ações públicas municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 80/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	2 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	Veiculo (1)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 81/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	2 A	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Manutenção (Ano)	4,000	90.000,00

II - Descrição das Ações

Fomentar o desenvolvimento das empresas existentes e proporcionar oportunidades para novos empreendimentos. □ □

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			90.000,00	0,00	90.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 82/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0024

Objetivo do programa:

Desenvolver ações de planejamento e promoção da expansão industrial e comercial, bem como a estruturação do distrito industrial, visando aumentar o Movimento Econômico do município, buscar novas tecnologias e investimentos.

Justificativa do programa:

Se faz necessário a continuidade do auxílio na instalação, ampliação e outros serviços, visando a aumento quantitativo e qualitativo dos empregos e geração de renda.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.029	2 P	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO	Obras e Instalações (1)	2,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e ou reformar edificações relacionadas ao desenvolvimento e ao turismo□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 83/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	2 A	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	Eventos Realizados (EV)	10,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a realização de eventos relacionados ao turismo.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 84/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	INCENTIVOS AO TURISMO	0025

Objetivo do programa:

Incentivar, promover e divulgar as potencialidades turísticas do município, em parceria com a iniciativa privada e comunidade .

Justificativa do programa:

Promover programas de incentivos ao desenvolvimento de ações que potencializem turisticamente o nosso município. Manter parceria com a Casa do Turista, CONTTUR e o programa Turismo Rota da Amizade, que é um projeto para o desenvolvimento sustentável e contínuo do turismo da região do Vale do Contestado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	2	A	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	Manutenção (Ano)	4,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver ações relacionadas ao fortalecimento do turismo.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 85/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Veiculo (1)	4,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para deslocamentos dos servidores e transporte de atletas.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 86/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS E DE LAZER	Obras e Instalações (1)	4000,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de ginásios de esportes, campos de futebol e centro de treinamento.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 87/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.00
Unidade:	Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME	13.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0026

Objetivo do programa:

Incentivo ao desenvolvimento de promoções esportivas e recreativas voltadas para a participação comunitária.

Justificativa do programa:

Realização de competições a nível municipal e regional, atendimento às escolinhas de formação de atletas e promoção de atividades de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	7 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	Manutenção (1)	4,000	950.000,00

II - Descrição das Ações

Gerenciar as competições esportivas e atividades de lazer, visando a qualidade de vida dos munícipes□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	400.000,00	0,00	400.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0800 - Recursos Ordinários - FME	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			950.000,00	0,00	950.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 88/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.033	8 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	Veiculo (1)	20,000	363.000,00

II - Descrição das AçõesAdquirir máquinas, veículos e equipamentos de saneamento ☐**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	363.000,00	0,00	363.000,00
Total:			363.000,00	0,00	363.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 89/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	8	P	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	Obras e Instalações (1)	4,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construir, ampliar e reformar as obras de saneamento básico.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 90/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos: urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	8 A	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Manutenção (Ano)	4,000	1.200.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar o serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos. □□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFRAI	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
Total:			1.200.000,00	0,00	1.200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 91/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	14.00
Unidade:	SANEFRAI	14.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BÁSICO	0027

Objetivo do programa:

Garantir a realização dos serviços de saneamento básico de acordo com os quatro pilares da Lei Federal 11445/07 a qual refere-se a todas as atividades voltadas a água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos: urbanos e drenagem pluvial.

Justificativa do programa:

Executar os serviços públicos de saneamento básico para garantir a qualidade de vida da população do município e a preservação do meio ambiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	8 A	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (Ano)	4,000	3.450.000,00

II - Descrição das Ações

Continuar os serviços referente a manutenção do saneamento básico.□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.3.72.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	15.000,00	0,00	15.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0900 - Recursos Ordinários - SANEFR,	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			3.450.000,00	0,00	3.450.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 92/92

Data: 23/10/2013

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0028

Objetivo do programa:

Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

A dificuldade de prever os riscos fiscais e passivos contingentes com exatidão, torna-se necessário criar a Reserva de Contingência.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	2 R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Manutenção (Ano)	4,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva Orçamentária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0200 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Lei N° 2203/2013

LEI N° 2203, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL AO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a cessão de uso gratuita de bem imóvel urbano identificado pelo lote 07, da quadra 303, situado na Avenida Paraná, bairro Jardim das Hortências, matriculado sob n. 11.113, no CRI de Fraiburgo, de propriedade do Município de Fraiburgo, para o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, com a finalidade de construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, de acordo com a minuta do termo de cessão de uso de bem imóvel, que segue anexa a presente LEI.

Art. 2º. A utilização do imóvel cedido deverá ser única e exclusivamente para construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, sendo que os equipamentos, materiais permanentes recurso humanos necessários ao funcionamento do CREAS será de responsabilidade do Município de Fraiburgo, observadas as leis, normas, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Art. 3º. O prazo de vigência da cessão de uso do imóvel especificado no artigo 1º, será de 20(vinte) anos, a contar da assinatura do termo, devendo ser observadas todas as disposições do termo de cessão de uso, cuja minuta segue anexo a presente LEI.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 23 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0311/2013

DECRETO N° 0311, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0017.2.038 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0400 (31)	R\$	20.000,00
10.302.0017.2.035 – Atenção de Alta e Média Complexidade Ambulatorial		

3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0400 (43)	R\$	10.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417219902 - Apoio Financeiro à Municípios	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2236/2013

PORTARIA N.º 2.236, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033, de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.931.559-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2237/2013

PORTARIA N° 2.237, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme a comunicação interna n.º 1275/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 27 (vinte e sete) horas semanais, a carga horária da servidora ANDREZA FUZINATO CALDERAM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 034.474.619-42, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA PORTUGUESA, pelo período de 24 de outubro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2238/2013

PORTARIA N.º 2.238, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 396/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA FRANCINE CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.587.239-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2239/2013

PORTARIA N° 2.239, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
Concede Licença a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.303, de 03 de outubro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 501.927.609-04, nomeado no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DE PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 14 de outubro de 2013 até 10 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2240/2013

PORTARIA N.º 2.240, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
Retifica e Ratifica Portaria n.º 0716/2013 e Ratifica Portaria nº 2.166/2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme comunicação interna n.º 1277/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0716, de 07 de fevereiro de 2013, que ampliou a carga horária da servidora MIRIAN CARLA RIBEIRO BALESTRIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.964.929-75, alterando a data final da ampliação para 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0716, de 07 de fevereiro de 2013, bem como a portaria nº 2.166, de 27 de setembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2241/2013

PORTARIA N° 2241, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICANTE E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL SINDICANTE.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas na CI nº 397/2013 da Secretaria Municipal de Saúde e no Processo Administrativo nº 5516/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante, para apuração dos atos e fatos ocorridos, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

- I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;
- II - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária;
- III - LENI HUBER WEBER - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, SC., 23 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial N° 0141 _2013-PMF Rp 0080

Aviso do Pregão Presencial nº 0141/2013 - PMF
Registro de Preços N° 0080/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação futura de empresa do ramo para fornecimento de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmite, para alimentação dos servidores que trabalham no interior deste Município. Validade/Vigência da Ata de Registro de Preços: Novembro de 2013 a Fevereiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 9:15 horas do dia 06.11.2013. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA**Decreto N.º 148/2013**

DECRETO Nº 148, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 57.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUC. E CULTURA 57.000,00
12306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 17.000,00
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas 17.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 30.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Decreto N.º 149/2013

DECRETO Nº 149, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 65.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 30.000,00
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agric e Pesca 30.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 35.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 35.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 35.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 30.000,00
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca 30.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 30.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 35.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 35.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Resolução N.º.19 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995
GAROPABA / SC
Telefone - 325481-61/ 325481-59
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº.19

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social de Garopaba, Quadriênio 2014-2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba/SC, órgão colegiado, do sistema descentralizado e participativo, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição

paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 560/95, em reunião ordinária do dia 17 de Outubro de 2013, no uso de suas atribuições:

Resolve Aprovar o Plano Municipal Plurianual de Assistência Social de Garopaba, Quadriênio 2014-2017.

Garopaba, 17 de Outubro de 2013.
ALIENE BARZOTTI KOHLRAUSCH
Presidente do CMAS

Resolução N° 20 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995
GAROPABA / SC
Telefone - 325481-61/ 325481-59
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº.20

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social-SUAS, referente ao ano de 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba/SC, órgão colegiado, do sistema descentralizado e participativo, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 560/95, em reunião ordinária do dia 17 de Outubro de 2013, no uso de suas atribuições:

Aprovar o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social -SUAS, referente ao ano de 2012.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 17 de Outubro de 2013.
Aliene Barzotti Kohlrausch
Presidente do CMAS

Portaria N.º 837/2013.

PORTARIA N.º 837, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato FÁBIO JUNIOR LOPES, CPF n.º 004.538.859-85, aprovado e classificado como 4º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de TO-PÓGRAFO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá

lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Inexigibilidade de Licitação N°30/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 193/2013; IL nº. 30/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA GAROPABENSE DE COMUNICAÇÕES; CNPJ nº: 02.334.889/0001-79; Objeto: credenciar emissoras de radiodifusão sonora em Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM) interessadas na prestação de serviços de divulgações institucionais e/ou eventos oficiais deste Município; Data da Assinatura: 22/10/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Credenciamento N°22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 22/2013; Processo nº. 193/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA GAROPABENSE DE COMUNICAÇÕES; CNPJ nº: 02.334.889/0001-79; Objeto: Credenciamento para serviços de emissoras de radiodifusão sonora em Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM) interessadas na prestação de serviços de divulgações institucionais e/ou eventos oficiais deste Município; Data da Assinatura: 22/10/2013.



www.ciga.sc.gov.br

Publicação de Ementas 0001/2013 - Jarf
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PUBLICAÇÃO DE EMENTAS
(Art. 7º, XI, do RIJARF)

Nº do Processo/Acórdão	Ementa
10270059342013/001	<p>REEXAME NECESSÁRIO. ISS HOMOLOGADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO FIRMADA DA PARTE INTERESSADA. INDEFERIMENTO LIMINAR EM PRIMEIRO GRAU.</p> <p>1. Em regra a representação depende de prova formal e escrita, não sendo admitido que qualquer pessoa possa pleitear o direito alheio em nome próprio, salvo nos casos expressos em lei.</p> <p>2. A intervenção não produzirá efeitos se no ato não houver a prova de que o requerente possui poderes para tal.</p> <p>3. Reexame necessário que se nega provimento.</p>
10270059352013/002	<p>REEXAME NECESSÁRIO. IPTU. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA. IMÓVEL LOCALIZADO FORA DOS LIMITES DO MUNICÍPIO. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DESLOCADA PARA O MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO DE IMÓVEL.</p> <p>1. O IPTU incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado na Zona urbana do Município.</p> <p>2. A localização do imóvel fora dos limites do Município de Garopaba, por si só não afasta a incidência do imposto predial territorial urbano – IPTU, mas descola a competência tributária para outro Município.</p> <p>3. Reexame Necessário que se nega provimento.</p>
10270059362013/003	<p>REEXAME NECESSÁRIO. TLLF. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PROVA DA EFETIVA FISCALIZAÇÃO. EMPRESA INATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR.</p> <p>Reexame conhecido e não provido.</p>

	<p>REEXAME NECESSÁRIO. ISS FIXO. IRREGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. CADASTRO ECONÔMICO DE PROFISSIONAL LIBERAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR.</p> <p>1. O ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação de serviços e independe da denominação dada ao serviço, da existência de estabelecimento fixo ou do recebimento do preço ou resultado econômico da prestação.</p> <p>2. Destaca-se que o ISSQN invariável é devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal pelo próprio contribuinte e que se considera serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.</p> <p>3. Sendo assim, a comprovação de constituição de pessoa jurídica em outro município pela requerente acrescido da ausência de comprovação pela municipalidade de qualquer ato decorrente do poder de polícia nos termos do artigo 86 do CTM acarreta a irregular constituição de crédito tributário.</p> <p>4. Reexame necessário que se nega provimento.</p>
10270059372013/004	<p>REEXAME NECESSÁRIO. TLLF. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PROVA DA EFETIVA FISCALIZAÇÃO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. EMPRESA INATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR.</p> <p>1. No tocante ao fato gerador da espécie tributária prevista no artigo 86 do Código Tributário Municipal, o Superior Tribunal de Justiça tem entendido ser prescindível a comprovação, pelo ente tributante, do efetivo exercício do poder de polícia, a fim de legitimar a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios, da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento e da Taxa de Fiscalização Sanitária</p> <p>2. Destarte, é prescindível a comprovação, pela municipalidade, do efetivo exercício do poder de polícia para a constituição do crédito tributário decorrente do lançamento de taxas, bastando para isso que o ente esteja aparelhado para este fim. Isso se dá em decorrência da presunção de prévio conhecimento pelo sujeito passivo dos lançamentos, seus valores e vencimentos, uma vez que se renovam todos os anos, a exemplo do que ocorre com o IPTU e o ISS invariável (fixo).</p> <p>3. Todavia, à medida que o fato gerador decorra de presunção relativa, esta comportará prova em contrário. Assim, ainda que os lançamentos sejam de prévio conhecimento do contribuinte, algo que se presume, é a atividade econômica em funcionamento no âmbito Municipal, sujeita ao poder de polícia, que faz surgir o fato gerador da espécie tributária.</p> <p>4. Reexame conhecido e não provido.</p>
10270059382013/005	

10270059392013/006	REEXAME NECESSÁRIO. TLLF. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PROVA DA EFETIVA FISCALIZAÇÃO. EMPRESA INATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. Reexame conhecido e não provido.
10270059402013/007	REEXAME NECESSÁRIO. IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE TEMPLOS DE QUALQUER CULTO. IPTU SOBRE IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE QUE SE ENCONTRAM ALUGADOS. CANCELAMENTO DOS DÉBITOS DE IPTU. 1. O IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado na zona urbana do município. 2. O art. 150 § 4º da Constituição Federal de 1988 veda a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem impostos sobre o patrimônio, a renda e serviços relacionados com as atividades essenciais dos templos de qualquer culto. 3. Destarte, é firme o entendimento de que a imunidade prevista na CF/88 é assegurada também aos imóveis locados que não são utilizados diretamente na realização dos cultos e difusão religiosa, condicionado a aplicação dos resultados obtidos com esses imóveis nas finalidades essenciais constantes no objeto social da entidade. 4. Reexame conhecido e parcialmente provido.
10270059412013/008	REEXAME NECESSÁRIO. TLLF. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PROVA DA EFETIVA FISCALIZAÇÃO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. EMPRESA INATIVA. REGISTRO CANCELADO PELA JUNTA COMERCIAL. ARTIGO 60 DA LEI 8.934/94. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. 1. No tocante ao fato gerador da espécie tributária prevista no artigo 86 do Código Tributário Municipal, o Superior Tribunal de Justiça tem entendido ser prescindível a comprovação, pelo ente tributante, do efetivo exercício do poder de polícia, a fim de legitimar a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios, da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento e da Taxa de Fiscalização Sanitária 2. Destarte, não é prescindível a comprovação, pela municipalidade, do efetivo exercício do poder de polícia para a constituição do crédito tributário decorrente do lançamento de taxas, bastando para isso que o ente esteja aparelhado para este fim. Isso se dá em decorrência da presunção de prévio conhecimento pelo sujeito passivo dos lançamentos, seus valores e vencimentos, uma vez que se renovam todos os anos, a exemplo do que ocorre com o IPTU e o ISS invariável (fixo). 3. Todavia, à medida que o fato gerador decorra de presunção relativa, esta comportará prova em contrário. Assim, ainda que os lançamentos sejam de prévio conhecimento do contribuinte, algo que se presume, é a atividade econômica em funcionamento no âmbito Municipal, sujeita ao poder de polícia, que faz surgir o fato gerador da espécie tributária. 4. Reexame conhecido e parcialmente provido.

10270059422013/009	REEXAME NECESSÁRIO. TLLF. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. PROVA DA EFETIVA FISCALIZAÇÃO. EMPRESA INATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. Reexame conhecido e não provido.
--------------------	---

Garopaba, 11 de outubro de 2013.
EMANUELE BARCELLOS CANDIDO
Secretária-Geral

Extrato de Ata de Registro de Preço N°76/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2013
PMG E FMS

Ata nº. 76/2013; Processo nº. 178/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA DE LTDA EPP; DUCA MOVEIS LTDA EPP; JM COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA; LUIS CESAR REIS ME; M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA; MMOBILE EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Mobiliário, conforme a necessidade das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 123.158,82; Data da Assinatura: 24/10/2013.

Garuva

PREFEITURA

Decreto N° 241/2013

DECRETO Nº. 241 de 22 de outubro de 2013

“Dispõe sobre a nomeação da senhora Ana Paula Pereira, para o cargo comissionado de Diretora Administrativa da Unidade de Pronto Atendimento.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a senhora ANA PAULA PEREIRA, portadora do CPF nº 006.732.569/60, para o cargo comissionado de Diretora Administrativa da Unidade de Pronto Atendimento - CC2, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar da data de 22 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 566/2013

PORTARIA N° 566, de 17 de outubro de 2013.
"REMANEJAR SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

Considerando, Comunicação Interna 068/2013 da Secretaria de Saneamento Ambiental.

RESOLVE:

ART. 1º. Remanejar o servidor público IZAQUE MATOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor a contar da data de 17 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG N° 044/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº044/2013 - Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de (dois) caminhões truck tração 6x4, 1 (um) rolo compactador vibratório autopropelido e 1 (uma) ambulância semi-UTI, conforme memorial descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 05/11/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 21 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Retificação 01 - Edital de Teste Seletivo N° 15/2013

Edital 015/2013

RETIFICAÇÃO 01

Teste Seletivo Simplificado

A Comissão Organizadora designada pela Portaria nº 520/2013 de 12/09/2013, no uso de suas atribuições torna público e estabelece a retificação do Edital 015/2013 que trata do "TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO", no qual altera o Inciso XXV, no item 03 – tabela de horário da Escolha de Vaga, e acrescenta no ANEXO I – dos conteúdos programáticos para a prova, os conteúdos de INFORMÁTICA.

Leia-se :

Inciso XXV – Item 3 – Tabela de Horários

Dia	Horário	Área/Disciplina
16	8:00	Especialista
16	10:00	Educação Infantil

16	13:00	Ensino Fundamental/séries iniciais
17	8:00	Ensino Fundamental/séries finais
17	13:00	Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial

ANEXO I – dos Conteúdos Programáticos para a Prova

CONTEÚDOS DE INFORMÁTICA

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Informática	<p>i. Conhecimentos Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações, expressões numéricas, porcentagem, situações problema, geometria e equações de 1º grau LDB – 9394/96 ECA - Estatuto da criança e do Adolescente <p>ii. Conhecimentos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); - Elaboração, edição e configuração de texto no Word e writer do Libre Office; - Hardware e Software; - Tipos de Computadores; - Configurações de computadores; - Configuração de rede; - Net etiqueta; - Software de navegação; - Internet; - Redes Sociais; - Blogs. <p>Os Conteúdos estarão disponíveis no site www.garuva.sc.gov.br.</p>

STELLA MARIS BARTH WANIS

Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

Decreto N° 5.653, de 17 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 5.653, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e V, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 43 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Dotação: 44 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 34.868,92
Dotação: 45 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 109.151,67

Art. 2º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 45 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 161.856,25
Dotação: 47 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 94 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 71.360,42
Dotação: 97 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Dotação: 95 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 65.000,00
Dotação: 96 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 4.340,00

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 44 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 161.856,25
Dotação: 51 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 93 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 140.700,42
Dotação: 99 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.654, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.654, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.
NOMEIA MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município;

Considerando que a servidora Elke Schramm Moser se encontra afastada por motivos de saúde, e o suplente Jefferson Amaral, nomeado pelo Decreto nº 5.350, de 30 de janeiro de 2013 está substituindo-a,

Considerando que a servidora Dulcinéia dos Santos se declarou impedida para atuar no Procedimento Administrativo nº 04/2013, instaurando para apurar a responsabilidade do servidor Luiz

Roberto Liberato,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARIANA DE SOUZA DA LUZ para integrar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para atuar exclusivamente nos autos do Procedimento Administrativo nº 04/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 5.655, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.655, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I, O SERVIDOR JOÃO CARLOS EVARISTO RUSSI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 25 de outubro de 2013, o servidor JOÃO CARLOS EVARISTO RUSSI do cargo de Agente de Serviços Especializados I, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 5.077/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.656, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.656, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.
ALTERA DECRETO Nº 5.505, DE 07 DE JUNHO DE 2013, QUE NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a carga horária da servidora Luciana Reis, nomeada para o cargo de Dentista/Endodontista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo Decreto nº 5.505, de 07 de junho de 2013, passando de 40 horas semanais para 20 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.657, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.657, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.
NOMEIA SAMARA APARECIDA MARCELINO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE AUDITORIA E CONTROLADORIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da

Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a servidora SAMARA APARECIDA MARCELINO, portadora do CPF nº 090.016.839-08 e RG nº 5274.537, para o cargo em comissão de Assessora de Auditoria e Controladoria, nível CC, ref. 33, a partir de 21/10/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.658, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.658, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

EXONERA DO CARGO DE BERÇARISTA, A SERVIDORA MARCIA APRECIDA MACHADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 31 de outubro de 2013, a servidora MARCIA APRECIDA MACHADO, do cargo efetivo de Berçarista, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, nomeada pelo Decreto nº 3.772/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.659, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 5.659, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
MARCIA APARECIDA MACHADO	ESCRITURÁRIO	40	07º	Secretaria de Administração e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.208, de 21 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº 3.208, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2011, INSTAURADO PARA

APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO MAURÍCIO DE CAMPOS FILHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de outubro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.207, de 21 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº 3.207, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA MARIA DE LURDES ALEXANDRINO PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA DE LURDES ALEXANDRINO PEREIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 14/10/2013 a 10/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14/10/2013.

Gaspar, 21 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 219/2013

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 219/2013

OBJETO: Registro de Preços de materiais para sinalização viária (tinta, solvente e micro-esfera). A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 9h do dia 06/11/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 06/11/2013 às 9h30min. no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23/10/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Decreto N° 105, de 3 de Outubro 2013 - Disciplina a Instauração e a Organização dos Processos de Tomada de Contas Especial e Estabelece Outras Providê

DECRETO N° 105, de 3 de outubro 2013

Disciplina a instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial e estabelece outras providências.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E DA DEFINIÇÃO

Art. 1° A instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial no âmbito da administração pública direta e indireta Municipal observará o disposto neste Decreto.

Art. 2° A tomada de contas especial é o processo devidamente formalizado, com rito próprio, que visa apurar fatos, identificar responsáveis, quantificar danos e obter o ressarcimento, diante da omissão quanto ao dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos mediante subvenção, auxílio, contribuição, convênio ou outra forma de repasse, da ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens, valores públicos e da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário.

Art. 3° Para fins deste Decreto, considera-se:

I - autoridade administrativa competente: Secretário ou dirigente de entidade;

II - erário: conjunto dos recursos financeiros, bens e direitos do Município;

III - responsável pelo controle interno: titular da unidade administrativa responsável pelas atividades de controle interno nos órgãos e entidades municipais, conforme previsto no Decreto n° 263/2011, alterado pelo Decreto n° 045/2013, que regulamenta o Sistema de Controle Interno;

IV - fase interna da tomada de contas especial: a que ocorre entre a instauração do processo e a conclusão para remessa ao Tribunal de Contas do Estado - TCE;

V - fase externa da tomada de contas especial: tem início no Tribunal de Contas do Estado - TCE e segue até o julgamento;

VI - providências administrativas: diligências, notificações, comunicações ou outras providências da autoridade administrativa competente, devidamente formalizadas, visando regularizar a situação ou obter a recomposição do erário, observando-se o contraditório e a ampla defesa; e

VII - responsável: pessoa física, devidamente identificada no processo de tomada de contas especial, na forma do Anexo III deste Decreto, que, nas conclusões do servidor ou comissão designada, tenha dado causa ao dano ao erário.

CAPÍTULO II

DAS PROVIDÊNCIAS QUE ANTECEDEM A TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Seção I

Da Comunicação das Irregularidades ou Ilegalidades

Art. 4° Todo agente público, em consonância com os princípios da administração pública, ao tomar conhecimento de irregularidade

ou ilegalidade de que resulte prejuízo ao erário, deverá comunicar, formalmente, a autoridade administrativa competente.

Art. 5° O responsável pelo controle interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade que dê ensejo à adoção de providências administrativas ou à tomada de contas especial, deverá dar ciência imediata à autoridade administrativa competente.

Seção II

Das Providências Administrativas

Art. 6° A autoridade administrativa competente dará início às providências administrativas no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data:

I - em que foi constatada irregularidade ou ilegalidade na aplicação de recursos públicos, ou em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas;

II - do conhecimento de ocorrência relacionada a desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou da caracterização de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;

III - do recebimento, pelo órgão ou entidade, da comunicação da decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE, determinando a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial; e

Art. 7° A tomada de contas especial, de caráter excepcional, somente será instaurada depois de esgotadas as providências administrativas sem que ocorra a regularização da situação ou a reparação do dano, observados os prazos do artigo anterior.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 8° Quando ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art. 2-deste Decreto, observado o disposto no art. 7-, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar a tomada de contas especial designando servidor ou comissão para sua realização.

§ 1° A inobservância ao disposto no caput deste artigo pela autoridade administrativa competente, nos prazos estabelecidos neste Decreto, retardando ou deixando de praticar indevidamente ato de ofício, caracteriza, nos termos do art. 11 da Lei Federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992, ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, não cabendo nessa hipótese, ser afastada a responsabilidade solidária.

§ 2° Considera-se instaurada a tomada de contas especial a partir da publicação da portaria de instauração e designação de servidor ou comissão de tomada de contas especial.

§ 3° O membro da comissão ou o servidor designado deverá, preferencialmente, ser ocupante de cargo efetivo e ter afinidade com o objeto em análise, de modo a dar celeridade e segurança aos trabalhos.

§ 4° O membro da comissão ou o servidor designado não poderá estar envolvido com fatos a serem apurados, nem possuir qualquer interesse no resultado, devendo declarar os motivos de suspeição ou de impedimento que obstem sua atuação.

§ 5° Nos procedimentos de investigação relacionados com a apuração de atos ou fatos inquinados de ilegais, as solicitações de esclarecimentos, informações e documentos devem ser atendidas com celeridade.

§ 6° É vedado ao servidor ou ao membro da comissão valer-se do ato a que se refere o caput para ter acesso a informações e documentos, bem como utilizá-los para fins que não tenham pertinência com a tomada de contas especial, sob pena de responsabilidade civil, penal ou administrativa, na forma da lei.

§ 7° O exercício das atribuições decorrentes do processamento da tomada de contas especial não enseja a percepção, pelos servidores designados na forma do caput, de quaisquer vantagens pecuniárias adicionais.

§ 8° O processamento da tomada de contas especial será realizado com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo exigido no interesse da administração pública.

Art. 9º Diante da omissão da autoridade administrativa competente em instaurar a tomada de contas especial, o Controle Interno, poderá determinar a sua instauração, não cabendo nessa hipótese, novo prazo para adoção de providências administrativas.

Parágrafo único. Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias da determinação, sem a instauração da tomada de contas especial, o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno representará ao Tribunal de Contas do Estado - TCE sobre o ocorrido.

Art. 10. A fase interna do processo de tomada de contas especial deverá ser concluída até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua instauração.

Parágrafo único. O órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno, ao tomar conhecimento da não conclusão da tomada de contas especial no prazo previsto no caput, representará ao Tribunal de Contas do Estado -TCE sobre o ocorrido.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSAMENTO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 11. Ao servidor e à comissão designada na forma do art. 8º deste Decreto incumbe, além de outros atos:

- expedir comunicação firmada pela autoridade administrativa competente, da instauração da tomada de contas especial;

- II - reunir provas necessárias à comprovação de fatos, bem como realizar diligências no sentido de proporcionar os elementos de convicção indispensáveis à atribuição de responsabilidade; - apurar o dano e preencher o demonstrativo financeiro do débito, contendo o valor original, valor atualizado acompanhado de memória de cálculo, indicando o fator de atualização e a sua base legal e, se for o caso, valores das parcelas recolhidas e data do recolhimento, com os respectivos acréscimos legais, na forma do Anexo II deste Decreto;

- III - qualificar o responsável na forma do Anexo III deste Decreto;

- IV - emitir relatório preliminar assinado por todos os membros da comissão ou pelo servidor designado;

- V- expedir notificação, firmada pela autoridade administrativa competente, ao responsável, na forma do Anexo IV deste Decreto, acompanhada do relatório preliminar, mediante Aviso de Recebimento para, no prazo de 30 (trinta) dias, exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio de justificativas e de juntada de documentos, ou efetuar o recolhimento do débito imputado, dando-se ciência também ao órgão ou à entidade beneficiária do recurso, quando o responsável não estiver mais no exercício do cargo;

- apreciar as razões de defesa apresentadas pelo responsável;

- VII - emitir relatório conclusivo circunstanciado, assinado por todos os membros da comissão ou pelo servidor designado, abrangendo os seguintes elementos:

- descrição cronológica dos fatos apurados, especificando o motivo determinante da instauração, origem e data da ocorrência ou do conhecimento do fato, com a indicação das normas e regulamentos eventualmente infringidos;

- referência aos documentos e instrumentos que respaldaram a conclusão do referido relatório;

- identificação do responsável e precisa quantificação do dano;

- análise conclusiva em torno das razões de defesa apresentadas pelo responsável;

- recomendação de providências a serem adotadas pela autoridade administrativa competente;

- identificação de ação judicial e indicação da fase processual em que se encontra, caso o fato consignado na tomada de contas especial também tenha sido objeto de demanda no Poder Judiciário;

- VIII- expedir comunicação, firmada pela autoridade administrativa competente, dando ciência do relatório conclusivo ao responsável e, quando se tratar de repasse de recursos e o responsável não estiver mais no cargo, também ao dirigente atual do órgão ou entidade respectiva; e

Art. 12. O Controle Interno devolverá o processo ao órgão ou entidade no prazo de 30 (trinta) dias contendo o relatório e o

certificado de auditoria.

§ 1º A ocorrência de falhas ou irregularidades no processo ou a ausência de quaisquer dos elementos indicados nos arts. 16, 17 e 18 deste Decreto, sem a devida justificativa, ensejará a sua devolução, pelo órgão mencionado no caput, para correção ou complementação, no prazo por ele estabelecido, segundo a complexidade da matéria, não excedendo a 30 (trinta) dias.

§ 2º O prazo mencionado no caput fica suspenso pelo período concedido para cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art. 13. A autoridade administrativa competente, de posse do processo, emitirá o seu pronunciamento, nos termos do inciso XIII do art. 16 deste Decreto, e determinará os registros contábeis pertinentes.

Art. 14. O processo de tomada de contas especial será encaminhado pelo Controle Interno ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, para julgamento, tão logo concluída a fase interna.

Parágrafo único. Quando o valor do dano for inferior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, a tomada de contas especial será encaminhada no mesmo prazo da prestação de contas anual do administrador.

CAPÍTULO V

DOS ELEMENTOS INTEGRANTES DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 15. A tomada de contas especial deverá ser autuada e protocolizada, com numeração seqüencial anual, por unidade gestora, iniciando-se com o ato de instauração e de designação de servidor ou comissão.

Art. 16. A tomada de contas especial deverá ser instruída com os seguintes documentos, que deverão ser numerados e juntados tempestivamente aos autos do processo:

- ato de instauração e de designação de servidor ou comissão de tomada de contas especial, contendo a descrição do fato ensejador, na forma do Anexo I deste Decreto, com a comprovação de sua publicação no Diário Oficial do Estado;

- decisão do Tribunal de Contas do Estado – TCE, caso a tomada de contas especial tenha sido por ele determinada;

- cópia dos documentos relativos às providências administrativas adotadas, referidos no inciso VIII do art. 3a deste Decreto;

- IV – comprovantes de despesas, comunicações, pareceres, depoimentos colhidos e outros elementos necessários à apreciação do fato; cópias das notificações de cobranças, comunicações, requerimentos das prestações de contas, acompanhadas de aviso de recebimento ou de qualquer outra forma que assegure a ciência ao notificado, bem como os originais de suas manifestações, defesa ou de documentos que comprovem a reparação do dano ao erário, quando houver;

- cópias dos documentos que comprovem a ciência ao órgão ou entidade, quando o responsável não estiver mais no cargo;

- cópias dos relatórios conclusivos de comissão de inquérito ou sindicância, de laudos periciais, bem como de relatório final de inquérito policial, e de decisões em processos administrativos e ações judiciais, se houver; cópia do contrato, convênio ou de outro termo formalizador da avença e aditamentos, acompanhado da nota de empenho e da ordem bancária, se for o caso;

- relatórios preliminar e conclusivo, conforme incisos V e VIII do art. 11 deste Decreto;

- nota de conferência, na forma do Anexo VI deste Decreto, devidamente preenchida e assinada;

- IX - relatório de auditoria emitido pelo órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno, firmado por auditor interno do Poder Executivo, acompanhado do respectivo certificado, que conterá manifestação acerca dos seguintes quesitos:

- a) adequada apuração dos fatos, com indicação das normas e regulamentos eventualmente infringidos;

- b) correta identificação do responsável;

- precisa quantificação do dano, das parcelas eventualmente recolhidas e critérios para atualização do valor do débito;

conclusão sobre a regularidade ou irregularidade das contas tomadas;

X - pronunciamento da autoridade administrativa competente, por meio do qual atestará haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indicará as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades;

XI - registros contábeis das responsabilidades e dos demais fatos contábeis pertinentes; e

XII - ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado - TCE assinado pela autoridade administrativa competente.

Art. 17. Os processos de tomada de contas especial instaurados por omissão quanto ao dever de prestar contas, à falta de comprovação ou aplicação irregular dos recursos repassados mediante convênio, subvenção, auxílio, contribuição ou outra forma de repasse, deverão ser instruídos, com os seguintes documentos, além dos enumerados no art. 16 deste Decreto:

- comprovação de cadastramento do termo no sistema informatizado próprio, pela unidade concedente;

- comprovação de retenção, pelo concedente, das parcelas vincendas, quando for o caso; - comprovante de bloqueio do beneficiado inadimplente ou em situação irregular no cadastro de inadimplentes do Estado, com vistas ao não recebimento de novos repasses; - cópia dos termos de adjudicação e homologação dos processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades e do respectivo contrato, quando for o caso; e

V - termo de recebimento do objeto da avença, conforme disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando for o caso.

Parágrafo único. O relatório do órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno, além dos elementos previstos no inciso XII do art. 16 deste Decreto conterá manifestação sobre a observância das normas legais e regulamentares, por parte do concedente, referentes à celebração do termo, avaliação do plano de trabalho, fiscalização do cumprimento do objeto e instauração tempestiva da tomada de contas especial.

Art. 18. Quando se tratar de desfalque, desvio de bens, de dinheiro ou de valores públicos, a tomada de contas especial será instruída com os seguintes documentos, além dos enumerados no art. 16 deste Decreto:

I - cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou do seu termo de doação;

- cópia da ficha individual de bem patrimonial ou ficha de movimento do material, contendo a descrição do bem, número patrimonial, data e valor da aquisição e sua localização;

- cópia do contrato, convênio ou termo de cessão, quando se tratar de bens de terceiros;

- orçamentos com valores atuais do bem ou similar;

- cópia do boletim de ocorrência policial, caso o fato tenha sido comunicado à autoridade policial; e

VI - comprovação dos registros contábeis de baixa do bem e inscrição na conta de responsabilidade.

CAPÍTULO VI

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 19. Sobre o valor do débito imputado em processo de tomada de contas especial incidirá atualização monetária, a contar da data:

I - do recebimento, nos casos de recursos financeiros antecipados; e

II - da prática do ato impugnado nos demais casos, ou se desconhecida, da data do conhecimento do fato ensejador da tomada de contas especial pela autoridade administrativa competente.

Parágrafo único. A atualização monetária do débito imputado será feita com base nos índices de atualização das obrigações tributárias da Fazenda Pública Estadual, ressalvados os processos em matéria de atos de pessoal, os quais estão disciplinados em normativos próprios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. No caso de recursos transferidos mediante convênio, subvenção, auxílio, contribuição ou outra forma de repasse, instaurada a tomada de contas especial e havendo o recolhimento integral do débito ou apresentação intempestiva da prestação de contas, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento, deverá ser baixada a inadimplência do órgão ou entidade no cadastro de inadimplentes do Estado; e

II - não aprovada a prestação de contas, manter-se-á o registro da inadimplência no sistema próprio, até o julgamento da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses, os fatos serão consignados no relatório conclusivo, mantendo-se a normalidade da tramitação do processo de tomada de contas especial.

Art. 21. Após a conclusão da fase interna da tomada de contas especial, se o órgão ou entidade tiver outro administrador que não o agente responsabilizado, será liberado para receber novos recursos, mediante suspensão da inadimplência no sistema próprio, desde que comprovada por aquele a adoção de providências no sentido de ressarcir o erário, mediante a propositura da ação judicial competente.

Parágrafo único. No caso do responsável permanecer na administração do órgão ou entidade, esse somente será liberado para receber recursos do Estado após o julgamento da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Art. 22. Na hipótese de extinção, transformação ou incorporação de órgão ou entidade, a tomada de contas especial será instaurada pela autoridade administrativa competente do órgão ou entidade que absorver as competências relacionadas ao objeto da tomada de contas especial.

§ 1º Nos casos em que as competências do órgão ou entidade extinto passarem a ser desenvolvidas por mais de um sucessor, a tomada de contas especial será instaurada em conjunto pelas autoridades administrativas competentes dos órgãos ou entidades instituídos ou que as assumirem.

§ 2º Aplica-se a forma de instauração prevista no parágrafo anterior aos casos em que o patrimônio do órgão ou entidade extintos ou transformados se destinar a mais de um sucessor.

§ 3º O descumprimento do previsto neste artigo sujeita a autoridade administrativa competente à responsabilidade solidária, na forma do art. 8º deste Decreto.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos (SC), 3 de outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ANEXO I

PORTARIA (sigla do órgão) n° xxx de __/__/__

Instaura Tomada de Contas Especial e designa Comissão responsável pela apuração.

O (Prefeito Municipal) ou (Secretário ou Diretor) no uso de suas atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-(descrever o fato ensejador da tomada de contas especial),

- o disposto no Decreto n° xx, de xx de xx de 20xx, que disciplina a instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial e estabelece outras providências,

RESOLVE:

I- instaurar Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento; e

II - designar (o nome do servidor) ou a Comissão formada pelos servidores (nomes, cargos, matrículas), para realizar, a partir da publicação desta Portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas Especial relativa aos fatos aqui apontados.

Governador Celso Ramos, xx de xx de 2013
 Prefeito/Secretário-Diretor

ANEXO II
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL N°
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO DÉBITO

Valor Original:	R\$
Nota de Empenho:	
Data da ocorrência:	
Parcelas recolhidas:	R\$ Data:
Valor atualizado:	R\$
Memória de cálculo, indicando o fator de atualização e a sua base legal, se for o caso.	

ANEXO III
QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Órgão ou entidade recebedor:

CNPJ:

Telefone:

Endereço:

CEP Bairro: Cidade: Estado:

Endereço Eletrônico (e-mail):

Administrador/Ordenador atual: Ordenador à

época:

Telefone: CPF: Identidade (nQ/data/órgão expedidor)

Endereço residencial:

Bairro:

Cidade: Estado:.... CEP Telefone:

Responsável: CPF:

Identidade (nQ/data/órgão expedidor)

Endereço residencial:

Bairro:

Cidade Estado: CEP Telefone:

Endereço profissional:

Órgão/Entidade:

Rua: Bairro::

Cidade: Estado: CEP: Telefone:

Cargo, função e matrícula, se servidor público:

Local e data,

Nome e Assinatura(s) Servidor ou Comissão designada

ANEXO IV
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
 (Identificação do órgão que repassou o recurso)
NOTIFICAÇÃO N°

O (PREFEITO MUN) (ou) (SECRETÁRIO/DIRETOR ...) notifica o Sr. (cargo e órgão ou entidade) pelo valor de (R\$ e por extenso), corrigido monetariamente até esta data, decorrente do(a) (convênio, subvenção social) n° xx, integrante dos autos r\ - xx, em conformidade com o Relatório Preliminar da Comissão de Tomada de Contas Especial anexo.

O referido valor deverá ser recolhido à conta n° xx, agência n- xx, do Banco xx. Conforme faculta o art. xx, inciso xx, do Decreto n2 xx, de xx de 200x, Vossa Senhoria poderá apresentar justificativas e/ou documentos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta.

Notifique-se.

Governador Celso Ramos,
 Prefeito Municipal
 ou
 Secretário/Diretor

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPOSIÇÃO

Nesta data, comparece perante o (designar a autoridade) o servidor (nome e matrícula), notificado pelo (discriminar o expediente de comunicação), o qual toma conhecimento da (ocorrência). O funcionário esclarece que (registrar explicações motivos, etc.). E exclusivamente para efeitos civis, assume a responsabilidade pelo dano e compromete-se a repará-lo da forma seguinte: (descrever os termos da composição - reposição, indenização com desconto em folha).

Local e data:

Nome e assinatura da Autoridade

Nome e assinatura do Servidor Responsável Testemunhas:

Nome e assinatura:

Nome e assinatura:

ANEXO VI

NOTA DE CONFERÊNCIA

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL N°

Item	Elementos integrantes da Tomada de Contas Especial (art. 16)	Fls.
I	Ato de instauração da tomada de contas especial e designação de servidor ou comissão, com cópia da publicação no Diário Oficial do Estado;	
II	Decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE, quando por ele determinada;	
III	Cópia documento emitido pela Diretoria de Auditoria Geral - DIAG, quando a tomada de contas especial tenha sido por ela recomendada;	
IV	Cópia dos documentos relativos às providências administrativas adotadas, referidos no inciso VIII do art. 3a;	
V	Comprovantes de despesas;	
	Comunicações;	
	Pareceres;	
	Depoimentos colhidos;	
	Outros elementos;	
VI	Cópias: - das notificações de cobranças;	
	- do(s) aviso(s) de recebimento;	
	- das manifestações ou defesa do responsável;	
	- de documento que comprove a reparação do dano;	
VII	Cópias dos documentos que comprovem a ciência ao órgão ou entidade, quando o responsável não estiver mais no cargo;	
VIII	Cópia de relatórios conclusivos de comissão de inquérito ou sindicância, laudos periciais, relatório final de inquérito policial e de decisões em processos administrativos e ações judiciais, se houver;	
IX	cópia do contrato, convênio ou de outro termo formalizador da avença e aditamentos;	
	Nota de empenho;	
	Ordem bancária;	
x	Relatórios preliminar e conclusivo.	
	Elementos referentes a repasse de recursos (art. 17)	

I	Comprovante cadastramento do termo em sistema informatizado;	
II	Comprovante de retenção das parcelas vincendas;	
III	Comprovante de bloqueio do beneficiado;	
IV	Cópia dos termos de adjudicação e homologação dos processos licitatórios e do respectivo contrato;	
V	Termo de recebimento do objeto da avença.	
	Elementos referentes aos casos de desfalque, desvio de bens, dinheiro ou valores públicos (art. 18)	
I	Cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou termo de doação;	
II	Cópia da ficha individual do bem patrimonial;	
III	Cópia de contrato, convênio ou termo de cessão, quando bens de terceiros;	
IV	Orçamentos com valores atuais do bem ou similar;	
V	Cópia do boletim de ocorrência policial;	
VI	Comprovação dos registros contábeis de baixa do bem.	
Justificativas da ausência de quaisquer documentos relacionados na presente Nota de Conferência.		

Local e data,
Assinatura(s) Servidor ou Comissão designada

Decreto N° 107/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2013.

DECRETO N° 107/2013

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 10.000,00(Dez mil reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte de Recursos 00.01.00.000000- Recursos Ordinários, apurado até o mês de Junho 2013, as dotação abaixo indicada:

05. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
04.122.0006.2.020	Remuneração de Pessoal	10.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 10 de Outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 108/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.

DECRETO N° 108/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, XLIII, da Lei Municipal nº 814/2013 Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejadas, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CRFB/88, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0002.2.003	Programa Atenção Básica (PAB)	20.692,00
	REDUÇÃO	
(16)4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	20.692,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.692,00
01.0102.8000000	Recursos Vinculados	20.692,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
(15)3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.692,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.692,00
01.0102.8000000	Recursos Vinculados	20.692,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0002.2.009	Farmácia Básica	23.354,00
	REDUÇÃO	
(32)4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	23.354,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	23.354,00
06.0107.5000000	Recursos Vinculados	23.354,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
(31)3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	23.354,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	23.354,00
06.0107.5000000	Recursos Vinculados	23.354,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0018.2.052	Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	6.000,00
	REDUÇÃO	
(3) 4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
01.0119.1000000	Recursos Vinculados	6.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
(2) 3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
01.0119.1000000	Recursos Vinculados	6.000,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0019.2.053	Co-Financiamento	50.000,00
	REDUÇÃO	
(4) 3.1.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
01.0120.1000000	Recursos Vinculados	50.000,00

	SUPLEMENTAÇÃO	
(5) 3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
01.0120.1000000	Recursos Vinculados	50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 109/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2013.

DECRETO N° 109/2013

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço do Exercício de 2012, na fonte de Recursos 00.06.00107.5, a dotação abaixo indicada:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2.001	Secretaria da Saúde e Saneamento	20.000,00
10.301.0002.2.009	Farmácia Básica	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
00.06.0107.5	Recursos Vinculados	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 110/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2013.

DECRETO N° 110/2013

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por conta do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na fonte de recurso 0.0.01.0119 – Nucleo de Apoio a Saúde da Família conforme relatório do excesso de arrecadação em anexo, a dotação abaixo indicada:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
2001.10	Saúde	20.000,00
2001.10.301	Atenção Básica	20.000,00
2001.10.301.0119	Gestão da Saúde	20.000,00
2001.10.301.0018.2052	Núcleo de Apoio A Saúde da Família - Nasf	20.000,00
(2)3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.0.01.0119	Núcleo de Apoio Saúde da Família	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 111/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2013.

DECRETO N° 111/2013

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por conta do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na fonte de recurso 0.0.01.0102.8 – Programa Atenção Básica conforme relatório do excesso de arrecadação em anexo, a dotação abaixo indicada:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.000,00
2001.10	Saúde	15.000,00
2001.10.301	Atenção Básica	15.000,00
2001.10.301.0102	Gestão da Saúde	15.000,00
2001.10.301.0002.2003	Programa Atenção Básica	15.000,00
(15)3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.0.01.0102	Programa Atenção Básica	15.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 112/2013 - Decreta Ponto Facultativo Nos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, e Dá Outras Previdências.

DECRETO N° 112/2013

Decreta ponto facultativo nos órgãos da administração direta e indireta do município, e dá outras providências.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando o dia do funcionalismo público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos, o expediente do dia 28 de outubro de 2013, segunda-feira.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo e SAMAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 22 de Outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Decreto N° 113/2013 - Abre Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária Anual de 2013.

DECRETO N° 113/2013

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere os artigos 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 153.200,00 (Cento e cinquenta e três mil e duzentos reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte de Recursos 00.01.01.000000- Recursos Ordinários, apurado até o mês de setembro 2013, as dotação abaixo indicada:

14. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	SECRETARIA DE DESENV. TURISMO, ESPORTE	153.200,00
12.361.0014.1.039	Const. Ginásio de esporte Areias de Baixo, uma Creche e ampliação da rede de ensino fundamental	153.200,00
4.0.00.00	Despesas Capital	153.200,00
4.4.00.00	Material Permanente	153.200,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	153.200,00
01.01.000000	Recursos Ordinários	153.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 22 de outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N°106/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamento.

DECRETO N°106/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamento.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal n.º 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na fonte de recurso ordinário 0.0.01.0000, as dotações

abaixo indicadas:

0801. SECRETARIA DA FAZENDA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	SECRETARIA DA FAZENDA	150.000,00
	Redução	
0801.04.122.007.2021	Funcionamento e Manut. da Secretaria	150.000,00
4.4.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
(9)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0801.04.122.007.2021	SECRETARIA DA FAZENDA	150.000,00
	Suplementa	150.000,00
3.3.90	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	150.000,00
0.1.00.00.0000	Recursos Ordinários	

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 10 de Outubro 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 23/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 023/2013

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET E TELEFONIA VOIP PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/11/2013 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/11/2013 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital de segunda a sexta-feira, das 13:00hs às 18:30 hs no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos, 22 de outubro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

PREGOEIRA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato N° 056/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 056/13 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 056/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos. CONTRATADO: Comércio de Auto Peças Badu Ltda - EPP.

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original com complemento de serviços e materiais, no valor de R\$ 9.020,00 (nove mil e vinte reais), respeitando o limite de 25% do valor do contrato, conforme estabelecido no §1º do art. 65 da Lei 8666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de setembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 11 PORTARIA N° 11/2013

GIDALTE MAFRA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e dispositivo da Lei nº 816/2013:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear PEDRO VALENTIM CORREIA, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete do Poder Legislativo.
Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 Agosto de 2013.
GIDALTE MAFRA
Presidente

ANTONIO MARCOS TESTONI
1º Secretário

Portaria N° 12 PORTARIA N° 012/2013

GIDALTE MAFRA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear TÚLIO TEIXEIRA, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete do Poder Legislativo.
Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 02 de Outubro de 2013.
GIDALTE MAFRA
Presidente

ANTONIO MARCOS TESTONI
1º Secretário

Grão Pará

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato N 02-2013 PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 02/2013, DATADO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ ATRAVÉS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito

Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, brasileiro, representante comercial, inscrito no CNPF n. 517.236.469-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 02/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a quantidade do item abaixo especificado:

- LEVONORGESTREK ETINILESTRADIOL 0,15 0,03 - 10.000 Comprimidos, passando para 12.500 comprimidos.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 17 de junho de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK
Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º Termo Aditivo ao Contrato N 22-2013 PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 22/2013, DATADO DE 10 DE JUNHO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA FARMÁCIA PICKLER BRATTI - EPP, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Aos três dias do mês de Outubro de 2013, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e FARMÁCIA PICKLER BRATTI - EPP, empresa estabelecida em Rua Presidente Vargas, nº 597, Sala 02, Centro de Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.620.116/0001-84, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Senhora ANA LUIZA GALVANI PICKLER BRATTI, Brasileira, Casada, inscrita no CPF n. 690.537.409-10, considerando que o equilíbrio econômico financeiro conforme faz prova através da nota fiscal n. 8603669, da empresa GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, CNPJ/MF n. 82.873.068/0001-40, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando preço do medicamento, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula I, do Contrato n. 22/2013, datado de 10 de Junho de 2013, passando a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA I - DO VALOR

O valor do item 23 FLUIR 12MCG passa de R\$ 0,81 para R\$ 1,42.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 3 de Outubro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ANA LUIZA GALVANI PICKLER BRATTI

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

2º Termo Aditivo ao Contrato N 22-2013**SEGUNDO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 22/2013, DATADO DE 10 DE JUNHO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA FARMÁCIA PICKLER BRATTI - EPP, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Aos dez dias do mês de Outubro de 2013, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e FARMÁCIA PICKLER BRATTI - EPP, empresa estabelecida em Rua Presidente Vargas, nº 597, Sala 02, Centro de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.620.116/0001-84, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Senhora ANA LUIZA GALVANI PICKLER BRATTI, Brasileira, Casada, inscrita no CPF n. 690.537.409-10, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 22/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

Item 4 - ARODOIS H 50/12,5MG = 210 comp passa para 262 comp
Item 18 - DIOVAN HCT 60/12,5MG = 210 comp passa para 262 comp

Item 48 - PANTOPRAZOL 20 MG = 210 comp passa para 262 comp

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 10 de Outubro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ANA LUIZA GALVANI PICKLER BRATTI

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

6º Termo Aditivo ao Contrato N 10-2011 (Bf Construções)**SEXTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 10/2011, DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM A ÁREA TOTAL DE 218,70M/2 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 28 (vinte e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 03 de maio de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 03 de março de 2013.

CONTRATANTE

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

CHRISTIAN FERNANDES

Sócio Administrador Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

7º Termo Aditivo ao Contrato N 10-2011 (Bf Construções)-FMS**SÉTIMO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 10/2011, DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM A ÁREA TOTAL DE 218,70M/2 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n.

82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 34 (trinta e quatro) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 03 de maio de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 03 de setembro de 2013.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CHRISTIAN FERNANDES
Sócio Administrador Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria N° 744/2013

PORTARIA N° 744/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21 de outubro de 2013 até 18 de abril de 2014, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar N°. 281/2011, à Servidora FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH (Matr. 3709), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar N°. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 746/2013

PORTARIA N° 746/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora BEATRIZ AP. BENINCA CIARNOSCHI (Matr. 1115), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", Anexo XI da LC N°. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 21 de outubro de 2013 a 01 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 747/2013

PORTARIA N° 747/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora SONIAMAR SEBEN WASEN (Matr.1824), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", Anexo XI da LC N°. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 21 de outubro de 2013 a 01 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 748/2013

PORTARIA N° 748/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ELIETE ANDREIA DEBUS (Matr. 2788), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", Anexo V da LC N°. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012,

para serem gozadas a partir de 21 de outubro de 2013 a 01 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 749/2013

PORTARIA N° 749/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora MARIA DE FÁTIMA BAZEI MELERE (Matr. 3719), (conforme liminar conferida ao Processo n° 235.13.000141-7, que tramitou na Vara Única da Comarca de Herval d'Oeste - SC), a partir de 22 de outubro de 2013, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas Sociais, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar N° 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a qual responderá como Coordenadora do Serviço de Acolhimento Institucional - ABRIGO Anjos da Luz, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar N° 302/2012. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 13/2013 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

PROCESSO N° 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 06 de novembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de 01 (um) veículo do tipo sedan, zero km, ano 2013/ modelo 2013 na cor branca, para uso as Secretaria de Assistência Social e Habitação. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de outubro de 2013.

DILSON PETRASSEN JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Extrato: PMI Sedes 2013/127 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDES 2013/127 A00

Contratada: EMPANADOS SABOR CIA LTDA EPP

C.N.P.J: 05.372.481/0001-80

Objeto: ALIENA BENS PÚBLICOS (IMÓVEIS) DO PATRIMONIO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, LOCALIZADOS NO CONDOMINIO INDUSTRIAL À MARGEM OESTE DA BR-101.

Valor: R\$ 61.685,00

Fundamento: Processo n°. 98/2013 Concorrência 04/2013

Imbituba, 17 de outubro de 2013.

ANTONIO CLESIO COSTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Economico Sustentavel

Contratante

EMPANADOS SABOR CIA LTDA EPP

Representante Legal

Contratada

Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - Comae

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - COMAE

IMBITUBA - SANTA CATARINA

CAPITULO I

Art. 1º- O Conselho Municipal de Alimentação Escolar COMAE, instituído pela Lei Municipal n° 2.117, de 28 de fevereiro de 2001, do Ministério da Educação é órgão de deliberação colegiada da sociedade civil, vinculada ao Departamento da Educação da Prefeitura Municipal de Imbituba, responsável pela fiscalização e assessoramento do Programa de Alimentação Escolar do município, tendo o seu funcionamento regulado por este regimento interno.

Parágrafo Único- Compete ao COMAE:

I. Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;

II. Acompanhar e monitorar aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares, receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo;

III. Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nas escolas;

IV. Comunicar à Entidade Executora a ocorrência e irregularidade em relação aos gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio, furtos, etc. para que sejam tomadas as devidas providências;

V. Divulgar em Diário Oficial, o montante dos recursos financeiros do PNAE, transferidos à Entidade Executora;

VI. Noticiar qualquer irregularidade não comprovada pela Unidade executora e identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União;

VII. Acompanhar a elaboração dos cardápios, opinando sua adequação à realidade local;

VIII. Acompanhar a execução físico-financeira do programa,

zelando melhor pela sua aplicabilidade.

CAPITULO II

Da Composição

Art. 2º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar (COMAE) é composto por 07(sete) membros efetivos e respectivos suplentes de acordo com o disposto no Art. 1º parágrafo único da Lei Municipal nº 2.117, de 28 de fevereiro de 2001.

O Município de Imbituba instituirá, por instrumento legal próprio um Conselho de Alimentação Escolar (COMAE) constituído por 07 membros assim distribuído:

- I. Um representante do Poder Executivo;
- II. Dois representantes dos Professores;
- III. Dois representantes de pais de alunos indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares;
- IV. Dois representantes de outro segmento da sociedade civil, indicados formalmente pelo segmento representado;
- V. Cada membro titular do COMAE terá um suplente da mesma categoria;
- VI. É de responsabilidade do conselheiro titular, convocar o seu Suplente para representá-lo na sua ausência.

§ Único - Os membros do Conselho serão nomeados por ato legal do Prefeito Municipal para mandato de 04 (quatro) anos permitida uma única recondução.

Art. 3º- São considerados membros do Conselho os conselheiros titulares, cabendo aos suplentes a participação opinativa nas reuniões.

§ Único - O Conselheiro suplente será automaticamente chamado a exercer o voto, quando da ausência do respectivo titular.

Art. 4º - Será substituído pela respectiva entidade representada, o conselheiro titular e o suplente que renunciar ou não comparecer a duas reuniões consecutivas no ano, salvo se sua ausência ocorrer por motivos de força maior.

§ 1º - Após as duas faltas consecutivas e três alternadas o conselheiro será advertido por escrito;

§ 2º - Após a advertência, ocorrendo mais uma falta será destituído do cargo;

§ 3º - As faltas serão justificadas verbalmente diretamente ao Presidente ou vice em exercício, constando em ata.

Art. 5º- Em caso de renúncia ou destituição do conselheiro titular, o suplente da organização representada exercerá a titularidade.

§ Único - No caso a entidade representada indicará o suplente.

Art. 6º - Aos membros do COMAE, compete:

- I. Participar e votar nas reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Elaborar as atas das reuniões desde que solicitadas pelo presidente;
- III. Eleger o Presidente e o Vice - Presidente do COMAE;
- IV. Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos conforme determina a legislação em vigor;
- V. Fornecer ao Presidente e aos demais membros do conselho dados e informações que tenham acesso dentro da sua área de competência sempre que julgarem importantes para deliberação de COMAE;
- VI. Relatar matérias que lhe forem atribuídas;
- VII. Participar da comissão de trabalho para os quais forem designadas, manifestando-se a respeito da matéria em discussão;
- VIII. Requerer a votação de matéria em regime de urgência;
- IX. Deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pela comissão de trabalhos ou apresentadas pelo presidente;
- X. Executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

CAPITULO III

Da organização e atribuição do colegiado

Art. 7º - O COMAE será dirigido por um Presidente e Vice Presidente eleitos entre os conselheiros titulares em reunião especialmente

convocada para este fim;

Parágrafo único - O Presidente do COMAE será eleito e destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros do COMAE.

Art. 8º - Ao Presidente do COMAE compete:

- I. Organizar, dirigir e coordenar as atividades do COMAE;
- II. Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias, submetendo às propostas a apreciação e votação e dar execução as decisões do Conselho;
- III. Apresentar as pautas das reuniões;
- IV. Assinar as decisões e resoluções do Conselho, bem como os relatórios financeiros;
- V. Assinar correspondências protocolares endereçadas a autoridades e outros interessados;
- VI. Designar os conselheiros para comporem a Comissão de Trabalho quando se fizerem necessárias;
- VII. Representar o conselho em juízo ou fora dele;
- VIII. Exercer e praticar os demais atos inerentes ao cargo;
- IX. Propor a criação de comissão de trabalho quando necessárias para uma análise mais detalhada da matéria em estudo.

Art. 9º- Ao Vice Presidente compete:

- I. Substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
 - II. Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
 - III. Exercer atribuições que lhes forem conferidas pelo conselho.
- Art. 10 - O COMAE poderá instituir por prazo determinado, comissão de trabalho para análise, elaboração de propostas, pareceres e recomendações que subsidiarem as decisões do Conselho.

§ 1º - Serão compostas por no mínimo de 03 membros indicados pelo conselho e designados pelo Presidente;

§ 2º - Terá um relator escolhido entre seus pares a quem caberá elaborar as atas, relatórios e pareceres.

Art. 11 - As resoluções dos Conselheiros do COMAE serão tomadas em reunião do colegiado.

CAPITULO IV

Art. 12 - O COMAE reunir-se-á uma vez por mês ordinariamente e extraordinariamente quando assim for necessário. Sendo dado conhecimento prévio da pauta do dia aos conselheiros;

§ 1º - as reuniões serão realizadas com a presença de maioria simples de seus membros;

§ 2º - as reuniões extraordinárias realizar-se-ão mediante convocação do Presidente ou por representação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros;

§ 3º - o Presidente, por solicitação de qualquer conselheiro poderá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias constantes da pauta do dia;

§ 4º - a discussão e votação da matéria de caráter urgente e relevante não incluída na pauta do dia dependerão da deliberação do Conselho por voto da maioria simples presentes;

§ 5º - as comunicações para reuniões serão feitas por ofícios com antecedência mínima de 4(quatro) dias.

Art. 13 - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas quando se tratar de assunto relevante e de urgência, observando antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 14 - As reuniões serão presididas pelo Presidente e em sua falta pelo Vice Presidente, sendo que em caso de falta ou ausência de ambos, os conselheiros elegerão entre seus pares um presidente para conduzir a reunião.

Art. 15 - Os assuntos tratados e as deliberações tomadas serão digitalizadas e anexadas em livro próprio (Ata) , a qual será objeto de apreciação na reunião seguinte.

§ único - O Presidente escolherá um relator para a redação da ata.

Art. 16 - Qualquer matéria a ser apreciada pelo conselho deverá ser encaminhada por escrito, por intermédio de algum de seus membros ou órgão representativo.

Art. 17 - Haverá anualmente ao final do primeiro trimestre a reunião ordinária para a análise e emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas PNAE apresentada pelo Departamento de Educação.

CAPITULO V**Disposições Gerais**

Art. 18 - Os membros do COMAE, não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e os seus serviços prestados serão considerados para todos os efeitos legais, como interesse público de relevante valor social.

Art.19- O COMAE poderá convidar qualquer pessoa ou representante de órgão público municipal, entidades da sociedade civil, empresas privadas para comparecer a reunião e prestar esclarecimentos quando necessários.

Art. 20 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente através de proposta expressa de qualquer membro do Conselho, encaminhado por escrito com antecedência mínima de 30(trinta) dias da reunião que irá apreciá-la.

§ único - As alterações regimentais só poderão ocorrer pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Art. 21 - Os casos omissos não previstos neste regulamento serão resolvidos pelo Conselho com a presença de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Art. 22 -O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Imbituba - SC.

Este Regimento Interno foi aprovado, em primeiro tempo, em reunião extraordinária do Conselho de Alimentação Escolar, realizada no dia 06 de agosto de 2013 na presença dos conselheiros: Josiane Natália Pacheco dos Santos, Zenaide Ovídio Lúcio, Margarete M. Souza Silvério, José Natalino de Oliveira Costa e Eliane Aparecida Moreira Silvério.

Imbituba-SC, 06 de agosto de 2013.

WELLINGTON FURTUNATO

Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1466/2013

DECRETO Nº. 1466 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2070 Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 34.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 18 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2245/2013

PORTARIA Nº 2245 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor MARCELO GELAIN do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 21 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2246/2013

PORTARIA Nº 2246 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor RONIVON DE SOUZA MACHADO do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 21 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria N°. 429/2013 de 22 de Outubro de 2013.
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Complementar 003/2002.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Filipe Stechinski, Paulo Roberto de Bortoli e Adriana Giombelli Bordinhon, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal do Magistério Público Municipal.

Art.2º - Esta portaria produzirá efeitos a partir de 22 de Outubro de 2013.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim em 22 de Outubro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Portaria N°. 427/2013 de 21 de Outubro de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA
ELUANA SCHWERTZ, Matrícula 2188-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar n° 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 374/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21 de outubro de 2013.

Ipumirim - SC, 21 de outubro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 428/2013 de 22 de Outubro de 2013.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar n° 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:
A MARISA RODRIGUES LISBOA, matrícula 1146-0, férias de 30

dias, relativas ao período aquisitivo de 17/09/2012 a 16/09/2013 e gozo de 22/10/2013 a 20/11/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/10/2013.

Ipumirim - SC, 22 de outubro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 430/2013 de 23 de Outubro de 2013.
EXONERA SERVIDORA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLECI SALETE TEDESCO, Matrícula 2194-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade n°. 2.461.515 e do CPF 020.673.309-77, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 405/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 29 de outubro de 2013.

Ipumirim - SC, 23 de outubro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 426/2013 de 21 de Outubro de 2013.
VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar n° 001/2002, de 26 de setembro de 2002, bem como nas razões contidas no parecer exarado pela Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURA Inquérito Administrativo contra o servidor JAIR LUIS BARANOSKI, Nomeado por Concurso Público através da Portaria n°.226/2012 de 02 de Maio de 2012, para o cargo de Provimento Efetivo de Servente, tendo em vista que em data de 14 de Outubro de 2013, vem apresentando condutas desrespeitosas com o superior, como ainda estaria sempre indisposto no serviço e por fim estaria deixando o serviço para trabalhar para particulares, apresentando assim faltas injustificadas.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores PAULO ROBERTO DE BORTOLI, ROSELI SALETE ZANATTA E LAUDÉCIR FRANCO, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão do Inquérito Administrativo destinado a apurar o fato, fixando-se o prazo máximo de 60 (Sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, para a conclusão dos trabalhos, observando-se o disposto no artigo 189 da Lei Complementar n° 001/2002.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Ipumirim - SC,
aos 21 dias do mês de Outubro de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Edital N° 011/2013

Pública Alteração do Edital n° 009/2013 que abre inscrições para o Processo Seletivo para admissão de professores em caráter temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental do ensino regular da rede pública municipal e nas modalidades esportivas e culturais.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei torna público para o conhecimento dos interessados, as alterações no Edital n° 009/2013, do Processo Seletivo n° 002/2013, para promover correções, nos termos deste Edital.

I – Da Correção:

O Edital n° 009/2013, do Processo Seletivo n° 002/2013, passa a vigorar com as seguintes correções:

No item “3.4.4” do Edital n° 009/2013, do Processo Seletivo n° 002/2013 (pag.6) ÁREA ESPORTIVA E CULTURAL, acrescenta-se a modalidade de Judô para inscrição de acordo com a tabela abaixo:

3.4.4.1. A habilitação mínima exigida para a inscrição é constante na tabela abaixo de acordo com área/disciplina de opção do candidato.

ÁREA/MODALIDADE	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
JUDÔ	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução n° 7/2004/CNE e Resolução n° 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução n° 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.

II – As demais disposições do Edital n° 009/2013, do Processo Seletivo n° 002/2013, permanecem em pleno vigor, conforme sua redação original.

Ipumirim/SC, em 22 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Edital SMECE N°. 010/2013 de 21 de Outubro de 2013.

Estabelece as diretrizes para a matrícula e renovação de matrícula nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ipumirim – SC ao ano letivo de 2014

A administração municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais e com aprovação do Conselho Municipal de Educação, torna público o presente Edital, que estabelece as diretrizes para o processo de matrícula e renovação de matrícula de alunos da Educação Básica da Rede Municipal de ensino para o ano letivo de 2014.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com fundamento na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais n° 53/2006 e 59/2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n° 9.394/96, nas Leis Federais n° 11.114/05 e n° 11.274/06 que dispõe a duração do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade, na Lei n° 1.246/2002 que cria o Sistema Municipal de Ensino, na Lei n° 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula e renovação de matrícula na Educação Básica da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2014.

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes estabelece através deste Edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula e renovação de matrícula para o ano letivo de 2014, nas unidades escolares municipais que oferecem o Ensino Fundamental e Educação Infantil.

O acesso à educação é direito público e subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, sendo vedada a cobrança de qualquer contribuição financeira.

No Ensino Fundamental de nove anos de duração a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 6, 7, e 8 anos de idade são consideradas turmas de letramento.

A implantação gradativa do Ensino Fundamental de 9 anos, na rede municipal de Ipumirim, iniciou no ano de 2008, com oferta simultânea do ensino fundamental de 8 anos e de 9 anos de duração.

Em 2014 a Rede Municipal de Ensino oferecerá o ensino fundamental de 8 e 9 anos, conforme quadro abaixo:

Ensino Fundamental Regular de 8 e 9 anos de duração

Séries/Anos oferecidos na Rede Municipal de Ensino de Ipumirim em 2014

Sistema de 8 anos de duração	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	8ª Série 2014
Sistema de 9 anos de duração	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	-----	-----

Na Educação Infantil que compreende a creche para crianças até 3 anos de idade e Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade será oferecida gratuitamente na rede municipal de ensino ainda de forma optativa, sendo dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças.

Para 2014 a Rede Municipal de Ensino oferecerá a Educação Infantil, conforme quadro a seguir:

Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Ipumirim em 2014			
Creche em tempo Integral de 8 horas diárias	Berçário I Crianças de 4 a 12 meses	Berçário II Crianças de 1 ano a 2 anos	Maternal Crianças de 2 anos a 3 anos
Pré – Escola em tempo parcial de 4 horas diárias	Pré I Alunos de 4 anos	Pré II Alunos de 5 anos	-----

O período de matrícula é o estabelecido no cronograma previsto no item 9 deste edital.

DOS OBJETIVOS

Do Objetivo Geral

Assegurar o direito a matrícula das crianças e adolescentes na Educação Básica nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, oferecido em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino nos termos da legislação vigente.

Dos Objetivos Específicos

Garantir a oferta da Educação Básica nos Níveis Infantil e Fundamental, oportunizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 04(quatro) anos, conforme prevê a Lei 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Lei nº 11.114/05, Lei nº 11.274/06, Lei nº 1.246/02 (Sistema Municipal de Ensino), Plano Municipal de Educação e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Inscrever e matricular crianças de Creche a partir dos 04(quatro) meses até 03(três) anos de idade e para nível de Pré-Escola a partir dos 04(quatro) até os 05 anos completos ou a completar até 31 de dezembro de 2014 obedecendo aos critérios de idade para seleção e classificação, de acordo com o item 4.

Garantir para todas as crianças e adolescentes em idade escolar, matrícula na Unidade Escolar mais próxima à residência dos pais ou dos responsáveis legais, a partir dos 06 anos de idade completos ou a completar até 31 de dezembro de 2014.

Recensar a população em idade escolar para o Ensino Fundamental e, àqueles que não tiveram acesso na idade própria.

DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

A SMECE garantirá a matrícula em escola municipal próxima à residência do aluno, de acordo com o quadro e critérios a seguir:

Quadro de Idade para matrículas novas:

NASCIDOS EM	DIREITO DE CURSAR
01/01/2008 a 31/12/2008	1º Ano do Ensino Fundamental
01/01/2009 a 31/12/2009	Pré II
01/01/2010 a 31/03/2010	Pré I
Ao completar 4 anos	Pré I
01/01/2011 até o dia em que completar 4 anos	Creche
A partir dos 4 meses completos em 2014 até o dia em que completar 4 anos	Creche

O aluno já matriculado na própria escola no ano de 2013;

Terá prioridade o aluno que reside próximo a escola (inciso V, art.53 da Lei Federal nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 2º., inciso VI do Decreto Federal nº 6.094/07);

No caso de não haver vaga na série/ano pretendido, será encaminhado o aluno para outra escola mais próxima e com garantia de transporte escolar se necessário.



DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

O processo de matrícula nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino será realizado conforme segue:

Renovação de Matrícula – garantir a vaga ao aluno matriculado na Educação Básica nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, oferecido na rede municipal de ensino e que pretende continuar seus estudos na mesma unidade escolar. Neste caso, haverá apenas a atualização de dados e a confirmação dos mesmos pelo pai/mãe ou responsável legal. Será compromisso da família, comunicar à escola qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula. A renovação da matrícula será efetuada na série/ano indicado pelo resultado aferido no processo de avaliação e promoção em vigor.

Matrícula Nova – a matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, por meio de preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal de ensino de Ipumirim. As matrículas novas serão realizadas conforme o disposto neste Edital. A matrícula deverá ser realizada prioritariamente na 1ª etapa do cronograma que trata este Edital ou em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais.

Matrícula por transferência – será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência. Nos casos de transferência entre sistemas de ensino, com organização de ensino fundamental com 8 e 9 anos de duração, o aluno poderá ser encaminhado para outra unidade escolar que tenha a vaga solicitada ou será reclassificado, considerando-se o documento apresentado de transferência da escola de origem.

Cancelamento de Matrícula – é o desligamento definitivo do aluno da unidade escolar e decorre:

da iniciativa dos pais ou responsável legal, através de requerimento preenchido na secretaria da escola, com exposição de motivos para o cancelamento e apresentação de comprovante de atestado de vaga em outra instituição, não caracterizando evasão;

da situação em que o aluno apresentar 60 dias de faltas consecutivas, sem apresentar justificativa para ausência, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração envolvendo família/escola/conselho tutelar/ministério público, caracterizando desta forma abandono/evasão escolar.

DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

A composição de turmas atenderá como parâmetro o disposto no quadro a seguir:

ENSINO FUNDAMENTAL	
8ª Série	30 alunos + 6 alunos para desdobramento
1º ao 3º Ano	20 alunos + 6 alunos para desdobramento
4º ao 5º Ano	25 alunos + 6 alunos para desdobramento
6º ao 9º Ano	30 alunos + 6 alunos para desdobramento
EDUCAÇÃO INFANTIL	
IDADE	Nº DE CRIANÇAS
0 a 1 ano	6 a 8 + 4 crianças para desdobramento
1 a 2 anos	8 a 10 + 5 crianças para desdobramento
2 a 3 anos	10 a 12 + 5 crianças para desdobramento
3 a 4 anos	12 a 15 + 5 crianças para desdobramento
4 a 5 anos	15 a 20 + 6 crianças para desdobramento

Admitir-se-á outra possibilidade de composição de turma, decorrente de questões pedagógicas ou de capacidade física do espaço escolar, com anuência da SMECE e também será considerando

número de alunos proporcional ao metro quadrado, sendo 1.6 m2 por aluno.

DO DESDOBRAMENTO DE TURMAS

Para desdobramento de turmas, independente de turno, todas elas deverão ter no mínimo o número de alunos a mais de acordo com o quadro do item 6.1, estabelecido no presente edital. Competirá a SMECE, respeitada a realidade escolar, autorizar o desdobramento de turmas com número de alunos diferente do fixado.

Somente poderá ser criada nova turma de respectiva série/ano, independente de turno, quando o número de alunos em todas as turmas, exceder aos limites no quadro acima, observando-se os critérios estabelecidos para composição de turmas, existência de espaço físico e avaliação de SMECE.

DA DOCUMENTAÇÃO

O diretor e o secretário da unidade escolar são responsáveis pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

Destaca-se que a matrícula, além de ser um ato administrativo que vincula o aluno à escola, é uma inclusão pedagógica no processo escolar, levando em consideração o direito de aprender de todos na perspectiva da educação inclusiva/direito à diversidade.

Toda documentação deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

Será considerada nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com a apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

Será assegurada a matrícula do candidato que não possuir certidão de nascimento, devendo a escola de imediato comunicar, através de ofício, ao conselho tutelar para os encaminhamentos necessários.

Será assegurada a matrícula e frequência do candidato que não trouxer a documentação completa – histórico e transferência – da escola de origem, sendo que será aguardado o prazo de 30 (trinta) dias para a entrega do histórico e 15 (quinze) dias para a entrega da transferência.

As matrículas com pendência de documentação devem ser sistematicamente monitoradas para a obtenção de todos os documentos exigidos para efetivação da matrícula.

DO CRONOGRAMA

Renovação da matrícula: 25/11 a 29/11/2013

Matrícula nova e por transferência: 02/12 a 06/12/2013 e no decorrer do ano letivo para as transferências.

Horário de atendimento: conforme funcionamento da secretaria da unidade escolar

DA DIVULGAÇÃO

A Secretaria de Educação e as Unidades Escolares são responsáveis pela divulgação da campanha da matrícula.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A equipe gestora da unidade escolar deverá a partir do ato de matrícula assegurar aos pais, responsáveis e alunos, a orientação quanto às normas de convivência, uso do uniforme escolar, transporte escolar, frequência obrigatória, justificativa de importância do acompanhamento da família nos estudos e da integração escola-família e demais informações contidas no Plano Político Pedagógico.

A matrícula e a frequência às aulas não poderão ser vinculadas à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira.

É responsabilidade de secretário da escola e na inexistência deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, armazenar e manter atualizados os dados no sistema de gestão educacional (EVN), sendo considerado como oficial os dados escolares contidos no referido sistema.

A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância de brevidade na expedição das mesmas, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

A transferência de turno somente ocorrerá, mediante requerimento dos pais do aluno ou responsável legal, sob parecer da direção, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.

Nas situações em que os pais ou responsáveis manifestarem necessidade de troca de turno, será observado a existência de vaga e relevância do pedido de acordo com os critérios abaixo:

Laudo médico especificando a necessidade de o aluno frequentar o turno solicitado;

Situação de vulnerabilidade social (com possibilidade de evasão, irmão no mesmo turno, compatibilidade de horário de trabalho dos pais ou responsável);

Nos casos em que a troca de turno envolver remanejamento de alguns alunos, para adequação do parâmetro de alunos na composição de turmas, aplicar-se-á como procedimentos:

Consultar alunos que manifestem interesse, com anuência dos pais ou responsável;

Considerar os critérios previstos no item 11.6 deste edital;
Na hipótese da inexistência de vaga, as unidades escolares adotarão o preenchimento de formulário de intenção de matrícula, gerando uma lista de espera por vaga e encaminharão o interessado à SMECE para assegurar atendimento em outra escola próxima da residência e tomar as providências cabíveis.

A lista de intenção de matrícula deve ser monitorada durante todo o ano letivo, a fim de entrar em contato com os interessados sempre que surgir vaga, em decorrência de transferência ou desmembramento de turmas ou composição de nova turma.

Os pais ou responsáveis deverão informar no ato de matrícula e atualizar sempre que necessário à informação de problemas de saúde, de medicação e restrições.

A equipe gestora da unidade escolar deverá acompanhar e atualizar as informações deixando os professores cientes do(s) problema(s) de saúde do aluno.

Os alunos, público alvo da educação especial, poderão no

contraturno receber atendimento educacional especializado nas salas multifuncionais – AEE localizadas na própria unidade ou em outra escola.

Os alunos portadores de deficiência deverão ser identificados, por intermédio de Laudo Médico, na ficha de matrícula.

O início das aulas do ano letivo de 2014 está previsto para o dia 12 de fevereiro, de acordo com o horário de funcionamento de cada escola, podendo sofrer alterações, o que será amplamente divulgado, se ocorrer.

Os casos omissos serão resolvidos pela direção escolar em primeira instância e pela Secretaria de Educação como último recurso.

Este edital entra em vigor na presente data, podendo sofrer alterações, o que será amplamente divulgado, se ocorrer.

Ipumirim-SC, 21 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

MARINEIDE PICK PILATTI

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

LEDA ISABEL BIFFI SPRICIGO

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Irineópolis

PREFEITURA**Decreto No 2491/2013,**

DECRETO No 2491/2013, de 22 de outubro de 2013.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDAVAL - COBRADE 1.3.2.1.5.

O Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I. que a ocorrência de vendaval, acompanhado de chuva intensa e granizo, em data de 21/10/2013, atingindo parte do Município de Irineópolis, conforme FIDE;

II. que em decorrência desse desastre temos várias casas destruídas e famílias desalojadas, as estradas municipais estão prejudicadas, dificultando o acesso e prejuízos em lavouras em geral;

III. que tendo como agravantes da situação de anormalidade: ventos extremos, com queda de granizo, resultando em danos e prejuízos conforme FIDE;

IV. que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

V. que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como vendaval - 1.3.2.1.5.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigendo pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito,
aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal de Irineópolis - SC.

Decreto Nº 2492/2013

DECRETO Nº 2492/2013.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o artigo 65, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando, a diminuição das atividades econômicas no período, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

Considerando, assim, a viabilidade de se fazer coincidir o decréscimo nas atividades econômicas à contenção de despesas com os serviços públicos, o que será possível com a concessão de férias coletivas a servidores públicos municipais;

Considerando a existência de despesas urgentes a serem quitadas ainda no presente exercício, em outros setores da Administração, que não permitem diminuição ou suspensão de continuidade,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores Públicos Municipais de Irineópolis, ocupantes das categorias funcionais de Motorista e Operador de Equipamentos, vinculados a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no período compreendido entre 21 de outubro de 2013 e 04 de novembro de 2013.

Art. 2º Os servidores em gozo de férias coletivas terão deduzidos 15 (quinze) dias do respectivo período aquisitivo de férias, quando por ocasião do seu fechamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 22 de outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito do Município de Irineópolis.

Declaração de Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

Processo Licitatório nº 17/2013

Dispensa de Licitação nº 01/2013

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que a Srtª Giseli Kempinski, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do artigo 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94", com o objetivo de aquisição de 01 (um) imóvel para construção do Posto de Saúde na localidade de Rio Branco, declarou a dispensa de licitação, considerando vários fatores favoráveis para aquisição do imóvel em questão, como ser o ponto central da localidade, próximo ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, conforme abaixo discriminado:

- Um terreno com área de 1.229,25 m² (um mil duzentos e vinte e nove vírgula vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do marco-06, medindo 49,00 metros, rumo 00°42'32NW com a Gleba-01 da Prefeitura Municipal de Irineópolis, do marco-06 ao marco-D, medindo 30,00 metros, rumo de 85°28'NE, com propriedade de Carlos Walter Bossoff, através da estrada municipal; do marco-D ao marco-C, medindo 51,09 metros, rumo 10°31'30"SW, com a FRAÇÃO-A de Célio Bossow; do marco-C ao marco-A, de partida, medindo 20,00 metros 86°48"SW, com fração-A de Célio Bossow, fechando a poligonal; com matrícula, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União/SC, sob o nº 19.908, pertencente ao Sr. Célio Bossow e outros, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se

apresentam compatíveis com os praticados no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 22 de outubro de 2013.
Comissão Permanente de Licitações

Justificativa de Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
Processo Licitatório nº 17/2013
Dispensa de Licitação nº 01/2013
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: o Município de Irineópolis necessita adquirir um imóvel, que será destinado à construção de um Posto de Saúde.

- Um terreno com área de 1.229,25 m² (um mil duzentos e vinte e nove vírgula vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do marco-06, medindo 49,00 metros, rumo 00°42'32NW com a Gleba-01 da Prefeitura Municipal de Irineópolis, do marco-06 ao marco-D, medindo 30,00 metros, rumo de 85°28'NE, com propriedade de Carlos Walter Bossoff, através da estrada municipal; do marco-D ao marco-C, medindo 51,09 metros, rumo 10°31'30"SW, com a FRAÇÃO-A de Célio Bossow; do marco-C ao marco-A, de partida, medindo 20,00 metros 86°48"SW, com fração-A de Célio Bossow, fechando a poligonal; com matrícula, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União/SC, sob o nº 19.908, pertencente ao Sr. Célio Bossow e outros, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Senhor Célio Bossow por ser o ponto central da localidade, próximo ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, conforme Lei Municipal nº 1.727/2013 de 02 de Setembro de 2013 e Termo de Referência emitido pela Srª Giseli Kempinski - Gestora do Fundo Municipal de Saúde, e valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações.

DO VALOR - O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), conforme Termo de Referência e Lei Municipal nº 1.727/2013 de 02 de setembro de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL: A aquisição encontra respaldo legal nos termos do artigo 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Projeto/Atividade 2031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde- (14) 4.4.90.00.00.00.00.01.0251- Aplicações Diretas do orçamento em vigor.
É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 22 de outubro de 2013.
Comissão Permanente de Licitações

Itá

PREFEITURA

Aviso de Processo Licitatório FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2013 FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2013 FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2013 FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC Torna Público a todos os interessados que esta aberto permanentemente partir de 23 de outubro de 2013, credenciamento de prestadores de serviço na área de saúde, técnico em enfermagem e medicina, para fins de atendimento em nível de sobreaviso junto ao Hospital São Pedro Ltda. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica do município www.ita.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras pelo telefone (49) 3458-9508/9453.

Itá - SC, 23 de outubro de 2013.
NÉVIO ANTONIO MORTARI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resultado de Dispensa de Licitação

Resultado de Dispensa de Licitação: Processo Licitatório nº 32/2013. Objeto: Dispensa de Licitação para Locação do Prédio do Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis - IPMI, com área de aproximadamente 226,57m², para funcionamento da Unidade Sanitária do ESF Bom Jesus. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis - IPMI: Valor R\$ 1.200,00 por mês. Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Itaiópolis, 23/10/2013.
JUCEMARA SCHMITZ
Secretária Municipal da Saúde.

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato nº 09/2013. Objeto: Contratação de Serviço de Processamento de Dados para a Secretaria Municipal da Saúde incluindo a Administração do banco de Dados e Assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites e quantidade de estações de trabalho. Contratada: Olos Tecnologia Ltda. Valor: R\$ 3.000,00 pagos em 4 parcelas mensais. Vigência: 4 meses.

JUCEMARA SCHMITZ
Secretária Municipal da Saúde.

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato nº 10/2013. Objeto: Divulgação de textos informativos da área de Saúde e convocação dos usuários do SUS, bem como, de divulgação de Campanhas de Vacinação promovidas

através da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratada: Associação Comunitária João Kominek. Valor: R\$ 250,00 por mês. Vigência: 4 meses.

23/10/2013

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

Extrato de Termo de Rescisão de Convenio

Extrato do Termo de Rescisão de Convênio nº 01/2012. Fica rescindido o Convênio firmado em 02 de maio de 2012, entre o Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis, com sede à Avenida Tancredo Neves, 234, centro do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 10.817.032/0001-38 e o Nucleo Terapêutico Nova Vida, estabelecido na Rua Capitão João Bley, 656- anexo ao Hospital Bom Jesus, Rio Negro/PR, doravante denominado NTVN, inscrito no CNPJ nº 03.722.355/0001-82.

23/10/2013

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº88/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº88/2013

CONTRATante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA, com sede à Estrada do Pirai, nº 3300, Galpão 1, Bairro: Vila Nova na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.498.419/0001-39 e Inscrição Estadual nº 254.516.440, representada neste ato por sócia, a Sra. MÁRCIA ALBRECHT VOGELSANGER, brasileira, casada, empresária, portadora do CNPJ/MF nº 890.543.699-49 e do CI.RG nº 2/C 1.470.788 SSP/SC, Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 07/2013 - PROCESSO Nº 102/2013.

Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação asfáltica 4.560,00 m2 na Avenida Brasil entre ruas 1.300 à 1420 (trecho I), conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do Edital.

VALOR R\$: 205.151,98 (duzentos e cinco mil cento e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos)

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura, e com término esta condicionado a 03 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 23 de outubro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Notificação -Convite Nº 15/2013 - Proc. Nº 106/2013 NOTIFICAÇÃO

Às

Empresas: FENÍCIA IND. COM. TROFEUS

KSPORTS COMERCIO INDÚSTRIA DE MAT. ESP.

O Município de Itapoá, através da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto a licitação na modalidade Convite Nº 15/2013 - Proc. nº 106/2013, para a Aquisição de troféus e Medalhas para uso da Secretaria de Esporte e Juventude nos eventos que serão realizados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013, conforme especificações do Anexo I do Edital, sendo que não houve apresentação de recurso conforme prazo findo em 22/10/2013, a sessão pública para abertura de envelopes das propostas fica estipulado para dia 29/10/2013 às 08h: 00min em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões.

Atenciosamente,

Itapoá, 23 de outubro de 2013.

ISABELA RAICK DUTRA POHL

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº05/2013

RESOLUÇÃO Nº05/2013

Aprova a Instrução Normativa n.01/2013 que Dispõe sobre regulamentação do Sistema de Controle Interno, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Itapoá, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, II, XIII e XXX do Regimento Interno:

RESOLVE

Art. 1º - Fica aprovada a Instrução Normativa n.01/2013 regulamentando o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo de Itapoá/SC, conforme previsto no art.70 da Constituição Federal, art.137 da Lei Orgânica Municipal, art.13 da Resolução 17/2010 da Câmara de Vereadores de Itapoá, e em concordância com a Lei Complementar Municipal nº009/05, de 19 de agosto de 2005.

Art. 2º - O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo atuará de forma integrada com o do Poder Executivo, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.009/2005 e Resolução 17/2010 do Poder Legislativo do Município de Itapoá.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, tem como objetivos básicos buscar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade.

§ 1º - O Controle Interno será exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº4.320/1964, na Lei Complementar Federal nº101/2000, na Lei Complementar Estadual nº202/2000, na Lei Orgânica Municipal de Itapoá/SC, na Lei Municipal nº009/2005, Resolução 17/2010 da Câmara de Vereadores de Itapoá, e em conformidade com o estabelecido na presente norma.

§ 2º - Prestará conta todos quantos, de alguma forma utilizem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores sob a responsabilidade do Poder Legislativo do Município, ou pelos quais estes respondam.

Art. 4º - O Sistema de Controle Interno tem como objetivos

específicos:

- I. Acompanhar o cumprimento dos limites constitucionais e legais do Poder Legislativo Municipal;
- II. propor ao chefe do Poder Legislativo, atualização e adequação das normas de controle interno;
- III. programar e organizar auditorias nos setores da Câmara de Vereadores, manifestando-se sobre os resultados e sugerindo instauração de Processo Administrativo, em caso de identificação de irregularidade;
- IV. sugerir ao chefe do Poder Legislativo, a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para a melhoria no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Câmara de Vereadores;
- V. apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração pública em obediência aos princípios regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil;
- VI. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal em relação à Câmara de Vereadores de Itapoá;
- VII. verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária financeira e patrimonial da Câmara de Vereadores;
- VIII. emitir similar ou Aderir, sempre que julgar adequado para unidade e efetivo trabalho em conjunto, os modelos de tabelas e formulários de controles expedidos pela Controladoria Geral do Município.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - O Sistema de Controle Interno atuará com a seguinte organização funcional:

- I. Controladoria Interna;
- II. Auditoria Interna;
- III. Tomada de Contas Especial; e
- IV. Processo Administrativo.

Art. 6º - O Sistema de Controle Interno será custeado, por conta do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 7º - A Controladoria Interna, qualificada como Unidade Administrativa, integrará a estrutura organizacional da Câmara, e ficará vinculada diretamente ao Presidente da Câmara de Vereadores, com as atribuições definidas nesta norma.

§ 1º. O cargo em Função de Confiança de "Controlador da Câmara de Vereadores de Itapoá" será atribuída a servidor efetivo e estável, nomeado para o exercício da função com as atribuições previstas nesta norma, e gratificação fixada no nível de Secretário Municipal.

§ 2º. O Controlador Geral para ser designado tem que ter comprovada experiência em funções pertinentes à administração pública, e no mínimo formação de nível técnico em área de economia, ciências contábeis, administração ou direito.

§ 3º Não poderá ser escolhido para exercer as atividades inerentes à Unidade de Coordenação do Controle Interno servidor que tenha sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

- I - responsabilizado por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelo Tribunal de Contas do Estado ou da União;
- II - punido, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- III - condenado em processo criminal por prática de crime contra a Administração Pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº7.492, de 16 de junho de 1986, e na Lei nº8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 8º Para o bom desempenho de suas funções, fica assegurada à Controladoria Interna da Câmara a prerrogativa de solicitar, a quem de direito, o fornecimento de informações ou esclarecimentos e/ou a adoção de providências em relação a situações específicas.

Parágrafo Único - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado à Controladoria Interna da Câmara, no exercício das suas atribuições, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal do agente público que, por ação ou omissão,

causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à sua atuação.

DA CONTROLADORIA INTERNA

Art. 9º - À Controladoria Interna compete:

- I. Elaborar as normas de Controle Interno para os atos da Administração, a serem editadas por resolução no âmbito do Poder Legislativo;
- II. propor ao Chefe do Poder Legislativo, quando necessário, atualização e adequação das normas de Controle Interno para os atos da Administração;
- III. programar e organizar auditorias nas Unidades Operacionais da Câmara de Vereadores de Itapoá, com periodicidade pelo menos anual;
- IV. manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais da Câmara de Vereadores, com atestado do Chefe do Poder Legislativo Municipal de que tomou conhecimento das conclusões nela contida;
- V. encaminhar o Relatório de Auditoria Interna, contendo manifestação sobre as contas anuais da Câmara de Vereadores, indicação das providências adotadas e a adotar para, corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, à Controladoria Geral do Município, para que esta, junte ao seu Relatório Geral encaminhado-os ao Tribunal de Contas;
- VI. sugerir ao Chefe do Poder Legislativo, no âmbito de sua competência, a instauração de Tomada de Contas Especial no caso de identificação de indício de irregularidade que resulte dano ao erário;
- VII. sugerir ao Chefe do Poder Legislativo, no âmbito de sua competência, a instauração de Processo Administrativo nos casos de descumprimento de norma de controle interno caracterizado como grave infração a norma constitucional ou legal;
- VIII. sugerir ao chefe do Poder Legislativo e com este programar a participação dos servidores em cursos de capacitação;
- IX. assinar junto ao contador e ao Chefe do Poder Legislativo, o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº101/2000;
- X. coordenar as atividades relacionadas ao Controle Interno da Câmara de Vereadores, orientar a expedição das instruções normativas e promover a integração operacional com o Sistema de Controle Interno do Município;
- XI. interpretar e pronunciar-se com recomendações a serem posteriormente estabelecidas em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial sempre que solicitado pelo Presidente;
- XII. medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pela Câmara de Vereadores, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação em conjunto com a Controladoria Geral do Município, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;
- XIII. efetuar o acompanhamento sobre a despesa total com pessoal do Poder Legislativo aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar nº101/2000, bem como, quanto ao cumprimento dos limites de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal;
- XIV. propor a melhoria ou implantação de sistemas apoiados em recursos da tecnologia da informação, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas de trabalho e melhorar o nível e confiabilidade das informações;
- XV. emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas por iniciativa da autoridade administrativa ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado;
- XVI. proceder a análise das contas anuais da Câmara de Vereadores, com encaminhamento ao órgão central do Sistema de Controle Interno no Poder Executivo, para juntada à prestação de contas anual do Município e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 10. O trabalho de Auditoria Interna deverá ser desenvolvido

com obediência às seguintes normas básicas:

I. As auditorias serão realizadas mediante programação e organização pela Controladoria Interna da Câmara em conjunto com a Controladoria geral do Município;

II. verificação do cumprimento das normas de Controle Interno pelos servidores municipais no exercício de suas funções nos diversos Setores da Câmara de Vereadores;

III. registro do trabalho de auditoria em relatório, com indicação clara de eventuais falhas, deficiências ou do indício da existência de irregularidades;

IV. o relatório de auditoria será encaminhado à Controladoria Interna da Câmara, bem como à Controladoria Geral do Município para emissão de parecer, conhecimento do Chefe do Poder Legislativo e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso, com indicação das medidas adotadas ou a adotar para correção das falhas apontadas.

§ 1º. O trabalho de Auditoria Interna, será exercida por servidores efetivos e estáveis, preferencialmente com formação nas áreas de Economia, Contabilidade, Administração, ou Direito, ou ainda, por servidores que tenham comprovada experiência em funções pertinentes à administração pública.

§ 2º. A indicação dos componentes da auditoria interna fica a cargo da Controladora Interna da Câmara de Vereadores que será homologada por ato do Presidente da Câmara de Vereadores, em número de três servidores.

§ 3º. O prazo para a conclusão da auditoria interna é de no máximo trinta dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo.

§ 4º. Os servidores membros da Comissão de Auditoria Interna nos meses de ocorrência da auditoria, perceberão a título de gratificação, 20% (vinte por cento) do seu salário base.

§ 5º Para a realização de trabalhos de auditoria interna em áreas, programas ou situações específicas, cuja complexidade ou especialização assim justifiquem, a Controladoria interna da Câmara poderá requerer ao Chefe do poder Legislativo Municipal a colaboração técnica de servidores públicos ou a contratação de terceiros.

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 11. O trabalho de Tomada de Contas Especial será exercido por Comissão ou por Tomador de Contas designado pelos Chefes dos Poder Legislativo, ouvido a Controladoria Interna, com obediência às seguintes normas básicas:

I. Apurar fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano causado ao erário quando não forem prestadas contas, ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, se caracterizada a prática de qualquer ato, ilegal, ilegítimo ou antieconômico do qual resulte prejuízo ao erário;

II. elaborar relatório da Tomada de Contas Especial, com registro claro e objetivo dos fatos apurados;

III. encaminhar Relatório da Tomada de Contas Especial à Controladoria Interna para emissão de parecer, indicação das medidas adotadas e a adotar para correção e reparo de eventual dano causado ao erário, dar conhecimento ao Chefe de Poder Legislativo e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso.

§ 1º. A Tomada de Contas Especial será sugerida pelo Controlador Interno da Câmara e/ou determinada pelo Presidente da Câmara.

§ 2º. Estão sujeitos à Tomada de Contas Especial, os agentes públicos, servidores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores da administração direta e indireta do Município, neste caso administrados pela Câmara de Vereadores de Itapoá, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade da qual resulte dano ao erário.

§ 3º. Apurado e quantificado o dano causado ao erário, o responsável, identificado em processo de Tomada de Contas Especial, será notificado para, no prazo de trinta dias, contados da citação, recolher aos cofres do Município o valor do débito devidamente corrigido, ou apresentar alegações de defesa.

§ 4º. Não havendo imputação de débito em processo de Tomada de Contas Especial, mas comprovada a prática de grave infração à norma constitucional ou legal, o responsável estará sujeito à multa e/ou às penalidades administrativas previstas em norma interna

própria editada pelo Chefe do Poder Legislativo de Itapoá, bem como, na ausência desta, em norma editada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 12. A instauração de Processo Administrativo será determinada pelo Chefe de Poder Legislativo quando comprovada a prática de grave infração às normas de Controle Interno.

Art. 13. O Processo Administrativo será desenvolvido por Comissão designada pelo Chefe de Poder Legislativo para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis.

Art. 14. No que couber, o Processo Administrativo adotará as normas básicas estabelecidas para a Tomada de Contas Especial e a Lei Municipal 76/2001.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Fica assegurado aos responsáveis pela Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos, fatos e informações relacionados aos setores, seções e/ou departamentos da Câmara de Vereadores de Itapoá.

Art. 16. É vedado aos responsáveis pelo trabalho de auditoria interna, bem como aos demais integrantes do Sistema de Controle Interno, divulgar fatos e informações de que tenham tomado conhecimento, em razão do exercício de suas atribuições.

Art. 17. A Controladoria Interna expedirá com o auxílio da Procuradoria Jurídica da Câmara, e quando for o caso de normas regidas pelo princípio da unicidade municipal, expedidas em conjunto com a Controladoria Geral do Município, ou ainda, adotadas desta, orientações que instituirão Manual de Procedimentos Internos da Câmara de Vereadores de Itapoá.

§ 1º As instruções normativas terão força de regras que, em sendo descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

§ 2º Em todas as situações onde for constatado que não houve o completo atendimento às exigências especificadas nas instruções normativas, os documentos deverão ser intempestivamente devolvidos à origem, sob pena de responsabilização de quem deixar de fazê-lo.

Art. 18. As diversas unidades, sejam departamentos, setores ou seções que compõem a estrutura organizacional da Câmara de Vereadores, no que tange ao Controle Interno, terão as seguintes responsabilidades:

I - Exercer os controles estabelecidos nas instruções normativas afetas à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II - exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual;

III - exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Município, colocados à disposição para utilização exclusiva no exercício de suas funções;

IV - avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, firmados pela Câmara de Vereadores para uso do seu departamento ou setor;

V - comunicar ao nível hierárquico superior e à Controladoria Interna da Câmara e do Município, sobre qualquer irregularidade ou ilegalidade, no âmbito do Poder Legislativo, de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária;

VI - prestar apoio na identificação dos "pontos de controle" inerentes às atividades às quais a sua unidade está diretamente envolvida, assim como, no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

VII - exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que a sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

VIII - encaminhar à Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá, na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem a seu conhecimento mediante

denúncias ou outros meios, juntamente com indícios de provas;
IX - orientar providências para as questões relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado afetas à sua unidade;
X - prover o atendimento às solicitações de informações e de providências por parte da Controladora Interna da Câmara, inclusive quanto à obtenção e encaminhamento das respostas sobre as constatações e recomendações apresentadas por esta Controladoria Interna nos relatórios de auditoria interna bem como nas demais orientações.

Art. 19. Qualquer servidor da Câmara de Vereadores é parte legítima para denunciar a existência de irregularidades ou ilegalidades, podendo fazê-lo diretamente à Controladoria Interna da Câmara ou através do responsável pela unidade à qual está vinculado, sempre por escrito e com clara identificação do denunciante, da situação constatada e da(s) pessoa(s) ou unidade(s) envolvida(s), anexando ainda, indícios de comprovação dos fatos denunciados. Parágrafo Único - É de responsabilidade da Controladoria Interna da Câmara, com base nas provas oferecidas, bem como, com base em parecer do Procurador Jurídico da Câmara caso julgue necessário, acatar ou não a denúncia.

Art. 20. Considerando os trabalhos de auditoria interna ou de outros trabalhos ou averiguações executadas pela Controladoria Interna, ou ainda em função de denúncias que lhe forem encaminhadas, a esta caberá, alertar formalmente o Presidente da Câmara de Vereadores para que de acordo com o estabelecido nas normas adote as providências necessárias conforme cada caso, a fim de sanar os danos e repor ao erário perdas que possam ter ocorrido.

§ 1º Sempre que, em função de irregularidades ou ilegalidades, for constatada a existência de dano ao erário, caberá instauração da tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa nº13/2012, do Tribunal de Contas do Estado, o que deverá ocorrer também nas demais situações onde este procedimento for aplicável.

§ 2º Fica vedada a participação do Controlador Interno do Poder Legislativo em Comissões de âmbito administrativo da Câmara de Vereadores de Itapoá, a serem fiscalizadas por esta mesma Controladoria, bem como nas comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomadas de contas especiais.

Art. 21. A Controladoria Interna da Câmara será assessorada permanentemente pela Procuradoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal, mediante a emissão de manifestações escritas, devolvidas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 22. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 outubro 2013

OSNI OCKER

Presidente

Extrato do Contrato Administrativo N° 04/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 04/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC.

CONTRATADA: ESCUDO GARRA SERVIÇO DE MONITORAMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.591.560/0001-32, com sede na Avenida Celso ramos, na cidade de Itapoá-SC, CEP-89249-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio-Proprietário, Sr. ALESANDRO DA GRAÇA, casado, maior, capaz, portador da Cédula de Identidade nº 3.804.831 - SSP/SC, CPF nº 023858841-17, residente e domiciliado à rua Bonito lindo, nº 465, bairro Itapema do Norte, neste município, por este instrumento e na melhor forma de Direito e nos termos do art. 24, II, da Lei

8.666/93.

LICITAÇÃO: Dispensável, conforme art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. PROCESSO N° 03/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação do serviço de limpeza, higienização e conservação da nova Sede do Poder Legislativo de Itapoá, localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, bairro Itapema do Norte, cidade de Itapoá, conforme as cláusulas contratuais e os respectivos anexos do contrato.

JUSTIFICATIVA: Contrato para atender o serviço de limpeza na nova sede da Câmara Municipal de Itapoá, com a opção pela dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Foram realizadas cotações de preço com 4 (quatro) empresas do mesmo ramo de atividade profissional, com a escolha da menor cotação.

VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) o valor total.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2013 .

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura, e com término em 31/12/2013, perfazendo o período de 3 (três) meses. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 1º de outubro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente da Câmara Municipal de Itapoá

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto N° 4.423 de 15 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 4.423 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

NOMEIA CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º O Conselho de Alimentação Escolar, de que trata a Lei nº 2.266, de 16 de março de 1995, alterada pela Lei nº 2.709 de 21 de abril de 2001, será constituído pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Eliana Zardo - Titular

Daniele Galvão Rodrigues - Suplente

REPRESENTANTES DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Danusa de Britto Oliveira - Titular

Gizeli Alves de Moura - Suplente

Patrícia Pelisser - Titular

Flavia Regina Colusso - Suplente

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS

Sandra Regina Bechi - Titular

Simara Cristiani Moreira Hahmeier - Suplente

Alessio Munari - Titular

Sheila Aparecida Manentti Grando Stoffel - Suplente

REPRESENTANTE DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS

Sonia Dorini Pinto - Titular

Marcia Regina Moret Pedroso - Suplente

Bárbara Salete Biazolo - Titular

Edilaine Aparecida Zampieri Ferrandin - Suplente

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 27 de dezembro de 2013.

JOAÇABA (SC), em 15 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto N° 4.424 de 16 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 4.424 DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

CRIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANTA DE VALORES PARA FINS DE LANÇAMENTO DO ITBI, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão para elaboração de planta de valores para fins de lançamento do ITBI, que será constituída pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DO CREA

Gilson Addor De Vasconcellos

REPRESENTANTE DO CRECI

Ivan Rover

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Kênya Ferreira Xavier

Jaison Strapassolla

Ricardo Massignani

REPRESENTANTE DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Fabiano Grando Poletto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba (SC), 16 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 1491

PORTARIA N° 1.491 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDUARDO BARBOSA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 21 de outubro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1492

PORTARIA N° 1.492 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. REDUZ A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ROSILENE SALETE DA SILVA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de outubro de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1493

PORTARIA N° 1.493 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RICARDO FELIPE MASSIGNANI, Engenheiro Civil, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 21 de outubro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1494

PORTARIA N° 1.494 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GLADIR SALETE CASTAGNARO MATTEVI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 36 dias, a partir de 21 de outubro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1495

PORTARIA Nº 1.495 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JUCELEINE APARECIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 19 de março de 2012 a 18 de março de 2013 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 28 de outubro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de outubro de 2013, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1496

PORTARIA Nº 1.496 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARCELLA RUDNICK DE LIMA, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de outubro de 2013
RAFAEL LASKE

Extrato Homolog PL 101/2013 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 101/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 61/2013/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades escolares da rede municipal, incluindo-se o PRONATEC (educação de jovens e adultos), no Município de Joaçaba.

EMPRESAS VENCEDORAS:

ONSEG SERV. DE VIGILANCIA E SEG. LTDA

VALOR TOTAL R\$ 67.600,00 (pagamentos mensais de 5.280,20)
VALOR SERVIÇO DE INSTALAÇÃO R\$ 4.237,60

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 117/2013 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2013/PMJ

PL 101/2013/PMJ - PP 61/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ONSERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades escolares da rede municipal, incluindo-se o PRONATEC (educação de jovens e adultos), no Município de Joaçaba. VALOR CONTRATADO R\$ 67.600,00 (sessenta e sete mil e seiscientos reais), sendo R\$ 5.280,20 (cinco mil, duzentos e oitenta reais e vinte centavos) e SERVIÇO DE INSTALAÇÃO R\$ 4.237,60 (quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

88 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

193 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0058.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

96 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

98 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

VIGÊNCIA: vigência de 12 meses, a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 18/10/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resolução 03/2013 Eleição IMPRES

Resolução nº. 003/2013

A COMISSÃO ELEITORAL designada pela Resolução 002/2013, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º - Homologar e tornar público a nominata abaixo, dos candidatos inscritos à eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba(SC) - IMPRES, quadriênio 20013/2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Representantes dos servidores da Prefeitura de Joaçaba:

01. CLEITON SLAVIERO

02. DELCIR DOTTI

03. DERLI FRANCISCO DA SILVA
04. LUCIANO DE MATTOS
05. MARIA ELISA BEVILACQUA CAVALI
06. MARISTELA ROSA ABATI SCHULER
07. PAULO JOSE PALLA
08. SONIA APARECIDA BORCHERS

Representantes dos Servidores do SIMAE:

01. JANETE FARENZENA
02. REJANE PAGANINI
03. SILVANE MAIER
04. VALDIRENE APARECIDA DORINI

Representantes dos Servidores Inativos:

01. GUILHERMINA GLORI CAMPOS MATTEVI
02. NOELI ZAMPIRAO BORGES

CONSELHO FISCAL

Representantes Servidores Ativos

01. DIANE CARINA MATANA
02. ELIANE FERRONATO FILIPIACKI
03. ELISABET LUZ
04. GIANE MARIA MARQUEZZE LECHER
05. GRACIELA PRATTO BORDIN DA ROSA
06. IVONE ZANATA
07. JULIANA DARTORA BESBATI
08. MAURO GARCIA DE VARGAS
09. NELIA MARIA FIN
10. SANDRA APARECIDA ASCARI

Representantes dos Servidores Inativos

01. LUCI TEREZINHA DAROLD
02. MARIA ODETE BILIBIO DE CAMPOS

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC) em 22 de outubro de 2013
ÉLIO DA SILVA

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

JÚLIO CESAR BISSANI

PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN

ROBERTO MINATI



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Ata Registro Preço 11/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 1/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014**

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ALPRAZOLAN 0,5 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2600	1
2	ALPRAZOLAM 1 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4400	1
3	ALPRAZOLAN XR 2 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,8200	1
4	Amitriptilina - 25mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2700	1
5	AMITRIPTILINA 75 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5000	1
6	Bromazepam - 3mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3500	1
7	BROMAZEPAM 6 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5500	1
8	Bupropiona - 150mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,0800	1
9	Citalopram - 20mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,7500	1
10	CITALOPRAM 40 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	3,3700	1
11	CLOMIPRAMINA 25 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5300	1
12	CLONAZEPAM 0,5 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2400	1
13	Clonazepam - 2mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 2/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	SOLUÇÃO DE CLONAZEPAM 2,5MG / 1ML C/20ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	10,8000	1
15	Clozazolam 0,5 mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2600	1
16	CLOXAZOLAM 1MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3800	1
17	CLOXAZOLAM 2 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6000	1
18	Codeína 30 mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,7200	1
19	CODEINA 50 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,2300	1
20	DIAZEPAM 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2500	1
21	Diazepam - 10mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3100	1
22	DULOXETINA 30MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	3,2100	1
23	DULOXETINA 60MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	6,3000	1
24	Escitalopram 10mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,5700	1
25	ESCITALOPRAM 20MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,9600	1
26	Fluoxetina - 20mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,8100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	FLUOXETINA 40MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	1,4800	1
28	Imipramina - 25mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5000	1
29	LORAZEPAM 1MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2600	1
30	LORAZEPAM 2MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3700	1
31	NALTREXONA 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	5,5200	1
32	NORTRIPTILINA 25MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5900	1
33	NORTRIPTILINA 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,0300	1
34	NORTRIPTILINA 75MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4800	1
35	Paroxetina 20 mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4200	1
36	PAROXETINA 30MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,0500	1
37	QUETIAPINA 50 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	4,2300	1
38	Risperidona - 2mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,6100	1
39	SOLUÇÃO DE RISPERIDONA 1MG/1ML C/30ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	27,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 4/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	SERTRALINA 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,5200	1
41	SERTRALINA 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,9300	1
42	Topiramato 25 mg	CX	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5500	1
43	Topiramato 50 mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,9700	1
44	TOPIRAMATO 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,7900	1
45	Tramadol - 50mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,7900	1
46	TRAMADOL 100 MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4300	1
47	TRAMADOL GOTAS (100MG / 1ML) C/ 10ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	17,0000	1
48	TRAZODONA 25MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,4000	1
49	TRAZODONA 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6600	1
50	VENLAFAXINA 37,5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,9300	1
51	VENLAFAXINA 75 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,7100	1
52	ACETATO DE RETINOL 50.000 UI E COLALCALCIFEROL 10.000 UI C/10ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	18,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 5/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Aciclovir - 200mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,8300	1
54	ALENDRONATO DE SÓDIO - 70 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	8,7500	1
55	ALOPURINOL 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2900	1
56	ALOPURINOL 300MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6100	1
57	AMITRIPTILINA 25MG + CODEÍNA 50MG + NIMESULIDE 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	1,7600	1
58	ATENOLOL 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3500	1
59	ATENOLOL 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5400	1
60	ATORVASTATINA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,5300	1
61	ATORVASTATINA 20 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,9000	1
62	BETAISTINA 8MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5600	1
63	BETAISTINA 16MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6300	1
64	BETAISTINA 24MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,0600	1
65	Bromoprida - 10mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 6/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	BROMOPRIDA GOTAS 4MG/ML C/ 20 ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	6,8500	1
67	CAFEÍNA 30MG+CARISOPRODOL 125MG+DICLOFENACO SÓDICO 50MG+PARACETAMOL 300MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,9200	1
68	CAPTOPRIL 12,5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2100	1
70	CAPTOPRIL 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6100	1
71	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG + VIT D 400 UI	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5900	1
72	CIANOCOBALAMINA 5000 UI	AMP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2700	1
73	CICLOBENZAPRINA 10 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5400	1
74	Cinarizina - 25mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,2400	1
75	Cinarizina - 75mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5000	1
76	CLOMIPRAMINA 30MG + PROPANOL 40MG + NAPROXENO 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,7800	1
77	Clortalidona - 25mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2900	1
78	CODEÍNA 50MG + DICLOFENACO 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4600	1
79	CODEÍNA 30MG + DICLOFENACO 50MG + CICLODENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 7/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 21/10/2013

Válido até: 21/10/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	CODEÍNA 50MG + DICLOFENACO 50MG + CICLODENZAPRINA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,8600	1
81	CODEÍNA 50MG + PARACETAMOL 750MG + DICLOFENACO 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,7400	1
82	CODEÍNA 30MG + PARACETAMOL 750MG + MELOXICAM 7,5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,3000	1
83	CODEÍNA 30MG + MELOXICAM 7,5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,0400	1
84	CODEÍNA 50MG + MELOXICAM 15MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	1,8600	1
85	CODEÍNA 30MG + MELOXICAM 7,5MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,2500	1
86	CODEÍNA 50MG + MELOXICAM 15MG + CICLOBENZAPRINA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,2500	1
87	CODEÍNA 30MG + PARACETAMOL 750MG + MELOXICAM 7,5MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,5000	1
88	CODEÍNA 50MG + PARACETAMOL 750MG + MELOXICAM 15MG + CICLOBENZAPRINA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,5200	1
89	CODEÍNA 30MG + PARACETAMOL 750MG + DICLOFENACO 50MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4500	1
90	CODEÍNA 50MG + PARACETAMOL 750MG + DICLOFENACO 50MG + CICLOBENZAPRINA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,1500	1
91	Complexo B	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 8/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	DEFLAZACORTE 30MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,6000	1
93	DEXAMETASONA 4 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4200	1
94	DEXAMETASONA 4MG + DIPIRONA 500MG + VITAMINA B12 200MCG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6000	1
95	DIMETICONA 40 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2400	1
96	DIMETICONA 75MG / 1ML C/ 15ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	10,0000	1
97	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,7500	1
98	Dipirona - 500mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3200	1
99	Dipirona gotas 500 mg/ml 10 ml	FR	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	9,8500	1
100	DOMPERIDONA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4300	1
101	DAXAZOSINA 2MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5400	1
102	Doxazosina - 4mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,9300	1
103	ENALAPRIL 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2800	1
104	ENALAPRIL 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 9/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 21/10/2013

Válido até: 21/10/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	ENALAPRIL 20 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,7000	1
106	ESPIRONOLACTONA 25MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3300	1
107	FERRO 30MG + ACIDO FÓLICO 4MG + VITAMINA B12 100MCG + VITAMINA C 100MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4500	1
108	FLUCONAZOL 150MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	6,1500	1
109	FLUNARIZINA 10 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2900	1
110	FUROSEMIDE 40MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2400	1
111	GLUCOSAMINA 500MG + CONDROTINA 400MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,3800	1
112	GLUCOSAMINA 500MG + CONDROTINA 400MG + CÁLCIO 500 + VITAMINA D 400UI	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,6900	1
113	GLUCOSAMINA 1,5G + CONDROITINA 1,2G + CÁLSIO 1,5G + VITAMINA D 2000UI EM SACHÊ	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	4,3500	1
114	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,2400	1
115	Ibuprofeno - com. 600mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,5000	1
116	INDOMETACINA 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,5400	1
117	ISOFLAVONAS 80MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	1,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 10/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	ITRACONAZOL 100 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	2,6500	1
119	Loratadina - 10mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,7100	1
120	Loratadina - xarope - 1mg/ml - 100ml	FR	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	15,1000	1
121	LOSARTAN 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,8100	1
122	MELOXICAM 15 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,7600	1
123	METFORMINA 500 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3400	1
124	METFORMINA 850MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,5600	1
125	Nimesulida - 100mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	0,5000	1
126	Nimesulida - 50mg/ml - gotas - 15ml	FR	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	9,8500	1
127	Omeprazol - 20mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,8100	1
128	PANTOPRAZOL 20MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,7800	1
129	PANTOPRAZOL 40MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4700	1
130	PARACETAMOL - 500 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 11/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	Paracetamol - com. 750mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,3300	1
132	Paracetamol - gotas - 200mg/ml 15ml	FR	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	8,8500	1
133	PRAVASTATINA 20 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,6300	1
134	PREDNISOLONA SUSPENSÃO ORAL 3MG / 1ML C/ 60ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	10,7500	1
135	Prednisona - com. 20mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,5000	1
136	Prednisona - com. 5mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2400	1
137	PROPRANOLO 40MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2400	1
138	Ramipril 5 mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4900	1
139	Ranitidina - com. 150mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,0200	1
140	RANITIDINA 300MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,8500	1
141	ROSUVASTATINA 10 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,1000	1
142	Sinvastatina - 20mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4500	1
143	SINVASTATINA 40 MG	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 12/17

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 21/10/2013

Válido até: 21/10/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Sulfato Ferroso - com. 40mg	CP	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,4200	1
145	TENOXICAM 20MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,1000	1
146	TRAMADOL 50MG + MELOXICAM 7,5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,1000	1
147	TRAMADOL 50MG + MELOXICAM 15MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4200	1
148	TRAMADOL 50MG + PARACETAMOL 750MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,1000	1
149	TRAMADOL 100MG + PARACETAMOL 750MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,7200	1
150	TRAMADOL 50MG + MELOXICAM 7,5MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,3100	1
151	TRAMADOL 100MG + MELOXICAM 15MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	2,2500	1
152	TRAMADOL 100MG + PARACETAMOL 750MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,9200	1
153	TRAMADOL 100MG + PARACETAMOL 750MG + CICLOBENZAPRINA 10MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,1200	1
154	TRAMADOL 50MG + NIMESULIDE 100MG + PARACETAMOL 750MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,4100	1
155	TRAMADOL 100MG + DICLOFENACO 50MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,5700	1
156	TRAMADOL 50MG + PARACETAMOL 750MG + MELOXICAM 7,5MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	1,5600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 13/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	TRAMADOL 100MG + PARACETAMOL 750MG + MELOXICAM 15MG + CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	2,5300	1
158	TRAMADOL 100MG + CODEÍNA 30MG + CICLOBENZAPRINA 5MG + MELOXICAM 15MG + PARACETAMOL 500MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	3,0000	1
159	VITAMINA C GOTAS 200MG/ML - C/ 30ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	9,5000	1
160	VITAMINA C 500MG	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	0,2900	1
161	ÁLCOOL GEL C/ 250ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	9,9000	1
162	ÁLCOOL GEL C/ 500ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	15,7500	1
163	ÁLCOOL GEL C/ 1.000ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	25,3000	1
164	BOTA DE UNNA C/ 250G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	16,4000	1
165	CREME DE ACICLOVIR 2% C/ 10G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	8,8000	1
166	CREME DE CETOCONAZOL 2% C/ 30G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	9,8000	1
167	CREME DE DEXAMETASONA 0,1% C/ 10G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	8,9000	1
168	CREME DE DEXAMETASONA 0,1% + URÉIA 15% + TINTURA DE BENJOIM 10% C/ 60G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	15,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 14/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	CREME DE DITIAZEM 2% C/ 30G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	9,9000	1
170	CREME DE ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG/G C/ 26G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	15,7500	1
171	CREME DE ISOSSORBIDA 2% + LIDOCAÍNA 2% C/ 30G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	10,4000	1
172	CREME DE MICONAZOL 2% C/ 28G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	9,8000	1
173	CREME DE PAPAÍNA 4% + VITAMINA E 0,5% C/ 60G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	14,4500	1
174	CREME DE SALICILATO DE METILA 2% + ARNICA + CÂNFORA + MENTOL C/ 60G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	9,9000	1
175	CREME DE SULFADIAZINA DE PRATA 1% C/ 30G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	13,8000	1
176	CREME DE SULFADIAZINA DE PRATA 1% C/ 100G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	17,0000	1
177	CREME VAGINAL COM ÁCIDO BÓRICO C/ 50G + 7 APLICAÇÕES	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	14,5000	1
178	CREME VAGINAL COM MICONAZOL 2% C/ 80G + APLICADORES	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	15,9500	1
179	DICLOFENACO EMULGEM C/ 60G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	15,5000	1
180	FILTRO SOLAR FPS 30 C/ 120G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	12,5000	1
181	LIDOCAÍNA 2% GELÉIA C/ 30G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	12,8200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 15/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
182	ÓLEO HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS C/ 200ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	28,8000	1
183	POMADA DE NEOMICINA 5MG + BACITRACINA 250 UI C/ 10G	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	6,9000	1
184	SHAMPOO DE CETOCONAZOL 2% C/ 200ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	28,9000	1
185	SHAMPOO DE PIRITIONATO DE ZINCO 2% C/ 200ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIASUBSTANCIA	0	22,5000	1
186	SHAMPOO DE PIRIRIONATO DE ZINCO 2% COM ÓLEO DE MELALEUCA 5% C/ 150ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	21,4000	1
187	SOLUÇÃO DE ÁCIDO TRICLOROACÉTICO 90% C/ 10ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	15,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 16/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 21/10/2013****Válido até: 21/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
188	SOLUÇÃO DE PODOFILINA 20% C/ 10ML	UN	SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (6794)	SUBSTANCIA	0	19,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 17/17

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 21/10/2013

Válido até: 21/10/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2013

PROCESSO N° 40/2013

(6794) - SUBSTÂNCIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA

Joaçaba, 21 de Outubro de 2013.

Balancete Financeiro por Categoria Econômica**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	497.634,75	Despesa Orçamentária	1.000.802,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.703,72	Despesas exceto Intra-orçamentárias	930.137,24
RECEITA PATRIMONIAL	8.926,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	535.513,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	293.003,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339.072,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127,69	INVESTIMENTOS	55.551,04
ALIENAÇÃO DE BENS	22.673,74		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	163.200,00	Despesas Intra-orçamentárias	70.665,16
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.844,45
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.820,71
Receita Extra - Orçamentária	1.876.988,22	Despesa Extra - Orçamentária	1.125.158,61
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	723,85	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	607,10
CRÉDITOS A RECEBER	723,85	CRÉDITOS A RECEBER	607,10
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	723,85	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	607,10
DEPÓSITOS	128.187,23	DEPÓSITOS	126.121,94
CONSIGNAÇÕES	128.059,54	CONSIGNAÇÕES	126.121,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.638,91	PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.787,94
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.110,61	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.110,61
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	37.282,68	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	36.109,31
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	43.271,85	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	42.972,03
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.304,48	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.196,08
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	4.451,01	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	3.945,97
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	127,69	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	998.429,57
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	127,69	OBRIGAÇÕES A PAGAR	998.429,57
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.001.908,66	FORNECEDORES	399.436,70
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.001.908,66	PESSOAL A PAGAR	547.480,60
FORNECEDORES	399.436,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	51.398,15
PESSOAL A PAGAR	550.650,75	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	114,12
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	51.707,09		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	114,12		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	746.168,48		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	746.168,48		
REPASSE RECEBIDO	746.168,48		
Saldo anteriores	2.663.821,47	Saldo atuais	2.912.483,43
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	160.505,27	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	335.086,14	BANCO C/ MOVIMENTO	674.090,29
BANCOS C/ VINCULADAS	2.168.230,06	BANCOS C/ VINCULADAS	2.238.265,45
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	127,69
Total	5.038.444,44	Total	5.038.444,44

JOACABA , 23/10/2013

MARCOS WEISS
Ordenador da Despesa - Secretário SaúdeADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

SIMAE**Alteração Abertura Licitação PP 0041/2013 - SIMAE**

COMUNICADO AOS PROPONENTES INTERESSADOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2013

Processo Licitatório Nº 0055/2013

Protocolo Nº 2951/2013

OBJETO:

AQUISIÇÃO AERADORES A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIMAE LOCALIZADA NA CIDADE DE HERVAL DO OESTE.

ASSUNTO:

ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO.

Nova Data : 30/10/2013 as 14h00

JUSTIFICATIVA:

No dia marcado anteriormente (28/10/2013) é feriado municipal onde comemoramos o dia do Funcionário Público.

Atenciosamente

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Suspensão Temporária do Contrato JHL 0116/2011 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

SUSPENSÃO TEMPORARIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO JHL Nº 0116/2011 E SEUS ADITIVOS

Tomada de Preços 011/2011 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2011

Data: 23/10/2013

Objeto: Execução de Projeto, entrega de Estrutura e Acessórios e Montagem de Reservatório de Água Tratada Denominado RAP-023 - SUSPENSÃO DO CONTRATO ATÉ DEFINIÇÃO DO TERRENO A SER INSTALADO, conforme comunicado do setor de Engenharia e ofício da Prefeitura Municipal de Joaçaba anexados ao processo. Contratado: FELCHACK EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA
Valor do Contrato: Permanece o mesmo já aditado em maio/2013

ELISABET MARIA ZANELLA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Pedido de Licença Ambiental de Operação - SIMAE

ATENÇÃO A PUBLICAÇÃO TEM QUE SAIR CONFORME FORMATAÇÃO NO ARQUIVO ANEXO

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), inscrito no CNPJ sob o número 84.591.890/0001-43, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental de Operação para o serviço de coleta e transporte de efluentes de tanques sépticos sem tratamento, localizada na Rua Tiradentes, 123 - Bairro Centro - Município de Joaçaba/SC.

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro

88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina

Fone: 55 48 3216 1700

E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br

URL: www.fatma.sc.gov.br

José Boiteux**PREFEITURA****Processo Licitatorio 44/2013 Ampliação Cei**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2013

TOMADA DE PREÇOS OBRAS SERVIÇOS Nº 02/2013

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Tomada de Preços, no dia 08/11/2013, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL BRANCA DE NEVE MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 23 de Outubro 2013.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****Rerratificação PP 44-2013 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2013 SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE ENFERMAGEM PARA A UNIDADE DE SAÚDE DO PRO-MORAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que foram necessárias algumas alterações no Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site da Prefeitura: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 04/11/2013 às 09:00 horas, para o dia 07/11/2013 às 09:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação PP 80-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO**ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2013 PML****OBJETO:AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO NATAL DA FELICIDADE**

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- Incluir no Item 4, subitem 4.5, Da Desmontagem: impreterivelmente até o dia 15/01/2014;

- Incluir Item 27, Da Garantia: Será exigida da licitante vencedora a apresentação ao órgão Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, do comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento), do valor contratual, como validade para todo o período de vigência do Contrato, mediante a opção por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação PP 81-2013 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES****ESTADO DE SANTA CATARINA****Diretoria de Licitações e Contratos****RERRATIFICAÇÃO****ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2013 PML****OBJETO:AQUISIÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, DESMONTAGEM, ARMAZENAMENTO E LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO PARA O NATAL DA FELICIDADE**

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- Incluir no Item 4, subitem 4.5, Da Desmontagem: impreterivelmente até o dia 15/01/2014;

- Incluir Item 27, Da Garantia: Será exigida da licitante vencedora a apresentação ao órgão Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, do comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento), do valor contratual, como validade para todo o período de vigência do Contrato, mediante a opção por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato de Contrato 57/2013 - FMAS**O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:****CONTRATO 57/2013**

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com

sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - CEP: 88.512-680.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de gêneros Alimentícios para o programa VIDA NOVA, da Secretaria Municipal de Assistência Social em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 63/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 20/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais).

Lages, 16 de setembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 63/2013 - FMAS**O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:****CONTRATO 63/2013**

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242 - Lages/SC - CEP: 88.509-340.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 67/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 20/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 41.001,19 (quarenta e um mil, um real e dezenove centavos).

Lages, 21 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto N° 067/2013

DECRETO N° 067/2013.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Contadora Rosana Benedet, juntamente com o Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, autorizados a realizarem as seguintes movimentações da conta bancária do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA de CNPJ nº 19.059.863/0001-62 mantida nesta instituição financeira:

- Conta Corrente
- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- AUTORIZAR COBRANCA
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUE
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
- DDA
- Operações
- CONCEDER ABATIMENTOS
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR
- EFETUAR ACORDOS
- EMITIR DUPLICATAS
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
- ASSINAR ORCAMENTO
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

- Instrumento de Crédito
- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES
- ASSINAR INSTR DE CREDITO
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GER/SOCIOS
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto N° 068/2013

D E C R E T O N° 068/2013

SUBSTITUIR MEMBROS DO CONSELHO DA CIDADE DE LAURO MÜLLER

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 297 da Lei Municipal nº 1.549/2008 de 30 de dezembro de 2008 e Art. 8, § 2º, item I e II do Decreto nº 061 de 03 de dezembro de 2009, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 2º - Ficam substituídos os Membros Titulares dos Representantes do Poder Executivo: Murilo Bez, Fabio Leal, Sheila Cristina Araujo Vieira, Sumaia da Luz, pelos Sr.(a)s : Jorge Araujo, Eliandro Bett Giongo, Amalia Dal-bó Maccari Nascimento e Ricardo Folchini, e ficam substituídos os Membros Suplentes dos Representantes do Poder Executivo: Alexandre Righetto, Amalia Dal-bó Maccari Nascimento e Juliana Mariot pelos Sr. (a)s: Jair Madeira Fernandes, Diego Cifuentes, Suzamara Vieira, ficando assim constituídas:

I - REPRESENTANTES TITULARES DO PODER EXECUTIVO

ALAN JUNG CROSETTA
JORGE ARAUJO
ELIANDRO BETT GIONGO
AMALIA DAL-BÓ MACCARI
RICARDO FOLCHINI
GUSTAVO ALVES CAMACHO
JOSIANE GIRARDI
EDUARDO BETT
MARCOS NESI
ODIRLEI DE OLIVEIRA

II - REPRESENTANTES SUPLENTE DO PODER EXECUTIVO

JAIR MADEIRA FERNANDES
SUZAMARA VIEIRA
KARINE LOTTI CARDOSO
DIEGO CIFUENTES
EDUARDO RIGHETTO



ADRIANO ARAUJO
ITATIANE FABIANE BRANCO
ROSEMERY CANDIDO
SAMUEL MADEIRA
ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto N° 069/2013

DECRETO N° 069/2013.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA”

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - de Lauro Müller, os membros indicados pelas entidades representantes, conforme abaixo:

REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: SUZAMARA VIEIRA
SUPLENTE: JULIANA L. RAMOS BENEDET

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES:

TITULAR: ROSANE BUSS
SUPLENTE: TOMASIA EMÍLIA B. MARTINHAGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

TITULAR: ROSIMERE CÂNDIDO
SUPLENTE: BRUNA HILBERT BRIGHENT

AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

TITULAR: JULIANE RIBEIRO NESI
SUPLENTE: LUCIA LALPET

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO:

TITULAR: ALAN JUNG CROSETTA
SUPLENTE: JOSIANE GIRARDI

REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL

PASTORAL DA CRIANÇA:

TITULAR: LUZIA MADEIRA SALVADOR

SUPLENTE: CEDOLINA SERGIO MACHADO

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MULLER:

TITULAR: TEREZINHA WARMELING
SUPLENTE: SELDIRENE CAMACHO DA ROSA

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

TITULAR: ARTHUR DEMARCHI
SUPLENTE: SERGIO FIEIRA

CENTROS COMUNITÁRIOS

TITULAR: ROSILENE BARBOSA
SUPLENTE: RUTE DA SILVA ALVES

APPS DAS ESCOLAS ESTADUAIS

TITULAR: HÉLIO JOSÉ MENDONÇA
SUPLENTE: GREISI TEREZINHA COAN BEZ BATTI

LAURO MÜLLER, 22 DE OUTUBRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria N° 534/2013

PORTARIA N° 534 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARIZETE FERREIRA, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 11/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 535/2013

PORTARIA N° 535 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR VANDERLEI NAHIRNEI, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Laser, com carga horaria de 25 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 536/2013

PORTARIA N° 536 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MARINA PIRES DE MORAES ROCHA, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 537/2013

PORTARIA N° 537 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VALDEMAR DOMINGUES MULLER, para exercer o cargo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 538/2013

PORTARIA N° 538 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, VALTER THIBES PEREIRA, do cargo de Odontólogo, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 539/2013

PORTARIA N° 539 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR PAOLLA CERRY MACHADO, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 08/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 540/2013

PORTARIA N° 540 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOÃO CARLOS TOMACHESKI JUNIOR, para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 14/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 14 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 14 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 541/2013

PORTARIA N° 541 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALTAMIR LOPES, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 542/2013

PORTARIA N° 542 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, MARINA PIRES DE MORAES ROCHA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 543/2013

PORTARIA N° 543 DE 17 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR IVAN DIRSON RIBEIRO, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 544/2013

PORTARIA N° 544 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, VALQUIRIA EMILIA TIBOLA, do

cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 21 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 545/2013

PORTARIA Nº 545 DE 21 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOÃO BATISTA DE BAIRROS, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 21 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 546/2013

PORTARIA Nº 546 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JUCIELI MARTA NOGUEIRA, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/10/2013, ficando sua vaga vinculada a licença de Olinda de Souza Rizzo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 547/2013

PORTARIA Nº 547 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária OLINDA DE SOUZA RIZZO, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 22/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 548/2013

PORTARIA Nº 548 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VANESSA GOIS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 10 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 549/2013

PORTARIA N° 549 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EMILIA CAMARGO FERREIRA VIEIRA, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de outubro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de outubro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 075/2013

DECRETO N° 075, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei n° 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.546,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.546,00
Função	15	Urbanismo	4.546,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	4.546,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	4.546,00
Projeto/Atividade	2.0029	Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas	4.546,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.546,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.546,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.546,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.546,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			4.546,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.546,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.546,00
Função	15	Urbanismo	4.546,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	4.546,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	4.546,00
Projeto/Atividade	2.0029	Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas	4.546,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.546,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.546,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.546,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.546,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			4.546,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Outubro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 076/2013

DECRETO N° 076, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei n° 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	50.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	50.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	40.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	40.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	10.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportivas Cobertas para Escolas Municipais	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			50.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação da seguinte fonte de recurso.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
0.1.0019	Transferências do FUNDEB	50.000,00
TOTAL DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Outubro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Contrato PML N° 122.13

Extrato de contrato PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: ARP. PML. 122.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: SCHNEIDER E CIA LTDA ME

OBJETO: aquisição de forma parcelada de placas e medalhas destinadas para os eventos esportivos e culturais da Escola Municipal São Francisco e da Secretaria de Administração do Município de Luzerna.

VALOR: R\$ R\$ 5.820,00 (cinco mil oitocentos e vinte reais)

Luzerna(SC), 22 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARCO ANTONIO SCHNEIDER

SCHNEIDER E CIA LTDA ME

FORNECEDOR 1

Mafra

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 116/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material para premiação, Troféus e Medalhas destinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11:00hrs do dia 06/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL

Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 119/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 119/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de expediente, impressos e carimbos, destinados a suprir as necessidades das Secretarias do Município de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 25/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial N° 100/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 100/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa jurídica especializada para realização de seguro com cobertura contra terceiros e seguro total para os veículos da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde e da frota oficial da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 22/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 5.053/2013 - Modalidade Pregão Presencial
n. 043/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de empresa especializada, na locação e instalação de sistema piramidal, stands básicos, Box para praça de alimentação, pórtico de entrada e gerador de energia, para a realização da 8ª Expomercos no Município de Maravilha, tudo conforme descrito no Edital de Pregão n. 043/2013, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 08 de novembro de 2013, até às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 23 de outubro de 2013.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

Pregão FMS N° 0006/2013

Município de Marema
Pregão Presencial/FMS n. 0006/2013

A Prefeitura Municipal de Marema, através do FMS-Fundo Municipal de Saúde, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 0017/2013 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 0006/2013, para aquisição de material, moveis mobiliário, utensílios e material de expediente para uso na Unidade de Saúde. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 06/11/2013, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 06/11/2013 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 ou www.marema.sc.gov.br

Marema, 23 de outubro de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei N° 1546/2013

LEI N° 1546/2013

Autoriza o Município a receber imóvel por doação

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), com base no art. 9º da Lei Municipal nº 1286/11, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Massaranduba autorizado a receber por doação o imóvel com área a ser desmembrada de 1.174,04 m² (Um mil, cento e setenta e quatro metros e quatro decímetros quadrados), localizado em ambos os lados da Rua 007-Madre Rosa Antonina Hutnick, no bairro Guarani Mirim, no município de Massaranduba, conforme mapa anexo.

Parágrafo Único O referido imóvel está devidamente matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, sob nº 25.175, contendo uma área total de 102.248,04 m² (Cento e dois mil, duzentos e quarenta e oito metros e quatro decímetros quadrados), de propriedade da Mitra Diocesana de Joinville, conforme certidão de registro em anexo.

Art. 2º A área a ser recebida por doação pelo Município de Massaranduba será destinada única e exclusivamente para a construção da Praça dos Imigrantes, não podendo ser alienada, permutada ou destinada para outros fins.

Parágrafo Único A não observância do disposto no art. 2º da presente Lei, fará com que a área recebida por doação reverta automaticamente à doadora, inclusive as benfeitorias existentes.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de Outubro de 2013
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Navegantes

PREFEITURA

Afasta Servidora Preventivamente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3442 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

DETERMINA AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDORA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o art. 146 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I AFASTAR preventivamente a Monitora de Educação Infantil efetiva SILVIA DENISE ZIMMERMANN dos trabalhos por um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/10/2013, como medida cautelar, com a finalidade de não influir na apuração de denúncia, conforme determina o artigo 146 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Afasta Servidora Preventivamente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3443 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

DETERMINA AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDORA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o art. 146 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I AFASTAR preventivamente a Monitora de Educação Infantil efetiva SARAH STEFANE BELO dos trabalhos por um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/10/2013, como medida cautelar, com a finalidade de não influir na apuração de denúncia, conforme determina o artigo 146 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Afasta Servidora Preventivamente

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3444 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

DETERMINA AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDORA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o art. 146 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I AFASTAR preventivamente a Orientadora Escolar efetiva MARISTELA FELÍCIO MACCARINI dos trabalhos por um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/10/2013, como medida cautelar, com a finalidade de não influir na apuração de denúncia, conforme determina o artigo 146 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Processo Administrativo Disciplinar

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3441 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Gianini Grazieli Francisco - Agente de Serviços Administrativos -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível violência contra criança na Creche do Centro Educacional Profª Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Extrato Homologação Dispensa de Licitação N° 03/2013 Fmc

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO FMC N° 03/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMC N° 03/2013.

PROCESSO FMC N° 03/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 22/10/2013.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: ALDEMIR JOSÉ DOS SANTOS.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO AQUISIÇÃO DE MAQUETES DE CONSTRUÇÃO ARQUITETÔNICOS DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NA DÉCADA DE 40, CONSTITUINDO UM ACERVO DE 23 OBRAS EXCLUSIVAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.935,00 (sete mil novecentos e trinta e cinco reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 22 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Ata Registro de Preço N° 139/2013 PMN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN N° 139/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN n° 139/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN n° 139/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas listadas abaixo:

Empresa: ELTON FERREIRA MEI.

Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Vigência: 21/10/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 21 de outubro de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço N° 180/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato N°.: 180/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : MAGNUS PROJETOS CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Valor : R\$ 89.990,00 (oitenta e nove mil novecentos e noventa reais).

Vigência : Início: 23/10/2013 Término: 20/02/2014.

Licitação : Tomada de Preço n° 149/2013.

Recursos : Dotação:1.076 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DO RIO GRAVATÁ E RIO GUAPURUMA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TOMADA DE PREÇO N° 149/2013.

Navegantes, 23 de Outubro de 2013.

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto N° 127/2013

Decreto n° 127 / 2013

ABRE DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO SAMAE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei

Orçamentária n° 610/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:

Órgão: 15 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento - SAMAE

Unidade: 01 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento - SAMAE

Proj/Ativ.: 2.013 - Funcionamento e Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água - SAMAE

Elemento: (5) 4.4.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do orçamento fiscal vigente, do SAMAE, conforme identificação abaixo:

Órgão: 15 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento - SAMAE

Unidade: 01 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento - SAMAE

Proj/Ativ.: 2.013 - Funcionamento e Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água - SAMAE

Elemento: (1) 3.1.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto N° 128/2013

DECRETO N° 128 / 2013

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM 28 DE OUTUBRO, DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais pertencentes à administração direta e na Autarquia Municipal (SAMAE), no dia 28 de outubro de 2013 - segunda feira, Dia do Funcionário Público, ressalvados os serviços e atividades considerados de natureza essencial.

Parágrafo Único - Em virtude do Ponto Facultativo realizado em 15 de outubro, Dia do Professor, os Núcleos Escolares, Creches e órgãos ligados diretamente a Secretaria Municipal da Educação e Esportes, manterão horário normal de expediente.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças.

Resultado Pregão Presencial N° 070/2013

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 070/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 111/2013 - SRP 031

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial n° 070/2013, tendo por objeto: Registro de preço para a contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento, teve sua sessão realizada em 17/10/2013, com abertura iniciada às 14:30 horas e encerrada às 14:35, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 18 de outubro de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Classificação Parcial Processo Seletivo Simplificado N° 14/2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO CARGO CONFORME EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 14/2013 DE 10/10/2013.

EDITAL 14/2013

CARGO ENFERMEIRO (A) - POSTO DE SAUDE

Classificação	Nome completo
01	Ana Cláudia Alexandre Brasil
02	Priscila Barbosa Rigaud

Nova Trento, 22 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Orleans

PREFEITURA

Aviso de Licitação - N° 120.2013 Asfalto Rio Belo

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°.: 120/2013.

Edital: CONCORRÊNCIA P/OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA 120/2013

Tipo: Menor Preço/Global

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA GERAL RIO BELO NUMA EXTENSÃO DE 2.054,79 METROS, CONFORME PROJETO.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26/11/2013

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26/11/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min horas (Atendimento ao Público), pelo fone (48) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans, 22 de Outubro de 2013

PATRICIA LIBRELATO MASSUCCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N.º 005 "Determina Ponto Facultativo Na Câmara de Vereadores de Orleans Dia 25 de Outubro e 01 de Novembro de 2013".

DECRETO LEGISLATIVO N.º 005 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE ORLEANS DIA 25 DE OUTUBRO E 01 DE NOVEMBRO DE 2013".

JOÃO TEZA FRANCISCO, Presidente da Câmara de Vereadores de Orleans, no uso de suas atribuições Legais, de conformidade com o Artigo 107 - Inciso VII do Regimento Interno e:

- Considerando o Decreto Municipal n. 3.607 de 21 de Outubro do corrente ano em que o prefeito determinou ponto facultativo dias 28 de outubro e 01 de novembro de 2013;

- Considerando que dia 28 de outubro, dia do Servidor Público, regimentalmente acontece sessão ordinária neste Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica determinado Ponto Facultativo no Poder Legislativo dia 25 de outubro em virtude da comemoração do dia do Servidor Público e dia 01 de novembro véspera do Feriado de Finados.

Art. 2.º - Os serviços do Poder Legislativo ficarão suspensos nas datas definidas no art. 1º.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOÃO TEZA FRANCISCO

Presidente

DADOS PASSADOS NESTA SECRETARIA AOS VINTE E DOIS DIAS, DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

GISELE B. CANEVER

Secretária Geral

Ouro Verde

PREFEITURA

Lei N°866/2013

LEI N°. 866/2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI DA COMARCA DE ABELARDO LUZ - SC SOB N° 6.684 DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE - SC À COOPROV COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA.

Rosane Minetto Selig, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO com a empresa COOPROV COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA, inscrita no CNPJ/MF sob n° 09.555.968/0001-59, do bem imóvel com as seguintes especificações:

I - um Imóvel Urbano sob o n.º 04, da Quadra 16, do Loteamento Natalino Catapan, constante da Matrícula n.º 6.684 do C.R.I. da Comarca de Abelardo Luz - SC, 417,15 m² (quatrocentos e dezessete metros e quinze centímetros quadrados), sito no Perímetro Urbano neste Município de Ouro Verde, confrontando ao NORTE com o lote 03 em 27,81, de propriedade dos Sr. Itacir Cattapan; SUL com o lote 05 numa extensão de 13,90 e com o lote 06 numa extensão de 13,91 metros ambos de propriedade do Município de Ouro Verde, LESTE com a Rua Alzira Carneiro de Mello em 15,00 metros e ao OESTE, com parte do lote 07 em 15,00 metros de propriedade do Município de Ouro Verde.

Art. 2º. A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO será por tempo indeterminado e perdurará enquanto a empresa COOPROV COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA, inscrita no CNPJ/MF sob n° 09.555.968/0001-59, utilizar o imóvel estritamente nas suas atividades fins, quais sejam, as descritas no comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral na Receita Federal, Documento anexo a este projeto de Lei.

Parágrafo Único: Qualquer outra utilidade dado ao imóvel ensejará a retomada do mesmo para o município.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal oficializará a Concessão de Direito Real de Uso do imóvel objeto da presente Lei, à COOPROV COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA, inscrita no CNPJ/MF sob n° 09.555.968/0001-59, através de Contrato específico e transcrição.

Art. 4º. Cessada as atividades da empresa ou mudando ela de atividades as benfeitorias erigidas sobre a área ora concedida serão retomadas pelo município, juntamente com o imóvel,

independente de qualquer indenização à concessionária.

Art. 5º. A COOPROV COOPERATIVA AGRÍCOLA E PECUÁRIA se obriga a manter, no mínimo, um funcionário regular e a informar semestralmente ao município a regularidade fiscal do empreendimento sob pena de retomada do imóvel.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de outubro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0025/2013 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso por prazo determinado de software de Gestão da Assistência Social,. Sessão publica Entrega Envelopes: Até as 09h00min 06/11/2013. Obt. Informações Secre. Geral de Adm. - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 23 de outubro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Lei N° 3.897, de 22 de Outubro de 2013.

LEI N° DE 3.897, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Grupo Teatral os Bruxos da Corte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o GRUPO TEATRAL OS BRUXOS DA CORTE, inscrita no CNPJ 18.101.433/0001-17, com sede e foro na Rua 517 s/n, Bairro Pinheira - Palhoça - Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 22 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Decreto N° 1.574, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 1.574, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado abrir crédito especial no valor de R\$ 3.056.009,46 (três milhões, cinquenta e seis mil e quarenta e seis centavos), nas dotação orçamentária abaixo:

14 - SECRETARIA INFRAESTR.TRANSITO,DEF.CIVIL ENERG.

14.01 - SECRETARIA INFRAESR.TRANSITO,DEF.CIVIL ENERG.

1.073 - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 2.786.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações Diretas R\$ 2.786.000,00

2.026 - Functo e Manutenção da Sec. de Infra-Estrutura R\$ 270.009,46

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações Diretas R\$ 70.009,46

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo anterior correrá por conta do Supe-rávit Financeiros do exercício anterior fonte de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Decreto N° 1.575, de 21 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 1.575, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.

PONTO FACULTATIVO. Dia do Servidor Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e com base no art. 309, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo o dia 28 de outubro (segunda-feira) do ano em curso, em decorrência da comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público.

§ 1º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput deverá ser garantido pelos Órgãos competentes, através de escalas de serviços.

§ 2º Devido à necessidade do cumprimento do calendário escolar municipal ficam excetuada da regra prevista no caput as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3263/2013

PORTARIA N° 3263/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALDANEIA BOEING RACHADEL, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3264/2013

PORTARIA N° 3264/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DIEGO WENDHAUSEN PASSOS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3265/2013

PORTARIA N° 3265/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PATRICIA GERCI DOS SANTOS PINHEIRO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3266/2013

PORTARIA N° 3266/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para HELEN FRANCIS BRESSAN GAZOLA, titular do cargo de Nutricionista - NASF, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3267/2013

PORTARIA N° 3267/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GERALDO DO NASCIMENTO, titular do cargo de Agente de Combate a Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3268/2013

PORTARIA N° 3268/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para VALDIRENE DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3269/2013

PORTARIA N° 3269/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCOS ANTIDIO DE LIMA, titular do cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3270/2013

PORTARIA N° 3270/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CAMILA MIRIAN DA SILVA, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3271/2013

PORTARIA N° 3271/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para OSVALDIR DA SILVEIRA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3272/2013

PORTARIA N° 3272/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TIAGO JUNIOR CAETANO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3273/2013

PORTARIA N° 3273/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para KARINE KRETSCHMER, titular do cargo de Cirurgião Dentista - ESF, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3274/2013
PORTARIA N° 3274/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para CINTIA TULER DA SILVA, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3275/2013
PORTARIA N° 3275/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para NEUSA DA SILVA DE ALMEIDA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3212/2013.
PORTARIA N° 3212/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 2831 de 28 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOANA FONTES NEGROMONTE, titular do cargo de Médico Clínico Geral do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3213/2013.
PORTARIA N° 3213/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 2716 de 17 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor GUSTAVO BITENCOURT WERNER, titular do cargo de Médico Clínico Geral do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3214/2013.
PORTARIA N° 3214/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ESPINDOLA MARTINS, matrícula nº. 400199, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/05/2002 a 08/05/2007, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 08/05/2007 a 08/05/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/11/2013 à 01/02/2014.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3215/2013.

PORTARIA N°. 3215/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANGELA CORREA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital n°. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei n°. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 09/10/2013.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3216/2013.

PORTARIA N°. 3216/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLENE SCHUTZ SOUSA, matrícula n°. 200039, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/1997 a 01/09/2002, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3217/2013.

PORTARIA N°. 3217/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

R E S O L V E:

Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2°. Alterar Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
800538	Dineia Maria da Silva	R\$ 200,00
400292	Fabiana Regina Santos Ferreira	R\$ 300,00
100002	Simone Domingues	R\$ 500,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
400220	Jocelia Enedina Martins	R\$ 400,00	R\$ 700,00
500041	Luiza Helena dos Santos	R\$ 300,00	R\$ 600,00

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3218/2013.

PORTARIA N°. 3218/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SIMERE APARECIDA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital n°. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei n°. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/10/2013.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3219/2013.

PORTARIA N°. 3219/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LETICIA GONÇALVES DOS ANJOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público

Edital n°. 001/2012, homo-logado em 06/07/2012, conforme a Lei n°. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/10/2013.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3220/2013.

PORTARIA N°. 3220/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Aparecida da Luz	ASG	30	10/09/13	I – M 25-5
Andrea Maria da Silva	Professor	60	11/09/13	I – Z 54-0
Bernadete Maria Silvano Duarte	ASG	60	05/09/13	I – F 32-2
Clarice Schappo da Silva	ACS	14	11/09/13	I – Z 54-0
Cleusa Cristina Romanski	ASG	03	05/09/13	I –
Daiane Aline Faria	Professor	30	12/09/13	I – Z 54-0
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	15	09/09/13	I – Z 54-0
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	06	24/09/13	I – Z 54-0
Denise Silveira de Silveira	Assistente Administrativo	60	17/09/13	I – M 23
Dilceia Soares	ASO	30	10/09/13	I – Z 76-3
Eliane dos Santos	ASG	120	14/09/13	I – Z 54-0
Eliete Nunes	ASG	30	10/09/13	I – Z 54-0
Eraldo Roberto Moraes	Assessor	15	09/09/13	I – I 25
Everet Dirksen	Professor	10	06/09/13	I – Z 54-0
Gabriela Regina Marcelino Jesus	ASG	15	09/09/13	I – S 83-4
Graziela Marcolino Pereira	ASG	15	09/09/13	I – J 34
Guida Maria Losso	Psicóloga	07	11/09/13	I – E 89-0, II – C 18
Guida Maria Losso	Psicóloga	60	16/09/13	I – E 89-0, II – C 18
Imara Coelho	ASO	30	09/09/13	I – I 83-9, II – Z 54-0

Iris Martins Porfírio	ACD	02	02/09/13	I – J 06
João Manoel Martins	Operador de Máquinas	07	30/08/13	I – Z 54-0
Karla Cristina Coelho	Cirurgiã Dentista	07	09/09/13	I – J 40
Karoline Bounsfeld	Técnico em Enfermagem	30	03/09/13	I – F 33, II – F 60-3
Kátia Aparecida de Souza	Professor	08	06/09/13	I – S 93-4
Kátia Vieira	Merendeira	10	06/09/13	I – M 65-9
Kelly Vivian dos Santos da Silva	Professor	07	09/09/13	I – Z 76-3
Marcos Mosen	Orientador Educacional	15	09/09/13	I – M 51-1
Marisa Nautaur Ocampos	Merendeira	60	02/09/13	I – M 54-1, II – M 75-1
Marlete Vargas Portela	ASO	60	19/09/13	I – M 16, II – M 19
Medianeira de Castro	Professor	15	09/09/13	I – M 79-7, II – M 54-2, III – M 54-5
Medianeira de Castro	Professor	30	24/09/13	I – M 79-7, II – M 54-2, III – M 54-5
Neli Maria Schutz da Silva	Assistente Administrativo	45	02/09/13	I – Z 54-0
Raquel Debiazi Ferreira	ACS	10	13/09/13	I – S 83, II – S 80
Raquel Debiazi Ferreira	ACS	60	23/09/13	I – S 83, II – S 80
Regina de Oliveira Melo	Professor	21	10/09/13	I – M 75, II – M 25
Rita de Cássia Peixer de Souza	Auxiliar de Enfermagem	120	10/09/13	I – Z 54-0
Rosita Márcia Silveira	ASO	05	13/09/13	I – S 90-0
Sandra Regina Matos	Professor	30	06/09/13	I – M 25-5
Silene Isaura Wagner	Professor	100	09/09/13	I – M 16-9
Silvio Osvaldo Martins	ASO	30	13/09/13	I – Z 54-0
Tânia Albertina de M. Schaimann	Merendeira	10	11/09/13	I – F 41-0
Tânia Regina Pierri	Agente Administrativo I	30	01/09/13	I – Z 76-3
Tarsyane Zenilda da Silva	Monitora	15	05/09/13	I – E 10
Tayse Vieira de Souza	Professor	30	11/09/13	I –
Ursula Matos Martins	Professor	30	11/09/13	I – F 31
Valdirene Aparecida Meurer	Professor	45	10/09/13	I – Z 54-0

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3221/2013.

PORTARIA N°. 3221/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei n°. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VERA LUCIA SOARES MARTINS, matrícula n°. 190014, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 05.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 02/10/2013, de acordo com as folhas 18, 19.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3222/2013.

PORTARIA N°. 3222/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402030	Roberta de Brito Medeiros	Pós Graduação	15%	10/06/2013

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3223/2013.

PORTARIA N°. 3223/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS

REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
300429	Jose Elias Sumar Neto	Pós Graduação	15%	23/07/2013

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3224/2013.

PORTARIA N°. 3224/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PRÊMIO da servidora EDNA CLARICE VIEIRA FERNAN-DES, matrícula n°. 800213, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, com efeitos a contar de 16/09/2013.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3225/2013.

PORTARIA N°. 3225/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE JASPER, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3226/2013.

PORTARIA N°. 3226/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ENICE SOARES DA SILVA, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/09/2013 a 15/12/2013. A presente ad-missão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3227/2013.

PORTARIA N°. 3227/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos comporem o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), para acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos á conta do PNAE e zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas praticas higiênicas e sanitárias. Receber, analisar e re-meter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Estado, Distrito Federal e Municípios, na forma desta Medida Provisória n° 2.178-36, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 13 de outubro de 2013 e vigorará até 13 de outo-bro de 2017.

REPRESENTATES DO PODER EXECUTIVO

Ana Paula Schlemper da Silva - Titular

Rosana Maria Macario - Suplente

REPRESENTANTES DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Cristiane Hillesheim - Titular (PRESIDENTE)

Reginalda Pinto Cardoso - Suplente (SECRETÁRIA)

Dyan Carlo Pamplona - Titular

Renata Marcantonio Scaim - Suplente

REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS

Joceli Müller Carneiro - Titular

Gabrielle da Silva Costa - Suplente

Denise Machado Santiago - Titular

Osiane Odilia da Silva Sell - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL LOCAL

Laura Maria dos Santos - Titular (VICE-PRESIDENTE)

Valdete Rita - Suplente

Lisandra Mello da Silva - Titular

Silnaide Stange - Suplente

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3228/2013.

PORTARIA N°. 3228/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR EDNA DE ANDRADE ESTEVAM, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3229/2013.

PORTARIA N°. 3229/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANE CRISTINA DE JESUS, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil,

no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3230/2013.

PORTARIA N° 3230/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR REGYANE ROSELI ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3231/2013.

PORTARIA N° 3231/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSANA VALMIRA ALEXANDRE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3232/2013.

PORTARIA N° 3232/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VANDERLEIA IDIAMES BATTISTI DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3233/2013.

PORTARIA N° 3233/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LUANA ADELLE NUNES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3234/2013.

PORTARIA N° 3234/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA ODETE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3235/2013.

PORTARIA N° 3235/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VOLNETE HENRIQUE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3236/2013.

PORTARIA N° 3236/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE INACIO DE MORAIS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3237/2013.

PORTARIA N° 3237/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALCIONEIA XAVIER DA COSTA PEÇANHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/09/2013 a 14/12/2013, face ao impedimento da titular Paulo Coelho Pierri, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 01 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3238/2013.

PORTARIA N° 3238/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELA ALVES PEREIRA, de a-cordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário da Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3239/2013.

PORTARIA N° 3239/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DENIS LIBERATO DELFINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de En-sino Fundamental, disciplina Articulador, , na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/08/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3240/2013.

PORTARIA N° 3240/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ELENOR KUHNNEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/08/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3241/2013.

PORTARIA N° 3241/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ELAINE CRISTINA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de En-sino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente - Extensão.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3242/2013.

PORTARIA N° 3242/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
160202	Luciano Dalla Poza	Pós Graduação	15%	31/07/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3243/2013.

PORTARIA N°. 3243/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402069	Gustavo Oliveira dos Reis	Mestrado	20%	23/07/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3244/2013.

PORTARIA N°. 3244/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100380	Nanci Cecilia de Oliveira Veras	Mestrado	20%	31/01/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3245/2013.

PORTARIA N°. 3245/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400204	Adriana Nascimento de Souza Oltrami	Pós Graduação	15%	18/07/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3246/2013.

PORTARIA N°. 3246/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei n°. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Ana Cristina da Silva	20	35	12/09/2013 a 15/12/2013
Edson Melquior de Abreu	20	40	16/09/2013 a 15/12/2013
Emilena Palmas	15	25	19/08/2013 a 13/12/2013
Gerly da Silva Fernandes	20	40	01/08/2013 a 19/09/2013
Matildes Merencia Rodrigues da Silva	20	40	09/09/2013 a 15/12/2013
Verusca Feitoza dos Reis	20	40	20/09/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3247/2013.

PORTARIA N°. 3247/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei n°. 097 de 15 de dezembro de 2010, PATRICIA SANTOS CARLOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/10/2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3248/2013.

PORTARIA N° 3248/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEORGIA BATISTA MARTINS, matrícula n°. 500010, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/03/2007 a 16/03/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 23/10/2013 à 23/11/2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3249/2013.

PORTARIA N° 3249/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
800860	Adriana Schreiber	ASO	ANFB -I-C	ANFB -II-C	02/09/2013
400342	Daniela Aparecida Marques	Enfermeira	ANS 3A-C	ANS 3B-C	05/09/2013
400088	Gilberto Giacomini	Bioquímico	ANS 2A-D	ANS 3B-D	23/06/2013
400313	Luciana Odete Honorato	Auxiliar de Enfermagem	ANFA -I-C	ANFA -II-C	11/09/2013
500224	Marcio Osmar Tezziani	Fiscal de Obras	ANMF-I-D	ANMF -II-D	16/08/2013
400043	Maria Aparecida Lemos	Agente de Saúde Pública	ANFA -I-E	ANFA -II-E	11/09/2013
800585	Maria Laurentino Leal	ASG	ANFB -I-C	ANFB -II-C	04/09/2013
500022	Milton Luiz Espindola	Técnico em Agrimensura	ANTP-I-M	ANTP-II-M	02/09/2013

801053	Sonia Adriana Cardoso	ASO	ANFB -I-B	ANFB -II-B	10/09/2013
800858	Sonia Heinz da Silva	ASG	ANFB -I-C	ANFB -II-C	21/08/2013
400103	Sonia Maria Dizes Giacomini	Bioquímica	ANS 2A-D	ANS 2B-D	28/06/2013
200027	Valdir Batista Filho	Técnico em Contabilidade	ANT -I-F	ANT-II-F	01/09/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3250/2013.

PORTARIA N° 3250/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
200301	Vanessa Ferreira Bento	Pós Graduação	15%	25/03/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3251/2013.

PORTARIA N° 3251/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo n°. 290, da Lei n°. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
300259	Cintia Mohr	Pós Graduação	15%	31/07/2013

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3252/2013.

PORTARIA N°. 3252/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JUSSARA JULIA DA SILVA LAMIM, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Cristiane da Silva, que se encontra em Licença de Gestação.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3253/2013.

PORTARIA N°. 3253/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR PEDRO PAULO DUARTE, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Programa Sócio Educativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Elisandra F. Alves, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3254/2013.

PORTARIA N°. 3254/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA MEDEIROS DA ROSA, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Heluise M. A. de Souza, que se encontra como responsável por direção de escola.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3255/2013.

PORTARIA N°. 3255/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIELE JENIFFER BORGES, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/09/2013 a 01/10/2013, face ao impedimento da titular Simone Z. Bernardes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3256/2013.

PORTARIA N°. 3256/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMEM LUCIA VIEIRA, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó

Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/09/2013 a 06/11/2013, face ao impedimento da titular Arlete Rosa da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3257/2013.

PORTARIA N°. 3257/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MUYARA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Cirley Gonçalves Iffert, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3258/2013.

PORTARIA N°. 3258/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NATASHA LOPES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/08/2013 a 13/09/2013, face ao impedimento da titular Adriana L. Kemper, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3259/2013.

PORTARIA N°. 3259/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR KAROLINE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infan-til, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Adminis-tração Direta desta Prefeitura, no período de 30/08/2013 a 14/12/2013, face ao impedimento da titular Jandira M. Camargo, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3260/2013.

PORTARIA N°. 3260/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VERA REGINA FRANCIS-CA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Proces-so Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vó Laura, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Solange C. da Silva, que foi removida.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3261/2013.

PORTARIA N°. 3261/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SILENE DE LIMA CARVALHO SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/09/2013 a 16/09/2013, face ao impedimento da titular Dineia Odete de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3262/2013.

PORTARIA N°. 3262/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LENITA DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Maria dos Santos Silva, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 29/08/2013 a 09/09/2013, face ao impedimento da titular Laureci Filomena Coelho, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3276/2013.

PORTARIA N°. 3276/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de

dezembro de 2010, MAI-KEL REUS RICK, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3277/2013.

PORTARIA N°. 3277/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ENI APARECIDA BITTENCOURT PRATES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/09/2013 a 08/10/2013, face ao impedimento da titular Sandra C. Saibert, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 3278/2013.

PORTARIA N°. 3278/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RENATA PAULA GARCIA DE ALMEIDA JORDANI, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2013.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3279/2013.

PORTARIA N° 3279/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NAYARA MARA BATISTI, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/09/2013 a 28/09/2013, face ao impedimento da titular Galheigo J Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 3280/2013.

PORTARIA N° 3280/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SUSIMARI TEREZINHA VIEIRA, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/10/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Elaine P. S. da Rosa, que se encontra exercendo em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Pregão Presencial N° 196/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 196/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de novembro de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 196/2013, que tem por objeto a confecção de camisetas para os integrantes da Banda Municipal da Rede de Ensino Municipal. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de outubro de 2013.

A PREGOEIRA.

Resultado Pregão N° 186/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL n° 186/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 186/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais elétricos para a Secretaria de Administração, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01,02 e 06 totalizando R\$ 6.199,00 (seis mil cento e noventa e nove reais).
HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos lotes 03, 04, 07, 08, 10, 12, 13, 15, 16 e 17 totalizando R\$ 3.145,30 (três mil cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).
JMC - JUNKES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 05, 09, 11 e 18 totalizando R\$ 5.250,50 (cinco mil duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 22 de outubro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato N°26/2013 de Prestação de Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação Assessoria e Consultoria.

CONTRATO N°26/2013 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA.

A CÂMARA DE VEREADORES DE PALHOÇA, com sede na Rua Joci José Martins n° 101, na cidade de Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF sob no 75.813.675/0001-59, representado neste ato pelo Presidente, Sr. NIRDO ARTUR LUZ doravante designado como CONTRATANTE e por outro lado o CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC, doravante denominado CONTRATADO, empresa pública com sede em Florianópolis na rodovia SC-404, km 4, inscrito no CNPJ/MF sob n° 83.043.745/0001-65, neste ato representado por seu Presidente, o Senhor Plínio Bueno Neto, por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Senhor Adeldato Matos de Oliveira e por seu Diretor de Tecnologia, senhor Hamilton Georg Kurchus abaixo assinados, com base no artigo 24, incs. VII e XVI, da Lei 8.666/93, têm entre

si, justo e contratado a prestação de serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1- O objeto deste Contrato é a implantação e apoio técnico na operação e manutenção do Sistema Instantâneo de Apoio ao Controle Interno - SIACI, na CONTRATANTE compreendendo os seguintes serviços:

- Processamento e armazenamento de dados;
- Disponibilização do SIACI via Internet para acesso pela CONTRATANTE, população e interessados;
- Cópias de segurança de dados;
- Manutenção das informações relativas ao SIACI pelo período de 3 (três) meses;
- Garantia de manutenção e atualização tecnológicas;
- Outros serviços definidos de comum acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Do CONTRATADO

2.1.1. Implementar na sua infra-estrutura técnica os requisitos para o funcionamento do SIACI.

2.1.2. Manter equipe técnica para o desenvolvimento e atualização do SIACI.

2.1.3. Disponibilizar o SIACI na Internet, através de banda necessária para uso da CONTRATANTE.

2.1.4. Manter o SIACI funcionando em período de 24 horas, 7 dias da semana, respeitados os períodos necessários para atualização e cópias de segurança.

2.1.5. Disponibilizar para a CONTRATANTE o aplicativo para a remessa automática de dados da Unidade para o SIACI.

2.1.6. Disponibilizar equipe técnica para apoio na implantação do SIACI, inclusive in loco, sempre que necessário.

2.1.7. Fazer cópias de segurança dos dados enviados pela CONTRATANTE.

2.1.8. Prover e manter o sistema gerenciador de banco de dados com capacidade de processar o SIACI.

2.1.9. Prover e manter computador-servidor com capacidade de processar o SIACI.

2.1.10. Criar e liberar senhas, para a CONTRATANTE acessar o SIACI.

2.1.11. Manter as informações da CONTRATANTE relativas ao SIACI pelo período de 3 (três) meses.

2.1.12. Gerar, a cada 2 (dois) meses, duas cópias dos dados do exercício corrente armazenados no SIACI, em mídia DVD contendo todas as informações da CONTRATANTE, entregando uma para o Gestor da Unidade Principal e outra para o Controle Interno.

2.1.13. Implementar no SIACI, as modificações necessárias para adequá-lo às novas versões do formato dos dados do Sistema e-Sfinge.

2.2. Da CONTRATANTE

2.2.1. Disponibilizar as informações sobre planejamento, execução orçamentária, registros contábeis, gestão fiscal, atos jurídicos e atos relativos a pessoal com lançamento integral dos dados;

2.2.2. Manter equipe de Controle Interno definida e atuante;

2.2.3. Indicar dois responsáveis (contabilistas, agentes administrativos, digitadores) para geração e remessa dos dados para o SIACI (Banco de Dados localizado no CONTRATADO) em cada órgão (secretarias, fundos, fundações, empresas, autarquias e companhias) da CONTRATANTE;

2.2.4. Manter acesso à Internet (preferencialmente de banda larga) em todos os órgãos da CONTRATANTE;

2.2.5. As Unidades Gestoras do tipo Empresa devem associar o seu Plano de Contas ao Plano de Contas padrão do SIACI;

2.2.6. Sistemas computacionais da CONTRATANTE devem ter condições de gerar as informações diariamente segundo o formato dos dados do sistema e-SFINGE;

2.2.7. Possuir infra-estrutura computacional com capacidade para atender a todas as necessidades do SIACI;

2.2.8. Definir o Controle Interno da CONTRATANTE como único ponto de contato com a CONTRATADA para todos os assuntos relativos ao SIACI;

2.2.9. O Controle Interno executará o primeiro atendimento para solução dos problemas registrados, e poderá acionar se for o caso, o CONTRATADO no que for de sua competência;

2.2.10. Todos os registros de problemas deverão ser feitos via "Módulo Administrativo" do SIACI;

2.2.11. O Controle Interno da CONTRATANTE será responsável pelos procedimentos necessários à operacionalização do SIACI, pela cobrança do envio diário de informações dos diversos órgãos da Unidade e pelo acompanhamento, validação e veracidade dos dados enviados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTES

3.1. Será cobrado o valor de R\$ 434,70 (quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) pela manutenção do sistema a serem pagos mensalmente pela CONTRATANTE a título de manutenção.

3.1.2. O valor informado no item 3.1. poderá ser reajustado anualmente a cada um dos Aditivos de renovação contratual, conforme o IGP-M acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo ou de acordo com a determinação do Conselho de Política Financeira do Estado de Santa Catarina;

3.1.3. Nos valores estão inclusos os impostos e alíquotas incidentes, vigentes na data da assinatura do

Contrato. Eventuais alterações terão reflexo no preço.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DO CONTRATO

4.1. O presente contrato terá sua vigência até o dia 31/12/2013, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por períodos consecutivos de até 12 (doze) meses, até o limite de 60(sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, de acordo com o art. 57, Inc. II, da lei 8.666/93.

4.2. RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, na forma do art. 78, da Lei nº 8.666/93, mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 90 (noventa) dias, ou amigavelmente por proposição de qualquer das partes, ou ainda pela superveniência de disposição legal que torne este Contrato inexecutável ou impraticável ou ainda por decisão judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O presente Contrato será regido pelos dispositivos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

5.2. Dependerá de prévia autorização do CONTRATANTE a reexecução de qualquer serviço que apresente incorreções decorrentes de erro;

5.3. No caso de reexecução de qualquer serviço, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, serão faturados como se novo serviço fosse;

5.4. Incumbirão ao CONTRATANTE a responsabilidade e as despesas de publicação do presente Contrato;

5.5. As solicitações do CONTRATANTE atendidas, mesmo quando não previstas no Contrato ou nos Aditivos, serão igualmente objeto de faturamento pelo CONTRATADO;

5.6. Os treinamentos adicionais solicitados pelo CONTRATANTE, serão objeto de negociação entre as partes e posterior faturamento pelo CIASC.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente Contrato, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5%(zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor das parcelas vincendas.

- c) Advertência por escrito;
d) Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02(dois)anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitação na Administração Municipal publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.
1º - As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.
2º - No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PRERROGATIVAS DA CÂMARA

- 7.1. Neste contrato, será conferida a Câmara as prerrogativas de:
7.1.1 Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitado os direitos da contratada;
7.1.2 Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

- 8.1. Fica eleito o foro de Palhoça/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

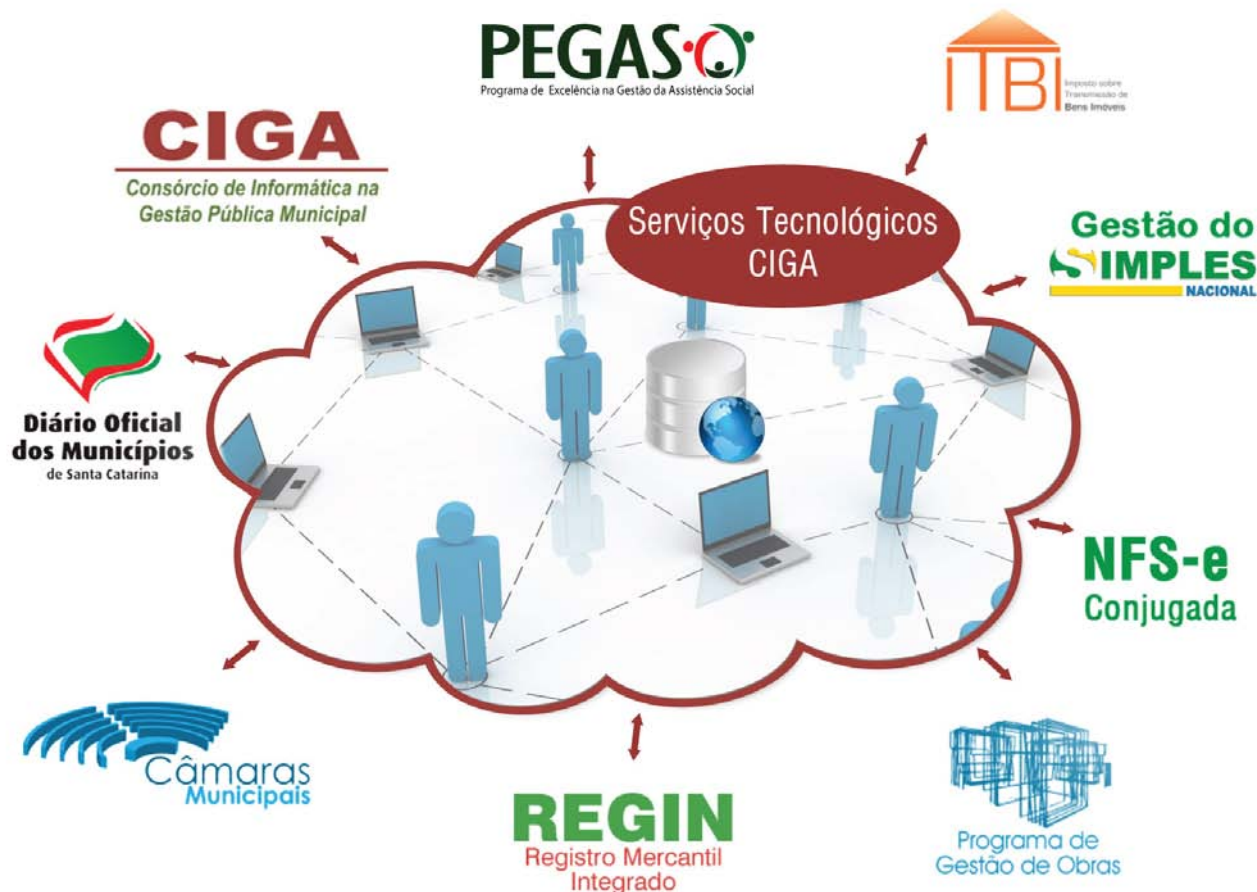
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias impressas de igual teor e forma que, lidas e achadas conforme, vão assinado pelo CONTRATANTE, pelo CONTRATADO e por testemunhas.

Palhoça, 21 de outubro de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Câmara de Vereadores de Palhoça
CONTRATANTE

ROSELI RUPP NEVES
CIASC- Gerente de Comercialização
CONTRATADO

ABELARDO MATOS FILHO
CIASC- Gestor de Relacionamento
CONTRATADO

Testemunhas:



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Palmitos

PREFEITURA

Processo 105/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 105/2013. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2013. Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS, COM O OBJETIVO DE DAR CONTINUIDADE AS ATIVIDADES DO FUNREBOM (FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR), DURANTE O ANO DE 2013. Data da entrega dos envelopes: 05/11/2013 até as 08:00 horas. Data da abertura: 05/11/2013 até às 08:30 horas. Edital disponível no site: www.blm.org.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 23 de outubro de 2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei N° 895/2013

LEI N° 895, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES A CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL COM A EMPRESA CONCRETOS REAL LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Município de Passo de Torres autorizado a celebrar contrato de comodato com a Empresa Concretos Real Ltda, inscrita no CNPJ sob o n° 13.299.258/0001-82, o imóvel descrito no parágrafo primeiro do presente artigo.

§1º. O imóvel é constituído de uma área total de 4.116,79 m², situado na Costa do Rio Mampituba, Bairro Curralinhos, no município de Passo de Torres, declarado de utilidade pública através do Decreto n° 137 de 28 de junho de 2013, sendo sua poligonal formada pelos pontos da P1, P2, P3, P4 e P5, com as seguintes confrontações:

- ao noroeste, de P1 (coordenadas 622.380,26 E; 6.758.418,72 N) à P2 (coordenadas 622.396,53 E; 6.758.448,94 N) distância de 34,32m e de P2 (coordenadas 622.396,53 E; 6.758.448,94 N) até P3 (coordenadas 622.451,38 E; 6.758.543,85 N) distância de 109,63m ambas confrontando com terras de Raul Manoel Rodrigues.

- ao nordeste, de P3 (coordenadas 622.451,38 E; 6.758.543,85 N) até P5 (coordenadas 622.474,51 E; 6.758.525,91 N) distância de 29,27m confrontando com terras de Raul Manoel Rodrigues.

- ao sudeste, de P5 (coordenadas 622.474,51 E; 6.758.525,91 N) até P4 (coordenadas 622.407,00 E; 6.758.407,22 N) distância de 136,54m confrontando com terras de Pró Laje Artefatos de Cimento Ltda ME.

- ao sudoeste, de P4 (coordenadas 622.407,00 E; 6.758.407,22 N) até P1 (coordenadas 622.380,26 E; 6.758.418,72 N) distância de 29,11m confrontando com a Rodovia SC 450.

§2º. O período do comodato será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por interesse manifesto de ambas as partes, devendo

requerer autorização prévia do Poder Legislativo.

§3º. Fica vedada a sublocação do imóvel.

§4º. Deixando a empresa beneficiada de exercer suas atividades (peças pré-moldadas de concreto), o comodato será extinto imediatamente.

Art. 2º A empresa beneficiada nesta Lei deverá zelar e conservar o bem imóvel ora posto em comodato, responsabilizando-se civil e criminalmente pela guarda e conservação do mesmo.

§1º. A empresa beneficiada deverá devolver o bem imóvel a municipalidade em plena forma de uso assim como o recebeu.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 17 de setembro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 17 de setembro de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N° 092/2013

PORTARIA N° 092, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SERGIO LUIZ FERREIRA LOUZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias ao servidor público municipal, Sérgio Luiz Ferreira Louzada no período de: 01/07/2013 à 30/10/2013 referente aos períodos aquisitivos:

2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de outubro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de outubro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria N° 093/2013

PORTARIA 093, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIO MARQUES DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Julio Marques de Souza, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Julio Marques de Souza, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 18 de outubro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de outubro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria N° 094/2013

PORTARIA 094, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FATIMA MARIA IDALENCIO MARTINS DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Fátima Maria Idalêncio Martins de oliveira, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Fátima Maria Idalêncio Martins de Oliveira, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 22 de outubro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de outubro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA**Lei N° 1584/2013**

LEI N° 1584/2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo firmar convênio e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL EBENEZER, entidade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ 85.411.098/0001-22, com sede na Rua João de Sousa, 220, Centro, Paulo Lopes/SC, objetivando o cumprimento de suas finalidades estatutárias.

Art. 2º - O Termo de Convênio fixará, entre outras obrigações, obediência ao que determina a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC.

Art. 3º - A despesa desta Lei correrá por conta de dotações no Orçamento Fiscal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Lei N° 1585/2013

LEI N° 1585/2013

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2013, abrir crédito adicional especial, da dotação abaixo, no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 5.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação da dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários:

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Integração dos Idosos R\$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferência a Instituições

Privadas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Lei N° 1582/2013

LEI N°. 1582/2013.

Altera a Lei Municipal nº. 1.221 de 10 de julho de 2007, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - A Lei Municipal n. 1.221, de 10 de julho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º - Cria-se o art. 7-A com a seguinte redação:

"Art. 7-A. O Município de Paulo Lopes poderá oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I- celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II- ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III- indicar funcionário de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estágio, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV- contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V- por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI- manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágios;

VII- enviar à instituições de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiários;

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino".

Art. 3ª - Cria-se o art. 7-B, com a seguinte redação:

"7-B. São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I- celebrar termos de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II- avaliar as instalações da parte concedente do estágios e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III- indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV- exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V- zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI- elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII- comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas".

Art. 4º - Cria-se o art. 7-C, com a seguinte redação:

"7-C. Aplica-se subsidiariamente, na omissão desta lei, os dispositivos da Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008";

Art. 5º - Derroga-se o art.8º, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º. O Município concederá bolsa de estágio, paga juntamente com a folha dos servidores, para carga semanal de 20(vinte) horas, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais)" para os níveis "superior" e "profissionalizante", e no valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para os níveis "médio" e "especial".

Art. 6º - Derroga-se o art.8º, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. Fica limitado a 30 (trinta) vagas o número de bolsas de estágio, selecionados os candidatos mediante prova escrita de conteúdo compatível com a série frequentada".

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Lei N°1583/2013

LEI N°1583/2013

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Paulo Lopes, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Paulo Lopes, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - As metas fiscais;

II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - A estrutura dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre dívida pública municipal;
 VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
 VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
 VII - As disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que conterà ainda:

I- Demonstrativo II - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2012;
 II- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;
 III- Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
 IV- Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;
 V- Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;
 VI- Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
 VII- Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;
 VIII- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
 IX- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
 X- Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
 XI- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
 XII- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;
 XIII- Demonstrativo IX - Prioridades e Metas;
 XIV- Demonstrativo X - Demonstrativo dos Riscos fiscais;
 XV- Demonstrativo XI - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
 II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
 III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
 IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
 V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
 VII - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
 VIII - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
 IX - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
 X - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º - O Orçamento dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, se for o caso, será constituída recursos da destinação "00" - Ordinários.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 - Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14 - Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas

dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de

Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas extras.

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Paulo Lopes, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2013

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Decreto N° 54/2013

DECRETO N° 54/2013

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2013, abrir crédito adicional especial, da dotação abaixo, no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 5.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação da dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários:

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 5.000,00
08.244.0028.2.024 - Integração dos Idosos R\$ 5.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferência a Instituições Privadas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Portaria N° 446/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA N° 446/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Valdelir Sartor, brasileiro, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, portador do CPF n° 725.947.219-72, matrícula n° 10587, nomeado pela portaria n° 005/2011, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de Outubro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto n° 017/2009

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 447/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA N° 447/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Orlando Lima, brasileiro, portador do CPF n° 664.629.599-91, matrícula n° 999, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, até 31/10/2013, conforme benefício n° 6037972854 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 22 de Outubro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei da Ldo N° 1.710 de 15 de Outubro de 2013.

LEI DA LDO N° 1.710 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EUZEBIO CALISTO VIECELI - Prefeito do Município de PINHEIRO PRETO- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.001, de 20 de Junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de

2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;
- XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de Junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e demais órgãos, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);
- Instituto de Prev. Dos Serv. Públicos Municipais (descentralizado);
- Sistema de Assist. Médica Hospitalar Serv. Públicos (descentralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterà:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2010 a 2012, fixada para 2013e projetada para 2014 a 2016;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2012e a projeção de desembolso para os exercícios de 2014 a 2016;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2010 a 2012;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2014;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2010 a 2012, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2014 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2014, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2014 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2014.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2014, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas

deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2014, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2014, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2014, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para

o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2013, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios

com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO (SC) em 15 de Outubro de 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Lei Nº 1.709 de 15 de Outubro de 2013.

LEI Nº 1.709 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária no Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), para atender a seguinte programação:

04 Fundo de Assistência Social

0401 Fundo de Assistência Social

0401.08 Assistência Social

0401.08.243 Assistência a Criança e ao adolescente

0401.08.243.0802 Assistência a crianças e adolescente

0401.08.243.0802.4015 Manutenção das ativ. Assist. ao menor (conselheiros)

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais):

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.22 Indústria

0202.22.661 Promoção Industrial

0202.22.661.2201 Desenvolvimento Industrial

0202.22.661.2201.3053 Promoção da Indústria e Comércio

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4590-000 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo

0206 Secretaria de Transportes e Obras

0206.15 Urbanismo

0206.15.452 Serviços Urbanos

0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Pública

0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos serviços de utilidade pública

3171-0000 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100

02 Poder Executivo

0205 Secretaria de Agricultura

0205.20 Agricultura

0205.20.601 Promoção e Produção Vegetal

0205.20.601.2001 Assistência ao produtor rural

0205.20.601.2001.3052 Aquisição de veículos, máquinas e equip. agrícolas

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 DE OUTUBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.711 de 15 de Outubro de 2013.

LEI Nº 1.711 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária no valor de R\$ 20.800,00 (Vinte mil e oitocentos reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0205 Secretaria de Agricultura

0205.20 Agricultura

0205.20.606 Extensão Rural

0205.20.606.2001 Assistência ao produtor rural

0205.20.606.2001.4051 Manutenção das atividades da agricultura

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 20.800,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 20.800,00 (Vinte mil e oitocentos reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 Poder Executivo

0205 Secretaria de Agricultura

0205.20 Agricultura

0205.20.601 Promoção e Produção Vegetal

0205.20.601.2001 Assistência ao produtor rural

0205.20.601.2001.3052 Aquisição de veículos, máquinas e equip. Agrícolas

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 20.800,00
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 DE OUTUBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Decreto N.º 2.801, de 22 de Outubro de 2013

DECRETO N.º 2.801, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - É declarado Ponto Facultativo nas repartições Públicas do Município no dia 01 de novembro de 2013, em razão do feriado municipal no dia 31 de outubro, conforme Lei Complementar n.º 2.049 de 06 de dezembro de 2009 e, em virtude do feriado nacional de 02 de novembro.

Parágrafo Único: Excetuam-se da vantagem de que trata o caput, os serviços essenciais ou inadiáveis.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, renovadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 22 de outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.802, de 22 de Outubro de 2013

DECRETO N.º 2.802, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

ABONA FALTAS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 74, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e

CONSIDERANDO, o impacto causado em decorrência das chuvas que assolaram o Vale do Itajaí entre os dias 20 e 23 de setembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abonadas, para efeitos financeiros e funcionais, eventuais faltas ao serviço registradas nos assentamentos dos servidores públicos municipais, pelos fatos ocorridos entre 20 e 23 de setembro de 2013, em decorrência das chuvas que assolaram o Vale do Itajaí, impedindo o deslocamento dos servidores aos seus locais de trabalho no Município de Pomerode.

Art. 2º. A Secretaria de Administração e Fazenda- SEAF, caberá a adoção de todas as providências ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, de 22 de outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto N.º 2796, de 30 de Setembro de 2013.

DECRETO N.º 2796, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO E DOS ITENS 1 A 5 DO ARTIGO 1º DO DECRETO N.º 2517, DE 27 DE AGOSTO DE 2010 QUE CRIA O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso III e o artigo 74, inciso I, alínea "k" da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º O Parágrafo Único e os itens 1 a 5 do artigo 1º do Decreto n.º 2517, de 27 de agosto de 2010, passam a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O Grupo Especial de Trabalho será constituído pelos seguintes membros:

1. Coordenador: Maurício Eduardo Gorigoitia Vega, matrícula n.º 6328-2, superior completo, Secretário Municipal da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade, servidor comissionado.

2. Sub-Coordenador Administrativo e Financeiro: Marco Antônio Cechinel, matrícula n.º 32732-8, superior completo, Contador da Secretaria de Administração e Fazenda, servidor efetivo.

3. Sub-Coordenador Técnico: Claus Ingomar Gruetzmacher, matrícula n.º 1049-9, superior completo, Diretor de Informática da Secretaria de Administração e Fazenda, servidor comissionado.

4. Assessor Administrativo e Financeiro: Jaime Eduardo Jensen, matrícula n.º 7342-3, superior completo, Fiscal de Posturas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade, servidor efetivo.

5. Assessor Técnico: David Herzog, matrícula n.º 21882-0, superior completo, Assistente Administrativo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade, servidor efetivo."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de setembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Edital N.º 08 de 22 de Outubro de 2013

EDITAL N.º 08 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013

PRORROGA PRAZO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2011

O Município de Pomerode torna público que fica prorrogada a validade do Concurso do Concurso Público n.º 07/2013 até 30/10/2015.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode(SC), 22 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal N° 2.093/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.093, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
ALTERA O NÍVEL E O VENCIMENTO DOS CARGOS QUE MENCIONA
E AMPLIA O NÚMERO DE VAGAS, CONFORME ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º O cargo de Auxiliar de Gabinete Odontológico, constante do quadro de servidores do Poder Público Municipal, passará ao vencimento mensal de R\$ 1.104,92 (Um mil cento e quatro reais e noventa e dois centavos) pelo período de 20 horas semanais.

Art. 2º Os cargos de Engenheiro Civil, Engenheiro Sanitarista e Engenheiro Agrônomo constantes do quadro de servidores do Poder Público Municipal, passarão ao vencimento mensal de R\$ 1.890,00 (Um mil e oitocentos e noventa reais) pelo período de 20 horas semanais.

Art. 3º Fica ampliado o número de vagas do cargo de Fisioterapeuta, constante do Anexo I da Lei Municipal nº 1.489, de 12 de janeiro de 2007, conforme abaixo especificado:

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Fisioterapeuta

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Vinte

QUANTIDADE: 04

Art. 4º Ficam alteradas as quantidades de vagas previstas no Anexo III - Cargos Efetivos do Magistério, da Lei Complementar Municipal nº 037/2011, e consequentemente o Anexo IV - Descrição dos cargos efetivos da Educação e do Magistério, conforme abaixo descrito:

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VAGAS
Professor(a) de Educação Infantil	20	EMP-III	120
Professor(a) de Inclusão	20	EMP-III	40
Professor(a) de História	20	EMP-III	10
Professor(a) de Geografia	20	EMP-III	10

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de outubro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal N° 2.094/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.094, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto

Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 1.343.150,00 (Um milhão, trezentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 35.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/2

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 03 - Secretaria de Administração

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-programática: 04.122.0003

Atividade: 2.006 - Transferências de Recursos a Amfri

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.000/17

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 04 - Secretaria de Fazenda

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Fazenda

Funcional-programática: 04.123.0003

Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000/32

Valor: R\$ 7.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transporte, obras e Serv. Públicos

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transporte, obras e Serv. Públicos

Funcional-programática: 15.452.0021

Atividade: 2.011 - Manutenção da Sec. de Transporte, obras e Serv. Públicos

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/46

Valor: R\$ 80.000,00

Órgão: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Unidade: 01 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Funcional-programática: 20.606.0024

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/58

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-programática: 10.301.0010

Projeto: 1.014 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.002/1

Valor: R\$ 25.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-programática: 10.301.0010

Atividade: 2.030 - Manutenção do Programa de Estrat. Saúde da Família-EFS

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/2

Valor: R\$ 166.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional-programática: 10.301.0010
Atividade: 2.032 - Manutenção do Programa Agente Comunitários de Saúde
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/9
Valor: R\$ 115.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional-programática: 10.302.0012
Atividade: 2.041 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/43
Valor: R\$ 85.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional-programática: 10.305.0009
Atividade: 2.044 - Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Epidemiológica
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/61
Valor: R\$ 17.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-programática: 08.244.0005
Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000/7
Valor: R\$ 5.200,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.390.00.00.00.00.0.1.000/9
Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.0014
Projeto: 1.010 - Constr. e Ampliação de Unid. Escolares do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/11
Valor: R\$ 178.950,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.0014
Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/18
Valor: R\$ 80.000,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/22
Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.0014
Atividade: 2.020 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/25
Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.0028
Atividade: 2.021 - Conservação do Patrimônio Público no Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001

/30
Valor: R\$ 85.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.365.0017
Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.2.019/38
Valor: R\$ 8.000,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/42
Valor: R\$ 75.000,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/45
Valor: R\$ 80.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.365.0028
Atividade: 2.026 - Conservação do patrimônio Público na Educação Infantil
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/47
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-programática: 23.695.0026
Atividade: 2.060 - Captação e Apoio a Eventos Geradores de Fluxo Turístico
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/21
Valor: R\$ 28.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-programática: 23.695.0026
Atividade: 2.076 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/5
Valor: R\$ 45.000,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/11
Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente
Funcional-programática: 18.541.0032
Atividade: 2.077 - Manutenção Fundação Municipal Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/1
Valor: R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/4
Valor: R\$ 3.000,00
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/8
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, no valor de R\$ 991.184,77 (Novecentos e noventa e um mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) e com recursos provenientes do excesso de arrecadação observado no exercício até a importância de R\$ 351.965,23 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos):

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade orçamentária: 02 - Gabinete do Vice-Prefeito
Funcional-programática: 04.122.0003
Atividade: 2.004 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/7
 Valor: R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/8
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 03 - Secretaria de Administração
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
 Funcional-programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.072 - Convênio Rádio Patrulha
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/30
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Funcional-programática: 15.451.0021
 Projeto: 1.002 - Construção de Abrigos de Passageiros
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/38
 Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Funcional-programática: 15.451.0021
 Projeto: 1.003 - Construção de Obras de Arte
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/39
 Valor: R\$ 46.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Funcional-programática: 15.452.0021
 Projeto: 1.004 - Pavimentação e Urbanização de Ruas
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/40
 Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Funcional-programática: 15.452.0028
 Atividade: 2.013 - Conservação do Patrimônio Público Municipal
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/52
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Funcional-programática: 15.452.0096
 Atividade: 2.014 - Ações em Situações de Emergência e calamidade Pública
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/52
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.033 - Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/18
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.034 - Capacitação dos profissionais de Saúde
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/23
 Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/31
 Valor: R\$ 300.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.038 - Conservação do Patrimônio na Área da Saúde
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/40
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.039 - Ações em Sit.de Emerg.e Calamidade Púb. na Área da Saúde
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/41
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.303.0011
 Atividade: 2.042 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/49
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Projeto: 1.009 - Aquisição de Imóvel para Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/10
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.365.0017
 Projeto: 1.013 - Construção e Ampliação de Núcleos de Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/35
 Valor: R\$ 250.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.001/12
 Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0096
 Atividade: 2.022 - Ações em Situações de Calam. Pública no Ens. Fundamental
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/31
 Valor: R\$ 4.500,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/32
 Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.365.0096
 Atividade: 2.027 - Ações em Situações de Calam. Pública no Educ. Infantil
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/48
 Valor: R\$ 4.500,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/49
 Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.366.0018
 Atividade: 2.028 - Manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/50
 Valor: R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/51
 Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.367.0019
 Atividade: 2.029 - Manutenção do Programa de Educação Especial
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/53
 Valor: R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.2.019/54
 Valor: R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/55
 Valor: R\$ 2.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.2.019/56
 Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 13 - Fundo Munic. Saneamento Ambiental
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Munic. Saneamento Ambiental
 Funcional-programática: 17.512.0023
 Atividade: 2.065 - Manutenção e Func.Fundo Munic. Saneamento Ambiental
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/6
 Valor: R\$ 50.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/9
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Projeto: 1.024 - Constr. Terminal de Passageiros Transatlânticos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/2
 Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Projeto: 1.025 - Construção de Receptivo de Apoio
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/3
 Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Projeto: 1.026 - Desapropriação de Áreas para Equipamentos

Turístico
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.5.90.00.00.00.00.0.1.000/4
 Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.056 - Sensibilização Turística
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/15
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.057 - Sistema de Informações Turísticas
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/16
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.058 - Operacionalização de Roteiros Turísticos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/17
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.062 - Revitalização de Atrativos Turísticos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/23
 Valor: R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/24
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.063 - Consórcio Intermunicipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.71.00.00.00.00.0.1.000/26
 Valor: R\$ 1.184,77

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de outubro de 2013.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal N° 2.095/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.095, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
 ALTERA A LEI N° 1.936, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador João Paulo Serpa.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

ART. 1º Altera o caput do artigo 4º da Lei nº 1936 de 19 de setembro de 2011, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º A entidade deve ser detentora de personalidade jurídica há pelo menos 01 (um) ano, anterior à data da apresentação do projeto de lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de outubro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal N° 2.096/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.096, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

cria PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E COMBATE A DISLEXIA NA REDE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

ART. 1º Fica implantado no Município de Porto Belo, o Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia da Rede Municipal de Ensino, objetivando a detecção precoce acompanhamento dos estudantes com distúrbio.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados do 1º ano ao 4º ano do Ensino Fundamental, em alunos já matriculados na rede, com o advento desta lei, e em alunos de qualquer série admitidos por transferência de outras escolas que não da rede pública.

Art. 2º O Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Municipal de Ensino deverá abranger a capacitação permanente dos educadores para que tenham condições de identificar os sinais da dislexia e de outros distúrbios nos educandos.

Art. 3º Caberá às Secretarias da Saúde e Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Municipal de Ensino, sendo obrigada a criação de equipes multidisciplinares com os profissionais necessários à perfeita execução do trabalho de prevenção e tratamento.

Parágrafo único. A equipe multidisciplinar responsável pelo diagnóstico deverá ter obrigatoriamente um (a) profissional das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Psicopedagogia.

Art. 4º O Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Municipal de ensino terá caráter preventivo e também promoverá o tratamento do educando.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de outubro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal N° 2.097/2013

LEI MUNICIPAL N° 2.097, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA A PROCEDER O TOMBAMENTO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL, O CENTRO DE MEMÓRIA PORTOBELENSE "VEREADOR MILTON JOSÉ SERPA", LOCALIZADO NA SEDE DO PODER LEGISLATIVO DE PORTO BELO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 1.801 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. De Aatoria de todos os Vereadores do Poder Legislativo Municipal.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Conselho Municipal de Cultura, a proceder

ao tombamento, por seu valor histórico, bibliográfico, documental, etnográfico e cultural, o Centro de Memória Portobelense "Vereador Milton José Serpa", localizado na sede do Poder Legislativo de Porto Belo, passando a fazer parte do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

Art. 2º O respectivo tombamento abrange todo o acervo bibliográfico e fotográfico, que fazem parte do respectivo Centro de Memória.

Parágrafo Único. Considera-se como acervo bibliográfico todos os materiais que resgatam as características culturais e históricas do Município de Porto Belo.

Art. 3º Na área tombada, quaisquer interferências, somente serão autorizadas, mediante aprovação do Conselho Municipal de Cultural, nos termos da Lei Municipal nº 1.801/2010.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de outubro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto N° 1.148, de 17 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 1.148, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

DETERMINA REGRAS PARA A CONCESSÃO E SUSPENSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica vedada a expedição de alvará de funcionamento ao contribuinte ou responsável que possuir qualquer pendência de ordem fiscal, tributária ou infringência de determinação administrativa de qualquer natureza, assim como poderão ser suspensos os alvarás já concedidos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de outubro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Decreto N° 315/2013

DECRETO N° 315, de 17 de outubro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais):

ÓRGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ÓRGÃO	CAÇÃO		

UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	4490 – 104 – Aplicações Diretas	21	26.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		26.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Operações Intraorçamentárias	16	26.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		26.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Contrato 170/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 170/2013

Partes: Município de Porto União e empresa J.S Comércio e Serviços Ltda - ME

Objeto: aquisição de material para a reforma da cobertura da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos e para a construção de 10 (dez) pontos de ônibus.

Valor total: R\$ R\$ 39.008,99 (Trinta e nove mil e oito reais e noventa e nove centavos).

Base legal: Pregão Presencial 075/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

J.S Comercio e Serviços Ltda - ME

Contratada.

Extrato de Contrato Aditivo 165/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 165/2013

Aditivo ao Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviços nº 125/2013

Partes: Município de Porto União e Lismotor Retífica de Motores - Eireli - EPP

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 4.341,75 (quatro mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 11 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 006/2013 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 008/2013 - FUNREBOM

Pregão Presencial 006/2013 - FUNREBOM

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Supermercado Dukelli Ltda.

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda. EPP

Mercado Koseira Ltda ME

Maxima Papelaria Eireli

Cleide Bahniuk Schwaab

Porto União SC, 22 de outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 075/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 108/2013

Pregão Presencial 075/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

J.S Comercio e Serviços Ltda - ME

Porto União SC, 21 de outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato da Primeira Alteração ao Contrato N° 140/2013

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO N° 140/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: CASTELLO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de materiais a serem utilizados na decoração natalina, destinados as festividades de celebração do Natal de 2013 no município de Presidente Castello Branco/SC. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da instalação da decoração natalina no município

de Pres. Castello Branco/SC, porém a utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que as atividades continuem a serem executadas, as quantidades devem ser acrescidas.

O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 67, abraçadeira plástica, nas medidas mínimas de 14,8 cm X 3,2mm.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 2.669,50 (dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais, com cinquenta centavos), para R\$ 2.737,00 (dois mil, setecentos e trinta e sete reais).

VIGÊNCIA: 22/10/2013 a 31/12/2013

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 106/2013 DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 106/2013

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em exercício, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Contratada: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

Objeto: Projeto E-Culturas: rede intercultural de intercâmbio entre estudantes latinos e europeus, para estudantes e professores da rede municipal, contrato firmado em 07 de julho de 2012.

Valor: R\$ 3.975,00 (três mil e novecentos e setenta e cinco reais) mês.

Prazo: 01 de janeiro de 2013 e término em 31 de dezembro de 2016.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XIII da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 23 de outubro de 2013
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Prefeito Municipal em exercício

Dispensa de Licitação 107/2013 DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 107/2013

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em exercício, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel para o Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, situada na área urbana desta cidade, na Rua Barão do Rio Branco, 220, Centro.

R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) nos primeiros três meses, após será de R\$ 5.000,00 (cento mil reais) mês.

Prazo: 16/10/2013 a 15/12/2016.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 23 de outubro de 2013
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Prefeito Municipal em exercício

Contrato 39/2013 FMS

CONTRATO Nº.039/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) LUIS RAPHAEL AMAZONAS FERREIRA VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Luis Raphael Amazonas Ferreira inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 119.564.657-74, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico Luis Raphael Amazonas Ferreira inscrito (a) no CPF sob nº 119.564.657-74 com registro no conselho CREMESC sob o nº. 19102, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica e/ou nos Postos de Saúde da Rede Pública do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria

Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei n°. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifique.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial n°. 2.801/98, Portaria/GM n°. 1.286, de

26/10/1993 e Portaria/MS/GM n°. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2013, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 16 de Setembro de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

LUIS RAPHAEL AMAZONAS FERREIRA

Testemunhas:

1) LUCIANE ARAUJO MATTANA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

2) DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

Contrato 40/2013 FMS

CONTRATO Nº.040/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) VALERIA PEREIRA CORBELLI VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Valeria Pereira Corbelli inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 116.784.117-44, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico Valeria Pereira Corbelli inscrito (a) no CPF sob nº 116.784.117-44 com registro no conselho CREMESC sob o nº. 19101, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica e/ou nos Postos de Saúde da Rede Pública do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência,

imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze)

meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2013, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 16 de Setembro de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

VALERIA PEREIRA CORBELLI

Testemunhas:

1) LUCIANE ARAUJO MATTANA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

2) DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 254/2013

DECRETO Nº 254/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: NEIDE SALINI

CARGO: Chefe de Divisão

NÍVEL: CC-05

CÓDIGO: 1029

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 262/2013

DECRETO N. 262 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições

municipais, exceto na Secretaria Municipal de Saúde, no dia 01 de Novembro de 2013 em decorrência do feriado municipal do dia da Reforma comemorado em 31 de Outubro.

§ Único - Todos os departamentos e secretarias municipais voltam ao atendimento normal no dia 04 de Novembro de 2013.

Art. 2º - Não haverá expediente em nenhuma repartição municipal nos dias 28 de Outubro - dia do servidor público e dia 31 de Outubro - dia da reforma luterana.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 22 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 129/2013

PORTARIA Nº 129/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Senhor Ari Barpp, matricula nº 535/5, ocupante da função de Operador de Trator de Pneu, até o dia 14/11/2013, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Assessor de Projetos

Matricula nº 136/8

Portaria 130/2013

PORTARIA Nº 130/2013

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido licença maternidade à Servidora Pública Municipal Senhora ROSANE HOFFMANN, Matrículas nº 1177/0 e 1178/9, pelo período de 120 dias a contar do dia 22 de Outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 22 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula n° 136/8

Portaria 131/2013

PORTARIA Nº 131/2013

ALTERA LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

a) Considerando a licença maternidade da professora titular do cargo iniciado em 22 de Outubro de 2013;

b) Considerando que todas as crianças têm direito de frequentar aulas;

c) Considerando a impossibilidade de outro professor já lotado suprir a carga horária necessitada;

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterada, a partir de 23 de Outubro, a carga horária da Servidora Pública Municipal Senhora RAFAELA CARLA TODESCATTO, Professor de Educação Infantil 20 horas semanais, Matricula n° 1194/0, lotada na Secretaria Municipal de Educação para o cargo de professora de Educação Física, 40 horas semanais, por prazo indeterminado, não superior a 31 de Dezembro do corrente ano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 22 de Outubro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula n° 136/8

São Bento do Sul

FUNDAÇÕES

Portaria Nº 032 de 23 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 032 DE 23 DE OUTUBRO DE 2013

"Homologa resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso 002/2013, e dá outras providências"

O Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei 3.152/2013,

Resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso n° 002/2013 que com esta se publica.

Nome do Projeto	Área do Edital 002/2013	Proponente	Total de Pontos	Orçamento Aprovado	Parecer da Comissão
APRENDENDO CAPOEIRA A ARTE BRASILEIRA	OFICINAS	ANDREI PADILHA	106	R\$ 10.864,70	Aprovado
CURSO BÁSICO DE TEATRO	OFICINAS	MILTON HURPIA DA ROCHA	96	R\$ 7.060,00	Aprovado
ÓLEO SOBRE TELA 2013	OFICINAS	MIRIAM KOLLROSS	88	R\$ 15.000,00	Aprovado
CORAL SANTO ESTANISLAU	CIRCULAÇÃO	DEBORA MUCHAU	80	R\$ 0,00	Pontuação insuficiente

Art. 2º A seleção dos projetos indicados acima como aprovados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, está condicionada ao atendimento das diligências da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de Outubro de 2013.

BRAULIO HANTSCHER

PRESIDENTE

Fundação Cultural de São Bento do sul

SAMAE

Aviso de Licitação - Pregão Nr. 47/2013

Resumido Edital de Pregão Presencial n° 47/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis n° 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 08 de NOVEMBRO de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, n° 214, propostas para:

DO OBJETO: ROTOR, SELO MECANICO E DIFUSOR PARA MOTO-BOMBA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Decreto N° 1370, de 21 de Outubro de 2013.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Habitação (CMH).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0020 de 16/04/08; pela Lei Complementar Municipal nº 0048 de 04/10/2013 e;

Considerando a alteração na representação das entidades públicas e privadas que compõe o Conselho Municipal de Habitação (CMH); Considerando a necessidade de nomeação de novos membros do conselho;

Considerando a solicitação da Secretaria de Assistência Social; Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor do Conselho Municipal de Habitação, (CMH), os seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Titular - Sandra Maria Fiorese;

b) Suplente - Cristiane Ansolin;

II - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

a) Titular - Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

b) Suplente - Wilian José Aiolfi;

III - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

a) Titular - Ari Pertile;

b) Suplente - Ageu Paulo Pereira;

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Titular - Viane Ferrarini Meoti;

b) Suplente - Luiz Carlos Dantas;

V - Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:

a) Titular - Elton Amauri dos Santos (CASAN);

b) Suplente - Cloir Anselmi (CELESC);

VI - Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:

a) Titular - Nicanor Rodrigues de Souza;

b) Suplente - Laura Terezinha Demski Rauber;

VII - Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida;

a) Titular - Sebastiana Eronita Galvão;

b) Suplente - Ariede Francisca Brunetto;

VIII - Usuários da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;

a) Titular - Maria Ivonete Lisboa;

b) Suplente - Celoni Bandeira Rodrigues;

IX - Movimentos Sindicais do Município;

a) Titular - Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais);

b) Suplente - Amantino Bacca (SINTRAF São Domingos);

X - Grupos de Mulheres Organizadas.

a) Titular - Dulce Fonseca;

b) Suplente - Matilde Áurea Lammel;

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, para o mandato imediatamente subsequente.

§ 2º Os membros do conselho não receberão qualquer remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação será presidido pelo titular do órgão público responsável pela coordenação da política municipal de habitação e auxiliado por um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, conselheiros representantes da sociedade civil, escolhidos dentre seus pares.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1150, de 26 de outubro de 2012.

São Domingos (SC), 21 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Decreto N° 1371, de 21 de Outubro de 2013.

Designa servidora pública municipal para a gestão e a coordenação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos do inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 0020 de 16/04/08 e:

Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Sandra Maria Fiorese, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, como Gestora e Coordenadora do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria N° 014, de 17 de Outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Resolução nº 001/2011, de 29/03/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretaria da Câmara de Vereadores; e

Considerando que o servidor Márcio Luiz Bigolin Grosbelli protocolou requerimento para usufruir da progressão por grau de instrução por portar certificado do curso regular de pós-graduação;

Considerando que o servidor Márcio Luiz Bigolin Grosbelli apresentou o certificado de curso regular de pós-graduação juntamente com o protocolo de requerimento bem como cumpriu os requisitos previstos em lei;

Considerando o disposto no art. 24 da Resolução nº 001/2011, especialmente na alínea "c" do § 5º, que define o percentual de 15% ao portador de certificado de conclusão do curso regular de pós-graduação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Márcio Luiz Bigolin Grosbelli, ocupante do cargo de Advogado, progressão por grau de instrução no percentual de 15% sobre o vencimento base.

Art. 2º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta das dotações constantes no Orçamento da Câmara Municipal de

Vereadores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2013.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente

Portaria N° 015, de 17 de Outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DE HORAS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Resolução nº 001/2011, de 29/03/2011, que dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Câmara de Vereadores; e:

CONSIDERANDO, o inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal que faculta a compensação de horas.

CONSIDERANDO, o Art. 60, parágrafo único da Lei Complementar nº 0045/2012, que permite a adoção do sistema de compensação de horas.

CONSIDERANDO, que as sessões ordinárias são fixadas pelo Regimento Interno da Câmara de Vereadores e que as mesmas tem início as 19h00 horas com duração previstas de até 02 (duas) horas;

CONSIDERANDO, que após as sessões, os Vereadores normalmente permanecem por mais algum tempo nas dependências da Câmara;

CONSIDERANDO, que o expediente da Câmara é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas;

CONSIDERANDO, que os servidores que prestam serviços durante o expediente da Câmara são os mesmos que prestam serviços durante e após as sessões e também quando são realizados outros eventos;

CONSIDERANDO, que a compensação das horas trará uma economia à Câmara Municipal de Vereadores maior do que o pagamento de horas extras;

CONSIDERANDO, que não haverá prejuízo ao horário público;

RESOLVE:

Art. 1º. Adotar o sistema de compensação de horas para os servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Serão consideradas horas a serem compensadas, as que ultrapassarem a jornada de trabalho dos servidores.

Art. 3º. Para o gozo das horas, os servidores deverão comunicar a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores com no mínimo 24:00 horas de antecedência.

Art. 4º. A compensação de horas deverá ser realizada num prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2013.

JOSÉ ALTAIR MARQUES

Presidente

Portaria N° 1514, de 18 de Outubro de 2013.

PORTARIA N° 1514, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
				18/10/13 a 01/11/13
Marcia Bigolin	Técnico em	17/11/10-11	15	02/11/13 a
Rosalen	Enfermagem	17/11/11-12	15	16/11/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 18 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Processo Licitatório Prefe N. 063/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 063/2013

TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 015/2013

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 11 de novembro de 2013, estará recebendo documentos referentes à habilitação e proposta dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA E TURÍSTICA RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, objeto do Contrato de Repasse n. 1.003067-01/2012/MTUR/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 18 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: SETEMBRO/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N. 087/2013 de 26/09/2013

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2013

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: Liga Xanxerense de Futebol de Salão

CPF/CNPJ: 10.635.838/0001-05

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/11/2013.

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: OUTUBRO/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N° 090 de 22/10/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 040/2012, Tomada de Preços n. 009/2012

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, do contrato PREFE n. 067, de 09 de julho de 2012

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n.28.784-b

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
CPF/CNPJ: 04.328.816/001-08
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria N° 177 de 05 de Setembro de 2013

PORTARIA N° 177 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.

“LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 87 da Lei Complementar n° 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, para a servidora ZANILDA TEREZINHA SCHEFFER MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Professora, no período de 22/08/2013 à 20/09/2013, para cuidar de sua filha Michely Scheffer Machado Cardoso, grávida, diagnosticada com sangramento uterino, deslocamento de placenta, necessitando de repouso absoluto e acompanhamento integral para realização de procedimentos para o tratamento e cuidados especiais.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 05 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 179 de 05 de Setembro de 2013.

PORTARIA N° 179 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º do art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ROMUALDO ABEL ROLDÃO ocupante do cargo de Motorista I, da seguinte forma: de 02/09/2013 a 11/09/2013 abono pecuniário, e de 12/09/2013 a 01/10/2013 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 05 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria N°. 178 de 05 de Setembro de 2013.

PORTARIA N°. 178 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.

“RETIFICAÇÃO DE NÍVEL SALARIAL”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município e Processo Administrativo n° 001/2013;

RESOLVE:

Retificar o Nível Salarial, conforme Processo Administrativo n° 001/2013, com decisão em 30/08/2013, da servidora VALDETE FRAGA MAGNUS, ocupante do cargo efetivo de Professora, Grupo ocupacional MAG, Nível 8, Amplitude de Referência C, para Amplitude de Referência G.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 05 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 058, de 21 de Outubro de 2013

CRIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CONTADOR GERAL DA ESTRUTURA BÁSICA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica criado no quadro da Secretaria Municipal de Finanças o cargo de provimento em comissão a seguir mencionado:

Nível	Cargo	Vagas
CCM-9	CONTADOR GERAL	01

Art. 2º - O cargo de provimento em comissão de Contador Geral será exercido exclusivamente por profissional devidamente habilitado e com registro no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRC/SC.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.333, de 21 de Outubro de 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PERMUTAR ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a efetuar permuta, onde transferirá uma área de terras de seu domínio, com outras áreas de terras e benfeitorias do Sr. Lourivaldo Hasckel e da Sr.ª Neli Apolonia Schappo Hasckel.

§1º - O bem que sairá do domínio público do Município para fazer parte do patrimônio das pessoas físicas supracitadas, caracteriza-se de um terreno medindo 2.007,15 m² (dois mil, sete metros e quinze centímetros quadrados), localizado no lote 12, quadra 01, do Centro Empresarial Forquilhas, Bairro Forquilhas, neste Município, registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, sob a matrícula nº. 65.792, com as seguintes dimensões e confrontações: frente, medindo 45,00 metros, estrema com a Rua Principal do Centro Empresarial Forquilhas; fundos, medindo 45,00 metros, com estrema com terras de Ciro Muller; lateral direita, medindo 44,50 metros, estrema com o lote de nº. 11, de propriedade da Prefeitura Municipal de São José; lateral esquerda, medindo 44,50 metros, estrema com o lote de nº. 13, de propriedade da Prefeitura Municipal de São José; distante 377,55 metros da esquina formada pela Rua principal do Centro Empresarial Forquilhas, com a Rua Geral de Forquilhas.

§2º - O bem que será transmitido ao domínio do Município refere-se a duas áreas localizadas em Barreiros e que totalizam 564,80 m² (quinhentos e sessenta e quatro metros e oitenta e quatro metros e oitenta centímetros quadrados), a seguir descritas: uma área de 216m² (duzentos e dezesseis metros quadrados), localizada na Rua Genoino Pereira da Silva, 79, Procasa, registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC sob a Matrícula nº. 830, com as seguintes dimensões e confrontações: frente em 10,00 metros, com a Rua "J"; fundos com 10,50 metros, com a Servidão da Elffa; lado direito em 23,20 metros, com o lote nº. 222 e lado esquerdo com 20,00 metros, com o lote nº. 224, ambos de propriedade de Província Crédito Imobiliário S/A; e a outra área de 348,80 m² (trezentos e quarenta e oito metros e oitenta centímetros quadrados) localizada na Rua Genoino Pereira da Silva, 224, Procasa, registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC sob a Matrícula nº. 08, com as seguintes dimensões e confrontações: frente com 21,80 metros, com a rua "J"; fundo em 23,00 metros, com a servidão da Elffa; lado direito em 20,00 metros, com o lote nº. 223 de Província Crédito Imobiliário S/A.

Art. 2º - O terreno objeto desta Lei, pertencente ao Município de São José/SC, é um Bem Público de Uso Dominial desvinculado de destinação específica, de modo que é passível de ser objeto da presente permuta.

Art. 3º - O Sr. Lourivaldo Hasckel e a Sr.ª Neli Apolonia Schappo Hasckel deverão entregar ao Município o bem, citados no §2º do artigo 1º, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, sob pena de reversão da permuta.

Art. 4º - Os permutadores ficam obrigados, como critério para manutenção da presente permuta, a utilizar-se do local, respeitando as condições impostas pelo Plano Diretor daquela área, além de cumprir com os demais requisitos:

I - instalar, construir, manter e exercer as atividades da Empresa Lourivaldo Hasckel ME - Comércio de Papel Alemão;

II - estar sempre em dia com os tributos municipais, quando cabíveis, bem como os demais encargos;

III - atender as diretrizes do Centro Empresarial Forquilhas, Lei nº. 3.654/2001 de 23/05/2001 e suas alterações.

Art. 5º - Os imóveis dos permutadores passarão a integrar o patrimônio do Município de São José, sendo destinado preferencialmente a Construção do Centro de Educação Infantil.

Art.6º - Todas as despesas decorrentes da outorga da Escritura Pública Definitiva entre outros tributos e encargos correrão por despesa e conta exclusiva de cada Permutante do imóvel a si correspondente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.334, de 21 de Outubro de 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RA RACING KART AMADOR - RA RACING.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RA RACING KART AMADOR - RA RACING", com endereço na Rua Ambrosio da Silva, nº. 1432, no Bairro Ipiranga, Sala 02, CEP 88111-550, e inscrita no CNPJ sob nº. 15.721.536/0001-73.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.335, de 21 de Outubro de 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE LUTAS MARCIAIS E MMA".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE LUTAS MARCIAIS E MMA", com endereço na Rua Manoel Loureiro, 911, Bairro Barreiros - São José - SC - CEP 88117-330 e inscrita no CNPJ sob o nº. 15.067.845/0001-71.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.336, de 21 de Outubro de 2013

INSERE O PROGRAMA DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE ENTRE OS SERVIDORES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica criado no Município de São José o Programa de Incentivo à Doação de Sangue entre os Servidores Municipais, observando-se os critérios estabelecidos pela Portaria n.º 1.353

de 13/06/2011 do Ministério da Saúde, que estabelece as idades mínimas de dezesseis (16) e máximas de sessenta e sete (67) anos para o doador, além de demais critérios.

§ 1.º - Após devidamente comprovada a doação, o Servidor receberá dispensa do ponto, no dia da doação de sangue, sem o prejuízo do salário, em cada doze (12) meses de trabalho contínuo.

§ 2.º - A Unidade Receptora da doação do sangue expedirá comprovante da doação que deverá ser apresentado no Setor de Pessoal do Executivo Municipal, ou da Câmara Municipal de São José, na data de seu retorno ao trabalho.

Art. 2.º - Os serviços públicos, para não sofrerem solução de continuidade, ficam restritos ao incentivo que trata o mesmo ao percentual de dez por cento (10%) ao dia dos Servidores de cada Órgão Municipal para a doação.

Art. 3.º - Fica o Poder Executivo com a responsabilidade de estabelecer campanhas de estímulo à doação de sangue no âmbito das Unidades que lhe são subordinadas.

Art. 4.º - Entre as inaptidões para a doação de sangue, ficam definitivamente excluídas as pessoas que se enquadrem em uma das situações abaixo, conforme especifica a Portaria/MS n.º 1353 de 13/06/2011:

- a) Tenham recebidos hormônio de crescimento ou outros medicamentos de origem hipofisária;
- b) Tenham recebido transplante de córnea ou implante de material biológico à base de dura-máter;
- c) Tenham história familiar de Encefalopatia Espongiforme Humana (doença de Creutzfeldt-Jacob - mal da vaca louca);
- d) Tenham permanecido no Reino Unido por mais de seis meses, consecutivos ou intermitentes, de forma cumulativa, de 1.º de janeiro de 1980 a 31 de dezembro de 1996 ou por 10 (dez) ou mais anos consecutivos ou intermitentes, de forma cumulativa, em Portugal, França e República da Irlanda desde 1980.

Art. 5.º - O Poder Executivo Municipal expedirá normas regulamentando, no que couber, a presente Lei, após sua publicação no prazo de sessenta (60) dias.

Art. 6.º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.337, de 21 de Outubro de 2013

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS OU CARTAZES NOS HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INFORMAÇÃO SOBRE O DIREITO DOS IDOSOS DE SEREM ACOMPANHADOS EM CASO DE INTERNAÇÃO OU OBSERVAÇÃO CLÍNICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º - Nos termos desta Lei, os Hospitais e ou Clínicas da rede pública ou privadas sediadas no Município de São José, se obrigam a afixarem em locais visíveis cartazes ou placas com dizeres: Ao idoso internado ou em observação clínica lhe é assegurado o direito a acompanhamento, em conformidade ao Artigo 16 da Lei 10.741 de 01/10/2003 - Estatuto do Idoso.

Parágrafo Único - As organizações hospitalares que deixarem de cumprir as determinações desta Lei, aplicam-se as cominações que couberem nos Artigos 50, 55 e 56 do Estatuto do Idoso.

Art. 2.º - Às instituições que forem impostas penalidades, lhe são asseguradas a ampla defesa e o contraditório, devendo a aplicação da pena somente após a comprovação do descumprimento da determinação no caput, e apuração em processo administrativo.

Art. 3.º - As despesas decorrentes para a execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4.º - O Executivo Municipal complementarà a presente Lei com a regulamentação, no prazo de noventa (90) dias, após sua publicação.

Art. 5.º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.339, de 21 de Outubro de 2013

CRIA GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam acrescidos aos quantitativos do art. 1º da Lei Ordinária nº. 4.997, de 16 de agosto de 2010, as seguintes funções gratificadas de confiança:

- I - 02 (duas) de Pregoeiro, código FG-P, perfazendo 07 (sete) no total;
- II - 03 (três) de membro da Comissão Permanente de Licitação, Código FG-MCL, perfazendo 06 (seis) no total;
- III - 02 (duas) de Membro de Equipe de Apoio ao Pregão, Código FG-EAP, perfazendo 07 (sete) no total; e
- IV - 03 (três) de Membro da Comissão de Cadastro, Código FG-MCC, perfazendo 06 (seis) no total.

Art. 2º - O §2º do art. 1º da Lei Ordinária nº. 4.997, de 16 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º -

§2º - Os servidores municipais referidos no parágrafo anterior serão preferencialmente ocupantes de cargos de provimento efetivo, mantendo-se a proporção mínima de 2/3 (dois terços), estabelecida na Lei Federal nº. 8.666/93 (NR)."

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta do Orçamento da Secretaria Municipal de Administração, podendo ser suplementado, caso haja necessidade.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.340, de 21 de Outubro de 2013

DENOMINA DE RUA GARDÊNIA, A RUA "T", DO LOTEAMENTO SAN MARINO, NO BAIRRO FORQUILHAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Rua GARDÊNIA, a Rua "T", do Loteamento San Marino, em Forquilhas, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.341, de 21 de Outubro de 2013

DENOMINA DE RUA JOSÉ BENEDITO PETRY, VIA PÚBLICA NO SERTÃO DO MARUIM.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Rua JOSÉ BENEDITO PETRY, a quinta via à direita a partir da Avenida Celso Joaquim da Silva, em frente ao Campus da UNIVALI, no Sertão do Maruim, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.342, de 21 de Outubro de 2013

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE BEM PÚBLICO, ATRAVÉS DE AUTORIZAÇÃO DE USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Município de São José, por meio da Chefe do Poder Executivo, autorizado a ceder por autorização de uso, com o prazo de 18 (dezoito) meses contados a partir a assinatura do respectivo Termo de Autorização, à FGS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05, com sede na Rua Francisco Jacinto de Melo, s/n, no Bairro Serraria, neste Município, o uso do seguinte imóvel:

- Um terreno constituído pelo lote nº 161, com a área de 495,00 m2 (quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados), sito em Areias, Distrito de Barreiros, contendo as seguintes dimensões e confrontações: 16,50 metros de frente com a Rua "C"; fundos mede 16,50 metros com o lote nº 162; laterais, de um lado mede 30,00 metros com o lote nº 159, e de outro lado mede 30,00 metros com terras da firma Grammy Administradora de Imóveis Ltda.; com inscrição cadastral imobiliária fiscal deste Município sob o n.º 02.03.089.0347.001.0.000. Este Imóvel encontra-se Matriculado sob o n.º 21.797, do Livro n.º 2-DN, às fls. 0037, do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º - O referido imóvel pertence ao patrimônio do Município de São José é um bem desvinculado de destinação específica, de modo que é possível de ser objeto da presente autorização de uso, dispensada a licitação, nos termos do art. 5º, parágrafo 1º, da Lei Orgânica do Município de São José.

Art. 3º - A autorizatária fica obrigada, como critério para manutenção da presente autorização de uso, a utilizar-se do local como canteiro de obras e se obriga a cumprir com os demais requisitos:

I - Que a autorizatária, por sua conta e risco, realize a limpeza de todo ambiente público onde se localiza o espaço cedido;

II - Que a autorizatária mantenha a ordem e a segurança do ambiente em que está inserido, tendo como dever o chamamento da força pública estadual sempre que necessário ao cumprimento desta obrigação;

III - Estar sempre em dia com os tributos municipais;

IV - Estar sempre em dia com os encargos trabalhistas, bem como

com o pagamento do consumo de energia elétrica e água do seu estabelecimento;

V - Zelar pela inoccorrência de perturbação ao sossego público no seu estabelecimento, assim como entorno dele.

Art. 4º - Fica vedada a transferência, a qualquer título, da autorização de que trata esta Lei e a exploração remunerada do aludido bem público pela autorizatária.

Art. 5º - Ao final da vigência da autorização de uso, a autorizatária deverá restituir o imóvel com a construção de um galpão com medidas de 6 x 8 metros em alvenaria com piso cimentado revestido com lâminas em madeira e altura mínima de 3,50 metros.

Parágrafo único. A autorizatária deverá arcar com todos os ônus trabalhistas e previdenciários que incidirem sobre a construção de que trata o caput deste artigo.

Art. 6º - O descumprimento de qualquer dos preceitos previstos nesta Lei acarretará a revogação de referida autorização de uso, retornando a posse do imóvel ao Município de São José, sem direito a qualquer indenização à autorizatária.

Art. 7º - A cedência será formalizada através de Termo de Autorização de Uso elaborado pelo Município e assinado pelas partes, contendo todas as características do bem, tempo de vigência e outras condições específicas a critério do cedente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.343, de 21 de Outubro de 2013

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ O DIA DO CELÍACO, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 27 DE SETEMBRO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de São José, o DIA DO CELÍACO, a ser comemorado anualmente no dia 27 DE SETEMBRO.

Art. 2º - O DIA DO CELIACO de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial do Município.

Art. 3º - O DIA DO CELÍACO tem como objetivo:

I - Esclarecer a sociedade Josefense sobre a Doença Celíaca alertando para a necessidade da dieta permanente isenta de glúten;

II - Manter os celíacos informados quanto às pesquisas realizadas e progressos sobre a Doença Celíaca;

III - Promover a organização de seminários e treinamentos com vistas à capacitação dos profissionais da área da saúde pública, em todo o Município, sob a coordenação da Estratégia da Saúde da Família.

Art. 4º - O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, promoverá atividades como palestras, cursos, atividades médicas, exames laboratoriais para a promoção do DIA DO CELÍACO.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.574/2013

DECRETO N° 1.574/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital n° 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal n° 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Cristiane Silva Gaspar	Auxiliar de Ensino	08/10/2013	20 horas
Graziella Carolina de Campos	Auxiliar de Ensino	08/10/2013	30 horas
João Maria da Costa	Professor-H	08/10/2013	40 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 08/10/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.575/2013

DECRETO N° 1.575/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital n° 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal n° 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Marlene de Lourdes Thomas Herzl	Professor-H	14/10/2013	21 horas aulas
Sandro Luis de Oliveira	Professor-H	14/10/2013	20 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 14/10/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.576/2013

DECRETO N° 1.576/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital n° 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal n° 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Edileuza Alves Lima dos Santos	Professor-H	16/10/2013	29 horas aulas
Maria Aparecida Manoel Rodriguês	Auxiliar de Ensino	16/10/2013	20 horas
Neide Catarina Monzon de Lourenço	Professor-H	16/10/2013	15 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 16/10/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.577/2013

DECRETO N° 1.577/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Fábio Bento dos Santos	Professor-H	17/10/2013
José Antônio dos Santos	Professor-H	10/11/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.578/2013

DECRETO N° 1.578/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança n° 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e,

De acordo com o Termo de Ajuste de Conduta n° 368/2007 firmado pelo Município de São José e o Ministério Público (MPU/MPT/PRT da 12ª Região);

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Andreza Ferreira	Auxiliar de Ensino	30/10/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.579/2013

DECRETO N° 1.579/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo administrativo n° 18016/2013 datado de 02/10/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a seguinte servidora admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Luciana do Prado	Professor-H	01/10/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.580/2013

DECRETO N° 1.580/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo administrativo n° 18354/2013 datado de 08/10/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o seguinte servidor admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Valmir Ari Brito	Professor-H	01/10/2013

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto N° 1.582/2013

DECRETO N° 1582/2013

NOMEIA A COMISSÃO PARA JULGAMENTO DA TÉCNICA REFERENTE AO PROCESSO 153/2013.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão para julgamento da Técnica referente ao Processo N.º 153/2013 que se refere a contratação de empresa especializada na administração de rede lógica da Prefeitura Municipal de São José, composta pelos seguintes servidores:

- Ricardo Ramos - Matrícula 33.214 - Presidente;
- Jéferson Damião de Castilhos - Matrícula 33.120 - Membro;
- Jaison Niehues - Matrícula 33.0066 - Membro;
- Pedro Roberto da Rocha - Matrícula 34.916 - Membro;
- Gilberto Laus Fernandes - Matrícula 34.731 - Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.593/2013

DECRETO N° 1593/2013

Dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo MUNICIPAL, pelo deslocamento temporário da SEDE DO MUNICÍPIO estabelece outras providências.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, observando o estabelecido na Lei n.º 4.421/06 modificada pela Lei n.º 5.338/2013:

DECRETA:

Art. 1º - O servidor da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, bem como o agente político, que se deslocar temporariamente da sede do Município, a serviço ou para participar de evento de interesse da Administração Pública, desde que prévia e formalmente autorizado pelo ordenador de despesas, ou por quem detenha delegação de competência, fará jus à percepção de diárias segundo as disposições deste Decreto.

Art. 2º - Ficam fixados os valores das diárias, em observância aos grupos de cargos, empregos e funções, do seguinte modo:

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO	NO ESTADO	FORA DO ESTADO	NO EXTERIOR
PREFEITA MUNICIPAL	R\$ 500,00	R\$ 600,00	US\$ 600,00
VICE-PREFEITO	R\$ 500,00	R\$ 600,00	US\$ 600,00
SECRETÁRIO MUNICIPAL	R\$ 400,00	R\$ 500,00	US\$ 600,00
SERVIDOR	R\$ 250,00	R\$ 400,00	US\$ 450,00

Art. 3º - O valor da diária para viagens ao exterior, fixado em dólar dos Estados Unidos, será pago em reais, calculado com base na cotação do dólar turismo do dia anterior ao pagamento da diária. Parágrafo único. Nos países onde a moeda corrente tenha cotação superior a do dólar, o valor da diária será calculado com base na cotação da moeda do destino, mantido o mesmo quantitativo previsto para o dólar no art. 2º deste Decreto.

Art. 4º - Os valores das diárias para deslocamentos as capitais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Capital Federal, serão acrescidos de 25% sobre o valor disposto no art. 2º deste decreto.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2013
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.594/2013

DECRETO N° 1594/2013
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, MARCIA DA SILVA, ocupante do cargo de Direção I de CEM - CCM 4, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.595/2013

DECRETO N° 1595/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, ALINE SCATOLIN para o cargo em

comissão de Direção I de CEM - CCM 4, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.596/2013

DECRETO N° 1596/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, NERI LAURO DUARTE, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.597/2013

DECRETO N° 1597/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, MARCIA DA SILVA, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.598/2013

DECRETO N° 1598/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, ARLETE PRAZERES, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de outubro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N° 1.599/2013

DECRETO N° 1599/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, ELISANGELA DOS SANTOS PEREIRA, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Resultado de Habilitação - Tomada de Preços N° 010/2013

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 010/2013 - Processo nº 256/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Saúde no bairro Potecas, através da Secretaria Municipal de Saúde. EMPRESAS HABILITADAS: Construtora De Angelo Ltda. EPP; Wokys Construções Ltda.; Gefisa Construtora e Incorporadora Ltda. EPP; De Faria Construções Ltda.; WAR Construtora e Incorporadora Ltda.; Centaurus Construções e Serviços Ltda.; Mundial Serviços Ltda. EPP; e Vinicius Goedert - ME. EMPRESA INABILITADA: Abrix Construções Ltda. ME. A abertura das propostas de preços ocorrerá dia 01 de novembro de 2013, às 14h e 30min no Centro Administrativo da PMSJ. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT,
Presidente/CPL.

CÂMARA MUNICIPAL

Ata da Sessasessão Extraordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.

ATA DA SEXTASESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB
Secretário : Meri Terezinha de Melo Hang - PSD

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular e secretaria do Vereador Neri Osvaldo do Amaral - PMDB. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente esclareceu que a presente Sessão estava sendo realizada sem ônus para a municipalidade e unicamente para Segunda Votação do Projeto de Lei, Lei n.º- 129/2011, da Prefeita Municipal, que autoriza a chefe do poder executivo municipal a permutar áreas de terra pertencentes ao Município. Posto em discussão manifestou-se pela ordem o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, que solicitou, atendendo ao foi discutido dom alguns vereadores, solicitou a retirada de pauta do projeto, para que seja feito uma emenda ao Artigo 4º do referido Projeto de Lei, estabelecendo a obrigatoriedade

de a empresa instalar sua sede no terreno permutado. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente encerrou em nome de Deus a Presente Sessão, convocando a todos para uma próxima, Ordinária, quarta feira, em horário regimental.

São José (SC), 9 de setembro de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

GERALDO SWIECH
Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
1º Secretário

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Segundo Secretário

Ata da Sexsagésima Oitava Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina

ATA DA SEXSAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB
1º Secretário Ad Hoc : Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente convidou o Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB e Moacir da Silva - PMDB, para ocuparem Ad Hoc, a Primeira e Segunda Secretarias. A seguir o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos por cinco minutos para verificação do expediente da presente sessão. Decorrido o prazo suspensivo, foram reabertos os trabalhos colocado em deliberação a leitura da ata da presente sessão, na próxima sessão ordinária, o que foi acatado. Continuando o Senhor Presidente explicou que tendo em vista constar da pauta a votação das contas do Prefeito Fernando Melquíades Elias, o Expediente terá apenas trinta minutos. Dando continuidade o Senhor Primeiro Secretário proferiu a leitura da relação das Matérias da presente Sessão e a seguir foi declarada live a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Wallace Avanir de Souza - PDT, que comentou indicação de sua autoria, que sugeriu ao Executivo que estude a possibilidade de adotar um Sistema Acolhimento nos postos de saúde, semelhante ao praticado no município de Biguaçu. Continuando o orador explicou o sistema que evita as filas nos postos de saúde, onde a enfermeira chefe da unidade atende ao paciente e marca a consulta, conforme a urgência do caso. Disse que este sistema acabou com as filas nas madrugada e os pacientes chegam ao posto a partir das sete horas, e já tem definido quando serão atendidas. Em aparte o Vereador Fernando Anselmo Pereira disse que a ideia é muito boa e registrou que o Município de Biguaçu teve um grande avanço na área da saúde nesta gestão. Retomando a palavra o Vereador Wallace comentou que ouviu notícias de que o posto de atendimento de Areias será fechado até o dia quinze de novembro. Disse que isto é uma injustiça pois muitos moradores que precisam de atendimento não tem condições de pagar pelo deslocamento a outra unidade. Registrou que o Posto atende a aproximadamente sessenta pessoas por dia e que a Prefeitura precisa estudar melhor o caso. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, inicialmente disse não ser verdade que a Prefeitura zerou as filas nos postos de saúde e mostrou fotos da grandes filas nas unidades de Forquilhas e Bela Vista. Continuando comentou que sua liderança no PMDB não foi reconhecida por alguns vereadores e lamentou que o Líder tenha recebido cópia do Projeto de LDO, e não tenha reunido a Bancada para discuti-lo. Continuando solicitou à Presidência que forneça cópia do Projeto de Orçamento pois irá propor emendas. Continuando o orador coementou o projeto de isenção que chegou a esta Casa

destinado uma grande empresa gaúcha, que deverá receber para se instalar nesta Cidade: dez anos de isenção de IPTU; Redução de 70% do ITBI; Redução para 2% do ISQN e além disto não irá pagar Alvará de Funcionamento. Disse o orador que a justificativa do Projeto estabelece que se destina a Empresa Renner. Destacou que se o projeto vier a esta Casa desta forma, irá ao Ministério Público, pois fere o princípio da isonomia de direitos que deveria ser estendido a todas as empresas. Tendo o Vereador Francisco Bento da Costa Silvy declinado do uso da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Fernando Anselmo Pereira - PMDB, dizendo que gostaria de falar sobre Incentivos Fiscais, no entanto, como seu tempo é curto irá ceder aparte ao Vereador Líder do Governo Orvino Coelho de Ávila - PSD, que disse ter havido um equívoco na redação da justificativa do projeto que deverá ser corrigido. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Em Primeira Discussão, foi aprovado por nove votos favoráveis e três votos contrários dos Vereadores Orvino Coelho de Ávila - PSD, Geraldo Swiech - PT e Telmo Pedro Vieira - PSDB, o Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Finanças e Orçamento, resultante do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina à Prestação de Contas da Administração Financeira do Município no exercício de 2006, do Prefeito Fernando Melquíades Elias. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando uma próxima Extraordinária a ser em quinze minutos.

São José (SC), 16 de outubro de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice-Presidente

TELMO PEDRO VIEIRA MOACIR DA SILVA.
1º Secretário Ad Hoc Segundo Secretário Ad Hoc

Ata da Sexsagésima Sétima Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina

ATA DA SEXSAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB

1º Secretário Ad Hoc : Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente convidou o Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB e Moacir da Silva - PMDB, para ocuparem Ad Hoc, a Primeira e Segunda Secretarias. A seguir solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que proferisse a leitura da Ata da Sexagésima Sexta Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada por nove votos favoráveis, sem restrições. Em continuidade foi proferida a leitura das matérias da presente Sessão e a seguir o Senhor Presidente colocou em deliberação a inclusão para votação na presente sessão do Projeto de Lei nº 138/2013, de sua autoria ao qual o Vereador Amauri Valdemar da Silva pedira vistas, e está devolvendo na presente sessão, o que foi acatado. Dando continuidade foi declarada livra a palavra na hora do Expediente. Ocupou a tribuna a Vereadora Sandra Pereira Alves Martins - PSD, que inicialmente manifestou sua alegria em ver todos os Vereadores vestidos com a camiseta da Campanha Outubro Rosa, de prevenção do Câncer de Mama. Continuando a oradora apresentou um breve histórico do movimento que iniciou nos Estados Unidos, no ano de 1990, sendo iniciado como movimento de prevenção do Câncer de Mama, somente no ano de 1997. Continuando explicou as ações do movimento, que realiza em todo o planeta ações de prevenção e combate da doença, e relatou que o Câncer de Mama é a doença que mais mata no mundo e, apesar dos movimentos e ações que

são realizadas anualmente, o quadro ainda é alarmante. Ressaltou ainda que a legislação já assegura a reconstituição da mama no mesmo procedimento da mastectomia, no entanto, por falta de profissionais e recursos, este procedimento ainda não é feito com frequência. Disse que o importante de tudo é sabermos que prevenir é se amar. Continuando a oradora comentou sobre a segurança, especialmente o grande número de violências e assaltos que vem ocorrendo na localidade de Sertão do Maruim. Ressaltou que a presença do policiamento nas bases operacionais inibia a criminalidade, por isto estas bases devem ser reabertas. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, lembrando que no mês de maio São José comemorou cento e oitenta anos de instalação do Município. Continuando o orador apresentou dados e documentos que remontam a história do Legislativo, como a cópia da primeira Lei aprovada, bem como curiosidades do Poder, que em um período exercia o papel do Executivo e do Legislativo. Destacou a importância de que a Câmara tenha acessível em seu site, dados e documentos históricos, para que a história não seja perdida. Continuando o orador manifestou sua preocupação com a finalização das obras da Avenida Presidente Kennedy e apelou à Presidência para que o Secretário de Infraestrutura seja convidado a vir a esta Casa, para falar desta e de outras obras importantes da cidade, que precisam ser concluídas. Finalizando comentou sobre a situação da Rua Gentil Sandin, e manifestou sua alegria em ouvir do Secretário José Natal Pereira, que as obras de pavimentação serão iniciadas nesta semana. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Wallace Avanir de Souza - PDT, que inicialmente falou sobre a campanha Outubro Rosa, dizendo que pouco adianta envolver toda a população num movimento de conscientização se a população não tem acesso direto ao oncologista e aos exames necessários a diagnóstico precoce. Continuando solicitou a instalação de um Centro de Referência da Mulher, que disponibilize profissionais médicos especializados e equipamentos para o atendimento preventivo e o tratamento das mulheres que já desenvolveram a doença. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Em Discussão Única, foram aprovadas as seguintes matérias, como segue: 1) Aprovado por unanimidade a retirada de pauta solicitada pelo Vereador Amauri Valdemar da Silva do Requerimento nº 77/2013 de sua autoria, que solicita a Chefe do Executivo, que Remeta a esta Casa informações que especifica sobre a Associação dos Procuradores da Prefeitura Municipal de São José. 2) Aprovado por dez votos favoráveis o Requerimento nº 78/2013 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, que solicita a Chefe do Executivo, informações que especifica sobre o imóvel localizado no Bairro São Luiz, destinado ao CRAS. 3) Aprovado por onze votos favoráveis o Requerimento nº 79/2013 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, que solicita a Chefe do Poder Executivo, que Remeta a esta Casa informações que especifica sobre imóvel localizado a Rua: Antonio Jovita Duarte, Forquilha, que se encontra em estado de abandono. Aprovado por dez votos favoráveis o Requerimento de autoria dos Vereadores Amauri Valdemar da Silva e Francisco Bento Costa Silvy, ao Presidente desta Casa, solicitando a Prefeita Municipal informações sobre o estágio em que se encontra o processo referente às Eleições de Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal. 5) Aprovado por unanimidade o pedido de vistas do Vereador Amauri Valdemar da Silva, ao Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 117/2013, da Vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, que declara de utilidade pública a "Associação dos Maricultores e Pescadores de São José". Em Segunda Discussão, foram deliberadas e aprovadas todas por dez votos favoráveis as seguintes matérias: 1) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 118/2013, do Vereador Sanderson Almedci de Jesus, que altera a redação do art. 1º e inclui parágrafo único, altera a redação do parágrafo único do art. 2º, altera as redações do art. 3º e inclui o parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 5.006/10, que dispõe sobre a isenção da taxa de

inscrição em concursos públicos aos candidatos desempregados. 2) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º- 126/2013, do Vereador Sanderson Almei de Jesus, que obriga que os elevadores dos estabelecimentos públicos sediados no Município de São José sejam adaptados para pessoas portadoras de deficiência sensorial. 3) Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei n.º- 141/2013, do Vereador Sanderson Almei de Jesus, que dispõe sobre o painel informativo contendo o rol de todos os medicamentos de distribuição gratuita nas unidades públicas de saúde do Município de São José e no Portal da Prefeitura Municipal de São José. 4) Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao Projeto de Lei nº 138/2013, que altera o Art 3º da Lei 4.818, que denominou várias ruas no Loteamento Benjamin Gerlach. Estando esgotado o tempo regimental da presente Sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando uma próxima, ordinária, a ser realizada na quarta feira, em horário regimental.

São José (SC), 14 de outubro de 2013.

SANDERSON ALMEI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice-Presidente

TELMO PEDRO VIEIRA MOACIR DA SILVA.
1º Secretário Ad Hoc Segundo Secretário Ad Hoc

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Resolução Concislo N° 001, de 18 de Junho de 2013.
RESOLUÇÃO CONCISLO N° 001, de 18 DE JUNHO DE 2013.
Institui o Regimento Interno do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012;
Faz saber que o I Congresso da Cidade aprovou e eu, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE
SÃO LOURENÇO DO OESTE

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste, denominado CONCISLO, órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e propositivo integrante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano será regido pelo presente regimento.

Art. 2º O CONCISLO integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, tendo autonomia política.

Art. 3º O CONCISLO tem por objetivo:

- I - promover o desenvolvimento territorial e urbanístico municipal, sempre considerando a integração com a área rural;
- II - garantir a efetiva participação da Sociedade em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e urbanística;
- III - integrar políticas e ações responsáveis pela intervenção urbana, sempre considerando a integração com a área rural;

IV - articular-se com os outros conselhos setoriais;

V - acompanhar, avaliar e garantir a continuidade no tempo das políticas, programas e projetos de desenvolvimento urbano do Município;

VI - acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, prioridades, planos, estratégias, programas e projetos expressos no Plano Diretor;

VII - avaliar e propor melhorias para a qualidade e abrangência do sistema de mobilidade do Município;

VIII - apreciar e aprovar a expansão pretendida para o perímetro urbano a que se refere o art. 13, § 1º da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo, com base em parecer técnico proferido pelo órgão municipal com competência para aprovação de projetos de parcelamento, condomínio horizontal e estudo de impacto de vizinhança.

§ 1º O CONCISLO tem por finalidade formular, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano no que couber, de forma integrada ao desenvolvimento regional, com participação social e integração das políticas de planejamento, ordenamento territorial e gestão do solo urbano, de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano, em consonância com os artigos nº 182 e 183 da Constituição Federal, com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade) e com as deliberações da Conferência Nacional das Cidades.

§ 2º O CONCISLO somente poderá deliberar a respeito dos projetos previstos no inciso VIII, do caput, na hipótese de aprovação prévia pela equipe técnica da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, com exceção do estudo de impacto de vizinhança.

CAPÍTULO II DAS COMPETENCIAS

Art. 4º Ao CONCISLO compete:

I - defender e garantir a efetiva participação da Sociedade, em observância ao Estatuto da Cidade e a continuidade de políticas, programas e projetos de desenvolvimento territorial e urbanístico do Município;

II - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social municipais e regionais;

III - estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento territorial e urbanístico de forma articulada com as demais políticas da área, sejam estas de nível nacional, estadual e regional;

IV - acompanhar e avaliar a execução das políticas de desenvolvimento municipal, deliberando e emitindo orientações, especialmente com relação a projetos de grande impacto, com vistas ao cumprimento do Estatuto da Cidade e Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo;

V - propor a edição de normas que regulem matéria territorial e urbanística;

VI - articular-se com outros conselhos, de forma a integrar ações e políticas de intervenção territorial e urbana;

VII - opinar sobre os projetos de lei de matéria urbanística a serem encaminhados ao Legislativo, bem como quanto à sua sanção;

VIII - deliberar sobre seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros, na forma da presente Resolução;

IX - emitir parecer sobre proposta de alteração do Plano Diretor.
Parágrafo único. Será facultado ao CONCISLO, diretamente ou através de assessorias, consultorias e auditorias:

I - promover a realização de eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos;

II - solicitar e/ou realizar estudos sobre temas relacionados aos seus objetivos.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONCISLO

Art. 5º O CONCISLO é composto por:

I - Presidente;

II - Plenário;
 III - Secretaria Executiva; e
 IV - Comitês Temáticos.

SEÇÃO I

Da Presidência

Art. 6º O Representante das obras, serviços urbanos e saneamento, de que trata o art. 11, inciso II, alínea "d", deste Regimento, presidirá o CONCISLO e será substituído, nos seus impedimentos, pelo seu suplente.

Art. 7º Ao presidente compete:

I - Convocar e presidir as reuniões do plenário do CONCISLO, ordenando o uso da palavra e submetendo à votação as matérias a serem decididas pelo mesmo, fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento, observando o seguinte:

- determinar ao Secretário Executivo a leitura da ata e das comunicações dirigidas ao Conselho;
- determinar, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;
- declarar a hora destinada ao expediente, à ordem do dia e a palavra livre;
- anunciar a ordem do dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;
- conceder ou negar a palavra aos conselheiros, nos termos deste Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;
- estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;
- decidir sobre o impedimento do conselheiro para votar;
- anunciar o que se tenha de discutir ou votar e proclamar o resultado das votações;

II - Encaminhar ao Prefeito e demais órgãos do governo municipal exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência do Conselho;

III - Delegar competências quando necessário;

IV - Zelar pelo cumprimento das disposições deste regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;

V - Solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

VI - Garantir os encaminhamentos das deliberações e atos do CONCISLO;

VII - Assinar atas aprovadas das reuniões do CONCISLO;

VIII - Constituir e/ou destituir, nomear e organizar o funcionamento dos Comitês Temáticos;

IX - Promulgar as Resoluções;

X - Conceder questões de ordem e de encaminhamento no transcorrer da assembleia.

SEÇÃO II

Do Plenário

SUBSEÇÃO I

Da composição

Art. 8º O plenário é o órgão superior de decisão do CONCISLO, composto pelos membros mencionados no art. 9º deste regimento, com direito a voz e voto.

Art. 9º O plenário terá 70 (setenta) membros e será organizado seguindo critérios de representação territorial e setorial.

Art. 10. Quanto à representação territorial, o plenário terá 13 (treze) membros, observada a seguinte distribuição e composição:

- 01 (um) representante do Bairro Brasília;
- 01 (um) representante do Bairro Centro;
- 01 (um) representante do Bairro Cruzeiro;

IV - 01 (um) representante do Bairro Perpétuo Socorro;
 V - 01 (um) representante do Bairro Progresso;
 VI - 01 (um) representante do Bairro Santa Catarina;
 VII - 01 (um) representante do Bairro São Francisco;
 VIII - 02 (dois) representantes do Distrito de Frederico Wastner, que compreende as seguintes comunidades:

- Santa Clara;
- São João;
- São Caetano;
- Lajeado Raul;
- Taquari;
- São Miguel;
- Campinas;
- Feliciano;
- Santa Terezinha;
- Lajeado Grande;

IX - 02 (dois) representantes do Distrito de Presidente Juscelino, que compreende as seguintes comunidades:

- Alvorada;
- Amizade;
- Bela Vista;
- Farroupilha;
- Guaporé;
- Lajeado Antunes;
- Limoeiro;
- Linha Filipini;
- Poço Redondo;
- Jacutinga;
- Linha Bender;
- Linha Bessegato;
- Santo Antônio;
- Sentinela;
- São Paulinho;
- São Roquinho;
- Três Voltas;
- Turvo Baixo;
- Serra Alta;
- Alto da Serra;

X - 02 (dois) representantes do Distrito de São Roque, que compreende as seguintes comunidades:

- Ouro Verde;
- Planalto;
- Santa Inês;
- Belvedere;
- Linha Giordani;
- Linha Prata;
- Santos Dumont;
- Sant'Ana da Bela Vista.

Art. 11. Quanto à representação setorial, o plenário terá 57 (cinquenta e sete) membros, observada a seguinte distribuição e composição:

I - 03 (três) representantes do Poder Público Estadual, assim distribuídos:

- 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros;
- 01 (um) representante das Polícias Civil, Militar e Rodoviária;

II - 21 (vinte e um) representantes do Poder Público Municipal, assim distribuídos:

- Prefeito ou seu representante;
- 01 (um) representante da área de habitação;
- 01 (um) representante das áreas de transporte e mobilidade urbana;
- 01 (um) representante das áreas de obras, serviços urbanos e saneamento;
- 02 (dois) representantes da área de agricultura;
- 01 (um) representante da área de meio ambiente;
- 01 (um) representante da área de desenvolvimento econômico;

h) 02 (dois) representantes da área de saúde;
 i) 02 (dois) representantes da área de assistência social;
 j) 02 (dois) representantes da área de educação;
 k) 01 (um) representante da área da Arrecadação;
 l) 01 (um) representante da Administração e Controladoria;
 m) 01 (um) representante da Procuradoria;
 n) 01 (um) representante do Instituto Cultural de São Lourenço-ICSL;
 o) 01 (um) representante do Comitê Desportivo Municipal;
 p) 02 (dois) representante(s) do Poder Legislativo Municipal;
 III - 14 (quatorze) representantes dos Conselhos Municipais, assim distribuídos:
 a) 01 (um) representante do Conselho de Assistência Social;
 b) 01 (um) representante do Conselho de Cultura;
 c) 01 (um) representante do Conselho de Esporte;
 d) 01 (um) representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico;
 e) 01 (um) representante do Conselho de Desenvolvimento Rural;
 f) 01 (um) representante do Conselho de Educação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e de Alimentação Escolar;
 g) 01 (um) representante do Conselho de Habitação;
 h) 01 (um) representante do Conselho de Meio Ambiente;
 i) 01 (um) representante do Conselho de Saneamento;
 j) 01 (um) representante do Conselho de Trânsito;
 k) 01 (um) representante do Conselho de Trabalho e Emprego;
 l) 01 (um) representante do Conselho do Idoso;
 m) 01 (um) representante do Conselho de Saúde;
 n) 01 (um) representante do Conselho da Criança e do Adolescente;
 IV - 03 (três) representantes dos Movimentos Sociais e Populares atuantes no meio urbano;
 V - 03 (três) representantes dos Movimentos Sociais e Populares no meio rural;
 VI - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
 VII - 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA);
 VIII - 01 (um) representante dos clubes de serviço;
 IX - 04 (quatro) representantes de entidades empresariais atuantes no meio urbano e rural, indicadas dentre as organizações relacionadas com a produção do espaço do município;
 X - 02 (dois) representantes de entidades sindicais de trabalhadores urbanos e rurais, indicados dentre as organizações relacionadas com a produção do espaço do município, e com atuação neste;
 XI - 01 (um) representante indicado pelas Organizações Não Governamentais (ONG's) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), indicados dentre as organizações relacionadas com a produção do espaço do município, e com atuação neste;
 XII - 01 (um) representante de Instituições de Ensino Superior atuantes no Município;
 XIII - 01 (um) representante de entidades religiosas;
 XIV - 01 (um) representante de organizações representativas das pessoas com deficiência.
 Parágrafo único. As entidades mencionadas nos incisos IV, V, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, deste artigo, deverão ser reconhecidas pelos respectivos segmentos como organismos com representação e atuação comprovada em âmbito municipal.

Art. 12. Aos Conselheiros compete:

- a) participar e votar nas reuniões plenárias, e dos Comitês Temáticos;
- b) relatar matérias que lhe forem atribuídas;
- c) propor ou requerer esclarecimentos que lhe forem úteis, para melhor apreciação das matérias em estudo ou deliberação;
- d) zelar pela coordenação e integração dos órgãos públicos e

entidades, direta ou indiretamente, envolvidas com o desenvolvimento sustentável do Município;
 e) solicitar estudos e pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do Conselho da Cidade;
 f) propor, analisar e alterar o Regimento Interno do CONCISLO e suas futuras alterações;
 g) desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo presidente do CONCISLO.

Art. 13. Cada titular do CONCISLO, terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

Parágrafo único. Poderá haver titulares e suplentes de órgãos e instituições diferentes, mas de áreas correlatas, a fim de garantir maior participação de toda a sociedade.

Art. 14. Consideram-se membros titulares e respectivos suplentes do CONCISLO os representantes indicados pelos órgãos e entidades, e representantes eleitos durante o Congresso da Cidade, todos nomeados pelo Prefeito Municipal através de decreto.

Art. 15. Nas reuniões do CONCISLO, a presença do conselheiro titular excluirá o voto do respectivo suplente.

I - Assumirão a titularidade os conselheiros suplentes, quando da ausência de seus titulares.

II - Os conselheiros suplentes terão direito a voz mesmo na presença dos titulares.

Art. 16. Na ausência do representante previsto nos incisos do artigo 9º deste regimento ele próprio não poderá indicar substituto da entidade ou órgão que representa.

Art. 17. A categoria, cujo Conselheiro, sem motivo justificado e sem o envio de suplente, deixar de comparecer a 02 sessões consecutivas, ou 04 intercaladas, no período de 01 ano, ficará automaticamente desligado.

§1º. O titular que ausentar-se por 02 sessões consecutivas ou 04 intercaladas, sem motivo justificado, será representado com poder de voto pelo seu suplente. Excedendo esse limite de ausências, o conselheiro será automaticamente desligado, sendo que a Secretaria Executiva do CONCISLO comunicará por escrito a entidade que o mesmo representa quanto ao seu desligamento.

§2º. No caso das ausências justificadas excederem o limite permitido no §1º, a Plenária deverá ser consultada sobre a permanência ou não deste membro no CONCISLO.

§3º. No caso de não comparecimento às reuniões, os conselheiros titulares ou suplentes faltantes deverão apresentar justificativa escrita e fundamentada, sendo que a mesma deverá ser entregue até a próxima reunião ordinária do CONCISLO, onde será analisada pelo presidente, e em casos reincidentes analisado pelo plenário.

§4º. No caso de falta de interesse em exercer as funções de Conselheiro do titular, este comunicará por escrito tal fato à Secretaria Executiva do CONCISLO para que a mesma entre em contato com o suplente, que expressará sua vontade ou não em assumir tal função.

Art. 18. Nos casos em que o titular ou suplente ficarem impossibilitados de participarem, ou quando da perda do mandato, a vaga em questão permanecerá em aberto até o próximo congresso quando poderá ser novamente preenchida.

SUBSEÇÃO II

Da eleição e mandato dos conselheiros

Art. 19. A eleição dos Conselheiros territoriais se dará por ocasião do Congresso da Cidade.

Art. 20. A eleição dos Conselheiros setoriais se dará por indicação de seus respectivos setores, devidamente comprovada por Ata de Eleição, exceto dos membros do Poder Executivo Municipal e

Estadual, que serão indicados por seus gestores, mediante ofício.

Art. 21. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única reeleição sucessiva, salvo no caso dos representantes do Poder Público, cujos mandatos ficarão vinculados ao prazo das respectivas representatividades, observando-se o prazo máximo de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único. O início e término do mandato dos Conselheiros não poderá coincidir com o início e término do mandato do Prefeito.

SUBSEÇÃO III

Do funcionamento

Art. 22. O plenário do CONCISLO reunir-se-á através de reuniões ordinárias ou extraordinárias:

I - As reuniões ordinárias serão realizadas mensalmente.

II - Extraordinárias por convocação de seu Presidente, constando a pauta dos assuntos do dia, ou em decorrência de requerimento encaminhado à Secretaria Executiva da maioria absoluta dos seus membros, com dez dias de antecedência.

Parágrafo único. As reuniões do CONCISLO terão duração máxima de 02 (duas) horas, prorrogáveis por 30 (trinta) minutos.

Art. 23. Na primeira reunião ordinária anual, o CONCISLO estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva garantirá, a cada sessão, espaço para reunião dos segmentos que compõem o CONCISLO e para reunião dos Comitês Temáticos.

Art. 24. Ao Plenário Compete:

I - deliberar sobre as atas e pauta das reuniões;

II - analisar e aprovar (e se manifestar quanto a aprovação ou não) das matérias em pauta;

III - propor, analisar e aprovar o Regimento Interno do CONCISLO e suas futuras modificações;

IV - decidir sobre dúvidas relativas à interpretação deste Regimento;

V - constituir grupos de trabalho quando julgar oportuno e conveniente e indicar os respectivos membros;

VI - indicar os membros efetivos dos Comitês Temáticos;

VII - solicitar aos Comitês Temáticos a realização de estudos e pareceres técnicos sobre matérias afetas a sua finalidade, nos termos do art. 3º; e

VIII - solicitar estudos ou pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do CONCISLO.

Art. 25. Quando da sua convocação, as reuniões do CONCISLO terão sua pauta previamente distribuída aos membros do Plenário e observarão os seguintes tópicos:

I - abertura e informes;

II - aprovação da pauta;

III - debate e votação da ata da reunião anterior;

IV - apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta;

V - apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião;

VI - manifestações do plenário e

VII - encerramento.

§ 1º As propostas devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CONCISLO, 10 (dez) dias antes da reunião ordinária, para que possam constar na respectiva pauta de reunião ordinária.

§ 2º Excepcionalmente, o Presidente do CONCISLO poderá permitir a inclusão de assuntos extrapauta, considerando a relevância e a urgência dos mesmos.

Art. 26. As reuniões do Plenário devem ser gravadas e das atas constará:

I - relação de participantes e órgão ou entidade que representa;

II - resumo de cada informe;

III - relação dos temas abordados; e

IV - deliberações tomadas a partir do registro da votação.

Parágrafo único. O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do CONCISLO estará disponível em sua Secretaria Executiva, arquivadas junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano.

SUBSEÇÃO IV

Da Votação

Art. 27. As deliberações do CONCISLO serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto, com exceção da hipótese prevista no art. 60, deste Regimento.

§ 1º O quorum mínimo para instalação dos trabalhos será de (1/3) um terço dos representantes com direito a voto que compõem o Plenário.

§ 2º O quorum mínimo para as deliberações será de metade mais 1 (um) dos representantes com direito a voto que compõem o Plenário.

Art. 28. O Presidente do CONCISLO exercerá o voto de desempate.

Art. 29. As decisões do CONCISLO serão formalizadas mediante:
I - resoluções normativas, reservadas à regulamentação e normatização dos atos do CONCISLO.

II - resoluções recomendadas, relativas aos atos das Secretarias Municipais de outras unidades administrativas das esferas do Poder Público Municipal e entidades da sociedade civil.

III - resoluções administrativas, concernentes aos atos administrativos necessários à gestão das atividades internas do CONCISLO.

§ 1º Os Pareceres e notas técnicas emitidos pelos Comitês Temáticos deverão ser encaminhados por meio de resolução aprovada pelo Plenário do CONCISLO.

§ 2º As propostas de resoluções debatidas nos Comitês Temáticos deverão ser entregues em meio digital à Secretaria Executiva do CONCISLO que irá analisá-las e encaminhá-las para deliberação do Plenário.

§ 3º As propostas que não forem apresentadas no âmbito dos Comitês Temáticos deverão ser subscritas pela Secretaria Executiva do CONCISLO, até o fim da reunião que anteceder o trabalho de análise das resoluções.

§ 4º A Secretaria Executiva do CONCISLO deverá providenciar, aos conselheiros, a distribuição avulsa das propostas de resoluções que serão apreciadas pelo Plenário.

§ 5º As resoluções não homologadas deverão constar no primeiro ponto de pauta da reunião do CONCISLO que suceder a aprovação da proposta, para apresentação da justificativa dos seus impedimentos.

§ 6º As resoluções do CONCISLO serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM-SC.

SEÇÃO III

Da Secretaria Executiva

Art. 30. A Secretaria Executiva do CONCISLO será vinculada ao seu Presidente.

§ 1º A Secretaria Executiva do CONCISLO tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico, administrativo e jurídico ao Conselho e aos Comitês Temáticos, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais do CONCISLO.

§ 2º A Secretaria Executiva do CONCISLO será formada por uma equipe composta pelo Secretário Executivo e três auxiliares, designados pelo Presidente.

Art. 31. São atribuições da Secretaria Executiva do CONCISLO:

I - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do CONCISLO, incluindo convites a apresentadores, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - acompanhar as reuniões do Plenário;

III - as atas serão publicadas para análise no site da Prefeitura

Municipal em link próprio;

IV - dar ampla publicidade a todos os atos deliberados no CON-
CISLO;

V - dar ampla publicidade aos documentos referentes aos assun-
tos que serão objeto de deliberação do CONCISLO;

VI - dar ampla publicidade a todos os atos de convocação das
reuniões e demais atividades do CONCISLO;

VII - dar encaminhamento às conclusões do Plenário e acompa-
nhar mensalmente a implementação das deliberações de reuniões
anteriores;

VIII - acompanhar e apoiar as atividades dos Comitês Temáticos,
inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de
trabalhos ao Plenário;

IX - fornecer aos conselheiros, na forma de subsídios para o cum-
primento de suas competências legais, o compilamento das legis-
lações necessárias ao desempenho de suas atribuições, bem como
informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos
e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Mi-
nistério Público e da Sociedade Civil;

X - encaminhar ao Plenário propostas de Convênios, visando a
implementação das atribuições do CONCISLO;

XI - atualizar, permanentemente, informações sobre a estrutura e
funcionamento do CONCISLO;

XII - despachar os processos e expedientes de rotina;

XIII - acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções ema-
nadas do CONCISLO e dar as respectivas informações atualizadas
durante os informes do CONCISLO;

XIV - elaborar e submeter ao Plenário do CONCISLO relatório das
atividades do referido Conselho referente ao ano anterior, no pri-
meiro trimestre de cada ano; e

XV - providenciar a publicação das Resoluções do Plenário.

Art. 32. São atribuições do Secretário Executivo do CONCISLO:

I - participar da mesa, assessorando o Presidente nas reuniões
plenárias;

II - despachar com o Presidente sobre os assuntos pertinentes ao
CONCISLO;

III - articular-se com os Coordenadores dos Comitês Temáticos,
visando o cumprimento das deliberações do CONCISLO;

IV - manter entendimentos com dirigentes dos demais órgãos do
Poder Público e da Sociedade Civil no interesse dos assuntos afins;
e

V - exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presi-
dente do CONCISLO assim como pelo Plenário.

SEÇÃO IV

DOS COMITÊS TEMÁTICOS

SUBSEÇÃO I

Da Finalidade e das Atribuições

Art. 33. Os Comitês Temáticos têm caráter permanente e a finali-
dade de subsidiar o debate do Plenário.

Art. 34. Os Comitês Temáticos realizarão suas reuniões, obser-
vando as resoluções do CONCISLO, e legislação pertinentes aos
assuntos abordados e as deliberações das Conferências e dos Con-
gressos da Cidade, de forma a garantir a discussão, a articulação
e a integração das políticas urbanas.

Art. 35. O CONCISLO contará com o assessoramento dos seguin-
tes Comitês Temáticos:

I - de Habitação;

II - de Saneamento Básico e Meio Ambiente;

III - de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; e

IV - de Planejamento e Gestão do Solo Urbano.

§ 1º Na composição dos Comitês Temáticos deverá ser observa-
da a representação dos diversos segmentos indicados no art. 8º
deste regimento.

§ 2º Cada Comitê Temático escolherá entre seus participan-
tes uma Coordenação, composta de um coordenador (a) e um
secretário(a) que será homologado pelo presidente do CONCISLO.

Art. 36. São atribuições gerais dos Comitês Temáticos:

I - preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação
do Conselho;

II - promover articulação com os órgãos e entidades promotoras
de estudos, propostas e tecnologias relacionadas aos respectivos
temas; e

III - apresentar relatório conclusivo ao Plenário do CONCISLO, so-
bre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este,
acompanhado de todos os documentos que se fizerem necessários
ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 37. Os Comitês Temáticos têm por finalidade o debate e enca-
minhamento de proposições ao Plenário do Conselho sobre:

I - a elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e
revisão das ações e políticas públicas municipais, no que tange aos
planos, sistemas e programas;

II - as diretrizes, prioridades, regras e critérios para alocação, apli-
cação e distribuição dos recursos públicos voltados para estas áreas
bem como o acompanhamento de sua implementação;

III - formas de contribuir para a construção da política municipal
de desenvolvimento urbano.

SUBSEÇÃO II

Da Composição dos Comitês Temáticos

Art. 38. Os Comitês Temáticos serão compostos proporcionalmen-
te pelos conselheiros e seus respectivos suplentes, observada a
proporcionalidade dos diferentes segmentos integrantes do CON-
CISLO indicados no art. 8º deste regimento.

§ 1º Cada conselheiro e seu suplente deverão participar de um
único Comitê.

§ 2º O Coordenador do Comitê e referendado pelo Plenário do
Comitê, poderá indicar outros representantes de entidades ou
órgãos, sem direito a voto, até o número máximo de cinco por
Comitê.

Art. 39. Poderão ser convidados a participar de reuniões dos Co-
mitês Temáticos, pelo respectivo coordenador e referendado pelo
Plenário do Comitê, representantes de segmentos interessados
nas matérias em análise e colaboradores, inclusive do Poder Le-
gislativo, sem direito a voto.

Art. 40. Os Comitês Temáticos poderão constituir grupos de tra-
balho com caráter permanente ou transitório, com a função de
complementar a atuação das mesmas.

SUBSEÇÃO III

Do Funcionamento

Art. 41. As reuniões dos Comitês Temáticos serão convocados pelo
seu Coordenador dando ciência à Secretaria Executiva do Conse-
lho, com antecipação mínima de sete dias.

§ 1º Para as reuniões dos Comitês Temáticos deverá ser constitu-
ída uma Mesa de Direção dos Trabalhos composta pelo respectivo
coordenador e um secretário.

§ 2º As pautas e demais documentos relacionados às reuniões
deverão ser encaminhados juntamente com o ato de convocação
aos integrantes.

Art. 42. O quorum mínimo para a instalação e deliberação dos
trabalhos das reuniões dos Comitês Temáticos será de 50% (cin-
quenta por cento) dos representantes com direito a voto que com-
põe os comitês.

Art. 43. Serão levados ao Plenário do CONCISLO todas as propostas

que alcançarem a aprovação com maioria simples dos presentes.

Art. 44. Os debates e conclusões das reuniões serão registrados em ata própria que, acompanhada da lista de presença, deverá ser encaminhada ao CONCISLO.

Art. 45. O Comitê Temático designará, entre seus componentes, relator para as matérias que serão objeto de discussão.

Art. 46. Os temas que sejam da competência de dois ou mais Comitês Temáticos serão debatidos em conjunto por estes.

CAPÍTULO IV

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

Art. 47. A Conferência Municipal da Cidade, prevista no inciso III do art. 43 da Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, constitui um instrumento para garantia da gestão democrática da cidade. Parágrafo único. O CONCISLO deverá atuar de forma efetiva neste processo contribuindo e auxiliando na sua realização.

CAPÍTULO V

CONGRESSO DA CIDADE

Art. 48. O Congresso da Cidade terá por objetivos:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social na elaboração, implantação e avaliação das políticas territoriais e urbanísticas do Município;

II - mobilizar Governo Municipal e Sociedade para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas territoriais;

III - definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação participativo entre governo e sociedade para com a gestão territorial e urbanística, inclusive com relação a suas metas e prioridades;

IV - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação das políticas territoriais e urbanísticas;

V - discutir e buscar a articulação entre os conselhos setoriais;

VI - avaliar a atividade do CONCISLO, visando estabelecer diretrizes e estratégias para aperfeiçoar seu funcionamento;

VII - eleger os conselheiros territoriais;

VIII - avaliar as ações referentes ao processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar do processo de planejamento e gestão territorial e urbanística.

Art. 49. O Congresso deverá ocorrer no início do segundo semestre de cada ano e terá regimento próprio, a ser elaborado pelo CONCISLO devendo ser por este revisado sempre que necessário.

Art. 50. O regimento referido no parágrafo anterior deverá ser elaborado orientado pela diretriz prevista no art. 2º, inciso II, do Estatuto da Cidade, e prever, no mínimo:

I - as competências e matérias para deliberação;

II - a forma de organização e funcionamento do Congresso;

III - a garantia da participação direta da população e interessados, devendo o CONCISLO estabelecer os critérios de participação e votação destes interessados;

IV - uma comissão responsável pela organização do Congresso, devendo ser garantida alternativa de se criar uma comissão provisória;

V - seu tempo de duração, máximo e mínimo;

VI - que quanto à sua periodicidade, deverá ser anual e ocorrer sempre no início do segundo semestre de cada ano.

CAPÍTULO VI

NORMAS GERAIS PARA INSTITUIÇÃO DO

FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 51. O Fundo Municipal do Desenvolvimento Urbano - FMDU

será instituído mediante lei específica, e terá a finalidade de apoiar financeiramente os programas, projetos e convênios vinculados às temáticas aprovadas pelo CONCISLO.

Art. 52. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU se constituirá de receitas orçamentárias e extraordinárias.

Art. 53. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU, verificados no final de cada exercício, constituirão receita do exercício seguinte.

Art. 54. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU se constituirá com dotações orçamentárias vinculadas à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, destinadas ao atendimento de programas específicos e prioritários de desenvolvimento urbano.

Art. 55. Observados os termos do artigo anterior, a aplicação dos recursos do Fundo se fará com a aprovação prévia do CONCISLO.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. A função de conselheiro é considerada serviço público relevante, e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento a reuniões do CONCISLO, ou participação em diligências autorizadas por este.

I - A cobertura e o provimento das despesas com transporte, locomoção, estadia e alimentação, no caso de viagens, não serão considerados como remuneração, cabendo ao Governo Municipal assumir o ônus, mediante autorização legislativa e ouvida a Procuradoria e Contadoria Geral do Município.

II - A Secretaria Executiva do CONCISLO encaminhará certificado de participação aos conselheiros, no final do mandato, como forma de dar subsídios que comprovem sua atividade e reconhecimento do exercício da função.

Art. 57. O Governo Municipal deverá disponibilizar os recursos administrativos necessários ao funcionamento do CONCISLO, incluindo a cópia e/ou indicação do site da legislação municipal, estadual e federal correspondente, os quais deverão ser de leitura obrigatória dos conselheiros efetivos e suplentes.

Art. 58. O CONCISLO poderá organizar mesas redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia e que promovam a articulação com organismos nacionais e internacionais, visando o intercâmbio de experiências e o subsídio do exercício das suas competências.

Art. 59. É vedado a todos os conselheiros titulares e suplentes representar, emitir pareceres e/ou posicionar-se publicamente em nome do CONCISLO, sem a prévia anuência do mesmo.

Art. 60. O Regimento Interno somente poderá ser modificado por projeto de resolução, aprovado pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Parágrafo único. A iniciativa do respectivo projeto caberá a qualquer Conselheiro.

Art. 61. O presente Regimento Interno foi aprovado no 1º Congresso da Cidade, no dia 18 de junho de 2013, por unanimidade.

Art. 62. Os casos omissos neste Regimento Interno serão dirimidos pelo CONCISLO, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros sempre de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 146, de 28 dezembro de 2012 e Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades.

Art. 63. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2013.
ILVO GABRIEL IORIS
Presidente do CONCILO

1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório N° 128/2013, Modalidade Pregão Presencial N° 090/2013

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO N° 128/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 090/2013

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, n° 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG n° 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o n° 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Irma Terezinha Isoton, brasileira, casada, portadora do RG n° 17/R 2.878.473 e inscrita no CPF sob n° 503.232.109-53, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, n° 1145, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o n° 17.013.833/0001-90, neste ato representada por seu representante legal, Jair César Visoli, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n° 384.492.009-97 e portador da Cédula de Identidade sob n° 703.283-8, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório n° 128/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 090/2013, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 13,04% (treze vírgula zero quatro por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa complementar a quantidade de telhas a serem entregues em situações de emergência para os usuários da política de assistência social do município.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 679,14 (seiscentos e setenta e nove reais e quatorze centavos) o que perfaz aproximadamente 13,04% (treze vírgula zero quatro por cento) do valor total contratado.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório n° 128/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 090/2013, que trata da AQUISIÇÃO DE TELHAS E PREGOS PARA ATENDER AS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO:

Contratada: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VL R UNIT.	VALOR TOTAL
02	Telha 2,44x4mm	66	R\$ 10,29	R\$ 679,14
TOTAL	R\$ 679,14			

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 679,14 (seiscentos e setenta e nove reais e quatorze centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de outubro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

JAIR CÉSAR VISOLI
Visoli Materiais de Construção Ltda Me

IRMA TEREZINHA ISOTON
Secretária Municipal de Assistência Social

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 89.2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº89/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em seguro de veículos, para o fornecimento de seguro para as coberturas descritas no anexo I do Edital dos veículos pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.

TIPO: Menor Preço por Item DATA E HORA DE ABERTURA: 06 de Novembro de 2013 às 09:30h (nove horas e trinta minutos) RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br ou nos emails licitacoes@pmspa.sc.gov.br e compras@pmspa.sc.gov.br MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 23/10/2013
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N° 82/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 82/2013-PMS
PROCESSO N° 188/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de

propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva de condicionadores de ar para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de novembro de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de novembro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N° 119/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços n°. 119/2013-FMS
Processo Licitatório n°. 80/2013-FMS - Pregão Presencial Registro de Preços n°. 22/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 01.150.822/0001-11, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, n°. 2.048, sala 02, Bairro Anita Garibaldi, na Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-301.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Fronha lisa, sem abas, 100% algodão, 300 fios, 50x70cm. Cor Branca.	80	Unidade	4,15	332,00

03	Lençol solteiro com elástico, 100% algodão, 300 fios. Cor Branca. Tamanho: 88 x 190 x 15 cm.	75	Unidade	17,10	1.282,50
04	Lençol solteiro sem elástico, 100% algodão, 300 fios. Cor Branca. Tamanho: 200 x 225 cm	55	Unidade	20,70	1.138,50
VALOR R\$ TOTAL					2.753,00

Valor do contrato: R\$ 2.753,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e três reais).

Data da Assinatura: 22/10/2013 – Vigência: 22/10/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N° 120/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços n°. 120/2013-FMS
Processo Licitatório n°. 80/2013-FMS - Pregão Presencial Registro de Preços n°. 22/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, n° 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Travesseiro hospitalar com espumas de bloco único de poliuretano antiácido, antifúngica e antialérgica, com densidade D26, com acabamento com zíper e ilhós para respiro. Dimensões: 0,60 x 0,40 x 0,05.	30	Unidade	15,82	474,60
VALOR R\$ TOTAL					474,60

Valor do contrato: R\$ 474,60 (quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 22/10/2013 – Vigência: 22/10/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N° 121/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços nº. 121/2013-FMS
Processo Licitatório nº. 80/2013-FMS - Pregão Presencial Registro de Preços nº. 22/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.912.788/0001-62, estabelecida na Rua dos Escoteiros, nº 30, Chico de Paula, na Cidade Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-730.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de roupas de cama das salas de observações dos Postos de Saúde Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Edredons-em algodão, antiácido, antifúngica e antialérgica, padrão solteiro.	25	Unidade	94,00	2.350,00
05	Toalha de banho, 100% algodão. Dimensões: 70x140cm; Cor Branca.	30	Unidade	11,90	357,00
VALOR R\$ TOTAL					2.707,00

Valor do contrato: R\$ 2.707,00 (Dois mil, setecentos e sete reais).
Data da Assinatura: 22/10/2013 – Vigência: 22/10/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 212/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 212/2013-PMS
Processo Licitatório nº. 166/2013-PMS - Pregão Presencial nº. 73/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ABILIS TECNOLIGA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.938.225/0001-44, estabelecida na Rua Ottokar Doerfel, nº. 639, sala 08, Anita Garibaldi, Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-307.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em renovação de 250 Licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits, para o período de 1 (um) ano, conforme especificação técnica, com serviço de migração da atual solução instalada e treinamento, para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
	<p>Renovação de 250 Licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits, para o período de 1 (um) ano.</p> <p>Anexo, especificação técnica. Serviço de migração da atual solução instalada e treinamento. Sendo:</p> <p>Características técnicas do serviço de manutenção do software de proteção corporativa contra vírus para estações de trabalho e servidores de rede:</p> <p>Apresentar abordagem em todo ciclo de vida do vírus;</p> <p>Permitir instalação e desinstalação da solução proposta em estações de trabalho e servidores nas plataformas Microsoft Windows 2000, XP, Server 2003, Vista, 7, 8 e Server 2008, nas arquiteturas 32 e 64bits sem requerer nenhum outro software ou agente previamente instalado e sem a necessidade de reinicialização da estação de trabalho;</p> <p>Permitir a instalação dos clientes em servidores da rede e em estações de trabalho de forma remota através do console de gerenciamento, através de login-script e group policy object (GPO).</p> <p>Instalação e atualização do software sem a intervenção do usuário.</p> <p>Possuir proteção contra remoção do módulo residente em memória e desinstalação do agente de antivírus através de senha específica.</p> <p>Proteção em tempo real contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits, integrado ao cliente antivírus, sem a necessidade de instalação de agentes ou pacotes adicionais;</p> <p>A solução proposta deverá ser de alta performance e de baixo consumo de recurso de hardware, não devendo ultrapassar a utilização de 128 MB de RAM em estado normal e com todos os módulos de proteção ativos;</p> <p>Geração de backup dos arquivos antes de iniciar o processo de remoção de vírus;</p> <p>Deteção e remoção de vírus de macro em tempo real;</p> <p>Deverá ter a capacidade de bloquear mídias removíveis que se conectem à estação de trabalho, pelo menos para plataformas Microsoft Windows 2000, XP, Server 2003, Vista, 7, 8 e Server 2008;</p>				
	<p>Ferramenta integrada ao cliente antivírus que execute varredura no protocolo POP3 com suporte a Outlook Express, Microsoft Outlook, Windows Live Mail, NetScape e Mozilla Mail ou superior;</p> <p>Deverá detectar, analisar e reparar anexos em mensagens de e-mail dos clientes do Microsoft Exchange via Microsoft Outlook nos protocolos IMAP/POP3/SMTP/HTTP, prevenindo a entrada do vírus antes que o arquivo seja aberto;</p> <p>Ferramenta integrada ao cliente de antivírus que execute varredura no protocolo HTTP e HTTPS para proteção WEB;</p> <p>A solução deverá possibilitar a criação de lista de acesso à web, que contenha endereços de URL, adicionados manualmente, com acesso bloqueado;</p> <p>A solução deverá possibilitar habilitar bloqueio de acesso a listas de categorias de URL pré-programadas;</p> <p>O software deverá possibilitar a criação de lista com endereços URL que serão excluídos da varredura;</p> <p>O software deverá permitir informar e/ou marcar quais aplicativos utilizam acesso à internet para aumentar a segurança ao acesso dos mesmos à web;</p> <p>Permitir adicionar portas alternativas para o rastreamento HTTP e POP3;</p> <p>Permitir configuração de compatibilidade com o cliente de e-mail;</p> <p>Possuir ferramenta para detecção e remoção de danos causados na estação de trabalho ou servidor por trojans;</p> <p>Deverá possuir um repositório de quarentena, para onde são transferidos e armazenados automaticamente os arquivos infectados criptografados;</p> <p>Deverá possuir uma opção para restaurar um arquivo em quarentena, sem requerer nenhum outro software e/ou utilitário;</p> <p>Fornecer informações sobre características básicas do vírus detectado;</p> <p>Bloquear automaticamente o acesso em websites que contenham códigos maliciosos;</p> <p>Possuir método de rastreamento de arquivos compactados pelo menos nos formatos PKZIP, ZIP2EXE, LZEXE, ARJ, LZH, PKLITE e Microsoft Compress em pelo menos 15 níveis de compactação e/ou empacotamento;</p> <p>Possibilitar a exclusão de arquivos e diretório</p>				

<p>rios da verificação de vírus;</p> <p>Emitir alerta ao usuário caso o cliente antivírus, ou as assinaturas de vírus, da sua estação ou servidor não esteja atualizada;</p> <p>Não deverá ser necessário reiniciar as estações de trabalho e os servidores para habilitar a proteção do anti-vírus;</p> <p>Deteção de atividade de trojans e recuperação de arquivos danificados por estes;</p> <p>Deteção e remoção de vírus localizados em drives locais, diretórios e subdiretórios lógicos, programas executáveis, setores de BOOT e vírus de macro em arquivos de aplicativos da suíte Microsoft Office;</p> <p>Deve detectar e remover vírus em unidades removíveis, como disquetes e dispositivos USB;</p> <p>Deverá possuir facilidade de bloqueio através de senha das configurações do cliente, para que não possam ser alteradas pelos usuários;</p> <p>Deve permitir a exclusão de varreduras para determinadas pastas, extensões de arquivo;</p> <p>Deverá detectar, analisar e reparar arquivos contaminados por vírus quando acessados, modificados ou criados no disco ou rede, em tempo real;</p> <p>Permitir a detecção de futuras ameaças em tempo real, através de análise de execução de código por intenções maliciosas através da tecnologia heurística;</p> <p>Rastrear fluxo alternativo de dados (ADS) em sistemas NTFS;</p> <p>Deverá remover os vírus de macro dos arquivos Microsoft Office, sem eliminação do conteúdo dos arquivos;</p> <p>Possibilitar o rastreamento manual e agendado em todos os servidores da rede;</p> <p>Ter a capacidade de detectar arquivos que possam ser potencialmente perigosos;</p> <p>Rastreamento em tempo real, para arquivos criados, copiados, renomeados, movidos ou modificados, inclusive no prompt de comando, pelo Windows;</p> <p>Rastreamento manual com interface Windows, personalizável, com opção de limpeza;</p> <p>Rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza;</p> <p>Programação de rastreamentos automáticos do sistema com opções: todos os drives locais, drives específicos e pastas específicas;</p> <p>Ter pelo menos três modos de ação ao detectar malware: apenas exibir alertas, limpar e excluir automaticamente;</p> <p>Gerar notificações de eventos de vírus através de alerta na rede NT (EventViewer);</p> <p>Possuir a capacidade de importar e exportar as configurações do cliente através da própria console do antivírus da estação;</p> <p>Possuir ferramentas próprias para realização de backup e restore do servidor de gerenciamento que permita restabelecer o completo funcionamento da solução no caso da ocorrência de um desastre.</p> <p>Descobrir automaticamente as estações da rede que não possuem o cliente instalado.</p> <p>Ter Firewall com:</p> <p>Suporte aos protocolos TCP, UDP e ICMP;</p> <p>Possibilidade de criar regras diferenciadas por aplicações, por portas locais ou remotas, por protocolos, por direção do tráfego e por endereços de origem ou destino;</p> <p>Capacidade de reconhecer e bloquear automaticamente as aplicações em clientes baseando-se na impressão digital (hash) do arquivo;</p> <p>Características técnicas da atualização do software de proteção corporativa contra vírus:</p> <p>Atualização automática e incremental das assinaturas de vírus segundo política definida no ambiente de gerência através do protocolo HTTP;</p> <p>Permitir conexão através de serviço proxy padrão SOCKS para a atualização automática;</p> <p>Na atualização automática deverá permitir configuração: horária, diária, semanal, ou mensal em horários definidos;</p> <p>Ter suporte a agente de atualização para clientes móveis a partir do site do fabricante;</p> <p>Deverá permitir a distribuição centralizada de definições de vírus e atualizações dos produtos;</p> <p>Programação de atualizações automáticas das listas de definições de vírus, a partir de local predefinido da rede, ou de site da Internet, com frequência (no mínimo diária) e horários definidos pelo usuário;</p> <p>Permitir a utilização de FTP passivo;</p> <p>Uma estação deve poder atualizar qualquer outra estação;</p> <p>Atualizações de software antivírus, engines e lista de assinaturas de vírus automáticas e sem a necessidade de intervenção do administrador.</p> <p>Características técnicas do ambiente de gerenciamento da solução corporativa de sistema de segurança:</p> <p>Permitir a instalação do servidor de Gerenciamento na plataforma Microsoft Windows Server 2003, 7, 8 e Server 2008;</p> <p>A comunicação entre Cliente e o Servidor deverá ser no mínimo unidirecional (do cliente ao servidor), podendo ser parametrizado qual a frequência de tempo na qual o cliente irá se comunicar com servidor. Essa comunicação deverá ser via protocolo TCP, podendo ser definido qual porta de comunicação será utilizado, bem como poder implementar uma comunicação segura;</p> <p>Ter a possibilidade de utilizar banco de dados externos para armazenamento de toda informação pertinente ao Gerenciamento da</p>				
---	--	--	--	--

	<p>solução, como logs, configurações, etc, para pelo menos Microsoft SQL</p> <p>Possibilidade de instalação de quantos servidores de gerenciamento forem necessários, sem limite de licença;</p> <p>A solução deverá suportar implementação baseado em hierarquia de Servidores, onde se possam instalar Servidores de Gerenciamento e atualização da Solução de Antivírus nos sites remotos, para realizar as atualizações de vacinas, motores de varreduras e gerenciamento dos clientes de antivírus instalados no próprio site remoto, e os mesmos sendo apontado para o Servidor de Gerenciamento do Datacenter, onde irão replicar todos logs do site remoto para o Datacenter, bem como obedecer as políticas definidas a partir do Servidor da Solução de Antivírus instalada no Datacenter;</p> <p>A configuração da replicação deverá permitir que um administrador possa definir quais as informações que serão transferidas automaticamente para servidores superiores a um intervalo predefinido;</p> <p>A comunicação entre Servidor filho (Site Remoto) e o Servidor Pai (Datacenter) deverá ser no mínimo unidirecional (do Site Remoto ao Datacenter), podendo ser parametrizado qual a frequência de tempo na qual o Servidor do Site Remoto irá se comunicar com o Servidor do Datacenter. Essa comunicação deverá ser via protocolo TCP, podendo ser definido qual porta de comunicação será utilizado, bem como poder implementar uma comunicação segura;</p> <p>Ser possível administrar todos os servidores da solução de antivírus, bem como visualizar todos os clientes de antivírus instalados nos sites remotos e datacenter, a partir da console de gerenciamento do datacenter;</p> <p>Deverá permitir criar políticas de configuração para os clientes de antivírus, para no mínimo, nome da máquina, grupo, endereço IP e intervalo de IPs;</p> <p>Deverá ter a capacidade de criar políticas de configuração em níveis hierárquicos; permitir a alteração das configurações nas estações clientes de maneira remota;</p> <p>Permitir a atualização incremental das assinaturas de vírus nos clientes (estações e servidores), a partir de um único ponto da rede local;</p> <p>Permitir a definição de políticas de atualização das assinaturas de vírus para os clientes (estações e servidores).. Estas atualizações devem ocorrer utilizando protocolo HTTP;</p> <p>Realizar o agrupamento dos clientes (estações e servidores) de forma a facilitar a definição de políticas de gerenciamento;</p> <p>Permitir a criação de tarefas de verificação de vírus em períodos de tempo pré-determinados;</p> <p>Permitir o armazenamento das informações coletadas nos clientes em um banco de dados centralizado;</p> <p>Permitir a instalação remota do antivírus para os clientes (estações e servidores) para as plataformas Microsoft WindowsXP, Server 2003, Vista, 7, 8 e Server 2008;</p> <p>Gerenciar a atualização do antivírus em computadores portáteis (notebooks), automaticamente, mediante conexão a rede.</p> <p>Características de relatórios:</p> <p>Permitir a exportação dos relatórios gerenciais para o formato HTML e PDF.</p> <p>Recursos do relatório e monitoramento deverão ser nativos do próprio console central de gerenciamento.</p> <p>Possibilidade de gerar relatórios contendo a lista de hosts que possuam o produto instalado, contendo ainda informações como o nome do host, a versão do produto instalado, a versão e/ou a data da assinatura e status.</p> <p>Possibilidade de gerar relatórios com informações como: hosts com maior incidência de infecção, malwares com maior ocorrência nos hosts, ataques de rede detectados e usuários dos hosts com maior incidência de infecção.</p> <p>Possibilidade de agendamento da geração e envio por e-mail de relatórios.</p> <p>Suporte do fabricante pelo período de 1 (um) ano:</p> <p>As correções (patches) e atualizações do Software deverão ser disponibilizadas para download;</p> <p>O fornecedor deverá prestar suporte 5 x 8 (cinco dias por semana, oito horas por dia), fornecido pelo fabricante da solução ou pela revenda do fabricante da solução, por telefone e e-mail, com tempo de resposta não superior a 4 (quatro) horas a partir da hora de registro da chamada técnica, sem limite da quantidade de ocorrências.</p> <p>O acesso ao "Knowledge base" on-line, deverá estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo documentação de suporte e outros;</p> <p>Solicitação de suporte técnico poderá ser aberto no próprio produto, junto ao fabricante.</p> <p>Documentação obrigatória na entrega do objeto:</p> <p>Prospectos e manuais eletrônicos em formato PDF, que descrevam e complementem as especificações técnicas, devendo destacar as tecnologias associadas a solução, bem como o modelo proposto.</p> <p>Observações:</p> <p>Para atendimento ao Windows 2000 poderá ser disponibilizada de software versão anterior compatível . As políticas disponibilizadas para o Windows 2000 deverão ser as mesmas utilizadas para versões posteriores.</p> <p>INSTALAÇÃO:</p> <p>A empresa ofertante do produto deverá realizar a migração da atual solução instalada na municipalidade ESET NOD32 Versão 4 (250</p>				
01	<p>Licenças) para da solução de proteção corporativa ofertada, realizando a configuração de 01 servidor principal, 01 servidor secundário, 10 estações na rede local e 10 estações em rede remota comunicação unidirecional (do cliente ao servidor), de modo que as estações em rede remota sejam gerenciadas pelo servidor principal/secundário e as façam download das atualizações diretamente da fabricante da solução de proteção corporativa.</p> <p>A configuração atual compõe-se de 04 (quatro) políticas essencialmente semelhantes, diferenciando-se na filtragem de navegação HTTP, ativo, não ativo, lista de URL bloqueadas, atualizações disponibilizadas no servidor principal/secundário ou fabricante da solução de proteção corporativa.</p> <p>A empresa ofertante deverá oferecer treinamento completo da solução de proteção corporativa ofertada para o mínimo de 02 técnicos com carga horária mínima de 04h.</p> <p>A configuração realizada pela empresa será acompanhada pela Diretoria de Informática e ao final a empresa deverá repassar todas as senhas utilizadas na configuração da solução de proteção corporativa.</p> <p>O fornecedor deverá entregar uma documentação da instalação de forma que permita a sua reprodução por um profissional que possua conhecimento e experiência na solução contratada.</p>	250	unidade	32,00	8.000,00
TOTAL R\$					8.000,00

Extrato do Termo de Credenciamento N° 211/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 211/2013 - PMS
Edital de Chamada Publica nº. 04/2013 - PMS - Processo nº. 164/2013 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: LM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.731.383/0001-29, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3409, centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico (exames laboratoriais) complementando os exames periódicos dos servidores do Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR R\$
01	Ac. Colinesterase Eritocitária	25,00
02	Anti hbS	11,88
03	Gama GT (função hepática)	4,90
04	Glicemia	1,85
05	Hemograma	4,11
06	Parasitológico de Fezes	1,65
07	VDRL	2,83

Data da Assinatura: 22/10/2013 - Vigência: 31/12/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 85/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 85/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Reginaldo da Silva

Objeto: Prestação de serviços de instrutor de violão para crianças e jovens (de 06 a 17 anos) do município, inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).

Valor: R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais) mensal
Vigência: de 16/09/2013 a 31/12/2013

Extrato do Contrato 86/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 86/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Gilmar Silvestre Stecanela

Objeto: Prestação de serviços de monitor de reforço escolar para os alunos do município de Timbé do Sul que participam do projeto Novo Amanhecer

Valor: R\$ \$ 407,00 (quatrocentos e sete reais) mensal

Vigência: de 01/10/2013 a 13/12/2013

Timbó

PREFEITURA

Lei N° 2679, de 24 de Outubro de 2013

LEI N° 2679, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2013, da Administração Indireta – SAMAE.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Indireta (SAMAE) do Município de Timbó (Lei nº 2607 de 10/12/2012):

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (SAMAE)		
25.01.017.512.0100.1305	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1305	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	200.000,00
	total	200.000,00
25.02.017.512.0102.1313	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1313	CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1313	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00
	TOTAL ANULADO SAMAE	270.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	270.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Indireta (SAME) do Município de Timbó (Lei nº 2607, de 10/12/2012):

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (SAMAE)		
25.01.017.512.0100.1303	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1303	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	
	total	100.000,00
	total	100.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	
	total	60.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	65.000,00
	total	65.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	270.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VINCULO LIVRE	270.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 05 2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 05/2013 FMAS

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial nº. 05/2013 que teve por objetivo AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE LANCHE A SER FORNECIDO AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, NAS OFICINAS E ENCONTROS REALIZADOS JUNTO AO CREAS, CRAS E DEMAIS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 22 de outubro de 2013

WALDEMAR GEBAUER

Secretário Municipal de Assistência Social

Aviso Pregão Presencial - Registro de Preço N.º 28 2013 FMS - Aquisição de Medicamentos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2013

OBJETO: fornecimento dos medicamentos especificados/detalhados no Anexo I, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente para distribuição aos pacientes e uso interno. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 06 de novembro de 2013. ABERTURA: dia 06 de novembro de 2013 as 08h40min. ETAPA DE LANCES: dia 11 de novembro de 2013 as 08h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/licitacoes.

Timbo (SC), 09/10/2013

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 106 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para a produção de áudio (spots).

EMPRESA FORNECEDORA: Jacir Kelim Gomes MEI.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/10/2014.

Timbó, 22/10/2013.

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

Três Barras

PREFEITURA

Decreto N° 4.314 de 22 de Outubro de 2013

DECRETO N° 4.314 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013
ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- COMED - MANDATO 2010/2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o ofício recebido do Presidente do Conselho Municipal de Educação, no qual informa a exoneração de membros representantes da Secretaria de Administração e Planejamento;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Educação no que pertine a seguinte representação:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

TITULAR: SEBASTIAO ALTAVIR FERREIRA
SUPLENTE: ESTANISLAU FIOLEK NETO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., 22 de outubro de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Decreto N° 4.315 de 22 de Outubro de 2013.

DECRETO N° 4.315 DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
AUTORIZA O USO DO GINÁSIO DE ESPORTES VEREADOR INONE CYRÍACO DE SOUZA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado, no dia 26 do corrente, o uso do imóvel público Ginásio de Esportes "Vereador Ione Cyríaco de Souza" por Marcelo Haerter Gomes, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 070.387.649-00, com endereço em Três Barras - SC.

Art. 2º. A autorização é de forma remunerada e condicionada a assinatura e preenchimento dos requisitos do termo de autorização e responsabilidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de outubro de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Tunápolis

PREFEITURA

Decreto N° 1568/2013, de 22 de Outubro de 2013.

DECRETO N°. 1568/2013, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 28 de outubro de 2013, em virtude das comemorações do dia do servidor público municipal.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia e fornecimento de água.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 22 de outubro de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Videira

PREFEITURA

Portaria N° 0768/13

PORTARIA nº 0768/13
Designa Cleide Salete Ribeiro para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar CLEIDE SALETE RIBEIRO, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do Plantão de Enfermagem, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2013.

Videira, 16 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0773/13

PORTARIA N° 0773/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o n° 20022080.1.00050/13-1, nos assentos funcionais do servidor EVADIR FERREIRA DE PAULA, detentor da matrícula funcional n° 1716, e do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo n° 15.811/13,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor EVADIR FERREIRA DE PAULA, detentor da matrícula n° 1716 e do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o n° 20022080.1.00050/13-1, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0774/13

PORTARIA n° 0774/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar n° 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo n° 12.640/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a BELONI TEREZINHA RIBEIRO FADANI, Auxiliar de Serviços Gerais, de 1º de dezembro de 2013 até 1º de março de 2014, referente ao quinquênio de 10 de fevereiro de 2008 até 09 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2013.

Videira, 22 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0775/13

PORTARIA n° 0775/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar n° 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo n° 16.267/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SÔNIA MARIA PIT-TOL, Auxiliar de Serviços Gerais, de 09 de dezembro de 2013 até 09 de março de 2014, referente ao quinquênio de 07 de outubro de 2007 até 06 de outubro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 09 de dezembro de 2013.

Videira, 22 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N° 26/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/13 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/13 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NO EQUIPAMENTO DESENCARCERADOR WEBER, TESOURA DE CORTE E EXPANSÃO E CILINDRO DE EXPANSÃO UTILIZADOS DURANTE AS ATIVIDADES DE RESGATE VEICULAR PELA CORPORAÇÃO DOS BOMBEIROS DE VIDEIRA.

CONTRATADA: SOLETÉCNICA EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS - EIRELI - EPP.

Valor: R\$ 5.197,90 (cinco mil cento e noventa e sete reais e noventa centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, incisos II e IV, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 21 de Outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Aplicação de Penalidade PR 66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2013

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica que, à empresa RETILÍDER RETÍFICA DE MOTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.108.750/0001-81, estabelecida à Rua Asa Branca, nº 555, na cidade de Londrina/PR, foi aplicada a penalidade de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Videira pelo prazo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Videira, 08 de outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Extrato do Termo Aditivo N. 0005/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0005/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SANDRA URBANO DOS SANTOS
CPF: 005.088.139-64

OBJETO: Alteração do local de trabalho de "na Estratégia de Saúde da Família - ESF do Bairro Vila Verde" para o "programa de Saúde Mental, localizado na unidade da Farroupilha".
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0108/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES
CPF: 019.439.999-02
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 20 de outubro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0195/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0195/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MARISETE DIAS BORGES VIEIRA
CPF: 004.679.159-04
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0364/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0364/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEREZINHA LOPES CARDOZO
CPF: 731.390.509-25
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2013 até 31 de março de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0401/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0401/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILENE SUTIL RIBEIRO
CPF: 526.226.819-68
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2013 até 31 de março de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0411/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0411/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARCIA MIRANDA
CPF: 035.828.059-13
VIGÊNCIA: de 14 de março de 2012 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0426/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0426/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RICARDO BALESTRIN
CPF: 077.778.599-43
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 30 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0431/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0431/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELENITE NORMA IURKEWICZ
CPF: 023.348.379-97
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2012 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0507/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0507/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RICARDO BURATTO
CPF: 069.963.199-86
VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2013 até 30 de abril de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0522/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0522/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GENTILA BRIGIDA SCUCIATO
CPF: 478.914.919-68
VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2013 até 02 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0532/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0532/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: GUILHERME GUZZI
CPF: 046.538.019-08
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 até 31 de março de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0547/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0547/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: THAIS EDUARDA PONTES
CPF: 076.589.049-61
VIGÊNCIA: de 05 de julho de 2012 até 18 de outubro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0562/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0562/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA MEDEIROS
CPF: 018.597.239-00

VIGÊNCIA: de 10 de junho de 2013 até 25 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0576/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0576/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: IVANOR LUCAS DE MELO
CPF: 506.180.759-68
VIGÊNCIA: de 24 de junho de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Extrato do Termo Aditivo N. 0585/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0585/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARINE SEIXAS PINHEIRO ROQUE
CPF: 116.829.827-00
VIGÊNCIA: de 04 de julho de 2013 até 31 de março de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Extrato do Termo Aditivo N. 0596/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0596/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CIDIANE ORSATO MANENTI
CPF: 020.520.789-83
VIGÊNCIA: de 10 de julho de 2013 até 09 de outubro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0599/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0599/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RENATO GHELLER JUNIOR
CPF: 032.795.549-00
VIGÊNCIA: de 15 de julho de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0603/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0603/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LUCAS DE ALMEIDA BESEN
CPF: 075.697.059-80
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2013 até 31 de março de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0639/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0639/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: CÉSAR DACOL
CPF: 154.109.199-04
VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0664/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0664/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA RAMOS DA CUNHA
CPF: 072.639.859-42
VIGÊNCIA: de 10 de setembro de 2013 até 02 de novembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Xavantina

PREFEITURA

PP 57/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para consertar Bomba Injetora de Trator de Esteiras D50 Patrimônio nº 0601, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de lotes e especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 05/11/2013.

Abertura: dia 05/11/2013, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 24 de outubro de 2013.

JOSÉ DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Contrato TP 03/2013

Contratado: SULBRINQUEDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

Número do Contrato ou Aditivo: CONTRATO Nº 130/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para fabricação e instalação de equipamentos para escolas municipais.

Data da Assinatura: 22/10/2013

Vigência: 21/10/2018

Valor: R\$ 63.321,00 (sessenta e três mil, trezentos e vinte e um reais).

Forma de Pagamento: Em até 30 dias úteis após a emissão da Nota Fiscal.

Associações

AMMVI

Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi:

RESOLUÇÃO nº 20/13

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 8.000,00, no Orçamento-Programa da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013 no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mediante a



utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

01.007.0017.0512.0002.2010 – Manutenção das Atividades Saneamento Básico	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2013:

01.004.0004.0122.0002.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 14 de outubro de 2013; 44º Ano de Fundação.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

Licitação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO nº 05/2013

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 05/2013, na forma que segue:

1) Copycerto Comercio de Maquinas e Suprimentos de Informática Ltda - ME:

* para o item 01: pelo preço unitário de R\$ 2.205,50 (dois mil, duzentos e cinco reais e cinquenta centavos);

2) Infoplan Ltda - ME:

* para o item 02: pelo preço unitário de R\$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais);

* para o item 03: pelo preço unitário de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais);

* para o item 04: pelo preço unitário de R\$ 2.439,00 (dois mil trezentos e vinte e três reais).

* para o item 05: pelo preço unitário de R\$ 1.050,00 (dois mil e cinquenta reais); e

* para o item 06: pelo preço unitário de R\$ R\$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

3) Doin Gama Comércio de Produtos de Informática Ltda - ME:

* para o item 07: pelo preço unitário de R\$ R\$ 653,00 (seiscentos e cinquenta e três reais).

Blumenau, SC, 18 de outubro de 2013.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO nº 05/2013

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 06/13, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedores da licitação, objeto do Convite nº 05/2013, as licitantes:

a) Copycerto Comercio de Maquinas e Suprimentos de Informática Ltda - ME (item 01);

b) Infoplan Ltda - ME (itens 02, 03, 04, 05 e 06) e

c) Doin Gama Comércio de Produtos de Informática Ltda - ME (item 07).

Blumenau, SC, 18 de outubro de 2013.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

GRANFPOLIS

Resolução N° 03/2013

RESOLUÇÃO N° 003/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - GRANFPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art 5º da Resolução 004/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, de acordo com a classificação abaixo identificada:

01.01 - SECRETARIA EXECUTIVA R\$ 500.000,00

04.121.0001.1.001 - Construção da Sede da Granfpolis R\$ 500.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0080 R\$ 500.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 23 de outubro 2013.
CESAR SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Florianópolis
Presidente